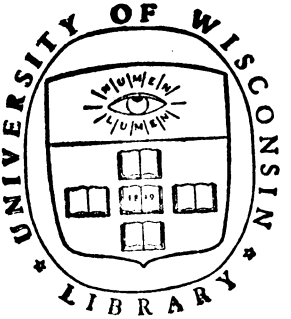
Digitized by Google

Digitized by Google



Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

FORTUNATO DE ALMEIDA

•

O INFANTE DE SAGRES

obra premiada no concurso de memórias sôbre o Infante D. Henrique por ocasião das festas do V centenário do seu nascimento

LIVRARIA SÁ DA COSTA
LISBOA

Digitized by Google

Digitized by Google

Saz/64
1842
Enc. 22
Madrid

O INFANTE DE SAGRES

Digitized by Google

Digitized by Google

FORTUNATO DE ALMEIDA

O INFANTE

DE SAGRES

OBRA PREMIADA

NO CONCURSO DE MEMORIAS SOBRE O INFANTE D. HENRIQUE

POR OCCASIÃO DAS FESTAS
DO QUINTO CENTENARIO DO NASCIMENTO DO MESMO INFANTE

PORTO
LIVRARIA PORTUENSE
DE
LOPES & C.ª
Successores de Clavel & C.ª
—
1894

Digitized by Google

G
286
H5
A5

Porto—Typ. A. F. Vasconcellos, rua Sá Noronha, 51

Digitized by Google

INTRODUCÇÃO

Portugal nos fins do seculo XVI. — O mestre de Aviz. — Acontecimentos que precederam a acclamação de D. João I. — A sua popularidade e a sua politica. — Portugal e Inglaterra. — Casamento de D. João I. — A sua familia.

Na primeira metade do seculo XV, quando todas as nações da Europa entravam n'essa notavel época da renascença, em que, rasgando-se novos horisontes a todos os ramos da actividade humana, as sociedades procuravam novos moldes de existencia, — Portugal era chamado a realisar a grandiosa epopéa das suas emprezas e descobrimentos maritimos, que haviam de alargar a civilisação e dilatar a fé por mundos desconhecidos, levantar o nome portuguez ao mais sublime pedestal de gloria e constituir o assumpto do maior poema dos tempos modernos. A historia brilhante das nossas viagens e emprezas maritimas, que abre com as heroicas façanhas dos esforçados ca-

Digitized by Google

valleiros de Ceuta e fecha com a pagina gloriosa dos feitos mais excelsos no extremo oriente, representa para o nosso paiz a dupla gloria de ter executado as mais illustres façanhas de que póde orgulhar-se um povo, e de ter aberto caminho a outros para tentarem semelhantes emprezas. Com effeito, sem o infante D. Henrique, dominando o oceano com o seu olhar sereno dos rochedos escalvados de Sagres, expedindo as suas caravellas, animando os seus marinheiros e vencendo todas as difficuldades com a mais inabalavel coragem e o mais sublime arrojo,—nem Vasco da Gama teria chegado á India nem Colombo teria descoberto a America.

Se um dos factos que caracterisam a época da renascença é o apparecimento de grandes individualidades, para nós iniciou-a o reinado de D. João I, em que a estrella da nossa gloria começou a brilhar esplendorosamente, graças ao vulto heroico do monarcha e dos esforçados cavalleiros que, com elle, tão valorosamente affirmaram o espirito da independencia nacional em Aljubarrota e tão brilhantemente evidenciaram o genio da conquista em Ceuta. Ao mestre de Aviz coube a felicidade de vêr em volta de si homens como Nun'Alvares e João das Regras, e a gloria de ter por esposa uma rainha como D. Filippa e filhos como D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Tendo de expôr factos pertencentes a esta época, uma das mais brilhantes da historia nacional, e propondo-nos descrever a vida e os feitos do mais glorioso dos filhos de D. João I, vamos fazer um rapido estudo prévio das circumstancias historicas em que apparecem as

Digitized by Google

figuras verdadeiramente epicas do mestre de Aviz e dos heroicos infantes que teve por filhos.

Antes de D. João I, tres monarchas, principalmente, promoveram o desenvolvimento economico do paiz, favorecendo o augmento da riqueza, fomentando as relações commerciaes externas e lançando as bases da nossa marinha, como se lêssem no futuro o grandioso papel que nos estava destinado: foram D. Affonso III, D. Diniz e D. Affonso IV. Reservando para um dos capitulos do presente estudo uma noticia mais circumstanciada dos nossos progressos maritimos desde o principio da monarchia, façamos agora uma rapida analyse dos melhoramentos realisados sob o impulso d'esses monarchas.

É no reinado de D. Affonso III que vamos encontrar o germen dos nossos progressos economicos, do desenvolvimento da industria, da agricultura, do commercio e especialmente da marinha de guerra e da marinha mercante. Aproveitando o espirito sobrio e trabalhador da população, a iniciativa das ordens religiosas e mórmente das ordens militares, que arroteavam vastos terrenos e transformavam charnecas em campos magnificos, o rei bolonhez conseguiu desenvolver no paiz uma grande riqueza publica, que habilmente impulsionou promovendo um commercio importante, especialmente com a França, a Flandres e o Levante. Depois de facilitar todos os meios de se augmentar a riqueza, D. Affonso dedicou-se com especial cuidado a promover o engrandecimento dos portos, especialmente o de Lisboa, que pela sua vastidão e segurança e pela sua favoravel posição geo-

Digitized by Google

graphica promettia converter-se n'um grande emporio commercial. Um outro porto muito favorecido pelo monarcha foi o de Vianna do Castello, concedendo ao concelho um foral, em que se continham varias medidas tendentes a facilitar as relações commerciaes com o estrangeiro.

Esta grande obra de progresso economico foi sabiamente continuada por D. Diniz, o desvelado protector da agricultura nacional. Mandou enxugar pantanos e arrotear charnecas, especialmente nas proximidades de Leiria, onde aproveitou o valioso concurso dos frades de Alcobaça; e semeou lá vastos pinheiraes, com o duplo fim de fixar aquelle solo de areias movediças, que prejudicavam a agricultura, e de ter no futuro madeiras em abundancia para as construcções navaes e terrestres. As artes, a industria e o commercio attingiram um grande desenvolvimento. Sobretudo a marinha de guerra, que seu pae começára a organisar, fez notaveis progressos no tempo de D. Diniz, que empregou todos os esforços em aperfeiçoal-a e augmental-a, e chamou até um illustre marinheiro genovez, Manuel Pezagno, para lhe confiar o cargo de almirante-mór. O notavel incremento que tomou a marinha portugueza n'este reinado merece uma exposição desenvolvida, que guardamos para outro logar.

Tanto a marinha de guerra como a marinha mercante continuaram a ser objecto da mais séria attenção e dos mais dedicados esforços no reinado de D. Affonso IV, como se nos monarchas portuguezes houvesse o deliberado proposito de lançar os fundamen-

Digitized by Google

tos d'essa grande obra realisada pelos nossos marinheiros no seculo XV. N'este reinado chegámos mesmo a ter um certo poderio maritimo, e tão florescente era o nosso estado naval, tanto se arraigára nos portuguezes o amor ás aventuras e á vida do mar, que já então alguns navios nossos visitaram os Açores, a Madeira e as Canarias, como veremos adeante.

O reinado de D. Fernando, embora a sua politica deploravel enchesse o paiz de sobresaltos e desgostos, não foi esteril para a obra fecunda iniciada pelos seus antecessores. Tomou algumas providencias acertadas para o desenvolvimento da marinha, como logo veremos, e guarneceu a cidade de Lisboa com fortificações que pouco depois prestaram importantes serviços. A iniciativa d'este monarcha e a sua dedicação ao engrandecimento nacional teriam produzido mais copiosos fructos, se as não prejudicasse um caracter voluvel e inconstante, preoccupado quasi sempre com luctas palacianas e acontecimentos filhos da sua imprevidencia e má orientação. Tinha os defeitos do pae e do avô, mas não herdára d'elles, como diz um historiador moderno, a energia de caracter e a rara habilidade politica que tanto os distinguira.

O facto que especialmente caracterisa a sociedade portugueza no reinado de D. Fernando é o desenvolvimento da democracia, depois habilmente aproveitado pelo mestre de Aviz, é a intervenção directa do elemento popular nos altos negocios do Estado. O povo, que geralmente via desattendidas as suas reclamações em côrtes, sente-se agora com força para censurar ao rei as suas faltas e indicar-lhe o caminho

Digitized by Google

que deve seguir. Quando se sabe que D. Fernando quer casar com D. Leonor Telles, o povo falla assim ao monarcha pela bocca do alfaiate Fernam Vasques: «Que elles eram alli vindos, porquanto lhes era dito que el-rei seu senhor tomava por sua mulher Leonor Telles, mulher de João Lourenço da Cunha, seu vassallo; e porquanto isto não era sua honra, mas antes fazia gran nojo a Deus e a seus fidalgos, e a todo o povo, que elles, como verdadeiros portuguezes lhe vinham dizer, que tomasse mulher filha de rei, qual convinha a seu estado; e que quando com filha de rei casar não quizesse, que tomasse uma filha de um fidalgo de seu reino, qual sua mercê fosse, de que houvesse filhos legitimos, que reinassem depois d'elle, e não tomasse mulher alheia, ca era coisa que lhe não haviam de consentir; nem elle não havia porque lhe ter isto a mal, ca não queriam perder um tão bom rei como elle, por uma má mulher que o tinha enfeitiçado [1]».

Assim se levantava ameaçadora e altiva a voz da justiça popular, assim se impunha ao rei, cheio de nobre independencia, o povo que ia adquirindo a convicção das suas regalias e liberdades. Se d'esta vez não triumphou o elemento popular, se Fernam Vasques pagou na forca a liberdade com que ousára fallar ao monarcha, não obstante accentuava-se a força da democracia, a tal ponto que o povo desempenhou o mais importante papel nos acontecimentos que se

[1] Fernam Lopes, *Chronica d'el-rei D. Fernando*, cap. LX.

Digitized by Google

seguiram á morte de D. Fernando. Com o apoio das classes populares, sustentado pela corrente democratica, a que se mostrava dedicado, é que o mestre de Aviz conseguiu subir ao throno, como vamos vêr.

Depois do fallecimento de D. Fernando, em 22 de outubro de 1283, achou-se investida na regencia do reino a rainha D. Leonor Telles, que tantos desgostos causára ao marido e tão profunda antipathia ganhára nas classes populares. Perfida e hypocrita, não tendo o menor sentimento pela morte do esposo, porque assim podia melhor viver vida escandalosa com o conde de Ourem, mostrou-se todavia maguada e afflicta, quando soube que o povo murmurou do seu procedimento.

A camara de Lisboa foi logo apresentar as suas homenagens á regente, que se estabelecêra nos paços de a par de S. Martinho (Limoeiro), e permittiu-se a liberdade não só de lhe fazer algumas reclamações em nome do povo, mas ainda de dar-lhe alguns conselhos sobre o caminho a seguir na administração do paiz.

D. Leonor Telles fingiu acceder aos desejos do povo, porque o temia; mas emquanto a camara de Lisboa lhe recommendava que não se deixasse influenciar por estrangeiros, ella, a instancias de D. João I de Castella e sua mulher D. Beatriz, fazia com que os acclamassem reis de Portugal. Em diversos pontos do paiz levantaram-se os mais energicos protestos. Em Lisboa a excitação foi tal que não pôde levar-se a cabo a solemnidade da acclamação. Em Santarem, quando o alcaide soltou o brado de — *Real, real, por*

Digitized by Google

a rainha D. Beatriz de Portugal, o povo amotinou-se e perseguiu-o; elle refugiou-se no castello, e a multidão, agglomerando-se em volta, ameaçava-o e levantava vivas ao infante D. João. Acontecimentos semelhantes davam-se em Elvas e n'outras terras do paiz.

No contracto de casamento de D. Beatriz, filha de D. Fernando e de D. Leonor Telles, com D. João de Castella, havia a clausula de que, «fallecendo el-rei de Portugal, e deixando filho varão da dita rainha D. Leonor, ou de outra sua mulher legitima, a herança do reino de Portugal e Algarves seria do dito filho; e fallecendo sem deixar filhos, como dito é, ou deixando filho que morresse sem descendencia legitima, ou que esta fosse de todo extincta, a dita herança seria da infanta D. Beatriz [1]». Uma outra clausula estabelecia «que o reino de Portugal seria sempre separado do de Castella, sendo administrado pela rainha D. Leonor, emquanto a infanta D. Beatriz não tivesse filho varão de quatorze annos»; e além d'isso, no caso do fallecimento da rainha, podia esta nomear, para a administração do paiz até o tempo referido, pessoa de sua escolha. N'este tratado tinha D. Leonor garantida a realisação dos seus sonhos dourados: conservar-se largo tempo no throno e deixal-o por sua morte ao conde de Ourem, João Fernandes Andeiro. Mas pouco depois da morte de seu marido começou a desconfiar de que o genro violasse o contracto e invadisse logo Portugal; por isso procurou ganhar a

1 Fernam Lopes, *Chronica d'el-rei D. Fernando,* cap. CLVIII.

Digitized by Google

affeição do paiz, e o seu primeiro pensamento foi mandar celebrar solemnes exequias por alma do marido, para attenuar a pessima impressão que em todos deixára a humildade do enterro. Cega pela ambição do poder, a rainha não via que o povo a odiava cada vez mais, e que toda a sua refinada hypocrisia não bastava para occultar a perversidade do seu caracter!

Ao passo que crescia o odio geral contra D. Leonor Telles e o conde de Ourem, augmentavam as sympathias do povo pelo infante D. João, grão-mestre da ordem de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Thereza Lourenço. Como a excitação crescia rapidamente e o paiz se indignava cada vez mais contra a vida escandalosa da regente, alguns nobres, entre os quaes D. Nuno Alvares Pereira, seu tio Ruy Pereira, o prior do Crato, o conde de Barcellos e Alvaro Paes, que fôra chanceller-mór de D. Pedro e D. Fernando, resolveram dar um golpe decisivo, sentenciando á morte João Fernandes Andeiro. D'essa missão foi encarregado o mestre de Aviz, porque se julgou que elle, protegido pela sympathia popular, era quem melhor podia desempenhal-a. Foi logo combinado o plano: emquanto o mestre matava João Fernandes Andeiro, um pagem iria pela cidade gritando que acudissem ao mestre, porque o queriam matar, e, juntando-se o povo no paço, impedir-se-ia que corresse perigo a vida de D. João.

Entretanto, porque D. Leonor queria defender o reino contra D. João de Castella, que ameaçava invadil-o, e tambem porque desejava afastar da côrte

Digitized by Google

o mestre de Aviz, cuja presença temia, nomeou-o fronteiro de Riba-Guadiana. D. João pôz-se a caminho para ir desempenhar o cargo que lhe era confiado, e a conspiração contra o conde Andeiro estava prestes a abortar; mas a tres leguas de Lisboa, tendo pensado que, se o conde não fosse morto e viesse a descobrir-se o plano, podia julgar-se perdido, o mestre de Aviz resolveu retroceder. Mandou dizer secretamente a Alvaro Paes que estivesse preparado para o negocio que sabia, e, para evitar que o seu regresso á côrte fizesse alarme, expediu um dos seus cavalleiros a participar á rainha que voltaria a Lisboa «*por lhe parecer que não ia bem desembargado, como cumpria*». O mestre estudára o pretexto de que, sendo muito vasta a região que lhe era confiada, precisava de mais gente para a defender.

Quando D. João chegou ao paço com os seus, estava a rainha na sua camara com o conde de Ourem, algumas donas e senhores. Apesar dos obstaculos que oppôz o porteiro, o mestre de Aviz entrou com os que o acompanhavam, todos armados. A rainha disse-lhe que não tinha duvida em conceder-lhe a gente que pedia, e, um pouco sobresaltada com a presença do mestre, censurou o costume de andarem os cavalleiros portuguezes armados em tempos de paz, ao que respondeu D. João que era necessario acostumarem-se ao uso das armas em tempo de paz, para não as estranharem em tempo de guerra.

O conde Andeiro convidou o mestre para jantar com elle, talvez no intuito de o matar; mas D. João recusou, e, tomando-o pela mão, conduziu-o para uma

Digitized by Google

sala fóra da camara. Ahi, depois de trocadas algumas palavras em voz baixa, o mestre puxou por um cutello e vibrou uma pancada na cabeça do conde. Este, sentindo-se ferido, ia arrastar-se para a camara da rainha, quando um dos que estavam com o mestre de Aviz, Ruy Pereira, o varou de lado a lado com um estoque. Todos cahiram então sobre elle para cevarem o seu odio, ao que D. João obstou. A rainha, alarmada com o ruido das armas, mandou saber o que se passava; quando lhe disseram que o conde estava morto, encheu-se de colera e jurou vingar-se. Ao vêr-se abandonada das pessoas que estavam em sua companhia e que fugiam cheias de mêdo, mandou perguntar ao mestre se tambem a queria matar, ao que elle respondeu que estivesse descançada, porque só quizera «*matár aquelle homem que bem lh'o tinha merecido*».

Entretanto D. João mandára fechar as portas do palacio, e, como fôra combinado, mandou o seu pagem Fernam Alvares a gritar pelas ruas da cidade que acudissem ao paço, porque queriam matar o mestre. O povo alvoroçou-se logo e tomou tal attitude, que os homens do conde Andeiro, sabendo o que se passára e querendo ir ao paço, desistiram de o fazer. Alvaro Peres, montado no seu cavallo, sahira logo a gritar: «*Acudamos ao mestre que o querem matar no paço sem motivo*». Enfureceu-se o povo e dirigiu-se para o paço, onde queria assaltar as janellas e queimar as portas, juntando ainda alguma lenha para isso; mas, no momento opportuno, o mestre appareceu a uma janella e disse para a multidão: «*Amigos, apacificae-vos, porque estou vivo, e são, graças a Deus*».

Digitized by Google

Não pede a indole do nosso trabalho que narremos miudamente os episodios da marcha triumphal que fez o mestre através da cidade, nem as scenas lamentaveis que n'esse dia se deram pelas ruas. Houve crueldades e exaggeros, como os ha sempre em tempo de revoluções, quando o povo, exaltado, se lança no caminho da represalia. Mas, n'esta succinta narrativa dos acontecimentos que precederam a acclamação do mestre de Aviz, não passaremos adeante sem o defender de uma accusação que por vezes lhe tem sido feita. Disseram alguns historiadores hespanhoes que D. João I tinha adherido á causa de D. João de Castella, logo depois da morte de D. Fernando. A verdade é que o nosso chronista Fernam Lopes, que viveu n'aquelle tempo e não escrupulisou de fazer censuras ao mestre de Aviz, não se referiu a essa accusação, como naturalmente faria se ella tivesse fundamento. Finalmente, é mesmo um illustre escriptor hespanhol, o snr. Ximenez de Sandoval, que põe o facto em duvida, escrevendo, no seu trabalho historico ácerca da batalha de Aljubarrota: «El cronista castellano, Lopez de Ayala, asegura que el gran Maestre de Avis, hermano bastardo del difunto monarca, figuraba el primero en esta gestion; péro nieganlo los portugueses, y no es facil saber la verdad».

O mestre de Aviz cada vez se tornava mais sympathico ao povo, que, como commentario á morte do conde de Ourem, dizia:—«*que mal fez quem matou o conde traidor e não matou logo a aleivosa*». Em frente do palacio, a multidão dissera «que o mestre fizera mal em não matar a rainha, porque d'ella ainda lhe

Digitized by Google

havia de vir grande mal; que essa aleivosa já nos matára um senhor, e agora queria matar outro; que ella ainda havia de acabar mal pelas coisas que fazia», etc. Não estava segura a vida da rainha, e não era sem razão que D. Leonor receava ser victima de uma explosão da colera popular; por isso resolveu retirar-se para Alemquer.

Começaram de circular noticias aterradoras sobre os projectos bellicos de D. João de Castella, que se preparava para invadir Portugal, e até já mandára prender em Toledo, como medida de precaução, o infante D. João, filho de D. Pedro I e D. Ignez de Castro, e o conde de Gijon, que era genro do monarcha fallecido. Apesar de algumas difficuldades que o embaraçavam, e ainda contra o voto de D. Pedro Tenorio, arcebispo de Toledo, que lhe aconselhava meios pacificos, o rei castelhano permanecia inabalavel na sua resolução e sentiu-se lisonjeado com o parecer de alguns conselheiros que lh'a apoiavam.

A situação era embaraçosa e difficil para o mestre de Aviz, que, se por um lado queria resistir á invasão castelhana, sustentando assim a posição que as circumstancias lhe haviam creado, por outro lado receava que lhe faltassem recursos para metter hombros a tão arriscada empreza. Procurou sondar o animo do povo, para reconhecer as forças de que poderia dispôr e inflammal-o ao mesmo tempo. Tratou de augmentar as largas sympathias de que gosava e attrahir todos os elementos que podessem auxilial-o, e espalhou que ia partir para Inglaterra. Esta noticia produziu, e não podia deixar de ser, uma sensação

Digitized by Google

dolorosa. Todos estavam persuadidos de que só elle podia congregar os elementos nacionaes para resistir á invasão estranha e salvar o paiz. «*Se elle parte, quê será de nós!*» — exclamavam. D. João procurava indispôr cada vez mais os animos contra D. Leonor, desmascarando-lhe a hypocrisia e as intrigas. Ao mesmo tempo instavam com elle as pessoas de mais influencia, como Alvaro Vasques de Goes e o tio de D. Nuno Alvares Pereira, para que ficasse e defendesse a patria. Finalmente, exerceram grande influencia no espirito do mestre os conselhos de Fr. João da Barroca, um bom religioso que vivia em fama de santidade e que tambem instou com elle para que se conservasse no seu posto. Houve ainda quem, para conciliar os animos, alvitrasse o casamento de D. João com D. Leonor Telles; mas não só o mestre de Aviz rejeitou o alvitre, senão a propria rainha nada respondeu aos que lh'o communicaram.

Em face do perigo que ameaçava a todos, começou a correr entre as classes populares a idéa de eleger o mestre de Aviz regedor e defensor do reino. Effectivamente, como tal foi acclamado em uma reunião particular que houve, promovida por D. João, na egreja de S. Domingos; e como ahi não estivesse representada a burguezia, foi convocada nova reunião, em que essa classe fosse egualmente ouvida. Mas os burguezes tinham duvida em ligar as suas fortunas á sorte de um partido que reputavam fraco, e só approvaram a eleição quando ouviram a voz rude, mas forte e persuasiva, do tanoeiro Affonso Eannes Penedo, que asperamente lhes censurou a hesitação.

Digitized by Google

Este facto prova quanto era grande a fôrça do povo, a influencia das classes operarias, dos mesteiraes. Fôra o alfaiate Fernam Vasques quem ousára apontar a D. Fernando o caminho do dever; agora é o tanoeiro Affonso Eannes que, para salvar a independencia nacional, fórça a burguezia a acceitar o mestre de Aviz como regedor e defensor do reino. D. João I foi realmente um rei sahido da onda popular.

O mestre de Aviz inaugurou a sua administração com uma politica habil, que não só lhe confirmou a sympathia popular, mas ainda lhe valeu a dedicação dos burguezes. Entre as medidas importantes que adoptou, lembraremos a democratica instituição da Casa dos Vinte e Quatro, especie de junta composta de vinte e quatro homens, dois de cada mister, e que devia funccionar com a camara. Mostrou-se generoso para com o povo, procurou satisfazer-lhe todas as reclamações que D. Leonor desattendêra, e, ou por politica — tendo em vista augmentar o numero dos seus partidarios —, ou por lealdade, mandou dizer ao infante D. João, filho mais velho de D. Ignez de Castro e cujos direitos ao throno muitos defendiam —, que elle mestre de Aviz tomára o titulo de regedor e defensor do reino, mas que lhe conservava a corôa que lhe pertencia.

Entretanto os partidarios de D. Leonor Telles reuniam-se-lhe em Alemquer, e ella, julgando-se alli pouco segura, partia para Santarem, d'onde escreveu ao genro convidando-o a invadir Portugal, confiada em que por essa fórma chegaria ainda novamente a alcançar a regencia do reino, se D. João de Castella

Digitized by Google

quizesse respeitar as clausulas do contracto que precedêra o seu casamento com D. Beatriz.

Ao passo que crescia entre o povo a animadversão contra D. Leonor Telles, augmentavam cada vez mais as sympathias do mestre de Aviz, cuja causa ia ganhando terreno. Uma das mais importantes acquisições que fez o partido de D. João foi Nuno Alvares Pereira, que com os seus companheiros d'armas se dirigiu a Lisboa, exasperando-se a regente a tal ponto, que deu ordem para o prenderem, e até para o matarem se elle resistisse. A mãe de Nuno Alvares, Iria Gonçalves, tentou dissuadil-o de se envolver nos acontecimentos; mas, não o conseguindo, recommendou-lhe que fosse fiel ao seu compromisso, porque era um dever de honra, e fez com que seu filho Fernam Pereira fosse unir-se ao irmão.

Resolveram os amigos do mestre apoderar-se do castello de Lisboa, de que era alcaide Martim Affonso. Como os defensores do castello resistissem, collocaram-n'os na alternativa de se renderem ou de atirarem contra as suas proprias mulheres e filhas. Declarou então o alcaide que entregaria o castello se D. Leonor Telles lhe não enviasse auxilio dentro de quarenta horas. D. Leonor respondeu que não lhe era possivel organisar uma expedição dentro de tão curto praso, e accrescentou, desdenhosamente, que quem depois tomasse a cidade de Lisboa tomaria tambem o castello. O exemplo da capital foi logo seguido por muitas outras terras do reino, e o povo, que em toda a parte seguia a causa do mestre, apoderou-se dos castellos de Beja, Portalegre e Extremoz.

Digitized by Google

Mas era preciso preparar uma defeza regular, e escasseavam os meios de organisar um exercito em condições de resistir ao do rei de Castella. Foi então que se lembraram de enviar uma embaixada a Londres, afim de obter de Ricardo II auctorisação para se recrutarem voluntarios inglezes que viessem defender a causa do mestre. Estas relações com a Inglaterra vieram depois a estreitar-se, como veremos, e exerceram uma grande influencia no reinado de D. João I. Ao mesmo tempo o mestre de Aviz tratava de adquirir recursos para fazer face ás despezas da guerra, o que habilmente conseguiu por expedientes acertados e graças á generosidade dos seus partidarios.

Emquanto estes acontecimentos se davam em Portugal, D. João de Castella rejeitava o parecer de alguns fidalgos que lhe aconselhavam prudencia, e invadia o nosso paiz. Não encontrava resistencia, diz o snr. Pinheiro Chagas, mas não encontrava adhesão; alguns alcaides fechavam-lhe os castellos e preparavam-se para a defeza, se fossem atacados; outros evitavam o seu encontro; nos arrabaldes de Thomar travou-se ainda uma escaramuça entre portuguezes e castelhanos. Quando chegou proximo de Santarem foi o rei de Castella recebido por um grande numero de fidalgos portuguezes ligados ao partido da rainha, que alli estava, como vimos.

Quando o mestre de Aviz teve noticias da vinda dos castelhanos estava cercando Alemquer. O fogoso Nuno Alvares quiz logo dirigir-se a Santarem offerecer combate ao inimigo; mas o mestre, que era ao

Digitized by Google

mesmo tempo corajoso e prudente, não quiz abalançar-se a um combate regular com as poucas forças que tinha. Dirigiu-se a Lisboa, onde preparou a defeza da cidade contra qualquer ataque, e abasteceu-a de mantimentos para a hypothese de um bloqueio.

D. Leonor Telles começava a indispôr-se com o genro, D. João de Castella, a quem cedêra o cargo de regente do reino e que como tal já mandára cunhar moeda. Era mesmo impossivel que fosse duradoura a harmonia entre aquelles dois espiritos tão diversos, que só por uma refinada hypocrisia se conservaram momentaneamente em paz. D. Leonor detestava a gravidade que o genro fazia conservar na côrte; D. João não podia tolerar que D. Leonor passasse o tempo em galanteios com os fidalgos, o que, dizia elle, não era proprio de uma viuva. D. Leonor arrependia-se de ter cedido ao genro o governo do reino, e muito mais havia de arrepender-se depois, quando elle lhe infligisse o terrivel castigo da sua perversidade. A muitos alcaides mandou dizer que não reconhecessem o rei de Castella, porque a cedencia que ella fizera lhe fôra extorquida e por conseguinte estava nulla. Despersuadiu alguns fidalgos de continuarem a seguir o partido de D. João de Castella, e dizia-lhes que melhor fôra terem seguido o partido do mestre. Agora odiava ella o genro como odiára o mestre de Aviz, e jurou vingar-se de quem a desconsiderava, negando-lhe o simples favor da nomeação de um seu protegido para um cargo que vagára em Hespanha. Na côrte urdiu-se logo uma intriga em que se envolviam damas e fidalgos e que visava a um attentado contra o rei

Digitized by Google

de Castella. Mas o plano falhou e foram descobertos os seus auctores. Não seguiremos os fios d'essa meada, o que levaria muito longe a nossa narrativa. D. Leonor foi condemnada a expiar todos os seus crimes no mosteiro de Tordesillas, depois de se sujeitar a um processo humilhante, em que foram juizes o genro e a propria filha.

Tendo-se desembaraçado da sogra, restava agora ao rei de Castella desfazer-se d'outro adversario mais respeitavel, o mestre de Aviz. Pôz-se a caminho de Lisboa com o seu exercito; mas, receando o heroismo e a valentia dos portuguezes que defendiam a capital, resolveu esperar nos arredores da cidade que a sua esquadra chegasse ao Tejo para fazer um bloqueio completo. Ao mesmo tempo requisitou mais forças de Castella e deu ordem ao seu almirante Fernão Sanchez de Toar para reunir as forças que podésse, logo que a esquadra castelhana chegasse ao porto de Lisboa, e fosse submetter a provincia do Alemtejo.

Nuno Alvares Pereira foi encarregado de ir defender as terras alemtejanas contra os invasores. N'essa campanha, cheia de episodios heroicos, o futuro condestavel, com um pequeno exercito, com a sua grande coragem, com o seu arrojo sublime, com a grande força de vontade que por vezes o obrigou a dominar os proprios impetos de fogoso guerreiro, — ganhou uma enorme reputação e prestou os mais assignalados serviços á causa do mestre de Aviz. A primeira batalha que se feriu foi no sitio dos Atoleiros, proximo de Fronteira. As forças eram muito desiguaes; mas a tactica de Nuno Alvares suppriu a in-

Digitized by Google

ferioridade numerica de combatentes. Apeou os seus cavalleiros, formou-os em duas fileiras cerradas, e recebeu assim a cavallaria inimiga nas pontas das lanças. Foi violentissima a carga da cavallaria, mas todas as forças se quebravam debalde contra aquelle rochedo vivo, que não cedeu. Emquanto os combatentes da primeira fila derrubavam ás lançadas um grande numero de cavallos, os da segunda arremessavam dardos e vibravam béstas contra os cavalleiros. Pela primeira vez evidenciou-se então a superioridade da infanteria sobre a cavallaria, o que é ponto assente na moderna arte de guerra, e foi d'esse expediente de Nuno Alvares que naturalmente nasceu a idéa da formação do quadrado da infanteria contra a cavallaria, idéa que veio a introduzir grandes modificações na tactica militar. Quem desconhece os famosos quadrados de Waterloo e aquelle em que Napoleão, na batalha das Pyramides, resistiu á impetuosa cavallaria dos mamelukos? Pois bem: a primeira idéa d'esse estratagema deve-se á genial inspiração de Nuno Alvares Pereira.

A victoria dos Atoleiros deu uma grande força moral ao exercito portuguez e fez ganhar largo terreno á causa do mestre de Aviz. Nuno Alvares proseguiu a sua gloriosa campanha, e alguns portuguezes, animados com o triumpho, penetraram em Hespanha, sem todavia encontrarem resistencia. Vejamos agora o que se passa em Lisboa.

O mestre de Aviz tratou de arranjar navios com que podésse resistir á esquadra castelhana esperada no Tejo. Sob a direcção do arcebispo de Braga, D. Lou-

Digitized by Google

renço, um d'esses prelados medievaes que depunham o baculo para empunhar a espada, — prepararam-se todos os navios que havia no Tejo, e de cujo commando foi encarregado Gonçalo Rodrigues de Sousa, para ir ao Porto juntar os mais que podésse e voltar depressa a Lisboa. Entretanto approximava-se a esquadra castelhana, e D. João decidia-se a avançar sobre Lisboa. Apenas os castelhanos chegaram perto dos muros da cidade, sahiram alguns portuguezes a travar lucta, e d'esta vez, como os nossos eram poucos e os inimigos numerosos, a cidade esteve em risco de ser entrada pelos castelhanos, ao que obstou a promptidão dos soccorros. Logo que a sua esquadra entrou no Tejo, o rei de Castella estabeleceu o cêrco, tendo em volta de Lisboa mais de trinta mil homens, além de outras forças espalhadas a distancia.

Dentro da cidade, o mestre de Aviz era incançavel na organisação da defeza. Todos estavam promptos a acudir onde se manifestasse o perigo. Havia a mais perfeita disciplina, e ao toque de alarme todos estavam no seu posto. A frota do Porto ia-se demorando. Como não foi possivel conseguir logo todos os soccorros e abastecimentos que deviam ir para Lisboa, os nossos occuparam-se em repellir uma invasão castelhana que entrára pela provincia de Entre Douro e Minho, perseguindo e queimando navios inimigos mesmo em portos hespanhoes e fazendo prezas importantes. Finalmente partiu a frota do Porto, mas sem n'ella ter embarcado Nuno Alvares Pereira, que o mestre de Aviz chamára a Lisboa e que teve de se resignar a voltar para o Alemtejo. Foi n'esta viagem,

Digitized by Google

ao passar em Coimbra, que, achando-se Nuno Alvares e a sua gente em grande penuria, tentaram corrompêl-o com dinheiro castelhano. Debalde! aquelle nobre e generoso cavalleiro não vendia por preço algum a honra do seu caracter immaculado.

Entrou a frota portugueza na barra de Lisboa no dia 17 de junho de 1385, sendo formada de dezesete naus, commandadas pelo capitão Ruy Pereira, e outras tantas galés ás ordens do conde D. Gonçalo. A esquadra hespanhola, composta de quarenta naus e treze galés, estava fundeada no Restello e defronte do local onde depois veio a levantar-se Belem. Apesar da grande differença de forças, os nossos navios entraram na barra, e na manhã do dia seguinte avançaram pelo Tejo, não sem uma rija peleja em que perdeu a vida o corajoso Ruy Pereira e na qual foram tomadas pelos castelhanos tres naus portuguezas.

Continuava o cêrco, repetindo-se escaramuças mais ou menos importantes. O rei de Castella, que estava senhor do rio e tinha algumas tropas defronte de Almada, reforçou-as e pôz cêrco á villa. Os habitantes de Almada resistiram heroicamente, supportando todos os horrores da fome e da sêde antes de se renderem, até que o mestre de Aviz, que não podia soccorrêl-os, lhes mandou dizer por um homem que de noite atravessou o Tejo a nado, que, tendo feito uma valente resistencia, era melhor renderem-se, o que elles fizeram depois de longas negociações com o rei de Castella.

Vendo o heroismo e a constancia dos defensores de Lisboa, o rei de Castella tentou a traição; mas á

Digitized by Google

ultima hora foi revelado o segredo, e os habitantes da capital teriam dado aos traidores o mais terrivel castigo, se não fôra a generosidade do mestre de Aviz. Depois de varios combates, o rei de Castella resolveu entrar em negociações com o mestre; mas não poderam concordar em que, ficando o defensor do reino com a regencia até que nascesse algum filho de D. Beatriz, partilhasse o poder com um fidalgo castelhano. As negociações abortaram, porque, dizia o mestre, nenhum portuguez consentiria em ser governado por um estrangeiro. D'esta fórma prolongou-se o cêrco de Lisboa, emquanto Nuno Alvares Pereira continuava no Alemtejo, luctando com as forças castelhanas que por lá andavam e com outras que o rei para lá destacava.

Entretanto a fome ameaçava Lisboa, e os sitiados tiveram de se desfazer de algumas boccas inuteis, começando pelos judeus e meretrizes. Mas ao passo que o flagello da fome perseguia os sitiados, a peste começava a fazer grandes estragos no arraial castelhano. Apesar de vêr o desanimo que prostrava o seu exercito, o rei de Castella não queria desistir de continuar o cêrco; succedeu, porém, que a propria rainha D. Beatriz foi atacada de peste, e então resolveu retirar-se, depois de incendiar o arraial para que os portuguezes se não aproveitassem d'elle. Ao cabo de quatro mezes de cêrco, os habitantes de Lisboa viram-se emfim livres do inimigo.

«A retirada do rei de Castella — diz o snr. Pinheiro Chagas — foi triste; acompanhavam-n'o as desillusões, e a vergonha de ter posto em movimento

Digitized by Google

tanto poder para afinal nada conseguir. O que tornava ainda mais triste e luctuosa a retirada era um longo prestito funebre que precedia o exercito, formado dos despojos mortaes dos fidalgos castelhanos que tinham perecido no cêrco de Lisboa, e que voltavam para serem enterrados nos jazigos das suas familias. Para quem asseverava partindo que a sua campanha não seria mais do que uma marcha triumphal até Lisboa, este lugubre regresso, em que transpunham, primeiro do que elle, as fronteiras da patria os cadaveres da brilhante nobreza que o acompanhava, devia ser profundamente desanimador e humilhante [1]».

D. João de Castella dirigiu-se a Torres Vedras, onde o seu conselho se dividiu sobre se se devia continuar a guerra ou dal-a por acabada. Conservou-se em Santarem até fins de setembro, e em seguida retirou-se, depois de fortificar o castello d'aquella cidade e outros que o reconheciam, e de ter submettido Torres Novas. Em seguida dirigiu-se á fronteira, e apenas entrou em territorio hespanhol, licenciou quasi todo o exercito e escreveu ás cidades explicando-lhes os motivos por que retirára de Lisboa.

O mestre de Aviz e Nuno Alvares não perderam tempo. Nuno Alvares foi para o Alemtejo submetter algumas terras que haviam tomado voz por Castella, e em seguida dirigiu-se a Coimbra, afim de assistir ás côrtes que para alli tinham sido convocadas. O

[1] *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 54.

Digitized by Google

mestre marchou para Cintra, e d'alli foi a Almada, cujos habitantes se lhe entregaram, apesar de terem dado seus filhos em refens ao rei de Castella; em seguida foi tomar Alemquer e Torres Novas, e dirigiu-se tambem a Coimbra.

Foram convocadas as côrtes a pretexto de providenciar ácerca das circumstancias em que se achava o paiz; mas o seu fim real era a eleição de um rei, e tanto que as terras auctorisaram os seus representantes a eleger o mestre de Aviz. Se alguns hesitavam ainda n'esta escolha, allegando direitos de outros pretendentes, a voz eloquente de João das Regras havia de levantar todas as difficuldades e faria com que nas côrtes triumphasse a causa do mestre, como a espada de Nuno Alvares a fazia triumphar nos campos de batalha.

Abertas as côrtes, começou o doutor João das Regras a sua tarefa, refutando os direitos de todos os pretendentes, a começar por D. Beatriz. Provou que, sendo D. Leonor Telles casada com João Lourenço da Cunha ao tempo em que D. Fernando a tomou por esposa, este casamento era illegitimo e D. Beatriz era filha de um adulterio. Além d'isso, demonstrou em face de dados genealogicos que, segundo o direito d'aquelle tempo, D. Fernando e D. Leonor estavam em grau de parentesco em que não podiam casar sem dispensa. Finalmente, considerou que, attenta a vida escandalosa de D. Leonor, não podia mesmo haver a certeza de que D. Beatriz fosse filha d'el-rei D. Fernando.

Recordou que o rei de Castella era um perjuro,

Digitized by Google

por ter violado os tratados celebrados em vida de D. Fernando; que era hereje, reconhecendo o papa de Avinhão, ao passo que Portugal, desde que o mestre de Aviz assumira o governo, reconhecia o verdadeiro papa, Urbano VI; que era estrangeiro, e que nenhum portuguez devia sujeitar-se ao dominio de estranhos.

Passou depois a impugnar os pretendidos direitos de D. João e D. Diniz, filhos de D. Pedro I e D. Ignez de Castro, tarefa de certo mais difficil, tanto mais quanto o proprio mestre de Aviz reconhecêra os direitos do infante D. João. Demonstrou habilmente que elles não eram filhos legitimos, porque tudo realmente persuadia que não se déra o casamento de D. Pedro com D. Ignez. Com effeito, não só D. Pedro nunca declarou em vida de seu pae que D. Ignez fôra sua esposa, mas só fez essa declaração quatro annos depois da morte do pae. João das Regras explicou aquella tardia declaração de D. Pedro pelo facto de querer legitimar os filhos de qualquer fórma, depois de procurar debalde que o papa os legitimasse. Era incrivel que só uma testemunha, Estevam Lobato, se recordasse do dia, mez e anno do casamento. Mas ainda que tal casamento houvera sido um facto, era illegitimo, por causa do grau de parentesco que existia entre D. Pedro e D. Ignez. Finalmente, ambos esses pretendentes tinham pegado em armas contra a patria, ao passo que o mestre de Aviz pugnára pela independencia nacional contra o estrangeiro.

O habil jurisconsulto reservára para o fim o argumento de maior effeito, aquelle que havia de acabar com todas as duvidas e faria triumphar por com-

Digitized by Google

pleto a causa do mestre de Aviz. «Reunidas de novo as côrtes — escreve o snr. Pinheiro Chagas [1] — o doctor João das Regras sacou uns pergaminhos velhos, e, depois de lamentar que a obstinação dos partidarios dos infantes o obrigasse a lançar mão d'uma arma que não desejava empregar, disse que os documentos que ia lêr lançavam luz completa no negocio do casamento de D. Ignez, e da legitimidade dos infantes. Excitada a curiosidade do auditorio, o *grão doctor*, como lhe chama Fernão Lopes, desenrolou os pergaminhos, e leu: 1.º uma carta d'el-rei D. Affonso ao papa, rogando-lhe que não concedesse a seu filho D. Pedro a dispensa que elle lhe queria pedir para casar com D. Ignez; 2.º uma carta d'el-rei D. Pedro ao papa declarando-lhe que tinha casado em tempo com D. Ignez de Castro, apesar do parentesco intimo que os unia, e pedindo-lhe que legitimasse esse casamento, e os filhos que d'elle tivera; 3.º uma carta do mesmo pontifice Innocencio VI, recusando-se formalmente a legitimar o casamento e a legitimar os filhos. «Ora vêde, concluiu João das Regras, sem mais accrescentar ou minguar, toda a historia, como se passou, do casamento de D. Ignez, e a legitimação de seus filhos, a qual eu escusar quizera por honra dos infantes, posto que sejamos em tal passo, e entendo que fôra melhor que me fazerem publicar de praça sua incestuosa nascença [2]».

[1] *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 59.

[2] «Fernão Lopes, *Chronica d'el-rei D. João* I, cap. 190, pag. 405».

Digitized by Google

O golpe foi decisivo; desappareceram completamente as duvidas, e todos os prelados, fidalgos e representantes do povo foram offerecer a corôa ao mestre de Aviz, que, como habil politico, não se deu pressa em acceital-a. Allegou que não podendo prevêr-se a sorte da guerra, seria uma deshonra para a corôa, que elle, sendo rei, fosse vencido, o que não seria tão desairoso sendo simples cavalleiro. Mas as instancias redobraram, e o mestre de Aviz foi acclamado rei de Portugal, no dia 6 de abril de 1385. Pouco depois nomeava condestavel o heroico defensor da sua causa, Nuno Alvares Pereira.

Tratava-se agora de preparar a defeza, para a qual se podia contar com alguns auxiliares inglezes que tinham chegado pouco antes da acclamação de D. João I. O condestavel foi encarregado de ir ao Porto organisar uma esquadra, e emquanto não foi possivel conseguir os meios necessarios para o seu apercebimento, entreteve-se pelo norte a submetter algumas terras que tinham voz por Castella. D. João I dirigiu-se tambem de Coimbra ao Porto, aonde nunca tinha ido, para animar os seus partidarios, e ahi foi recebido no meio de grandes festas, que se encontram minuciosamente descriptas na chronica de Fernam Lopes. Do Porto foi el-rei tomar Guimarães, que se entregou depois de uma corajosa resistencia. Braga, auxiliada pelo condestavel e por Mem Ramires de Vasconcellos, pronunciou-se tambem por D. João I. Submettidas outras terras do norte, el-rei, que recebêra em Guimarães a noticia da derrota dos castelhanos em Trancoso, voltou para o sul com o condestavel,

Digitized by Google

a fim de continuar os preparativos para a guerra e submetter alguns castellos que ainda sustentavam o partido castelhano.

O rei de Castella preparára forças numerosas para invadir Portugal, encarregando o arcebispo de Toledo de entrar com tropas pelo lado de Salamanca e Ciudad-Rodrigo, emquanto elle faria a invasão pelo lado de Badajoz. Effectivamente dois mil castelhanos dirigiram-se a Almeida, avançaram sobre Pinhel e Trancoso, fazendo sempre muitos estragos, e chegaram até Vizeu, que saquearam e incendiaram. Alguns fidalgos da Beira reuniram então as forças que poderam e offereceram batalha aos castelhanos, quando estes regressavam, a meia legua de Trancoso. A derrota foi completa e produziu um magnifico effeito para a causa de D. João I.

No sul continuavam as operações do rei e do condestavel, que escolheram Abrantes para ponto de reunião das suas forças. O rei de Castella, sabendo da derrota de Trancoso e tendo noticia de que chegára ao Tejo a sua esquadra, composta de doze galés e quarenta e seis naus, levantou o cêrco que tinha posto a Elvas e fez concentrar todas as suas forças em Ciudad-Rodrigo. No dia 8 de julho atravessou a fronteira e começou a sua marcha para Almeida, Pinhel e Trancoso, demorando-se depois algum tempo em Celorico. A 31 de julho ou no 1.º de agosto dirigiu-se a Coimbra, que se lhe não rendeu, e, depois de fazer provisões e incendiar os arrabaldes da cidade, continuou a sua marcha, de fórma que no dia 11 ou 12 pernoitou em Leiria.

Digitized by Google

N'estas circumstancias D. João I convocou o seu conselho; mas ahi dividiram-se as opiniões, e só graças á indomavel energia de Nuno Alvares, apoiado pelo rei, é que se resolveu offerecer batalha aos castelhanos. Os portuguezes dirigiram-se a Porto de Moz, e d'alli marcharam para Aljubarrota, onde se devia ferir o terrivel combate. O rei de Castella ainda enviou dois emissarios ao condestavel, ponderando-lhe que os portuguezes eram muito inferiores em numero, e portanto seriam derrotados. Tudo foi inutil: Nuno Alvares estava firmemente resolvido a vencer ou morrer. Com effeito, no dia 14 de agosto de 1385, feriu-se a memoravel batalha de Aljubarrota, que constitue um dos feitos mais gloriosos da historia portugueza.

Constava o exercito portuguez de mil e setecentas lanças, oitocentos bésteiros e quatro mil peões, ao todo uns seis mil e quinhentos combatentes, emquanto que no exercito castelhano havia uns trinta e dois mil. Não é facil determinar a topographia do campo de batalha, divergindo os chronistas na descripção do local em que ella se deu. Ou o terreno fosse egual e sem obstaculos, como affirma Fernam Lopes, ou cortado de accidentes, como diz o chronista castelhano Ayala, parece que o local ficaria a tres kilometros e meio de Leiria, dois e meio do mosteiro da Batalha, a doze de Aljubarrota e a cinco de Porto de Moz.

De madrugada começaram os preparativos no arraial portuguez. Muitos cavalleiros ouviram missa e commungaram, e logo se pôz o exercito em marcha para o local do combate. Apenas ahi chegaram, as

Digitized by Google

forças portuguezas dispozeram-se de fórma que a vanguarda, composta de seiscentas lanças, era commandada pelo condestavel; á direita estava a *ala dos namorados,* commandada por Mem Rodrigues e Ruy Mendes de Vasconcellos; a ala esquerda, composta de portuguezes, inglezes e gascões, era commandada por Antão Vasques e pelo gascão João de Montferrat; a rectaguarda, commandada por D. João I, constava de setecentas lanças; entre a rectaguarda e as duas alas estavam os bésteiros e peões; as bagagens, defendidas por peões e bésteiros, estavam atraz do exercito. Os soldados portuguezes mostravam-se muito animados e cheios de confiança, de tal modo que João de Montferrat disse a el-rei: — «Tenho assistido a sete batalhas campaes, e nunca vi soldados com mais alegre aspecto, com mais resoluta physionomia. Apesar da desproporção immensa do numero, prophetiso-vos, senhor, a victoria». Ao que D. João I respondeu com um sorriso: — «Dar-vos-hei alviçaras pelo vosso bom agoiro». «E os vivas atroavam os ares — escreve eloquentemente o snr. Pinheiro Chagas — e o arcebispo de Braga D. Lourenço, o prelado militante, erguendo uma cruz de prata, animava os soldados a pelejarem pela patria contra os invasores, pela fé contra os herejes, pelo rei do povo leal contra o rei da nobreza traidora. E todos esperavam anciosos o signal da batalha, e nem um só sentia desmaiar-lhe o animo intrepido ao vêr diante de si tão confusa massa d'inimigos [1]».

[1] *Historia de Portugal,* vol. II, pag. 81.

Digitized by Google

Pelo contrario, no exercito castelhano havia falta de organisação e de enthusiasmo. O rei, doente, não podéra assumir o commando; os fidalgos, confiados na superioridade do numero, esperavam vencer a batalha apesar de tudo. Tinham tambem a seu favor o auxilio dos *trons*, machinas de guerra que os nossos não possuiam e que deviam fazer terrivel mortandade.

Dado o signal do combate, a vanguarda portugueza marchou contra o inimigo, fileira cerrada, passo firme, aspecto verdadeiramente guerreiro. O choque foi violento. As forças do condestavel sentiram-se abaladas, e houve um certo desanimo quando, logo ao principio, um tiro de bombarda matou dois escudeiros. Mas logo bradou uma voz que aquillo era castigo de Deus, porque os dois escudeiros tinham assassinado ha dias um clerigo dentro de uma egreja. «É Deus que nos livra dos maus», — exclamaram, e todos recuperaram coragem. De parte a parte combatia-se com bravura; mas no exercito castelhano havia falta de direcção e commando. As forças castelhanas, em numero de mais de vinte mil homens, conseguem romper a pequena hoste do condestavel. Então as duas alas avançam dos lados e precipitam-se sobre as forças castelhanas com uma heroicidade que tocava as raias da loucura, fazendo grandes brechas no exercito inimigo. N'aquelle tumulto infernal, parecia que as forças portuguezas se submergiam nas ondas de hespanhoes. D. João I avança com as suas setecentas lanças e aviva o combate desesperadamente. Entretanto, o condestavel reorganisa a sua heroica phalange e volta de novo á peleja.

Digitized by Google

A lucta era tremenda. O exercito castelhano começou de fraquejar. Muitas das suas forças conservavam-se afastadas, fóra de combate por falta de commando. A vanguarda, sentindo-se fraca, recuou. A desordem accentua-se, os castelhanos atropellam-se uns aos outros, sentem-se faltos de coragem, e o rei, montando n'um cavallo, é o primeiro a dar o exemplo da fraqueza, fugindo á desfilada pelo caminho de Santarem. Os portuguezes redobram de coragem e valentia. Vasco Martins de Mello, percebendo a fuga do rei de Castella, foi perseguil-o em obediencia ao juramento que fizera de o ferir, mas foi morto pela escolta antes de cumprir o seu voto. Finalmente, a batalha estava ganha, e o exercito castelhano, completamente derrotado, fugiu desordenadamente. Muitos hespanhoes, abandonados e perdidos pelos caminhos, morriam ás mãos dos camponezes. Devia ter sido então que a padeira Brites d'Almeida matou sete castelhanos com a sua pá, segundo refere uma tradição com todos os visos de verdadeira.

Chegando a Santarem, o rei de Castella metteu-se n'uma barca e desceu pelo Tejo em direcção a Lisboa, a fim de embarcar n'um dos navios da esquadra que o conduziu a Sevilha.

Foram grandes os despojos que os portuguezes encontraram. Para não nos alargarmos em pormenores, limitar-nos-hemos a reproduzir a seguinte resumida noticia dada por Fernam Lopes: «Ali foi achada gran riqueza de prata, e ouro, e joias, e guarnimentos de desvairadas guisas; como bem podeis entender, que traria tal rei e taes senhores: como com elle vinham

Digitized by Google

não por se tornar de guerra começada, mas por continuar no reino até se socegar, como em cousa que haviam já por sua: e isso mesmo cobraram cavallos, e mulas, e azemolas, e armas, e outras muitas e boas cousas que seria longo de nomear: de que el-rei nenhuma cousa tomava a quaesquer, que as em poder tinham».

O condestavel, que recebeu o condado de Ourem em premio dos seus serviços, não descançou á sombra dos louros de Aljubarrota. Passou ao Alemtejo, organisou ahi um exercito de mil lanças, dois mil peões e alguns bésteiros, e foi invadir Castella pela fronteira de Badajoz. Depois de tomar o castello de Villa Garcia, marchou para Valverde, emquanto os castelhanos reuniam forças para lhe darem combate. Effectivamente juntaram um numeroso exercito, que Fernam Lopes ayalia em trinta e tres mil homens, ao passo que o condestavel teria, quando muito, cinco mil. Os portuguezes tinham contra si a differença do numero, mas tinham a seu favor o prestigio de Aljubarrota. Demais, os castelhanos estavam sem organisação e sem unidade de commando, divididos por odios e despeitos, e eram na maior parte lavradores reunidos á pressa, mal acostumados ao ardor do combate e que tremiam de susto ouvindo pronunciar o nome de Nuno Alvares.

As forças castelhanas dividiram-se pelas duas margens do Guadiana, no intuito de collocarem os portuguezes entre dois fogos quando os nossos fizessem a travessia. O condestavel atravessou primeiro com a vanguarda, e deixou as bagagens defendidas pela

Digitized by Google

rectaguarda; voltou depois a buscar as bagagens, e passou novamente o rio para acudir á rectaguarda, que corria perigo, e leval-a para a outra margem. Travou-se um rijo combate. Os portuguezes repetem as façanhas de Aljubarrota. Os castelhanos resistem, mas os soldados do condestavel redobram de esforços e o seu impeto faz recuar os inimigos, que vão tomar posição n'um outeiro proximo. Corre sobre elles o condestavel e consegue desalojal-os. Tomam posição em segundo e terceiro outeiro, mas os portuguezes perseguem-n'os sempre e com triumpho. Nuno Alvares vê a rectaguarda em perigo, envolvida por grande numero de castelhanos; corre a soccorrêl-a; volta para a vanguarda, que combate agora a flôr da cavallaria inimiga; os portuguezes luctam desesperadamente e avançam sobre montes de cadaveres. Mas a rectaguarda encontra-se de novo em perigo, e lá vôa a soccorrêl-a o condestavel. O perigo augmenta, e o proprio Nuno Alvares chega quasi a perder a esperança. Cheio do fervor religioso que caracterisa todos os heroes d'aquella época, apeia-se do seu cavallo, ajoelha entre dois penhascos e implora o auxilio divino. Procuram-n'o com anciedade, querem interrompêl-o na sua oração, mas elle impõe-lhes o silencio e não se levanta sem a concluir. Volta para a lucta animado de nova coragem; precipita-se como um leão sobre os castelhanos, e o seu exemplo é logo seguido pelos portuguezes. Apparece o mestre de Santiago com a flôr do exercito inimigo; novo embate mais terrivel que o primeiro; o proprio mestre cáe morto; nas hostes inimigas lavra o desanimo, estabelece-se a confusão,

Digitized by Google

começa a debandada. O condestavel envia um emissario a D. João I com a noticia da victoria e volta triumphante a Portugal.

Desde que chegaram da Inglaterra os primeiros soccorros contra Castella, estreitaram-se entre os dois paizes relações de amisade que deviam ter uma grande influencia no reinado de D. João I. Vejamos como se passaram os acontecimentos.

O duque de Lancastre escreveu ao novo rei de Portugal, communicando-lhe a resolução em que estava de vir á peninsula fazer valer os direitos de sua esposa á corôa de Castella, e pedindo-lhe navios para transportar as suas tropas. Effectivamente partiram os navios portuguezes para Inglaterra, sob o commando de André Furtado, e a 25 de julho de 1386 a esquadra aportava á Corunha, trazendo as forças do duque. Segundo Fernam Lopes, o exercito inglez constava de duas mil lanças, tres mil bésteiros e um grande numero de peões. Foram logo alli embaixadores castelhanos, que, sustentando os direitos do seu monarcha, propozeram ao duque, a fim de evitar a guerra, o casamento de sua filha mais velha com D. Henrique, herdeiro do throno de Castella. A proposta foi rejeitada, e, depois de receber menagem da nobreza em S. Thiago, o duque de Lancastre dirigiu-se a Portugal, em visita a D. João I. Encontraram-se os dois em Ponte de Mouro, e ahi celebraram um tratado de alliança offensiva e defensiva contra qualquer inimigo das partes contractantes. O rei de Portugal obrigava-se a auxiliar o duque na guerra contra Castella, e elle dava-lhe uma de suas filhas. Para

Digitized by Google

evitar complicações politicas no futuro e tambem por motivos de preferencia pessoal, D. João I escolheu a mais nova, D. Filippa.

Deixando a esposa com a regencia do reino, o monarcha portuguez partiu com o sogro para a guerra de Castella. Começaram as operações; mas como não fossem coroadas do exito que era para desejar, D. João I aconselhou o duque a que fosse buscar mais tropas a Inglaterra ou acceitasse uma reconciliação com o rei de Castella. O duque de Lancastre optou pela segunda solução, e effectivamente fez-se a paz, recebendo o duque uma indemnisação em dinheiro e casando sua filha D. Catharina com o principe herdeiro de Castella. A guerra com Portugal continuou ainda por algum tempo, até que se negociou uma tregua de dez annos, e por fim foi concluida a paz definitiva.

Referir-nos-hemos agora ao casamento de D. João I com D. Filippa, realisado no Porto no dia 2 de fevereiro de 1387, e que veio estreitar as relações de amisade que desde o principio da monarchia existiam entre Portugal e Inglaterra. D. Filippa foi, sobre tudo, uma esposa dedicadissima, mãe extremosa, rainha verdadeiramente exemplar. Foi ella que introduziu ou augmentou na côrte de D. João I aquella vida austera que a caracterisa, aquella atmosphera de virtude levada ao mais alto grau; foi ella, cheia de desvelos e animada das mais altas virtudes que podem adornar a mulher na sua missão sublime de esposa e mãe, que deu a seus filhos a elevada educação e lhes implantou no espirito aquelles generosos senti-

Digitized by Google

mentos que tanto os distinguiram. As virtudes de D. Filippa estão compendiadas no seu epitaphio, citado e traduzido por Fr. Luiz de Sousa [1]:

«Foi esta senhora um modêlo e regra de virtude conjugal para casadas; guia e ensino para donzellas; meio e occasião de toda a honestidade para o reino; e por que não faltasse em nada tiveram n'ella os que a serviam uma mestra mui discreta e grave da graça e galanteria de palacio e de toda a politica cortezã».

Nada faltou a D. João I para o aureolar de gloria e esplendor: a espada de Nuno Alvares fazendo prodigios no campo de batalha, a eloquencia de João das Regras defendendo os seus direitos nas côrtes de Coimbra, a prosperidade do seu reino e o desenvolvimento que se operava em todos os ramos da actividade nacional, finalmente uma familia em que resplendeciam todas as sublimes virtudes da esposa e todas as altas qualidades dos filhos, raça de heroes que se immortalisaram pelas suas virtudes e pelas suas façanhas, que tão grandes glorias conquistaram para si e tão bello futuro prepararam para a sua patria. O proprio D. João I, formado na escóla da cavallaria medieval, — ao genio guerreiro, á valentia indomavel, reunia a generosidade de caracter e a mais delicada nobreza de sentimentos. Guerreiro experimentado e corajoso, era ao mesmo tempo, como rei, dedicadissimo ao povo que o elegêra, e, como esposo e pae, o centro de todos os affectos de sua familia.

[1] *Historia de S. Domingos*, parte I, liv. VI, cap. XXV.

Digitized by Google

Do seu casamento com D. Filippa teve D. João I os seguintes filhos:

1.º — D. Branca, nascida em Lisboa a 13 de julho de 1388. Viveu pouco mais de oito mezes.

2.º — D. Affonso, que nasceu em Santarem a 30 de julho de 1390, e que morreu creança.

3.º — D. Duarte, que nasceu em Vizeu a 31 de outubro de 1391, e que succedeu no throno.

4.º — D. Pedro, o martyr de Alfarrobeira e o legendario heroe das *sete partidas do mundo,* que nasceu em Vizeu a 9 de dezembro de 1392.

5.º — D. Henrique, o heroico iniciador dos descobrimentos maritimos, que constitue o objecto d'este volume, nasceu no Porto a 4 de março de 1394.

6.º—D. Isabel, nascida a 21 de fevereiro de 1397, que, tendo casado com Filippe o *Bom,* duque de Borgonha, veio a representar um papel importante na politica da Europa.

7.º — D. João, nascido em Santarem a 13 de janeiro de 1400, que veio a ser grão-mestre da ordem de S. Thiago, casou com uma neta de Nuno Alvares Pereira e succedeu-lhe no cargo de condestavel.

8.º — O *infante santo,* D. Fernando, que nasceu em Santarem a 29 de setembro de 1402 e ficou captivo em Fez.

Antes de casado teve D. João I dois filhos naturaes de D. Ignez Pires, dos quaes um, D. Affonso, foi conde de Barcellos e primeiro duque de Bragança, e D. Beatriz casou em primeiras nupcias com o conde de Arundel, e em segundas com o barão de Yrchenfield.

Digitized by Google

Digitized by Google

CAPITULO I

O Infante D. Henrique. — O seu caracter e o seu espirito cavalleiroso.— A sua educação. — A idéa predominante do seu espirito.

Foi no dia 4 de março de 1394 que nasceu na cidade do Porto o infante D. Henrique, o glorioso iniciador dos descobrimentos que encheram de prestigio o nome portuguez e tão notavel influencia exerceram em todas as viagens maritimas dos seculos XV e XVI.

De boa estatura, compleição vigorosa, membros largos e fortes, cabellos levantados, olhar duro, gesto sereno, a côr tostada pela continuação do trabalho, — eis como nol-o pinta o chronista Azurara [1]. Espi-

---

[1] *Chronica do descobrimento e da conquista da Guiné*, cap. IV.

Digitized by Google

rito intelligente, austero, como todos os filhos de D. João I; trabalhador incançavel, tenaz, corajoso em todas as adversidades, D. Henrique possuia essa rija tempera dos heroes que tudo sujeitam á sua vontade de ferro, tudo sacrificam á realisação de um pensamento generoso. Sobrio, vivendo n'aquella austeridade de costumes que sua mãe implantára na côrte portugueza, espirito profundamente christão, a sua vida é ao mesmo tempo um modêlo de heroicidade e um traslado de virtudes [1]. Prudente, generoso, profundamente dedicado ao serviço da sua patria, não se poupava a trabalhos e sacrificios para realisar o grandioso projecto que concebêra.

Caracter nobre e cavalleiroso, figura verdadeiramente epica, o infante impunha-se á consideração de todos mais pelas superiores qualidades do seu espirito que pela circumstancia de ter nascido filho de reis. Na côrte, o seu prestigio era notavel, como attestam alguns factos a que mais tarde nos referiremos; entre o povo e os homens que com elle viviam mais de perto, era muito estimado, e todos admiravam com espanto os grandes trabalhos que emprehendia e realisava com uma constancia inquebrantavel.

---

1 Azurara, depois de fallar com muito louvor da castidade do infante, diz: «Muyto pequena parte de sua ydade bebeo vinho, e esto foe logo no começo de sua creaçom, mas despois em toda sua vida foe delle privado».

D. Duarte, no cap. XXXII do *Leal Conselheiro*, onde trata *Do peccado da gula*, aconselha que se aborreça *muito a bebedice*, e se *não beba muito vinho, nem pouco aguado.*

Digitized by Google

A sua presença, á primeira vista, não era agradavel. Ás vezes deixava dominar-se por impetos de colera, e então o seu semblante era esquivo, como diz o chronista. Trabalhava aturadamente, e tanto que se dizia «*que os grandes trabalhos deste principe quebrantavam as altezas dos montes*». Geralmente era amado de todos, porque a quasi todos favorecia e a ninguem prejudicava. A todos edificava com o seu exemplo. Da sua bocca nunca sahiu uma palavra deshonesta.

Obedecia escrupulosamente a todos os preceitos da Egreja e assistia com grande devoção a todos os actos religiosos. Na sua capella celebravam-se as solemnidades do culto com não menos pompa que em qualquer cathedral. Tinha grande respeito ás cousas religiosas, e honrava e protegia os ministros da religião. Jejuava quasi metade do anno e fazia repetidas esmolas.

D. Henrique foi administrador do mestrado da ordem de Christo, cargo em que mostrou toda a sua dedicação ás cousas religiosas, engrandecendo a ordem e fazendo-a prosperar largamente. Muito devoto da Virgem Maria, mandou edificar-lhe um templo na praia do Restello, sob a invocação de Santa Maria de Belem. Em Pombal e em Soure mandou construir duas egrejas muito notaveis. O seu caracter profundamente religioso ficou assignalado em todas as suas obras, e foi o amor de dilatar a fé christã uma das causas principaes que o moveram a descobrir novas terras, a fim de converter os povos que as habitassem.

Digitized by Google

Este generoso pensamento christão presidiu a todos os grandes emprehendimentos maritimos dos portuguezes nos seculos XV e XVI.

Todos os filhos de D. João I, raça illustre a que o nosso grande epico se referiu, chamando-lhe

«Inclyta geração, altos infantes... [1]»

mereceram pelas suas grandes virtudes e pelos seus feitos heroicos os maiores elogios de todos os chronistas. Fernam Lopes [2], o pae da historia portugueza, faz da familia de D. João I uma descripção verdadeiramente encantadora, pondo em relêvo, no seu estylo simples e despretencioso, todas as virtudes que adornavam aquelles grandes heroes, todos os predicados que os tornaram tão distinctos no periodo mais brilhante da nossa historia. A virtude domestica, base de toda a virtude civica e patriotica, teve nos infantes a sua verdadeira personificação. É notavel a humildade, o respeito com que se houveram sempre deante de seu pae [3]. Nunca tomaram uma resolução sem o consultar, nunca tiveram uma palavra para fazer qualquer observação á menor de suas vontades. Na historia dos reis portuguezes nunca o culto da fa-

1 Camões, *Lus.*, IV, 50.

2 *Chronica d'el-rei D. João* I, 2.ª parte, cap. 148 e 149.

3 «... Ca sempre forom clara luz de humildade...» (Fernam Lopes, lóg. cit.).

Digitized by Google

milia teve mais completa e mais sublime consagração. Entre si respeitavam-se os infantes mutuamente pela ordem da edade [1]: assim se explica a veneração que todos tinham pelo principe [2] D. Duarte, o herdeiro do throno, que deixou no *Leal Conselheiro* a mais bella imagem de todas as suas virtudes. Ligados pelos laços da mais estreita amisade, o centro commum do seu affecto era el-rei seu pae [3].

Espirito verdadeiramente cavalleiroso, n'um tempo em que os actos de coragem e abnegação eram coroados pela investidura nas dignidades militares, D. Henrique possuiu em alto grau todas as grandes qualidades dos heroes do seu tempo. Por isso a sua vida foi uma epopéa brilhante, em que se evidenciaram todos os dotes grandiosos do seu caracter, desde o seu espirito verdadeiramente christão e as virtudes com que honrou o sanctuario da sua familia, até ao seu valor militar, provado brilhantemente em Ceuta, e á coragem inabalavel e decidida resolução com que ousou desvendar os mysterios do *mar tenebroso*.

---

1 «... Guardavom reverencia huns aos outros por ordem de nascimento...» *(Idem, idem)*.

2 N'este tempo ainda se não dava o nome de principe a nenhum dos filhos do rei, como se vê da seguinte passagem de Ruy de Pina: «E este Infante (D. Affonso, filho d'el-rei D. Duarte) foy ho primeiro filho herdeiro dos Reyś destes Reynos que se chamou Princepe, porque atee elle, todoloos outros se chamaram Infantes primogenitos herdeiros», etc. — Ruy de Pina, *Chronica do sr. rei D. Duarte*.

3 Marquez de Sousa Holstein, *A Escola de Sagres e as tradições do infante D. Henrique*, pag. 19.

Digitized by Google

Nenhuma divisa lhe ficava melhor que aquella que adoptou: *Talent de bien faire*, animo e vontade de fazer bem. Com effeito, a sua vida foi toda consagrada ao serviço de Deus, da humanidade e da patria. Aquellas palavras traduziam perfeitamente o proposito constante do seu espirito: fazer bem.

«Tinha-lhe negado a Providencia um throno — diz Rebello da Silva — para o desopprimir d'outros cuidados, e para lhe aplanar talvez mais faceis os caminhos. Dotára-o Deus d'engenho elevado, de constancia e de vontade firme para, ajudado de prendas tão raras, conceber e executar os vastos planos que sublimaram seu nome. Cavalleiro, cortou-lhe a gloria ao sahir da puericia e na juventude os loiros guerreiros para mais tarde lhe cingir na fronte a corôa rostral, querendo que todos o tivessem por modêlo acabado das perfeições da época, vendo-o unir ás palmas de soldado os trophéos de navegador, á doctrina a gerarchia, ao arrojo a autoridade.

«Se o infante, filho do mestre d'Aviz, pelo respeito e veneração da pessoa não realçasse a nobreza do sangue, nunca as caravellas que sahiam por sua ordem de Sagres a arrostar os perigos e tormentas do mar tenebroso teriam ousado chegar tão longe. Animados de seus estimulos, escutando a grande voz que mesmo de longe lhes bradava «ávante» é que ellas se adiantavam, descobrindo em cada anno, e depois quasi em cada mez, aguas, ilhas e costas, que o véo dos tempos escondêra por tantos seculos. Sem elle, sem as suas fadigas, sem a sua viva crença na sciencia e no porvir, nenhuma se offereceria decerto a

Digitized by Google

devassar os segredos do Oceano, affrontando os terrores erguidos á entrada d'aquellas solidões com o livido espectro da morte. Seus irmãos foram dignos todos do nome glorioso do pae, e para sobresahir no meio d'elles D. Henrique necessariamente havia de recommendar-se por qualidades singulares. Se el-rei D. Duarte, como escriptor, se lhe avantaja, se o infante D. Pedro, como politico, se lhe antepoz, qual d'elles pode, todavia, ser-lhe comparado, na serena audacia das resoluções, na grandeza dos planos, e na constancia inalteravel com que seguiu e desenvolveu a fecunda ideia que se tinha apoderado do seu espirito, e na qual uma luz interior e prophetica lhe mostrava a origem das futuras prosperidades de Portugal [1]?».

Muito pouco nos dizem os chronistas sobre os primeiros annos da vida do infante. Fernam Lopes limita-se a descrever as virtudes de D. Henrique e de seus irmãos, accentuando o respeito que sempre consagraram a seu pae e a boa amisade e reverencia em que todos viviam. Azurara exalta nos primeiros capitulos da sua chronica as virtudes e os costumes do infante, e só em termos vagos se refere á sua vida até á época em que começaram os descobrimentos maritimos. Não é difficil, porém, conjecturar quanto seria escrupulosa a educação de todos os filhos de D. João I, sabendo-se a gravidade dos costumes da côrte portugueza n'esse tempo, e, além d'is-

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. IX (1866), n.° 6, pag. 42.

Digitized by Google

so, dada a illustração que todos revelaram na sua vida e que era tão grande quanto o permittia a cultura da época. Parece tambem certo que, desde os primeiros annos, o infante D. Henrique mostrou o seu genio emprehendedor, e aquella perseverança no trabalho que tanto contribuiu para o exito da sua obra, contrariada por mil difficuldades diversas [1].

Azurara celebra a sua «agudeza dengenho»; diz que «foe homem de grande conselho, e auctoridade, avisado e de boa memoria», e n'outro logar falla da «grande sabedorya, queem elle avya a cerca dos movymentos dos corpos celestriaaes». No tempo de D. João I manifestavam-se em Portugal os primeiros alvores da renascença, e a medida da cultura intellectual do seu tempo encontramol-a não só na esmerada educação de que seus filhos deram prova, mas ainda no apparecimento de homens que se notabilisaram nas sciencias, nas artes, nas lettras, no fôro e no pulpito, como demonstram os nomes de Vasco de Lucena, João das Regras, Fernam Lopes, Martim d'Ocan, Vasco de Lobeira e tantos outros. Na época a que nos estamos referindo eram os judeus e os arabes que em maior grau tinham a cultura intellectual, e fo-

[1] «Todos seus dyas passou em grandissimo trabalho, ca por certo antre todallas naçooẽs dos homeẽs, nom se pode fallar dalguũ que mais grandemente senhoreasse sy meesmo. Dovidoso serya quantos pares de noutes, seus olhos nom conhecerom sono, e o corpo assy austinado que casy parecya que reformava outra natureza». — Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. IV.

Digitized by Google

ram elles que, graças á protecção que acharam em reis como o nosso D. João I e como Affonso o Sabio, mais contribuiram para o derramamento da sciencia na peninsula. Dos judeus sahiam os medicos, ou, como então lhes chamavam, os physicos, das côrtes dos nossos reis. Os physicos eram geralmente homens de grande saber. «A estes homens recorriam os soberanos não só para se curarem das suas enfermidades physicas, mas ainda para saberem dos influxos favoraveis aos seus emprehendimentos [1]». Sabe-se que na côrte de D. João I havia alguns judeus notaveis pela sua illustração, e entre estes menciona-se o seu physico-mór D. Moysés [2], que parece ter exercido uma grande influencia no espirito do monarcha. Entre outros judeus celebres pela sua illustração, e que viveram nas côrtes dos reis portuguezes d'esta época, nomearemos mestre Guedelha [3], physico de D. Duarte e D. Affonso V, mestre Rodrigo e mestre José, que fizeram parte da commissão a quem D. João II confiou o exame da proposta de Colombo. Por outro lado, eram reproduzidas e estudadas as obras mathematicas e astronomicas dos arabes, especialmente divulgadas

1 Marquez de Sousa Holstein, obr. cit., pag. 21.

2 D. José Amador de los Rios, *Historia... de los judios, de España y Portugal*, Madrid, 1876, vol. II, pag. 450, cit. por Holstein, log. cit.

3 Este mestre Guedelha foi o mesmo que aconselhou el-rei D. Duarte a adiar a hora da sua acclamação para escolha de melhor agouro. — Ruy de Pina, *Chronica de D. Duarte*, cap. II.

Digitized by Google

entre os christãos por Affonso o sabio [1]. Desde o seculo XII eram conhecidas e traduzidas na Europa christã as obras mathematicas de Ptolomeu, do hebreu Hazan e do arabe Alboacem. Foi no reinado de D. Affonso IV que em Portugal se introduziu o estudo das mathematicas, a que esse monarcha era muito dedicado, assim como á astronomia, e no tempo do infante D. Henrique attingiram essas sciencias um elevado grau de cultura [2].

Os filhos de D. João I respiravam, pois, uma certa atmosphera scientifica, que elles souberam aproveitar e animar com uma dedicação digna dos maiores louvores, de fórma que tambem sob este ponto

---

1 Eis algumas das obras mandadas escrever ou traduzir por D. Affonso o Sabio, e que vêm mencionadas em nota na obra citada do marquez de Sousa Holstein:

Tablas astronomicas, por Jeduhah-bar-Moseh-ben-Mosca e Rabbi-Zag-ben-Zacut.

O Livro da Oitava Sphera, traduzido do arabico e chaldaico.

O Livro da Esphera, escripto em arabe por Costha e traduzido por João d'Aspa e Hynda-el-Cohen.

Os dois *Livros do Astrolabio Plano* e *do Astrolabio Redondo*, pelo Rabbi Zag.

O Livro de la Azafeha (tratado de astronomia), traduzido por mestre Fernando de Toledo.

A Lamina Universal, traduzido do arabe pelo mesmo Rabbi Zag.

2 Vid. Antonio Ribeiro dos Santos, *Memorias historicas sobre alguns mathematicos portuguezes, e estrangeiros domiciliarios em Portugal, ou nas conquistas.* (Tomo VIII das Memorias de litteratura da Academia Real das Sciencias).

Digitized by Google

de vista o paiz lhes deve grandes beneficios. No anno de 1435 já apparece na Universidade, que então estava em Lisboa, uma cadeira de mathematica [1], re-

[1] Boas razões ha para crêr que esta cadeira foi creada pelo proprio infante D. Henrique, que doou á Universidade as casas em que vivia, dotou-a com grandes rendas e deu-lhe alguns professores distinctos. A este respeito diz o sr. José Silvestre Ribeiro:

«Independentemente do fervoroso impulso que deu aos estudos e conhecimentos cosmographicos, merece especial menção o interesse que lhe inspirou a Universidade de Lisboa.

«No anno de 1431 fez-lhe doação de umas casas que comprou na freguezia de S. Thomé, para n'ellas se lêrem as sciencias que então eram approvadas; e teve o cuidado de distribuir ordenadamente as diversas salas para os diversos exercicios escolares.

«Se é possivel, augmentam ainda a liberalidade do immortal infante as sentidas expressões que fez lançar no instrumento da doação, porque revelam o subido apreço que fazia dos estudos, e a consideração que dedicava á cultura intellectual dos povos. Essas memoraveis expressões são as seguintes: «*Nom tinha* (a Universidade) *casas proprias em que lessem, e fizessem seus autos, antes andava sempre por casas alheyas, e de aluguer, como cousa desabrigada, e desalojada*».

«Em 1448 fez mercê á mesma Universidade de doze marcos de prata, annuaes, e consignados nos dizimos da Ilha da Madeira, para salario da cadeira de prima de theologia. Pela carta de 22 de setembro de 1460, que um tanto me parece ter a natureza de testamento, assegura essa mercê pelas seguintes expressões: «... Por ende eu mando, e ordeno, e encomendo a todolos mestres, e governadores que depois de Mim a esta Ordem de Christo viessem, que por a primeira renda dos dizimos, que a dita Ordem ha na minha ilha da Madeira para sempre em cada hum anno por dia do Natal mandem dar, e dem ao

Digitized by Google

gida pelo frade agostiniano João Gallo [1]. O infante D. Henrique cultivou aquella sciencia com muita distincção, e «foi o primeiro que voltou as especulações da mathematica até alli estereis para a practica, e as fez servir com grande fructo á marinha e navegação d'estes reinos. As mathematicas até então não haviam medrado, como convinha, nem d'ellas se havia feito applicação aos objectos uteis das sciencias physicas, e das artes, a que podiam servir de illustração, e apoio, principalmente á cosmographia, e á nautica, que muito importavam a um reino maritimo, como o nosso. Faltava pois ainda um genio creador, que as

Lente da Theologia da Cadeira de Prima do Estudo da Cidade de Lisboa doze marcos de prata, polos quaes os Lentes, que a dita Cadeira tiverem, hão de fazer estas cousas suso ditas», etc.

«As cousas que o infante mandava fazer, e declaradamente apontava, eram: que o lente da mencionada cadeira, antes da primeira prelecção, lêsse a carta de doação, e a todos pedisse um Padre Nosso e uma Ave-Maria por alma d'elle doador; e outrosim impunha a obrigação de ir prégar, no dia de Natal, no mosteiro das freiras do Salvador, e a 25 de março fazer uma solemne festa no mosteiro de Santo Agostinho, *em remembrança da doaçom que fiz das Casas em que está o Estudo*». — *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, tomo I, pag. 31. Cf. F. Brandão, *Monarchia Lusitana*, p. v.; Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, num. 790 em deante.

1 Vid. Antonio Ribeiro dos Santos, log. cit.; Fr. Antonio da Purificação, na *Chronica dos Agostinhos;* Ruy de Pina, *Chronica de D. Duarte;* Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.*

Digitized by Google

fizesse mudar de face, que lhes désse direcção, e as aproveitasse; e esta gloria estava reservada para o infante D. Henrique.

«Este principe, dotado de sabedoria, de zêlo, e de constancia verdadeiramente real, tão famoso nas artes da paz, como nas da guerra, foi verdadeiramente o que deu azas aos estudos mathematicos, para voarem a maior altura do que até alli tinham subido. Eram estes estudos até alli raros, mais o eram ainda nos principes; e elle os cultivou com um ardor extraordinario, como se não tivesse nascido para outro fim [1]».

Adeante veremos mais detidamente os esforços que o infante de Sagres empregou para o desenvolvimento da mathematica e da astronomia, applicando estas sciencias á arte nautica, que tantos progressos lhe deve. Por agora baste-nos o que fica acima, para se vêr quanto foi esmerada a sua educação e quanto era grande o seu empenho no desenvolvimento intellectual do paiz.

Parece que desde muito cêdo, e com certeza ainda antes da conquista de Ceuta, tinha o infante D. Henrique fixo no seu espirito o pensamento de descobrir novas terras, a fim de levar a fé christã aos povos infieis e promover o engrandecimento do nome portuguez. No capitulo VII da sua chronica, Azurara apresenta cinco razões que moveram o infante a emprehender a descoberta e conquista de novas terras: a

1 Ribeiro dos Santos, log. cit.

Digitized by Google

primeira era o desejo de conhecer as terras que havia para além das Canarias e do cabo Bojador; a segunda o empenho que tinha em verificar se para aquellas terras haveria alguma povoação de christãos, com a qual podéssem travar-se relações commerciaes; a terceira razão era a necessidade de conhecer o poderio dos mouros d'aquellas partes, para contra elles se precaver; a quarta era o desejo de procurar algum alliado christão contra os mouros; a quinta, finalmente, era o augmento da fé christã e a conversão dos infieis. A estas razões accrescenta o chronista uma outra, que elle julga «que he raiz donde todallas outras procedem», isto é, a influencia dos astros e a sina do infante, razão pueril que tinha um grande peso n'aquelles tempos de superstição.

Além d'estas razões, outras decerto imperaram no animo do infante para emprehender a sua grandiosa obra de navegações e descobertas. Damião de Goes [1] diz que o infante D. Henrique não desconhecia os auctores antigos em que se fallava da possibilidade de chegar ás Indias pelo mar oceano, e que era esse um dos seus grandes pensamentos. Por outro lado, uma das grandes aspirações do infante era encontrar o Nilo dos Negros, o rio mysterioso cujas fontes preoccuparam ou preoccupam ainda a moderna sciencia geographica, e chegar ao reino do Prestes João, o lendario personagem que tanto occupou os espiritos medievaes. Portanto, ás razões apresenta-

[1] *Chronica do serenissimo principe D. João*, cap. VII.

Digitized by Google

das por Azurara podemos accrescentar as seguintes: Encontrar o caminho da India pelo occidente, encontrar o Prestes João e o seu reino, encontrar o Nilo dos Negros [1].

Veremos no decurso d'este trabalho com quanta dedicação procurou o infante realisar os seus grandiosos projectos, que temerosas difficuldades teve de vencer e como foi brilhantemente coroada a sua obra, que tão grande influencia devia exercer nos destinos de Portugal e do mundo inteiro.

1 Pinheiro Chagas, *Descobrimentos dos portuguezes na Africa*, conferencia realisada na Academia Real das Sciencias.

Digitized by Google

Digitized by Google

CAPITULO II

A expedição a Ceuta. — Importancia d'este acontecimento

Havia muito tempo — diz o velho chronista Azurara [1] — que D. João I tinha grande vontade de fazer seus filhos cavalleiros, o mais honradamente possivel, e foi essa por algum tempo a maior preoccupação do seu espirito. D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, principes dotados das mais altas qualidades, eram realmente dignos de todas as complacencias do pae, que n'elles se revia e punha todo o seu affecto.

Para honrar seus filhos com aquella distincção projectava el-rei uns brilhantes torneios, que deviam realisar-se logo depois de firmadas as pazes com Cas-

---

1 *Chronica d'el-rei D. João* I, parte III, cap. VII.

Digitized by Google

tella, e para os quaes seriam convidados todos os fidalgos e os mais illustres cavalleiros de toda a christandade. Essas festas deviam ser taes, que não podessem ser excedidas, e que todos os que as presenceassem levassem a fama d'ellas ao mundo inteiro.

Todos na côrte approvavam jubilosamente o projecto de D. João; mas não podia elle agradar a seus filhos, homens esforçados que queriam conquistar as honras de cavalleiros pelas façanhas da guerra. Calaram o seu desgosto emquanto não viram feitas as pazes com Castella, esperando que no decurso da guerra se lhes deparassem ainda occasiões em que valorosamente conquistassem as honras da cavallaria. Logo, porém, que se concluiu a paz, trataram os infantes de estudar a fórma por que haviam de expôr a el-rei o seu nobre pensamento, pedindo-lhe que ordenasse alguma empreza militar, em que podessem mostrar-se dignos das honras que lhes iam ser conferidas.

Occupavam-se um dia d'este assumpto, na presença do conde de Barcellos, que passava por muito discreto e prudente, e que lhes approvou o alvitre de se apresentarem a el-rei, quando appareceu João Affonso d'Alemquer, vedor da fazenda real e cavalleiro experimentado, em quem D. João I tinha grande confiança. Informado do que se tratava, João Affonso louvou o nobre pensamento dos infantes e suscitou-lhes a idéa de uma expedição a Ceuta, cidade muito notavel em terras africanas, á beira do mar, e da qual tinha largo conhecimento por informações de um creado que lá mandára a resgatar alguns capti-

Digitized by Google

vos. Entendia João Affonso que n'essa conquista podiam os infantes affirmar o seu denodo e merecer honrosamente a dignidade de cavalleiros, e por isso lhes aconselhou que alvitrassem a empreza a el-rei seu pae. Ouviram os infantes com alvoroço o plano que lhes era aconselhado, e, posto soubessem que João Affonso o offerecêra já a el-rei sem resultado, resolveram ir apresentar-lh'o novamente, acompanhados pelo conde de Barcellos.

D. João I, como todos os homens da sua tempera de verdadeiro heroe, não se decidia de leve a uma empreza tão arriscada e de tanta importancia; recebeu entre sorrisos a proposta de seus filhos, sem manifestar espanto pela grandeza do plano. Mas os infantes não se demoveram do seu proposito, e, depois de fazerem entre si nova conferencia, voltaram a ir ter com seu pae, que, como diz um eloquente escriptor, com a sua prudente reserva queria obstar a que os louros de Aljubarrota podessem vir a ser calcados aos pés dos mouros de Ceuta. D'esta vez justificaram os infantes o seu projecto com varias razões que entre si haviam concertado, entre as quaes mencionavam o serviço de Deus pela conversão dos infieis, a gloria que adviria a el-rei de tão grande empreza, e a occasião de ganharem nobremente as honras de cavalleiros, cousa em que D. João mostrava tão grande empenho.

Apesar das suas evasivas e recusas — diz o chronista Azurara — el-rei não tinha menos vontade de realisar a empreza que cada um dos infantes. Ainda assim não cedeu d'esta vez, e respondeu que deseja-

Digitized by Google

va primeiro saber se aquella obra era serviço de Deus, «ca por muy grande honra, nem proveito, que se me dello possa seguir, se nam achar que he serviço de Deus, não intendo de o fazer, porque somente aquella cousa he boa, e honesta na qual Deus inteiramente he servido... [1]». El-rei mandou chamar os seus confessores, o mestre Fr. João Xira e o doutor Fr. Vasco Pereira, o infante D. Duarte e mais alguns homens de conselho, para os consultar. As respostas não podiam ser mais favoraveis ao projecto dos infantes, concordando todos em que a conquista de Ceuta devia realisar-se, por ser serviço de Deus e obra de gloria e engrandecimento para o rei e para o reino.

Ainda depois d'esta consulta, que fizera grande peso no animo de D. João I, lhe restavam as difficuldades da falta de dinheiro, de navios e de gente para tão grande empreza, difficuldades que os infantes aplanaram com sensatos alvitres. Finalmente, depois de uma ultima conferencia que teve a sós com o infante D. Henrique, resolveu el-rei definitivamente metter hombros á empreza, o que seu filho lhe agradeceu de joelhos, cheio de reconhecimento [2].

---

[1] Auct. e obr. cit., cap. IX.

[2] Este facto, e bem assim alguns outros a que adeante nos referiremos, prova que o infante D. Henrique era o principal empenhado na expedição a Ceuta. «Bem he verdade, diz o chronista, que todos aquelles filhos d'el-rei tinham muy gram desejo de ver aquelle feito posto em fim, mas nenhũa daquellas vontades era igual a do Infante Dom Henrique, ca esto nascera com elle, como já disse, e porem assim como homẽ, a quem

Digitized by Google

Tratou logo el-rei de se aperceber para a expedição, e o seu primeiro cuidado foi colhêr informações seguras sobre a praça de Ceuta, a sua posição e o melhor modo de fazer o ataque. Expediu á Sicilia uma embaixada, composta de Affonso Furtado de Mendonça e Alvaro Gonçalves Coelho, sob o pretexto de pedir a mão da rainha para o infante D. Pedro — missão que não teve resultado favoravel —, mas com o fim principal de estudarem a praça de Ceuta, em cujo porto deviam tocar. Os emissarios de D. João I desempenharam habilmente a sua missão, como homens experimentados que eram.

«Quando, ao regressarem — diz Major — deram conta de commissão da Sicilia, el-rei quiz que Mendonça expozesse o que tinha averiguado com respeito a Ceuta. Sua unica resposta foi assegurar a el-rei de que seria bem succedido na projectada empreza, e, instado por mais explicações, em vez de relatar o que tinha visto e observado, contou a historia de uma prophecia, já realisada em parte, que ouvira, quando menino, a um mouro velho, que um rei chamado João, filho natural do rei defuncto, seria o primeiro do seu reino que dominaria em Africa.

«Recorreu el-rei depois ao prior de S. João (Alvaro Gonçalves Coelho); mas parecia que lhe estava destinado receber resposta só em enigmas, porque

prazia daquellas novas, poz os giolhos em terra, e beijou as mãos a seu padre dizendo que lho tinha em grande mercê». (Azurara, chron. cit., cap. XIII).

Digitized by Google

este declarou não poder entrar em pormenores, emquanto lhe não trouxessem duas cargas de areia e dois alqueires de favas. Quando, depois de alguma hesitação, lhe apresentaram estes singulares aprestos, o prior figurou com a areia sete eminencias, das quaes Ceuta ou Cepta deriva o nome, indicou a dupla muralha para o lado de terra, com as respectivas torres e cortinas, e representou com as favas o numero e a situação provaveis das casas, e, o que sobretudo era importantissimo, assignalou o sitio mais conveniente para se effectuar com segurança e rapidez o desembarque das tropas [1]».

Começaram logo os preparativos de guerra, e foi resolvido communicar o projecto á rainha, — que o approvou, sem todavia saber que seu marido se preparava para ir tambem á conquista —, e ao condestavel, que o julgou tão excellente, que pensava não ser obra de homem algum, senão inspiração de Deus.

Faziam-se todos os aprestos em grande segredo, para que os mouros de Ceuta não tivessem occasião de se prevenir contra o ataque. Mas logo que no estrangeiro correu noticia d'estes preparativos, sobretudo quando D. João mandou fretar navios em varios portos da Europa, começou a apoderar-se das nações visinhas um bem fundado receio, e todas enviaram a Portugal os seus embaixadores, a informar-se dos

1 *Life of the prince Henry of Portugal surnomed the Navigator*, pag. 81. A citação refere-se á traducção portugueza (Lisboa, 1876), feita por ordem do snr. duque de Palmella.

Digitized by Google

projectos do nosso monarcha. A rainha regente de Castella e o rei de Aragão enviaram os seus emissarios, que voltaram tranquillisados. O rei mouro de Granada enviou tambem os seus embaixadores, que, não ficando inteiramente socegados com a resposta de D. João I, pediram á rainha D. Filippa, em nome de Rica Forra, rainha de Granada, que intercedesse junto de seu marido; «e que pois ella tinha filha para casar, que em breve tempo poderia ver o agradecimento de sua boa vontade, ca lhe certificava que lhe enviasse para ella o melhor, e mais rico enxoval, que nunca fora dado a nenhuma princeza moura, nem christã». D. Filippa respondeu que ignorava a fórma por que os reis mouros tratavam com suas mulheres, mas que entre christãos não era bonito que nenhuma rainha nem princeza se entremettesse nos negocios de seu marido. Que agradecia á rainha de Granada a sua bôa vontade, mas que fizesse ao enxoval o que lhe aprouvesse, porque a sua filha, graças a Deus, não faltaria enxoval para o casamento. Desassocegados com a resposta da rainha, os embaixadores voltaram as suas vistas para o infante D. Duarte, a quem fizeram grandes promessas para que intercedesse junto de seu pae. D. Duarte despediu-os, como digno filho de D. Filippa, dizendo-lhes que os principes de Portugal não estavam acostumados a vender as suas boas vontades a preço de dinheiro.

El-rei dissera aos embaixadores de Granada que não tencionava fazer guerra áquelle reino; mas como não quizesse confirmar esta declaração por escripto, o rei mouro tratou de se prevenir para qualquer even-

Digitized by Google

tualidade, guarnecendo e defendendo todas as suas terras proximas da costa. Receou D. João I que os preparativos de defeza se estendessem a Marrocos, e por isso cuidou de socegar os animos. Para tal fim enviou logo uma embaixada ao duque de Hollanda, fazendo correr a noticia de que lhe moveria guerra, mas avisando-o secretamente do seu estratagema.

Entretanto continuavam os preparativos bellicos, e D. João dirigiu-se a Torres Vedras, para onde convocára os seus conselheiros, a fim de lhes participar a resolução que tomára. Quando el-rei chegou a Carnide, o infante D. Henrique pediu-lhe licença para ser o primeiro a desembarcar em terras de Africa e o primeiro a subir pela escada real para os muros de Ceuta. Como devia regosijar-se o illustre monarcha, ao vêr a dedicação e a coragem de seu filho!

Distribuiram-se os serviços. D. Duarte foi encarregado da administração da justiça e fazenda; D. Pedro devia recrutar tropas no sul; D. Henrique na Beira e o conde de Barcellos Entre Douro e Minho. D. João organisava a armada, e publicou uma ordenança em que, sem dizer o fim da expedição, convidava os seus vassallos, que voluntariamente quizessem acompanhar os infantes, a declararem quantos homens d'armas traziam para este serviço. D. Henrique organisou no Porto uma esquadra composta de sete galeões de tres ordens de remos, seis galeras, vinte e seis transportes e grande numero de fustas, e foi juntar-se a D. Pedro, que já tinha oito galeões no Tejo.

N'esta occasião, porém, um lugubre acontecimento veio embaraçar os preparativos em que os infan-

Digitized by Google

tes andavam tão empenhados. O terrivel flagello da peste manifestára-se ao mesmo tempo em Lisboa e no Porto. Apenas algumas pessoas foram atacadas em Sacavem, el-rei e a rainha, que lá estavam, resolveram ir para Odivellas. D. João retirou-se logo, mas a rainha demorou-se ainda algumas horas, para ouvir missa, e entretanto foi atacada de peste. Assim mesmo foi para Odivellas, aonde foram logo D. Pedro, D. Henrique e o conde de Barcellos, que estavam no Tejo, e que de novo recolheram a Lisboa por se não julgar de gravidade o estado da rainha. De noite, porém, aggravaram-se os padecimentos da enferma, e no dia seguinte de madrugada foram os infantes novamente chamados por seu irmão D. Duarte.

«Vendo os seus filhos reunidos em torno do leito, a rainha, havendo pedido que lhe trouxessem as ricas espadas destinadas aos infantes, entregou-lh'as por sua propria mão, fazendo a cada um recommendações especiaes. Pediram os infantes a seu pae que se retirasse de Odivellas, com o duplo fim de evitarem que corresse o risco de ser atacado pela epidemia e que fosse testemunha do passamento da rainha. D. João oppoz-se, mas as instancias redobraram, e o rei, atravessando o Tejo, foi poisar em Alhos Vedros.

«No decimo terceiro dia de doença, a rainha, sentindo um forte vendaval, perguntou a seus filhos: «De que lado sopra o vento tão rijo, que faz estremecer as paredes do quarto?» Responderam-lhe que era do norte. «Parece-me, respondeu a rainha, que é o mais favoravel para a vossa partida, que se deve realisar no dia de S. Thiago». Faltava apenas uma semana

Digitized by Google

para que chegasse o dia indicado pela rainha, e todavia a partida da expedição realisou-se justamente n'esse dia.

«Teve ainda palavras de louvor para Nossa Senhora, a quem se dirigiu como em extasi; depois, deixando cahir as mãos sobre o peito, expirou.

«Era o dia 19 de julho de 1415 [1]».

Com D. Filippa extinguiu-se uma das rainhas mais illustres que Portugal tem tido. Senhora dotada das mais nobres qualidades de espirito e de coração, esposa affectuosa e dedicada, mãe extremosissima, D. Filippa era verdadeiramente o anjo do seu lar e o idolo querido do seu reino. Occupava-se com o maior interesse dos negocios domesticos, cultivava as mais sublimes virtudes christãs, deu a seus filhos aquella educação austera que de todos fez heroes, e introduziu na côrte, sobretudo pelo seu levantado exemplo, os costumes mais correctos e a vida mais exemplarmente regrada. A ella se deve essa inclyta geração, como lhe chamou Camões, que ao paiz prestou tão assignalados serviços e na historia deixou tão sublimes exemplos.

Logo depois do funeral da rainha foram os infan-

---

1 Alberto Pimentel, *Historia de Portugal*, publicada pela Empreza Litteraria de Lisboa, vol. II, pag. 374. — Cf. Azurara, *Chronica d'el-rei D. João* I, parte III, cap. XXXVIII e seguintes.

Os funeraes de D. Filippa realisaram-se no dia seguinte em Odivellas, d'onde o seu corpo foi trasladado para a Batalha no dia 14 d'agosto de 1434.

Digitized by Google

tes para o Restello, a encontrar-se com seu pae, que para alli se retirára por causa da peste. Alguns conselheiros de D. João I viram na morte da rainha um mau agouro para a expedição, e foram de parecer que ella se não realisasse. Os infantes, porém, perseveraram no projecto, e el-rei desfez todas as duvidas resolvendo levar a cabo a obra que encetára, por julgar que assim se conformava melhor com a vontade de sua fallecida esposa. Finalmente, em 25 de julho, dia da festa do apostolo S. Thiago, a esquadra levantou ferro da praia do Restello [1].

No dia 27, á noite, ancorou toda a frota na bahia de Lagos, e no dia seguinte, que era um domingo, desembarcou el-rei e convocou o seu conselho, resol-

1 «Do numero das embarcações e dos combatentes, Azurara, chronista contemporaneo, nada diz: mas Zurita, nos seus *Annaes de Aragão*, refere que a esquadra se compunha de 33 galeões, 27 menores de tres ordens de remos, 32 galeras e 120 outros vasos menores, com 50:000 homens, dos quaes 20:000, ao que parece, já tinham militado, e os outros eram remadores e marinheiros». (Major, obr. cit., pag. 85).

O cardeal Saraiva *(Indice chronologico das navegações*, etc., pag. 7) diz que a armada constava de 220 vasos de guerra e transporte, sendo 33 naus, 59 galeras e varios galeões, caravelas e outros baixeis de differentes grandezas, em numero de 128.

D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia genealogica da casa real portugueza* (tomo II, pag. 13), diz o seguinte: «Compunha-se a sua armada de mais de duzentas velas, a saber, trinta e tres naos grossas, vinte e sete galés de tres remos por banco, e trinta e duas de dous remos, e mais de cento e vinte embarcações menores, que era sem duvida o mayor poder naval, que vio o mar Oceano naquelle tempo».

Digitized by Google

vendo-se dar a todos conhecimento do verdadeiro fim da expedição. Para isso foi encarregado de prégar Fr. João de Xira, que — diz Azurara — «como homem muyto abastado de sciencia, falou muytas cousas de grande auctoridade». N'essa occasião foi lida uma bulla do Papa, em que eram concedidas grandes graças espirituaes a todos os que tomassem parte na expedição ou por qualquer fórma a auxiliassem [1].

---

[1] Azurara, *Chronica d'el-rei D. João* I, parte III, cap. LII. Major, obr. cit. pag. 86.

Em 4 de abril de 1418, em circumstancias que logo examinaremos, expediu o papa Martinho V, em identico sentido, a bulla *Sane clarissimus*, dirigida aos patriarchas, arcebispos, bispos e mais clero. N'esta recommendava o pontifice a todos os imperadores, reis, duques, marquezes, communidades, cidades e senhorios, que ajudassem a D. João I na guerra que movia em Africa contra os infieis, e do mesmo modo concede a todos os que n'ella militarem as indulgencias liberalisadas aos cruzados.

No principio expõe o summo pontifice como el-rei D. João, tendo tomado Ceuta, e querendo proseguir suas conquistas na Africa, e reduzir aquellas partes á fé de Christo, implorára o auxilio da Santa Sé; e que elle pontifice, para acudir a tão louvavel fim, convidava para ajudarem o monarcha portuguez todos os imperadores, reis, duques, marquezes, principes, barões, e todos os christãos em geral, offerecendo-lhes a Egreja largo premio de indulgencias por taes serviços.

Recommenda em seguida aos arcebispos, bispos, patriarchas e prelados, que todas as vezes que D. João I quizer accommetter os infieis, e para isso forem requeridos, preguem a cruzada, e ponham a cruz no hombro dos que se alistarem no exercito. Concede aos que partirem á sua custa, ainda que morram no caminho, perdão de seus peccados, favor que estende

Digitized by Google

No dia 30, quando a esquadra se dirigia ao estreito de Gibraltar, o mau tempo obrigou-a a arribar a Faro, onde se demorou até 7 d'agosto. N'aquella occasião deu o infante D. Henrique uma bella prova da sua coragem: incendiando-se de noite a lanterna do seu navio, e tendo elle acordado de repente, agarrou a lanterna a arder e atirou-a ao mar, expondo-se ao perigo para evitar que as chammas se communicassem ao navio.

No dia 10, de tarde, foi a esquadra fundear em Algeciras, onde os mouros, muito receosos, enviaram uma deputação a el-rei. D'alli dirigiu-se a esquadra para Tarifa, onde os nossos foram bem recebidos pelo governador castelhano. No dia 12 devia fazer-se o ataque á cidade, e já a frota para lá se dirigia quando a corrente do estreito impelliu as embarcações maiores para Malaga, de fórma que só as galeras e outros pequenos navios conseguiram chegar a Ceuta [1]. Depois de aturados esforços conseguiu o infante

aos que soccorrerem a empreza com dinheiro, conselhos, ou com soldados enviados em seu logar. Todas as praças tomadas aos sarracenos, ajunta o pontifice, ficarão pertencendo a D. João I, e auctorisa os prelados a poderem absolver dos maiores peccados os que acompanharem el-rei contra os infieis. *(Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo,* tomo IX, pag. 403 e 404).

[1] Ceuta ou Septa, em parte construida e fortificada pelo imperador Justiniano, era o porto principal de Marrocos, por onde se fazia todo o commercio do oriente com as nações da Europa occidental. Era alli onde se reuniam os exercitos dos mouros para as invasões da peninsula. (Vid. Major, obr. e log. cit.).

Digitized by Google

D. Henrique reunir todas as embarcações, mas ainda d'esta vez foram algumas arrastadas para Malaga, na occasião em que se procurava melhor ancoradouro. Estes repetidos desastres lançaram o desanimo entre os nossos, que em todos aquelles incidentes viam maus agouros; só a decidida firmeza de D. João I e dos infantes é que obstou a que se abandonasse o projecto. Finalmente, de novo reunida a esquadra pelo infante D. Henrique, fizeram-se todos os preparativos para o ataque, que devia realisar-se no dia seguinte, 21 de agosto.

Logo que chegaram ás aguas de Ceuta as primeiras embarcações portuguezas, ficaram os mouros muito alarmados, e o governador da cidade, Sala-ben-Sala, pediu immediatamente soccorro aos governadores visinhos, de fórma que parece ter juntado uns cem mil homens. Mas quando viu a frota dispersa pela segunda vez, pensou que ella não conseguiria reunir-se de novo, e despediu os soccorros. D'esta fórma serviam para facilitar a empreza aquelles mesmos incidentes em que os nossos viam mau agouro.

Feitos todos os preparativos, dispôz-se o ataque de fórma que o infante D. Henrique devia lançar ferro em frente de Almina com parte das embarcações, emquanto D. João I, com o grosso da armada, iria postar-se do outro lado. Os mouros voltariam para esta parte o melhor de suas forças, emquanto D. Henrique fazia um ataque mais a salvo, sendo ajudado, em caso de necessidade, pela gente d'el-rei.

Quando os navios do infante se apartaram do resto da frota para irem occupar a posição que lhes

Digitized by Google

fôra designada, os tripulantes ficaram espantados, julgando que iam retroceder para Portugal, e isso mesmo disseram a D. Henrique, obtendo a seguinte resposta: «Deixem andar, que quem governa já sabe para onde ha de ir». E como insistissem, redarguiu-lhes o infante: «Deixem fazer a frota a sua viagem, que vae acabar aquillo para que aqui veio». A tibieza apoderou-se então dos creados do infante, que se mostraram refractarios a obedecer-lhe, dizendo que el-rei reconhecia a impossibilidade de tomar a cidade, e por isso procurava um meio decente de desistir da empreza, sacrificando as vidas d'alguns dos seus. O infante, cheio de desgosto e animado de uma coragem verdadeiramente heroica, respondeu-lhes com amarga censura, e declarou-lhes que seria o primeiro a saltar em terra, embora elles o não acompanhassem. As palavras de D. Henrique reaccenderam a coragem dos tripulantes, que, envergonhados da sua fraqueza, pediram desculpa das palavras que haviam proferido, e accrescentaram que todos se deixariam morrer antes de vêrem sahir o infante sem suas companhias; e que, ou combateriam todos ao seu lado, ou ficariam sepultados no fundo do mar.

«Os mouros da cidade — escreve Azurara — tanto que viram a frota acerca de seus muros, encheram todas as janellas e frestas de candeias, por mostrarem que eram muitos mais dos que os christãos presumiam, e assim pola grandeza da cidade, como por ser de todas as partes tão alumiada, era mui formosa de ver; sobre a qual nós aqui podemos interpretar, que assim como a candeia quando se quer apagar dá

Digitized by Google

grande lume, assim estes que ao outro dia haviam de deixar suas casas, e fazendas, e muitos d'elles haviam de partir das vidas para todo sempre, faziam aquella sobeja mostrança de claridade significando seu fim, ou porventura mais direitamente podemos dizer, que Nosso Senhor Deus querendo mostrar, como aquelles maus sacrificios, que até alli se fizeram, estavam para fazer fim, quiz assim em figura demonstrar, que assim como em aquella hora a cidade era mais alumiada, do que nunca fôra por fogo temporal, assim seria no dia seguinte alumiada do verdadeiro fogo do Espirito Santo, quando os christãos trouxessem o signal da Cruz por todas as partes da cidade [1]».

Como é de suppôr, não se assustavam os nossos com aquelle enganoso apparato. A frota portugueza estava tambem illuminada, não por simples luxo ou estrategia vã, mas porque os nossos andavam afadigados em fazer todos os preparativos para romperem o ataque no dia seguinte. Aquelles heroes, verdadeiros benemeritos da fé christã, da civilisação e da patria, davam-se por muito felizes de serem os primeiros a desfraldar a sua bandeira — o glorioso estandarte de Aljubarrota — em terras africanas, e de derramarem o seu sangue pelo triumpho da sua fé e pelo engrandecimento da sua patria.

Quando, na manhã do dia seguinte, 21 d'agosto, o sol enviava os seus primeiros raios aos navios portuguezes, já os nossos andavam na faina, envergando

1 *Chronica d'el-rei D. João* I, parte III, cap. LXVII.

Digitized by Google

os arnezes, experimentando as armas, exercitando os braços, animando-se mutuamente com palavras de coragem, fazendo, emfim, os ultimos preparativos para o combate. D. João I, que casualmente fizera um ferimento grave n'uma perna, mandou preparar uma galeota, e, mettendo-se n'ella, andava pelo meio da esquadra dando as ultimas instrucções. Ninguem devia saltar em terra antes do infante D. Henrique; mas todos deviam estar preparados de fórma que n'um momento se apresentassem no local em que pelejasse o infante. Ao contrario, lavrava um certo desanimo entre os mouros da cidade, e Sala-ben-Sala, principalmente, mostrava-se muito desalentado, como que prevendo a catastrophe, motivo por que o censuravam aquelles que se preparavam para a defeza.

Martim Paes, capellão-mór do infante D. Henrique, com o Santissimo Sacramento nas mãos, exhortava os homens d'aquella nau a combaterem valorosamente pela fé de Christo e pela honra e gloria da patria. «Então se levantou o infante d'onde estava em giolhos — diz Azurara — e fazendo sua oração ante o Corpo do Senhor, foi beijar o pé de huma Custodia mui rica, em que elle sempre estava, depois que partiram de Portugal, e por esta mesma guisa fizeram todos os outros, e depois d'isto disse Martim Paes que fincassem todos os giolhos em terra, e fizessem a confissão, em fim da qual os absolveu de culpa, e pena, segundo poder da Santa Cruzada. *Agora*, disse elle, *irmãos, e amigos, tendes sobre vós as armas da fortaleza, e d'aqui em deante pelejae sem algum temor, ca o nosso Deus estará aqui em presença de todos*

Digitized by Google

até fim de vossos trabalhos sem nenhum temor dos inimigos, para vos dar o seu verdadeiro esforço, e depois que o Infante foi fora, sempre Martim Paes acompanhado de muitos capellães alli esteve com o Corpo do Senhor resando muitos Psalmos, e orações de grande virtude até fim de todo o feito [1]», etc.

O historiador sincero e imparcial não póde omittir estes pormenorès interessantes e que tão bem traduzem o espirito fundamental d'aquellas memoraveis emprezas. A verdade é que, se os nossos descobrimentos e conquistas tiveram um fim altamente patriotico e civilisador, havia tambem, e acima de tudo, em todas essas acções generosas, um espirito profundamente christão. Assim o attestam todas as chronicas e todos os documentos d'esse tempo, e é por elles que deve guiar-se o historiador moderno ao delinear as feições d'aquella época.

Esperavam os nossos com impaciencia a hora do ataque. Os mouros andavam pela ribeira tomando as suas posições e fazendo exercicios, e isto mais irritava o animo dos portuguezes, que não ousavam desembarcar sem ordem d'el-rei. N'isto, João Fogaça, vedor do conde de Barcellos, não pôde supportar tanta demora; mandou dirigir o seu batel á praia, e o primeiro que saltou em terra foi Ruy Gonçalves, que travou logo com os mouros tão rijo combate, que os pôz em debandada. O infante D. Henrique, achando-se um pouco afastado da terra, metteu-se logo n'um

[1] Chron. cit.

Digitized by Google

batel com mais dois homens de sua companhia, e mandou fazer signal para que todos desembarcassem, de fórma que começou a crescer o numero dos nossos. Ruy Gonçalves andava já envolvido entre os mouros com um cavalleiro allemão, fazendo grande mortandade e derribando um mouro agigantado que mostrava grande superioridade. D. Duarte dirigiu-se logo para aquelle ponto com outros portuguezes. O impeto dos nossos obrigou os mouros a metterem-se pela porta de Almina; atraz d'elles entrou Vasco Annes Côrte Real, e em seguida o infante D. Duarte e muitos outros. No ardor do combate, D. Henrique reconheceu seu irmão e deu graças a Deus por lhe enviar tão boa companhia. Hesitaram se deviam passar ávante ou esperar por el-rei; mas D. Duarte resolveu a duvida dizendo que deviam avançar sem demora, para penetrarem na cidade de envolta com os mouros, ou, pelo menos, evitarem que elles fechassem as portas antes de chegar maior numero de portuguezes. Continuou a peleja com grande violencia. Entre os mouros via-se um, de proporções agigantadas, todo nú e negro como um corvo — diz Azurara — o qual não trazia outras armas senão pedras, que despedia com grande força. Uma d'essas pedras acertou no capacete de Vasco Martins de Albergaria, e com tanta força ella ia, que este valente portuguez vacillou, atordoado; mas voltando logo a si, correu de lança em punho sobre o gigante e varou-o de lado a lado. Foi grande o desalento em que este facto deixou os mouros, que começaram a retirar em tropel, sendo perseguidos pelos nossos, que de envolta com elles entraram na cida-

Digitized by Google

de em numero de quinhentos. O primeiro estandarte real que entrou em Ceuta foi o do infante D. Henrique; estava-lhe reservada essa gloria para inicio do triumpho que lhe mereceram n'esse dia as suas heroicas façanhas. Apenas entraram, os infantes tomaram posição n'um pequeno outeiro que lhes estava proximo, para se defenderem contra os mouros, pois não era prudente internarem-se nas ruas da cidade e desampararem as portas, emquanto não chegasse maior reforço de gente. Sala-ben-Sala recebia frequentes noticias do que se passava, e, quando soube que os portuguezes já se achavam dentro da cidade, ficou completamente desanimado e aconselhou os seus a que salvassem as vidas e o melhor que podessem.

Entretanto iam chegando mais portuguezes, e um d'elles, Vasco Fernandes de Athayde, não se contentando de entrar pela porta que já estava aberta, correu com alguns companheiros ao longo da muralha, para violar uma outra que estava acima d'aquella. Trataram de a destruir á força de machados e de fogo; mas logo acudiram áquelle ponto muitos mouros, que arremessavam pedras e dardos aos nossos. Foram as portas completamente destruidas, mas não sem que alli morressem sete ou oito portuguezes e Vasco de Athayde recebesse uma ferida mortal. Logo que os infantes tiveram em volta de si um bom numero de portuguezes, expediu D. Henrique algumas forças por differentes ruas da cidade, e elle foi com seu irmão assenhorear-se dos pontos mais elevados. Fazia um sol ardente, e os infantes tiveram de despir as suas pesadas armaduras, para mais desemba-

Digitized by Google

raçadamente caminharem e combaterem os numerosos bandos de mouros que a cada passo encontravam. N'isto separaram-se os dois infantes, tomando D. Henrique por uma rua emquanto D. Duarte foi senhorear-se da principal altura da cidade, conhecida pelo nome de Cesto.

A este tempo ainda el-rei dava algumas ordens a grande parte da frota, ignorando que ia tão adeantada a obra da conquista, e não sabendo mesmo que D. Duarte havia desembarcado. Expediu ordem pelo infante D. Pedro para que D. Duarte fosse com a sua gente em auxilio de D. Henrique, quando alguns cavalleiros lhe trouxeram a noticia de que a cidade fôra entrada e os portuguezes faziam lá dentro grande mortandade nos mouros. Os que estavam na companhia d'el-rei ficaram muito desgostosos por não terem acompanhado os infantes para dentro da cidade, a fim de partilharem tão grande gloria. Sahiram logo todos com el-rei, que, por causa do ferimento que fizera na perna, ficou á porta da cidade esperando a tomada do castello, emquanto as forças se espalhavam pelas differentes ruas em perseguição dos mouros. Os portuguezes deram alli sobejas provas de grande heroismo. Ruy de Sousa, cercado de mouros por todos os lados, defendeu-se com inexcedivel bravura emquanto não foi soccorrido. O mesmo succedeu com Nuno Martins da Silveira, que por seus feitos mereceu ser d'aquelles que D. Duarte fez cavalleiros no domingo immediato. Os mouros tratavam de se pôr a salvo, mas na fuga eram logo surprehendidos pelos nossos, que desapiedadamente os perseguiam.

Digitized by Google

Como dissemos, D. Henrique havia-se separado de seu irmão D. Duarte. Seguindo pela rua Direita, que era a principal da cidade, em direcção á fortaleza, encontrou cêrca de quinhentos portuguezes que vinham fugindo acossados pelos mouros. Vendo-os, cobriu a cara com o bacinete e embraçou o escudo. Deixou passar os primeiros portuguezes que vinham, para não comprometter a situação dos que seguiam atraz; mas, quando se approximaram os mouros, elle só, com um punhado de homens, tal combate lhes offereceu, que os fez recuar e fugir espavoridos, perseguindo-os até á Aduana. Mas os mouros, ou porque fossem reforçados, ou porque lhes parecesse que os nossos iam fraquejando na violencia do ataque, voltaram sobre os portuguezes. O infante, vendo os christãos novamente desbaratados, accommetteu segunda vez os mouros e com muito maior vigor que da primeira, desbaratou-os e perseguiu-os valentemente até proximo do Castello. Alli travou-se uma lucta verdadeiramente heroica. Os mouros que fugiam eram auxiliados por muitos outros que estavam sobre tres muros que n'aquelle ponto se juntavam. D. Henrique só tinha comsigo dezesete homens, e, vendo-o assim desprotegido, os inimigos redobravam a furia do ataque. De toda a parte choviam dardos e pedras sobre os portuguezes. Os nossos defendiam-se com a maior bravura. Fernam Chamorro, escudeiro do infante, cahiu prostrado com uma grande ferida. O seu corpo é valentemente disputado. D. Henrique não cede; redobra de esforços, e os mouros começam a retirar; elle persegue-os e põe-n'os em debandada. Durou esta lu-

Digitized by Google

cta duas horas e meia. Por fim eram só quatro os companheiros do infante. Os nomes d'esses heroes não podem ficar no esquecimento; chamavam-se: Alvaro Fernandes Mascarenhas, Vasco Esteves Godinho, Gomes Dias de Goes e Fernam Alvarez, escudeiro d'el-rei.

Espalhou-se entre os portuguezes o boato de que o infante perecêra no ardor da peleja, e ninguem ousava communicar a triste nova a el-rei seu pae. Todavia, quando lhe disseram que o seu filho predilecto morrêra no combate, D. João I, com a serenidade propria dos grandes heroes, respondeu: «Não importa; morreu no seu officio». Não ha palavras com que se possa apreciar a magnanimidade do grande monarcha!

A coragem do infante chegava á temeridade. Com os seus quatro companheiros encontrou-se n'um ponto bem defendido pelos mouros. Para se unir aos portuguezes era necessario atravessar uma porta que estava bem guarnecida, e tentar isso era expôr-se a uma morte certa. Disse o infante aos seus que fossem chamar soccorros, mas responderam-lhe que não iam, não pelo receio da morte, mas por não o deixarem alli desamparado.

Entre os portuguezes, todos perguntavam novas do infante; mas ninguem ousava ir procural-o a tão perigoso sitio. N'este momento apparece um corajoso fidalgo, Garcia Moniz, que fôra seu aio, e que, sabendo do perigo em que D. Henrique se achava, expôz-se á morte para ir ter com elle e ajudal-o a pôr-se a salvo.

Digitized by Google

Approximava-se a noite, e, emquanto os mouros se preparavam para evacuar a cidade e o castello, conforme haviam decidido em conselho com Sala-ben-Sala, reuniam-se os infantes e planeavam o ataque á fortaleza, não presumindo que ella ia ser abandonada. Resolvido que só no dia seguinte se fizesse o accommettimento e que durante a noite se deixassem sentinellas a vigial-a, preparou-se o infante D. Henrique para descançar de suas heroicas fadigas e alliviar-se das feridas que recebêra nas pernas. N'esta occasião, porém, recebeu parte d'el-rei que o mandava chamar, e que o recebeu com todo o regosijo que póde sentir um pae perante a heroicidade de seu filho. D. João quiz logo alli fazer o infante cavalleiro; mas elle, cheio da modestia que caracterisa todos os homens verdadeiramente superiores, não consentiu, e pediu-lhe que só lhe concedesse aquellas honras ao mesmo tempo que a seus irmãos.

Entretanto dirigiam-se ao castello os homens que haviam de guardal-o durante a noite, e olhando um d'elles casualmente, viu em cima um bando de pardaes, d'onde todos concluiram que os mouros se haviam retirado. Voltaram atraz a receber ordens d'el-rei sobre o que deviam fazer, e o monarcha ordenou que João Vaz de Almada fosse collocar a bandeira de S. Vicente na torre mais alta da fortaleza. João Vaz, indo a cumprir as ordens d'el-rei, encontrou fechada a porta do castello, e ordenava aos seus companheiros que a arrombassem, quando de cima dois homens lhe disseram em lingua hespanhola que os mouros se tinham retirado e que elles abririam a por-

Digitized by Google

ta. Assim foi: d'alli a poucos momentos tremulava no alto da fortaleza mourisca a bandeira do santo padroeiro de Lisboa. O castello ficou sob a guarda de João Vaz de Almada e seus companheiros, que lá encontraram grandes riquezas para premio de seus trabalhos.

«Passou-se a noite em grande vigilia — diz Major. Na manhã seguinte, quando os portuguezes entraram na cidade, foram achal-a no mais profundo silencio. Apenas encontraram os corpos dos que jaziam mortos, e alguns velhos, mulheres e creanças, que hesitaram se haviam ou não de abandonar seus lares queridos, apesar do risco de ficarem escravos dos christãos victoriosos. O despojo foi muito abundante em oiro e prata, e joias de alto preço, além de mercadorias e drogas em grande quantidade. A destruição e estrago foram porém immensos. A manhã estava de trovoada, chovia e granisava, e tal era a indifferença ou a pouca soffreguidão das tropas, que misturado com as enxurradas das ruas deixaram ir azeite, mel, especiarias, conservas e manteiga, assim como fragmentos dos grandes vasos em que tudo isto se guardava. Este destroço foi depois motivo de grande pezar, ao vêr-se que as provisões da cidade bastavam para manter por muito tempo a guarnição necessaria para a ter sujeita. O despojo que veio a caber aos fidalgos era riquissimo. D. Affonso, conde de Barcellos, com gosto apurado e proprio de principe, escolheu, como quinhão no despojo, mais de seiscentas columnas de alabastro e marmore das portas e janellas do palacio de Çalaben-Çala, e de outros edificios principaes da cidade.

Digitized by Google

Tirou-se de uma sala um tecto inteiro abobadado, apainelado e dourado, de primoroso trabalho, o qual juntamente com as columnas serviu depois na construcção e ornato do palacio do conde em Barcellos [1].

Na sexta-feira, 23 de agosto, deu el-rei ordens para que se preparasse a mesquita principal da cidade, de maneira que no domingo immediato lá podêsse ouvir missa solemne. Effectivamente, celebrou-se n'esse dia na mesquita, já purificada, uma grande solemnidade religiosa, em que prégou Fr. João Xira, terminando por serem armados cavalleiros os infantes e muitos fidalgos. O templo estava ricamente ornamentado; na torre mais elevada repicavam festivamente dois sinos, que os mouros tinham levado da cidade de Lagos, quando, poucos annos antes, a atacaram e saquearam [2].

Ao mesmo tempo, D. João I expedia mensageiros para a Europa com a noticia da gloriosa empreza que acabava de realisar. Ceuta estava conquistada.

Convocou el-rei o seu conselho para provêr á guarda e defeza da cidade, e viu que muitos julgavam impossivel a conservação d'ella. Todavia D. João I, acostumado a vencer obstaculos e más vontades, persistiu no projecto de conservar a praça, e nomeou logo para governador d'ella Martim Affonso de Mello. Talvez aconselhado por alguns fidalgos, Martim Affonso não acceitou o cargo; mas logo D. Pedro de Mene-

[1] *Vida do infante D. Henrique*, pag. 93 e 94.
[2] Obr. e log. cit.

Digitized by Google

zes, conde de Vianna, pediu para ficar como governador da cidade, e rogou a D. Duarte que n'esse sentido interviesse junto de seu pae. Effectivamente, foi D. Pedro nomeado governador da praça, ficando com elle uns dois mil e setecentos homens, algumas embarcações, mantimentos e munições de guerra.

Em uma segunda feira, 2 de setembro, depois das recommendações d'el-rei aos que ficavam em Ceuta, fez-se a frota ao mar em direcção a Faro. Succedeu, porém, que os marinheiros da galé em que ia D. João I erraram a viagem e foram ter a Castro Marim, ao passo que os outros navios aportaram a Faro. Encontraram-se depois todos em Tavira, onde el-rei quiz recompensar os serviços de seus filhos. A D. Duarte, herdeiro presumptivo da corôa, disse que nada podia offerecer de maior valor; D. Pedro foi feito duque de Coimbra, e D. Henrique duque de Vizeu e senhor da Covilhã. Aos outros cavalleiros concedeu el-rei as mercês que lhe pediam e lhe era possivel outorgar.

O conde de Vianna sustentou valorosamente a cidade, durante tres annos, com as forças que lhe tinham ficado. Em 1418, porém, um exercito de mouros cercou Ceuta por terra, emquanto o rei de Granada atacava a cidade por mar, com forças commandadas por seu sobrinho Muley Saïd. D. Pedro de Menezes pediu logo soccorro a D. João I, que immediatamente mandou os infantes D. Henrique e D. João com algumas forças, e atraz d'elles D. Duarte e D. Pedro. Quando chegou ao estreito, D. Henrique soube que Muley Saïd, de accordo com o exercito sitiador, se apoderára já da parte de leste de Almina. No mo-

Digitized by Google

mento em que o infante chegava ás aguas de Ceuta, D. Pedro de Menezes fazia uma valente sortida, com a sua corajosa guarnição, contra as forças de Muley Saïd, cujas galeras, ao vêrem approximar-se a esquadra portugueza, fugiram todas, ficando apenas uma para offerecer fuga ao chefe mouro. Ao desembarcarem os infantes já estava terminado o combate, mas ficaram lá dois mezes, até que el-rei os mandou regressar a Lisboa. Durante esse tempo, o infante D. Henrique, sempre ambicioso de gloria, resolveu, contra o parecer de quasi todos, ir tomar Gibraltar de assalto, para não voltar á presença de seu pae desprovido de louros e sem ter praticado algum feito notavel. A empreza, porém, foi mal succedida: uma tempestade arrastou a frota para o cabo de Gata, onde se demorou quinze dias, e no seu regresso encontrou o infante ordem de partir para Lisboa.

Estava consolidada a grandiosa obra da conquista de Ceuta, que tão grande influencia exerceu nos emprehendimentos maritimos do infante D. Henrique. O exito brilhante d'aquella empreza animou-o a proseguir o plano, que traçára no seu espirito, de conquistar terras em Africa, tomar conhecimento das suas costas maritimas e rasgar o legendario véo de mysterios em que se achava envolvido o mar tenebroso. Alargar a esphera do dominio portuguez e dilatar a fé christã pela conversão dos infieis, eram idéas fixas no seu espirito; para as realisar, muito contribuia aquelle primeiro estabelecimento dos portuguezes em Africa, não só como base e ponto de partida para outras emprezas, mas ainda como excellente ensejo para

Digitized by Google

haver informações ácerca das terras e costas africanas.

A tomada de Ceuta tem uma significação muito mais elevada que a de simples conquista: ella foi, como diz Major, a primeira represalia dos christãos contra os mouros e o primeiro passo para a exploração da Africa.

«Ceuta — diz Schœfer — passava pela cidade mais bella e mais povoada da Mauritania. Notavel pelos seus edificios, pelas suas mesquitas e pelos seus estabelecimentos scientificos, estava além d'isso rodeada de campinas agradaveis e ferteis, coberta d'innumeraveis casas de recreio. Vinhedos vastissimos offereciam magnificas vindimas d'uvas tanto mais apreciadas, quanto era o vinho prohibido aos mahometanos. A cidade era séde de vastissima industria; as mais bellas obras d'esse tempo, de coiro, de seda e de ferro, fabricavam-se n'esse sitio, e as ultimas sobretudo exportavam-se para muito longe. Pela sua situação era um excellente mercado para a Africa e para a Europa, um excellente deposito para onde Alexandria enviava os seus tecidos indianos e os seus perfumes, para onde a Hespanha, a França e a Italia expediam o seu superfluo, d'onde tiravam os objectos de que precisavam. Uma prosperidade extraordinaria era fructo d'esse grande commercio, que na verdade foi momentaneamente destruido pela conquista e pelo dominio dos christãos, mas podia ser facilmente restabelecido, se os portuguezes estivessem para essas coisas sazonados. Mas estes viram em Ceuta o ponto inimigo, d'onde tinham sahido, tantas vezes, nos tempos

Digitized by Google

anteriores, os numerosos enxames de arabes e de mouros que tinham invadido a Hespanha meridional e o Algarve e espalhado o terror n'essas provincias. Esses tempos tinham passado e essas invasões já não eram de temer; comtudo Ceuta fazia ainda sentir d'alguma fórma o seu poder n'essa extremidade da peninsula. Os navios hespanhoes e portuguezes, como os outros navios christãos que atravessavam o estreito, deviam parar no porto de Ceuta, e pagar um certo direito maritimo, uma especie de tributo de fundeação, se não queriam ser tractados como inimigos pelos navios dos mouros que cruzavam na costa. E Ceuta não só estava assim collocada em frente de Portugal e da Hespanha christã, mas todas as vezes que os mouros de Granada estavam em afflicções ou pelo contrario apertavam vivamente os seus visinhos christãos, achavam promptamente em Ceuta, no primeiro caso amparo, e no segundo auxilio. Ceuta offerecia sempre um abrigo seguro ao inimigo dos christãos derrotado e posto em fuga, e enviava guerreiros avidos de combate e de saque para entrarem na lucta. Esta cidade era chamada com bastante razão a chave da christandade e o terror da Hespanha.

«O pequeno e heroico exercito dos portuguezes derribou esse terror dos seculos anteriores. O destino e o papel de Ceuta acharam-se de subito maravilhosamente mudados. Nas mãos dos portuguezes, essa cidade tornou-se d'ahi em deante a chave dos Estados do Islam e o terror dos mahometanos. Tinha de ser de futuro o baluarte do christianismo na costa d'Africa; para o rei João seu conquistador era uma garan-

Digitized by Google

tia de que os seus successores, em perpetua lucta com os infieis, iriam sempre ganhando novos paizes para a fé christã, e ao mesmo tempo offereciam um theatro para os combates, uma escola de exercicios de cavallaria para a nobreza guerreira de Portugal. «N'esta empreza, disse o rei quando se tractou depois da conservação de Ceuta, tive em vista servir a Deus, restituir á Egreja catholica, a que pertencêra outr'ora, uma cidade tão hostil ao christianismo; Ceuta deve ser conservada, a fim de que outros principes christãos ou futuros reis de Portugal se sintam arrastados, pela imitação d'um santo zelo, a proseguirem a conquista da Africa, e a arrancarem de novo das mãos dos infieis paizes que os christãos já possuiram.

«Assim os portuguezes não poderão, por effeito da ociosidade que resulta da paz, cahir na inacção e n'uma effeminada molleza, e perder as suas forças e a practica das armas. O que foi Carthago para Roma, sel-o-ha Ceuta para Portugal. Todos os dias os meus cavalleiros me pedem que lhes dê licença para irem a paizes estrangeiros exercitar-se nas armas; agora teem Ceuta, onde podem satisfazer esse desejo com grande proveito do serviço da divindade, e sem despezas tamanhas, para não fallar d'outras vantagens que d'esta possessão resultam». Esse fim attingiu-se; e a primeira empreza militar de Portugal contra uma potencia estrangeira foi coroada pelo mais glorioso resultado.

«Era ao mesmo tempo a primeira expedição maritima, a primeira façanha dos portuguezes n'um elemento em que se não sentiam bem firmes; porque a

Digitized by Google

sua frota, incapaz de se dirigir, deixára-se arrastar pelas correntes do estreito. Ceuta foi para os portuguezes o ponto de partida para conquistas longinquas na costa d'Africa, e a tomada d'essa cidade, que encheu de jubilo e admiração todos os Estados christãos do Mediterraneo, devia gerar depois vastos projectos, audaciosas emprezas, prodigiosas façanhas; estava aberto um novo campo, dava-se uma nova direcção ao espirito e á actividade da nação portugueza. Desde então não fallaram os portuguezes mais senão em expedições maritimas, e Ceuta foi o primeiro annel da longa cadeia com que marinheiros portuguezes cingiram a costa d'Africa, e o ultimo dos quaes, engastado em oiro, se prendia ao paraiso da India. Assim, domina um pensamento mais elevado, manifesta-se um espirito de mais alto alcance na transformação da mesquita mahometana em templo christão, que se fez logo depois da conquista, n'essa consagração pela espada que el-rei João deu a seu filho, armando-o n'essa egreja cavalleiro; e Henrique, o Illustre, merece e recebe a dignidade de cavalleiro na cabeça d'essa parte do mundo que devia fundar a sua immortalidade [1]».

1 Schœfer, *Historia de Portugal.*

Digitized by Google

CAPITULO III

A escóla de Sagres. — A marinha portugueza antes do infante D. Henrique. — Progressos da arte nautica. — As cartas hydrographicas planas.

Está averiguado que, muito antes da conquista de Ceuta, já era resolução assente no espirito do infante D. Henrique o emprehendimento de viagens maritimas no oceano Atlantico, a fim de descobrir novas terras, chegar á India pelo occidente, encontrar o Prestes João e dilatar a fé christã. O erudito cardeal Saraiva [1] suppõe até que as primeiras navegações promovidas e protegidas pelo infante D. Henrique

---

1 *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portuguezes*, etc. Cf. Alexandre Magno de Castilho, *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa*, tomo I, pag. 21.

Digitized by Google

datam de 1412, e funda a sua opinião nos testemunhos de João de Barros e de Faria e Sousa. Deixemos, porém, a discussão d'este ponto para um dos capitulos seguintes, onde tem o seu cabimento especial, e vejamos agora como o infante, depois da conquista de Ceuta, se dedicou inteiramente á realisação do grandioso plano que formára no seu espirito.

Para melhor dirigir as operações maritimas e enviar expedições que reconhecessem as costas africanas e desvendassem os mysterios do «mar tenebroso», o infante, no seu regresso d'Africa, retirou-se da côrte e estabeleceu a sua residencia no Algarve, no promontorio de Sagres, corrupção do nome de *Sacrum Promontorium*, que os antigos lhe davam, e ahi edificou, annos depois, uma villa a que deu o nome de Villa do Infante [1]. Embora o chronista Azurara pareça indicar que o infante D. Henrique só alli se estabeleceu na volta de Tanger [2], em 1437, crê-se ge-

[1] Em carta de 19 de setembro de 1460, diz o infante que edificou esta villa com licença de el-rei D. Affonso, a quem a offerece por seu fallecimento.

Segundo Ferdinand Denis, citado por Major (*Vida do infante D. Henrique*, pag. 107), existiam edificios do seculo XI, no promontorio de Sagres, na occasião do horrivel terremoto de 1755, que encheu de ruinas tanto Sagres, como Lagos, Silves, Villa Nova de Portimão, etc. Notaremos tambem que já em 27 de dezembro de 1722 houve no Algarve um grande terremoto, que fez estragos muito consideraveis e que porventura destruiu alguns edificios do tempo do infante.

[2] «E porque despois da viinda de Tanjer, o Iffante communalmente sempre estava no regno do Algarve, por razom de

Digitized by Google

ralmente que elle fixou a sua residencia em Sagres em 1418, no seu regresso de Ceuta. Em carta de 19 de setembro de 1460 [1], o proprio infante explica as razões que o moveram a ir habitar n'aquelle ponto, aonde apertava um grande numero de navios para se refazerem, e onde, por isso mesmo e pela magnifica posição geographica, melhor podia colhêr informações que o guiassem na execução do seu arrojado plano.

Os antigos chamavam *Promontorium Sacrum* ao cabo que depois recebeu o nome de S. Vicente, porque ahi foram os christãos sepultar este martyr, segundo se conta, sendo trasladado para Lisboa no tempo de D. Affonso Henriques. Mas o nome primitivo ficou ligado a um outro promontorio que está uma legua para leste do primeiro, com o intervallo de uma costa formada de rochedos muito elevados e ás vezes talhados a pique. A respeito d'este promontorio, conhecido pelo nome de *Ponta de Sagres*, encontra-se no *Panorama* [2] a seguinte noticia: «Fórma uma peninsula de 450 braças d'extensão, desde o meio da garganta do isthmo ou lingueta que o prende á terra, até a ponta que mais entra pelo mar e na direcção de nordeste e sudoeste, com duzentas braças na maior largura, que é quasi ao meio d'esta superficie; é um

---

sua villa, que entom mandava fazer», etc. Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, cap. XVIII, pag. 105.

[1] Cit. pelo marquez de Sousa Holstein, *A Escola de Sagres e as tradições do infante D. Henrique*, pag. 24.

[2] Vol. VII (2.º da 2.ª serie), pag. 137.

Digitized by Google

rochedo escalvado, que apenas em algumas fendas entupidas d'areóla mantém a enfesada vegetação de matto rasteiro, que não cresce mais d'um palmo acima do chão. Parece que está assentado em abobada feita pela natureza e o correr dos annos, o que se confirma pelas concavidades na raiz banhada pelas ondas, e mais ainda pelas aberturas do nivel superior, que são outros tantos respiradoiros, por onde resfolga impetuosamente o vento, e jorra o mar a grande altura, espalhando a larga distancia a salsugem, que esterilisa os campos contiguos ao promontorio».

A Villa do Infante não estava situada no primitivo *Promontorio Sacrum* ou cabo de S. Vicente, mas na ponta de Sagres, como diz o proprio infante: «no outro cabo que ante o dito cabo de Sagres está aos que veem do ponente para levante que se chamava Terça-Nabal, ao qual puz nome Villa do Infante [1]».

Embora os chronistas o não affirmem claramente, é ponto averiguado que D. Henrique passou em Sagres uma vida laboriosa, estudando continuamente as sciencias mathematicas e instruindo-se em tudo o que podia auxilial-o na sua obra [2]. Ahi dava instrucções

[1] Na obra de Major encontra-se a cópia reduzida de uma planta official da praça e promontorio de Sagres. Essa cópia foi fornecida ao auctor pelo marquez de Sá da Bandeira.

[2] «E porque alem delle ser muy arriscado cavalleyro, era muy dado ao estudo das letras, principalmente da Astrologia, e Cosmografia, para melhor exercitar tão virtuosas artes, depois que tornou do cêrco de Seuta, escolheu sua mora-

Digitized by Google

aos seus ousados marinheiros e de lá expedia e animava os heroicos exploradores, que haviam de rasgar os mysterios do oceano e desfazer todas as lendas e preconceitos que então vogavam sobre os perigos do *mar tenebroso*, povoado de monstros marinhos e «cujas aguas eram negras como breu [1]».

Julgamos que a escóla de Sagres era uma escóla no verdadeiro sentido da palavra — muito embora haja quem sustente o contrario — e não um simples noviciado de marinhagem. Bastaria para o conjecturar a predilecção que o infante mostrou sempre pelos estudos mathematicos e astronomicos [2], do que deu sobejas provas, como já vimos, se não tivessemos a demonstral-o o facto de haver o infante estabelecido em Sagres um observatorio, o primeiro que existiu em Portugal. Mas além d'isso temos uma passagem de João de Barros que parece não deixar duvida alguma a tal respeito. Diz este historiador, que «não somente encommendou *(o infante)* as cousas ao bom succedimento d'ellas, mas ainda teve n'elle muita industria e prudencia para conseguirem prospero fim; porque para o descobrimento da costa occidental de Africa,

---

da, e residencia em huma parte do Reyno do Algarve», etc. (Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. VII).

[1] Pinheiro Chagas, *Descobrimentos dos portuguezes na Africa*, conferencia realisada na Academia Real das Sciencias.

[2] «... Pois acerca das lettras, não tratando das sagradas que elle por devoção e veneração muito amava, acerca das humanas era mui estudioso principalmente na sciencia de cosmographia»... (João de Barros, *Decada* I, liv. I, cap. XVI).

Digitized by Google

mandou vir da ilha de Malhorca um mestre Jacome, homem mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos nauticos, o que lhe custou muito pelo trazer a este reino para ensinar sua sciencia aos officiaes portuguezes d'aquelle mester». Demais, é certo e incontestavel que o promontorio de Sagres adquiriu em toda a parte a reputação de grande foco scientifico, a ponto de que, como refere Azurara [1], os genovezes offereceram grandes sommas de dinheiro por uma porção de terreno para lá estabelecerem uma feitoria, ou talvez uma colonia, como nota o visconde de Santarem,—proposta que o governo portuguez prudentemente rejeitou. Evidentemente os genovezes não queriam simplesmente aproveitar a bella posição geographica, mas tambem os meios de informação dos portuguezes e os progressos que os nossos marinheiros faziam na arte de navegar sob a protecção e o impulso do infante D. Henrique [2].

---

[1] *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, cap. v.

[2] Em abono da opinião que sustentamos, citaremos ainda o auctorisado Antonio Ribeiro dos Santos nas suas *Memorias historicas sobre alguns mathematicos portuguezes, e estrangeiros, domiciliarios em Portugal, ou nas conquistas*. Referindo-se á residencia do infante em Sagres, diz esse escriptor: «Alli erigio hum observatorio Astronomico, o primeiro, que tivemos: chamou a si muitos homens sabios, Capitães animosos, Pilotos experimentados, e Mestres da Navegação, convidando-lhe sua fama estrangeiros illustres de quasi todas as Nações da Europa, que vierão offerecer-se em seu serviço: fez com elles o seu Palaço huma escola de estudos e applicações Mathematicas, e hum Seminario de Geografos, de Astronomos, e de Nauticos,

Digitized by Google

Em seus irmãos encontrou o infante os mais dedicados cooperadores no desenvolvimento das sciencias mathematicas, pois é sabido que D. Duarte e D. Pedro se entregavam ardentemente a esses estudos. No archivo dos Cartuxos, de Evora, existe um discurso de D. Duarte, sobre a observação, que elle fez, da lua [1].

Em 1424, segundo alguns biographos, ou em 1416, segundo o abbade de Castro, o infante D. Pedro, desejoso de adquirir novos conhecimentos, partiu para uma viagem, durante a qual visitou os principaes paizes da Europa e a Asia occidental. Estando em Veneza, foi-lhe offerecido um precioso exemplar das viagens de Marco Polo, que os venezianos — diz Major [2] — conservavam no seu thesouro como obra de grande valor, e bem assim um mappa, que se suppôz ter sido original ou cópia do punho do mesmo explorador,

---

que davão luz aquelles tempos», etc. (*Mem. de Litt.* da Academia Real das Sciencias, tomo VIII, pag. 155).

Garção Stockler, no seu precioso *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, diz que o infante conseguiu transportar para Portugal a Jacome de Malhorca, «*para que publicamente ensinasse a navegação aos Portuguezes*». (Obr. cit., pag. 16, Paris, 1819). Vid. Candido Lusitano, *Vida do infante Dom Henrique*, liv. III.

[1] Acha-se impresso nas *Provas da historia genealogica da casa real portugueza*, de D. Antonio Caetano de Sousa (tomo I, pag. 529-558). Sobre a historia das sciencias mathematicas em Portugal vejam-se as obras citadas de Garção Stockler e Antonio Ribeiro dos Santos.

[2] Obr. cit., pag. 117.

Digitized by Google

e parece que d'estes elementos viria a servir-se depois o infante D. Henrique [1]. Tambem chegou, dizem, ao seu conhecimento, um mappa que existiu no cartorio de Alcobaça, e que em 1528, não se sabe como, estava nas mãos do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manoel, dizendo-se então que elle fôra feito ha mais de cento e vinte annos, o que o fazia datar pelo menos de 1408 [2].

Damos estas informações mais a titulo de investigação e curiosidade que pelo seu valor historico. Na verdade, pondo mesmo de parte a questão da authenticidade, é sabido que as cartas, que antes dos descobrimentos dos portuguezes se referiam ao Atlantico e ás costas africanas, apenas assentavam em hypotheses caprichosas, e a ignorancia que ellas revelam demonstra a originalidade dos nossos descobrimentos, como veremos no capitulo immediato.

---

[1] O livro das viagens de Marco Paulo, ou Polo, foi traduzido e prefaciado por Valentim Fernandes, em 1502, e d'essa traducção existe um exemplar na bibliotheca real de Lisboa. Ahi se refere Valentim Fernandes ao presente que recebeu o infante D. Pedro em Veneza, e diz que esse notavel exemplar do livro de Marco Polo existia, segundo se dizia, na Torre do Tombo.

[2] Vid. Antonio Ribeiro dos Santos, na *Memoria sobre dois antigos mappas geograficos do infante D. Pedro e do cartorio de Alcobaça. Mem. de Litt.* da Academia, tomo VIII. Major (obr. cit., pag. 118) pretende concluir de uma passagem da *Historia Insulana* de Cordeiro (§ 1.º do liv. IV), que o mappa trazido por D. Pedro e o que estivera no cartorio de Alcobaça são identicos.

Digitized by Google

Quem nos falla d'estes mappas é Antonio Galvão, que, «escriptor aliás apreciavel, diz o snr. Pinheiro Chagas, não merece comtudo credito algum quando refere coisas que outros não mencionam, elle que é muitas vezes inexacto quando narra factos conhecidos. A invenção do mappa d'Alcobaça é por tal fórma absurda, que ao visconde de Santarem nem lhe pareceu necessario refutal-a. Que quer dizer um mappa que ninguem conhece, de que não fazem menção alguma os cosmographos estrangeiros, e cujas indicações em nenhum outro mappa são reproduzidas? A opinião d'Antonio Ribeiro dos Santos, essa é que é altamente provavel, e todos os documentos da cartographia a justificam. Na conformidade da geographia systematica dos antigos, os cartographos da edade media traçavam uma configuração phantasiada da Africa, mas que dava umas vagas ideias da sua configuração verdadeira. No mappa, que temos á vista, do portulano Laurentino, a Africa, partindo do Estreito de Gibraltar, caminha para o sul pouco mais adeante do cabo Bojador, volta depois para leste, formando com a primeira direcção um angulo perfeitamente recto, e, depois d'uma enorme reintrancia, torna a caminhar para o sul, voltando depois a nordeste para se ir ligar com as praias do mar Roxo.

«N'essa ponta meridional, quem tiver desejo de ver o cabo da Boa Esperança, pode vêl-o, mas a confusão das indicações, os desplantes geographicos de toda a casta mostram que foi pautando-se aproximadamente pelas ideias dos antigos que o auctor do mappa phantasiou aquella especie de peninsula, diffe-

Digitized by Google

rentissima da realidade. Succede pouco mais ou menos nas outras cartas da edade media, mas as dissimilhanças que entre ellas se notam bastam para mostrar que os cosmographos traçavam linhas a capricho no mappa das terras desconhecidas.

«Não, nas cartas que guiaram o infante D. Henrique não havia nem sequer indicações vagas, havia apenas o mysterio que excitava o animo aventuroso a procurar dilaceral-o [1]».

Talvez por diligencia do infante D. Pedro, conheceu D. Henrique um grande planispherio, copiado de outro, que existia no convento dos camaldulenses de S. Miguel de Murano, junto de Veneza, por Fr. Mauro, notavel cosmographo e astronomo.

Em todos estes elementos, e ainda nos livros de geographos antigos, que conhecia muito bem, segundo affirma Damião de Goes [2], procurava o infante esclarecer-se ácerca das viagens maritimas e da possibilidade de avançar pelo oceano. Além d'isto procurára informações na Africa, «assim que — diz João de Barros — na tomada de Ceuta e em outras vezes que lá passou, sempre inquirio dos Mouros as cousas de dentro do Sertão da terra, principalmente das partes remotas aos Reinos de Fez e de Marrocos... porque veio a saber por elles não somente das terras dos Alarves, que são visinhos aos desertos de Africa a

[1] Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 228 e 229.

[2] *Chronica do principe D. João*, cap. VII.

Digitized by Google

que elles chamão Çahara, mas ainda das que habitão os povos Azenegues que confinão com Negros de Jalof, onde se começa a Região de Guiné; e por isso — continúa João de Barros — ante que armasse os primeiros navios estava bem informado das cousas de toda a Costa da terra que os Mouros habitavão, por meio d'elles [1]».

Dada esta noticia sobre as fontes de informação do infante D. Henrique, fontes que eram vagas e de nenhum valor real, vejamos agora qual era anteriormente o estado da marinha portugueza, e quaes os recursos de que dispunha a arte nautica na primeira metade do seculo XV.

Parece que já o conde D. Henrique teve a seu serviço algumas galés destinadas á defeza das costas maritimas, frequentemente infestadas pelos mouros; mas falta-nos a este respeito uma relação verdadeiramente historica. No reinado de Affonso Henriques, em 1180, estando o monarcha em Coimbra, encarregou o celebre cavalleiro D. Fuas Roupinho de preparar as galés necessarias para ir castigar umas embarcações mouriscas que interceptavam as communicações maritimas de Lisboa. Deu-se um combate naval junto ao cabo Espichel, a 15 ou 29 de julho d'esse anno; os mouros foram derrotados e as suas galés aprisionadas e trazidas para Lisboa. Animado com a victoria, voltou novamente D. Fuas Roupinho á caça de mouros nas costas de Portugal, e não os encontrando,

[1] *Decada* I, liv. II, cap. II.

Digitized by Google

metteu pelo estreito de Gibraltar e foi á bahia de Ceuta aprisionar quantas embarcações mouriscas encontrou. Não foi tão feliz com a terceira expedição, organisada em 1182 e composta de vinte e uma galés. Uma tempestade arrojou-o das costas do Algarve, onde cruzava, de modo que foi ter defronte de Ceuta e ahi encontrou uma armada de cincoenta e quatro galés, que os mouros tinham aprestado para se desforrarem das derrotas anteriores. O combate foi terrivel; houve grandes perdas de parte a parte, e o proprio D. Fuas Roupinho pereceu ás mãos dos mouros. A historia não regista os pormenores da peleja [1].

No reinado de D. Sancho I, os navios portuguezes desempenharam um papel importante na tomada de Silves. Como se sabe, o monarcha portuguez foi ajudado n'essa empreza por uma armada de cruzados que se dirigia á Terra Santa e que aportára a Lisboa. Aos navios hollandezes, flamengos, allemães e dinamarquezes, que eram ao todo mais de cincoenta, juntaram-se quarenta galés e galeotas de Portugal. A cidade foi tomada ao cabo de dois mezes de repetidos combates. Não consta que nos dois reinados seguintes se realisasse alguma empreza em que figurassem navios portuguezes, a não ser no cêrco e

1 Cf.: *Annaes da marinha portugueza*, por Ignacio da Costa Quintella, tomo I, pag. 11 e seg.; *Monarchia Lusitana*, tomo III, liv. XI, cap. XXXI e XXXII; Duarte Nunes de Leão, *Chronica d'el-rei D. Affonso Henriques;* Acenheiro, *Chronicas dos reis de Portugal*, cap. VIII, etc.

Digitized by Google

tomada de Ayamonte, onde se diz que D. Sancho II empregou todas as suas forças de mar e terra [1].

No reinado de Affonso III, a marinha de guerra portugueza tomou um grande desenvolvimento, e póde dizer-se que a sua primeira organisação é devida a esse monarcha. Na tomada de Faro, a nossa esquadra prestou grandes serviços, postando-se á entrada do porto e impedindo que os sitiados recebessem soccorros da Africa. Em 1266, quando o infante D. Diniz foi soccorrer seu avô D. Affonso *o sabio* contra os mouros, levou importantes forças de mar e terra. Ignora-se a época da fundação do arsenal de marinha de Lisboa, mas sabe-se que elle já existia no tempo de D. Sancho II. No reinado de D. Affonso III já lá se faziam construcções navaes importantes, e tanto que esse monarcha, em 1260, doou uma propriedade de casas a João de Miona por lhe haver construido uma nau. «O local d'este estabelecimento — diz o historiador que estamos seguindo — era, pouco mais ou menos, pelo sitio da Ribeira Velha, por dizer a nossa historia que as casas da Judiaria se edificaram junto ás *Taracenas*, termo que na linguagem antiga exprimia o mesmo que Arsenal de Marinha; e sabe-se, que a Judiaria occupava uma parte do Bairro de Alfama fronteiro áquelle sitio [2]».

Encontrando já bons elementos que lhe servissem

[1] *Monarchia Lusitana*, tomo IV, liv. XIII, cap. XXI.

[2] Ignacio da Costa Quintella, *Annaes da marinha portugueza*, tomo I, pag. 17.

Digitized by Google

de base, D. Diniz iniciou grandes reformas e realisou enormes progressos na marinha portugueza. N'esse tempo começava a diffundir-se o gosto das viagens maritimas, e D. Diniz tratou de desenvolver a marinha portugueza, começando por adquirir homens experimentados que adestrassem os nossos marinheiros. Vagando o cargo de almirante-mór, mandou o monarcha procurar em Genova, que então estava no seu esplendor e possuia uma boa marinha, um homem competente para desempenhar aquelle logar. A escolha recahiu em Micer Manuel Pezagno, cuja competencia os factos demonstraram eloquentemente. As principaes clausulas do contracto celebrado entre D. Diniz e Pezagno, em Santarem, a 1 de fevereiro de 1317, são as seguintes:

D. Diniz dava a Manuel Pezagno e aos seus successores o logar da Pedreira, em Lisboa, com todas as propriedades, regalias e direitos que lhe pertenciam. Dar-lhe-hia mais em cada anno tres mil libras em moeda de Portugal (480$000 réis), e este ordenado duraria até lhe dar alguma villa, logar povoado ou herdade que rendesse egual quantia. Manuel Pezagno, ou seus successores, poderia vender o logar da Pedreira, ou fazer d'elle o que quizesse; mas o producto ficaria em morgado na sua familia, em linha recta, passando do pae ao filho mais velho legitimo secular, que podésse servir o cargo de almirante com as condições estabelecidas no contracto. Manuel Pezagno, e todos os seus successores, serviria bem e lealmente nas galés, sempre que fosse chamado, mas não seria obrigado a sahir ao mar com menos de tres

Digitized by Google

galés; além d'isso, quando el-rei sahisse pessoalmente em campanha com exercito, e mandando-o chamar, o acompanharia e serviria em terra. O almirante, e seus successores, obrigava-se a ter sempre promptos vinte genovezes intelligentes na navegação, para servirem de alcaides e arraes das galés. Desertando ou morrendo algum d'estes vinte homens, o almirante mandaria vir outro á sua custa no espaço de oito mezes, etc. [1].

O principal objectivo da armada portugueza, que começava a desenvolver-se admiravelmente, era a guerra aos mouros e a caça aos piratas; e como para isso fossem necessarios recursos de que el-rei por então não podia dispôr, enviou á Santa Sé o almirante-mór e o deão da sé do Porto, D. Gonçalo, a fim de pedir que alguns dos rendimentos ecclesiasticos fossem concedidos para as despezas da armada. Effectivamente, pela bulla de 19 de maio de 1320, o papa João XXII concedeu a D. Diniz, para essas despezas na guerra contra os mouros, a decima de todos os rendimentos dos bens ecclesiasticos das ordens, cathedraes e egrejas do reino, durante tres annos. Exceptuava-se a ordem da cavallaria do Hospital, porque já se occupava n'essa guerra, e as egrejas de Pombal e Soure, por serem os seus rendimentos destinados á sustentação dos estudos da Universidade. Esta Bulla foi publicada em Coimbra em 7 de novembro d'aquelle anno, e logo começou de ser exe-

[1] *Monarchia Lusitana*, parte VI, liv. XVIII, cap. LVI. Vej. Quintella, obr. e vol. cit., pag. 18 e seg.

Digitized by Google

cutada, com o que muito progrediu a marinha portugueza [1].

Pezagno, cujo nome veio a transformar-se em Peçanha, prestou grandes serviços a Portugal, não só na guerra contra os mouros, mas em viagens cuja importancia havemos de assignalar n'outro capitulo. Exerceu o cargo que lhe foi confiado ainda em parte do reinado de D. Affonso IV, succedendo-lhe depois, na fórma do contracto, os seus descendentes, que o conservaram, com pequenos intervallos, até ao reinado de D. João I.

No tempo de D. Affonso IV já Portugal tinha uma certa importancia maritima. Os nossos navios fizeram então frequentes viagens no Atlantico, chegando mesmo a visitar algumas de suas ilhas, como logo veremos. Tendo o papa Clemente IX conferido a um principe hespanhol, em 1344, o senhorio das Canarias, e pedindo a el-rei de Portugal e a outros monarchas que ajudassem o seu protegido a tornar effectiva aquella soberania, D. Affonso fez uma especie de protesto, escrevendo ao pontifice, em 12 de fevereiro de 1345, a communicar-lhe que já era sua intenção conquistar aquellas ilhas, e até já enviára gente e navios a tomar conhecimento d'ellas, como provava o facto de terem de lá vindo para o reino homens, animaes e varios objectos.

Enviou tambem de Lisboa, em 1341, uma expedição que parece ter sido commandada por um geno-

[1] *Quadro elementar*, tomo IX, pag. 326.

Digitized by Google

vez, Nicoloso de Recco, e um florentino, Angelino del Tegghia dei Corbizzi.

No reinado de D. Pedro I realisaram-se duas expedições, em 1359 e 1364, ambas commandadas pelo almirante Lançarote Peçanha. O fim d'essas expedições foi ajudar D. Pedro de Castella contra D. Pedro de Aragão.

«Ainda que, no reinado de D. Fernando, Portugal rapidamente declinasse da sua prosperidade interior, não se esqueceu este monarcha do augmento das construcções navaes no reino. Ordenou que os portuguezes, que construissem navios de 100 toneladas para cima, podessem cortar nas matas reaes, e conduzir a Lisboa as madeiras e mastros que quizessem, sem pagarem cousa alguma, nem mesmo os direitos dos materiaes que viessem de fora. — Que não pagassem direitos alguns de navios feitos, que comprassem ou vendessem. — Que aos proprietarios dos navios de primeira viagem, que sahissem carregados de Portugal, se perdoassem os direitos das mercadorias que levassem, de qualquer natureza que fossem, ou suas ou alheias; e que se lhes abatesse metade dos direitos de toda a quantidade de generos, que da primeira torna-viagem trouxessem de portos estrangeiros para Portugal, ou os generos fossem seus ou alheios. Creou uma companhia de segurança naval, que talvez fosse a primeira d'esta especie que appareceu na Europa. Egualmente creou o posto de capitão-mor da frota, que parece governava só tudo quanto era relativo aos navios d'alto bordo; ficando competindo ao almirante o commando das galés. O primeiro

Digitized by Google

que occupou aquelle cargo foi Gonçalo Tenreiro, que com elle já vem denominado na carta de mercê que el-rei lhe fez d'Algés, sua ribeira, e outras terras, em remuneração de serviços, datada de 25 de julho de 1373.

«Em maio de 1369 mandou este principe aprestar uma armada de 32 galés, e 30 navios redondos, bem armados, commandada pelo almirante Lançarote Peçanha, a qual fez grandes damnos na costa d'Andaluzia, principalmente em Cadiz, que foi saqueada, e quasi destruida.

«Ainda no anno de 1381 se aprestou em Lisboa uma armada de 21 galés, 1 galeota, e 4 naus, a qual sahiu d'este porto a 11 de julho, para obstar aos males que poderiam causar ao commercio e povoações maritimas as forças navaes que se preparavam em Sevilha. Tão mal equipada porém ia esta armada, e taes foram os desastres que soffreu, que com a perda d'ella deu fim a marinha portugueza d'esses tempos [1]».

Sob a generosa iniciativa do infante D. Henrique, a marinha portugueza vae não só levantar-se do abatimento momentaneo em que cahira, mas chegará a um alto grau de gloria e esplendor até vir a ser a primeira marinha do mundo. Com effeito, as viagens dos nossos marinheiros na primeira metade do seculo xv através do Atlantico, além dos fecundos resultados que produziram com o descobrimento de novas

[1] *Panorama*, vol. iv, pag. 63.

Digitized by Google

terras, tiveram ainda a grande vantagem de os adestrar na arte nautica, na qual fizeram grandes progressos, adquirindo novos elementos de segurança contra os perigos do mar.

«Restam-nos muito poucos pormenores, diz Major [1], dos instrumentos astronomicos usados no tempo do infante D. Henrique. Tomava-se a altura de uma estrella com o astrolabio e o quadrante com o auxilio de uma alidade, que tinha nas extremidades dois orificios, por entre os quaes passava o raio. O quadrante pendia verticalmente de um annel, que se sustinha na mão. Não sabemos como estes instrumentos eram graduados, mas é de presumir que o fossem mui grosseiramente. Os maritimos no principio do seculo XV faziam uso do astrolabio, da agulha, de um chronometro rudimentar, e das cartas em suas viagens no Mediterraneo».

Parece averiguado que os chinezes conheceram a bussola muito antes da éra christã, e que d'ella se serviram nas suas navegações nas costas do Japão, de Jesso e de Kamtschatca, e nas viagens que fizeram a ilhas distantes sem costearem a terra. Muitos auctores acreditaram, por isso, o que diz Montucla [2], que os europeus conhecessem a bussola dos chinezes por intermedio de Marco Polo ou de alguns merca-

[1] *Vida do infante D. Henrique,* pag. 111.

[2] *Histoire des mathématiques,* parte II, liv. II, § II, pag. 284.

Digitized by Google

dores venezianos que faziam o commercio da India pelo mar Vermelho.

Outros pretendem que a agulha fosse invenção dos arabes, e na verdade um geographo do seculo XII indica o uso da bussola entre elles, como se vê das citações feitas por Kircher, Fournier, Riccioli [1], etc. O que é certo é que os arabes eram muito peritos na arte nautica, e sobre ella escreveram em tempos em que nada se escrevia na Europa a tal respeito. Ainda não ha muito que elles se serviam da bussola mesmo nas suas viagens terrestres, especialmente nas peregrinações a Meca. Dado o conhecimento que os arabes tinham da bussola, podiam communical-o aos europeus, ou por intermedio das cruzadas ao oriente ou dos sarracenos d'Africa, depois espalhados pela Italia e pela Hespanha.

Nos principios do seculo XIII, o poeta francez Guyot de Provim, no poema publicado em 1204 e intitulado *La Bible Guyot*, falla claramente no emprego da bussola. Da mesma época ha o testemunho do cardeal Jacob de Vitry, que se refere á agulha magnetica na sua *Historia Hierosolimitana*, dizendo que ella era necessaria aos que viajavam por mar: «*valde necessarius navigantibus in mari*». Podiamos

[1] Antonio Ribeiro dos Santos, *Da antiguidade da observação dos astros, e da bussola e de outros instrumentos no uso da navegação*, memoria impressa na parte I do tomo V da *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*.

Digitized by Google

accumular os testemunhos d'aquella época para provar que já então se usava a bussola, embora fosse muito imperfeito esse instrumento e o emprego que d'elle se fazia [1].

Sabe-se tambem que o astrolabio era egualmente conhecido antes do seculo xv entre os arabes, como se vê de uma passagem de João de Barros, e até na Hespanha.

Nos principios do seculo xv tambem os marinheiros faziam uso das cartas geographicas; «mas os principios em que a construcção d'ellas se fundava — diz um illustre escriptor [2] — fazendo os meridianos convergentes para os polos, como na realidade são, faziam que os rumos se não podessem sobre ellas representar senão por linhas curvas, e por este modo as tornavam improprias para os usos da navegação. A perspicacia do Infante lhe fez não só conhecer este inconveniente, mas imaginar um modo de o remediar, insinuando ao seu geographo que construisse as cartas, suppondo os graus dos parallelos eguaes aos graus do equador: o que, supposto alterasse n'ellas a verdadeira grandeza e a posição relativa das terras, reduzia comtudo os rumos a linhas rectas, e por este modo as fazia mais aptas para o fim que se pretendia.

«É verdade que estas cartas a que se deu o sobrenome de planas, por isso que representam a superfi-

[1] Vid. Antonio Ribeiro dos Santos, mem. cit.

[2] Garção Stockler, *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, pag. 16 e seg.

Digitized by Google

cie em uma figura plana sem dependencia de projecção alguma, são em certos casos sujeitas a gravissimos inconvenientes [1]; mas nem por isso fazem menos honra ao espirito de seu inventor; nem deixaram de ser um dos principaes instrumentos, que cooperaram para o descobrimento da costa de Africa, da India oriental, e de um novo continente de que os antigos geographos não tiveram a mais leve noticia. Alem do que, não se póde negar que ellas servissem de passo para a invenção das cartas reduzidas, de que hoje usamos, as quaes foram fructo das reflexões de Gerardo Mercator, e de Eduardo Wrigth sobre os defeitos d'aquellas, e das tentativas que fizeram para remedial-os [2]».

Major [3] negou ao infante D. Henrique a gloria de ter inventado as cartas hydrographicas planas, e affirma que já antes do infante havia cartas nauticas com projecção cylindrica, em que, por conveniencia da navegação, os meridianos se conservavam parallelos. A este respeito cita trabalhos de Eratosthenes e Marino de Tyro, na antiguidade. O erudito escriptor inglez, que aliás escreveu a sua obra com um espirito de justiça verdadeiramente notavel, veio refutar assim a opinião que até agora fôra seguida

---

1 «Sobre os defeitos d'estas cartas veja-se o que diz Montucla, *Hist. des math.*, tomo II, Suplem. contenant l'*Histoire de la navig.*, e Bezout, *Cours de math.*, tomo VI, sect. 4.ª, § 333».

2 «Montucla, *Hist. des math.*, tomo II, Suplem. contenant l'*Histoire de la navigation*».

3 Obr. cit., pag. 108 e seg.

Digitized by Google

por muitos auctores, de que o infante realmente inventára ou introduzira importantes progressos no levantamento das cartas geographicas para uso dos navegantes. Esta questão, aliás de grande valor historico para a memoria do infante D. Henrique, não foi ainda discutida, crêmos nós, depois da impugnação de Major; parece-nos, porém, que, escrevendo a historia do glorioso filho de D. João I, não póde esquecer-se este assumpto, e por isso nos propômos tratal-o.

Um dos auctores que deu mais vulto á opinião de que ao infante se deve a invenção das cartas hydrographicas planas, foi Montucla, na sua *Historia das mathematicas* [1]. Suppõe Garção Stockler, na sua magnifica obra que nos serve de guia n'esta questão [2], que Montucla se fundasse no testemunho do escriptor portuguez Pimentel [3] para fazer a sua affirmativa. Mas Pimentel viveu muito depois do infante, e não está averiguada a base em que fundou a sua asserção, nem a authenticidade dos documentos a que porventura a referiu. Stockler, depois de expôr assim esta questão historica, continúa:

«Tenho comtudo encontrado razões muito plausiveis para conjecturar, independente da auctoridade dos dois escriptores mencionados, que ella pertence

---

1 Parte III, liv. IV, § XIII.

2 *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, por Francisco de Borja Garção Stockler (Paris, 1819).

3 *Arte de navegar*, parte II, cap. IV.

Digitized by Google

effectivamente ao infante D. Henrique, como no texto affirmei. Primeiramente é sem duvida que este genero de cartas não existia antes de começarem os descobrimentos maritimos que, por ordem e diligencia d'aquelle sabio principe, fizeram os navegadores portuguezes. Tambem não é menos certo, que entre nós, e no seu tempo, se começou a pôr em uso as mesmas cartas. Pedro Nunes, auctor quasi coevo, e cuja auctoridade é n'esta materia de summo peso, se explica a este respeito da maneira seguinte, no tratado que escreveu em defensão da carta de marear: «Ora manifesto he que estes descobrimentos de costas, ylhas, «e terras firmes, nam se fezeram, indo a acertar: mas «partiam os nossos mareantes muy ensinados, e pro«vidos de estromentos e regras de astrologia e geo«metria: que sam as couzas de que os cosmographos «ham d'ãdar apercebidos, segundo diz Ptolomeu, no «primeiro livro da sua Geographia. *Levavam cartas «muy particularmente rumadas: e nam ja as de que «os antigos uzaram,* que nam tinham mais figurados «que doze ventos, e navegavam sem agulha. E pode«ser que seja esta a razão por que nam se atreviam «a navegar, se nam com vento prospero, que he a «poupa: e hiam sempre ao longo da costa, em quanto «podiam; como verá quem deligentemente ler em Pto«lomeu as navegações que os antigos faziam pelo már «da India. *As nossas cartas sam muito diferentes d'el«las:* por que repartimos as agulhas, que em todo o «logar nos reprezentam o horizonte, em XXXII partes «iguaes, e podemos governar a hu'a parte d'estas quan«to espaço queremos sem embargo que no processo do-

Digitized by Google

«caminho se mudem orizontes, e as alturas. E assi «como o caminho que fazemos faz, com os novos me- «ridianos, igual angulo ao com que partimos; *assi «mesmo na carta, que reprezenta o Universo, fas sem- «pre a mesma rota, com os meridianos, angulos iguaes: «pelos ditos meridianos serem linhas direitas e equi- «distantes* que, com a terceira linha, que he a per que «se faz o caminho, cauzam de dentro e de fora angu- «los iguaes. E esta he a razam por que foi necessa- «rio serem os rumos de Norte Sul, e quaesquer ou- «tros de hum mesmo nome, linhas direitas equidis- «tantes. Nem se pode fazer de linhas curvas nenhum «planispherio, que tanto conforme seja ao nosso modo «de navegar, como he a carta. A qual, posto que faça «todolos parallelos iguaes á equinocial; e os polos, que «são pontos, linhas direitas; disto nam se segue mais, «se nam que a carta nam he planispherio que nos faça, «quanto á vista, aquella imagem e similhança do Man- «do, que fazem os de Ptolomeu, e outro que hi ha, nos «quaes ha somente parallelos e meridianos [1]».

Dada a grande auctoridade do grande mathema- tico Pedro Nunes, não se póde apresentar testemu- nho mais valioso para attribuir aos portuguezes a in- venção das cartas planas. Elle affirma, na verdade, que as cartas de que usavam os portuguezes eram «*muy particularmente rumadas, e nam já as de que os antigos uzavam*»; pelo contrario, «*as nossas cartas sam muito differentes d'ellas*». Note-se bem que Pedro

[1] Stockler, obr. cit., nota 11.ª, pag. 100-102.

Digitized by Google

Nunes conhecia as cartas usadas dos antigos, e diz que as dos portuguezes eram muito differentes d'ellas. Mas ouçamos a apreciação de Stockler, depois de citar Pedro Nunes:

«É verdade que d'aqui se não deduz ser ella *(a invenção das cartas)* devida immediatamente ao infante D. Henrique; mas se se attende ao estado dos conhecimentos geographicos no seculo XV, e ao modo mais ordinario por que as invenções nas artes e sciencias costumam derivar-se umas das outras, se verá facilmente, que é por extremo provavel que o verdadeiro auctor d'esta fosse com effeito o sobredito infante. Quem poderá duvidar que, havendo Ptolomeu e Marino de Tyro, cujos methodos geographicos aquelle refere no primeiro livro da sua Geographia, tocado, por assim dizer, a invenção das cartas hydrographicas planas (bem como Copernico a do systema da attracção universal, e Barrow a do methodo das fluxões) tem a seu favor uma grande probabilidade quem affirmar que o inventor das sobreditas cartas deve ter sido uma pessoa muito versada na lição das obras de Ptolomeu; assim como o inventor do systema do Mundo, e do calculo fluxional foi, com effeito, o geometra mais versado na lição das obras de Barrow e de Copernico? Quem duvidará tambem de que tem uma grandissima probabilidade a seu favor quem affirmar que, entre todas as pessoas dadas ao estudo dos livros de Ptolomeu, aquella que mais ardor, interesse, e constancia mostrasse em promover os progressos da navegação, devia ser a que effectivamente descobrisse qualquer invento nautico que naturalmente se de-

Digitized by Google

rivasse das obras do referido escriptor?.. Ora que o infante D. Henrique foi de todos os homens de lettras do seculo XV, dados seriamente ao estudo das obras de Ptolomeu, o que mais ardor, interesse, e constancia mostrou por adiantar a sciencia da navegação, é um facto de que só poderá duvidar quem nunca tiver lido a historia dos nossos descobrimentos maritimos. E para qualquer convencer-se de que o geographo de Alexandria se aproximou, o mais que é possivel, á invenção das cartas hydrographicas planas, basta que se leia o capitulo XIII do livro I da sua Geographia, aonde tratando das terras existentes desde o *Cabo Cori*, que é o *Cabo Comori*, até á *aurea Chersoneso*, ou *Malaca*, determina as posições dos meridianos de *Coriura*, *Palura*, *Sada* e *Tamala*; e finalmente da mesma *aurea Chersonesia*, relativamente ao meridiano do sobredito cabo. O seu methodo de proceder reduz-se á resolução de um triangulo rectilineo rectangulo, do qual se conhece a hypothenusa, que é a distancia entre cada dois logares; e o angulo comprehendido pela direcção da mesma distancia, e pelo meridiano do primeiro logar, que é o rumo a que o segundo se acha situado relativamente a elle: methodo este que é o verdadeiro e fundamental principio da construcção das cartas hydrographicas planas. Marino de Tyro ainda foi mais adeante, como se pode ver do capitulo XX do livro citado da Geographia de Ptolomeu, aonde este o reprehende de haver construido uma taboa ou carta geographica, em que representava os meridianos por linhas rectas parallelas entre si, e da grandeza que

Digitized by Google

só convinha ao parallelo de Rhodes. Eis aqui Marino descrevendo de facto uma carta plana, e tomando o parallelo de Rhodes por parallelo medio entre o de Thule, aonde a sua carta terminava, e o Equador aonde ella começava. Que faltava pois para realisar a invenção das cartas hydrographicas planas?.. Reconhecer pelo methodo mesmo, que Ptolomeu empregára em determinar as posições respectivas de Corura, Palma, etc., que os defeitos da carta geographica de Marino, que elle reprovára, eram, em cartas hydrographicas de pequena extensão, de mui pouco momento, em comparação das vantagens de ter os rumos representados por linhas rectas, e de poder em consequencia, por meio de uma simples operação de regoa e compasso, ter com summa facilidade a posição do navio no mar largo, uma vez que se soubesse a distancia andada, e o rumo pelo qual se navegára. Mas este passo, aparentemente tão facil, era summamente difficil em um tempo, em que se tributava aos auctores da antiguidade o mais supersticioso respeito, e em que, só o nome de Ptolomeu reputado pelo primeiro geographo do mundo, era um obstaculo quasi insuperavel para se aprovar como bom o que elle havia expressamente reprovado como mau. É certo que todos os argumentos de probabilidade, que acabamos de expor, não bastam para se atribuir ao infante D. Henrique a invenção d'estas cartas como um facto incontestavel; mas tambem é sem duvida, que ninguem se apresenta com melhores direitos para que ella lhe seja atribuida, e que ainda sendo esta invenção devida a outro qualquer portuguez, a aquel-

Digitized by Google

le principe pertence a maior parte da gloria do seu descobrimento, por ser quem primeiro entre nós promoveu eficazmente o estudo das mathematicas, e da hydrographia [1]».

Parece-nos que as considerações transcriptas de Garção Stockler destroem as pretensões de Major, e que cabe a algum portuguez, e provavelmente ao infante D. Henrique, a gloria de ter introduzido consideraveis progressos na construcção das cartas geographicas, embora para isso recorressem ao subsidio de auctores antigos.

[1] Obr. e log. cit., pag. 102-104.

Digitized by Google

Digitized by Google

CAPITULO IV

Originalidade das navegações e descobertas realisadas pelos portuguezes no seculo xv.

Antes de entrarmos na historia das navegações e descobrimentos maritimos, realisados pelos portuguezes na primeira metade do seculo xv, sob a generosa iniciativa e o vigoroso impulso do infante D. Henrique, convem reivindicar para o nosso paiz a prioridade e originalidade de tão memoraveis emprezas, já que alguns estrangeiros nos quizeram contestar essa gloria com falsas hypotheses e infundados argumentos. Não se trata de vindicar para o nosso paiz o direito de propriedade, que em caso nenhum nos podia ser contestado, como observa Major a respeito das ilhas da Madeira e Porto Santo; mas trata-se de estabelecer e demonstrar a gloria que pertence aos heroiços portuguezes do seculo xv, que,

Digitized by Google

pelas suas arrojadas concepções e pelos seus feitos verdadeiramente epicos, desvendaram os mysterios do oceano, realisaram e prepararam a descoberta de novos mundos, prestando assim um grande serviço á civilisação e ao progresso da humanidade.

Nos capitulos seguintes teremos occasião de averiguar se algumas das ilhas colonisadas no tempo do infante D. Henrique já haviam sido descobertas pelos portuguezes no seculo XIV, embora não houvessem então sido povoadas; por agora trataremos apenas de demonstrar a originalidade e prioridade dos nossos descobrimentos relativamente a outras nações, que por um mal entendido orgulho pretenderam roubar-nos essa gloria. Justificaremos assim, com argumentos e razões historicas, aquelle verso do nosso grande epico, quando se referia aos descobrimentos e viagens maritimas dos portuguezes

«Por mares nunca d'antes navegados».

Começaremos por examinar o conhecimento que os antigos tinham do oceano para além do estreito de Gibraltar, o que não será difficil, passando em revista os principaes escriptores e geographos da antiguidade [1].

1 Vid.: — Visconde de Santarem, *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au délà du cap Bojador, et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des Portugais au quinzième siècle;* Major, *Vida do infante D. Henrique de Portugal appel-*

Digitized by Google

Primeiramente é facil demonstrar que os antigos consideravam como innavegavel o oceano Atlantico, segundo se vê de passagens de diversos escriptores, como Aristoteles, Plutarcho, Herodoto, Plinio, etc. Uns diziam que a grandeza e solidão do Atlantico era forte obstaculo a que se chegasse ás Indias pelo occidente; outros pensavam que esse mar era innavegavel pela immobilidade de suas aguas, densas e cheias de lôdo; pela falta de ventos e de estrellas que servissem de guia ou por desconhecimento das que havia, pelos nevoeiros e trevas que envolviam o oceano, que suppunham povoado de monstros marinhos que aterravam os viajantes. Como logo veremos, estas lendas supersticiosas atravessaram os seculos e vogavam ainda nos principios do seculo xv, entre os povos meridionaes da Europa.

Uma prova de que era vulgar esta idéa que se fazia da navegabilidade do oceano, é o facto de que, quando Alexandre levava os seus soldados á conquista da India, elles, revoltando-se, como é sabido, diziam que o seu rei os queria levar ao oceano, e repetiam entre si: — «*Quod præmium ipsos manere? — Caligi-*

lidado o Navegador, cap. vii; Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal,* vol. ii; José de Torres, *Originalidade da navegação do oceano Atlantico septentrional, e do descobrimento de suas ilhas pelos portuguezes no seculo* xv, — estudo publicado no *Panorama,* vol. x (1853) e xi (1854); Antonio Ribeiro dos Santos, *Memoria sobre a novidade da navegação portugueza no seculo* xv, — no tomo viii das *Memorias de Litteratura* da Academia Real das Sciencias.

Digitized by Google

nem ac tenebras, et perpetuam noctem profundo incubantem; repletum immanium belluarum gregibus fretum; immobiles undas, in quibus emoriens natura defecerit. — Que recompensa nos espera? — Nevoeiros, trevas, noite perpetua que cobre a face dos abysmos, mar cheio de monstros horriveis, aguas immoveis que attestam a extincção da natureza agonisante [1].

O poeta Albinovano, amigo de Ovidio, pôz na bocca de Germanico, quando este se encontrava no oceano, as seguintes palavras de terror:

> «*Quo ferimur? ruit ipsa dies, orbemque relictum*
> *Ultima perpetuis claudit natura tenebris*».

Aristoteles, que teve conhecimento da espherici-dade da terra, nada sabia do mundo para além das columnas de Hercules, que suppunha proximas das Indias Orientaes. «A terra — dizia elle — é uma esphera não muito grande. Aquelles que julgam que a região das columnas de Hercules fica proxima das Indias, parece que não admittem uma cousa muito inverosimil [2]».

Mas ao mesmo tempo o celebre philosopho partilhava o erro de que o oceano era innavegavel. Como tantos auctores antigos, Aristoteles fallava de uma ilha deserta que, segundo elle, fôra descoberta pelos carthaginezes para além de Gibraltar.

---

1 Quinto Curcio, XI, 4.

2 *De cœlo*, liv. II, XIV, 14, 15.

Digitized by Google

Seneca, o rhetorico, julgava tambem o oceano innavegavel: — *Oceanus navigari non potest;* e accrescenta como razões: — *Confusa lux, alta caligine et interceptus tenebris dies.*

Para não accumular citações, só nos referiremos agora á velha tradição da ilha Atlantica, que muitos attribuem a Platão, mas que já foi relatada, segundo affirma o historiador Major, por Theopompo, em um fragmento de suas obras conservado por Eliano. Esses auctores collocavam a Atlantida, uma grande ilha que suppunham maior que a Europa e a Asia reunidas, para além das columnas de Hercules. Os habitantes da Atlantida eram ricos e poderosos, mas a sua prosperidade cegou-os. Degeneraram, e Deus puniu-os. N'um só dia e n'uma noite desappareceram todos no seio das ondas com a ilha em que viviam. Em logar da ilha, os navegantes só encontravam limos e lôdo que os impedia de avançar [1].

Inquestionavelmente havía na antiguidade uma grande tendencia para suppôr a existencia de ilhas numerosas e extensas no oceano Atlantico. Não é só Theopompo e Platão que fallam na Atlantida: é Hesiodo que nomeia as Gorgonides, Homero que se refere á Ogygia, Sertorio que falla das Atlantides. Como é que entre os antigos se formou esta corrente de tradições? Como é que elles tanto celebraram, entre outras ilhas, aquellas a que chamaram Afortunadas,

[1] Œuvres de Platon, *Timée,* trad. Cousin, tomo XII, pag. 111, — *Critias* ou *l'Atlantide,* ibid., pag. 274.

Digitized by Google

ás quaes foram attribuidas tantas posições diversas no Oceano, e que, como diz Major, encontraram a sua realidade no descobrimento das Canarias? Suppôz o snr. José de Torres que essas ilhas eram simples creações mythologicas, producto da phantasia dos poetas, sem existencia real. Modernas investigações scientificas, porém, levam a crêr que essas vagas tradições que se encontram nos escriptores antigos podiam ter um certo fundamento e não são tão absurdas como a principio se julgou, baseando-se porventura em antigas navegações cuja memoria se perdeu. Aquelle mar cheio de limos e lôdo em que nos falla Platão não podia muito bem ser o mar de sargaço encontrado por Colombo na sua primeira viagem ás ilhas da America? Modernos estudos geologicos parecem fazer crêr que em tempos remotissimos houve um grande cataclysmo nos mares da Europa, do qual resultou a submersão de algumas ilhas e a invasão das aguas do Atlantico n'um valle cheio de vegetação, que existiria no logar hoje occupado pelo Mediterraneo [1]. O

1 «Imaginemos, diz Cesar Cantú, a Europa no tempo em que os estreitos dos Dardanellos e de Gibraltar eram pontas de rochas que a ligavam á Asia e á Africa. Os mares interiores, com um nivel mais elevado, cobriam as terras baixas; as planicies da Laponia, da Russia e da Siberia estavam submergidas, e o Sahara era um profundo golfo. As aberturas das montanhas ainda se não achavam entulhadas pelos terrenos de transporte: havia lagos, pantanos, bahias que mudadas pelas alluviões se converteram depois nos ricos valles do Pó, do Rheno, do Garonne, do Sena, do Elba, do Oder e do Danubio. O mar Negro, posteriormente aos tempos historicos, entrou em

Digitized by Google

que é certo, é que n'essas tradições que nos legaram os antigos tudo é confuso e obscuro, e por conseguinte nada aproveitou com ellas a sciencia geographica. Isto nos basta para o fim que temos em vista.

Fallam-nos outras tradições de grandes viagens maritimas emprehendidas em tempos muito remotos. Attribue-se a mais importante d'essas viagens a Necho ou Niko, rei do Egypto, que seis seculos antes de Christo teria encarregado marinheiros phenicios de circumnavegarem a Africa, partindo do golfo arabico e voltando pelas columnas de Hercules. Se-

communicação com o Bosphoro da Thracia, e o mar Caspio; este, e o lago Aral communicavam entre si, e o mar do Norte adiantava-se pelo continente até ás suas proximidades. As areias salgadas, tão frequentes na Asia, na Africa e na Europa oriental, provam que o Mediterraneo occupava um espaço muito mais vasto, ou se estendia por outras partes. É provavel que os montes Ouraes se elevassem como uma grande ilha, emquanto pelo contrario os da Oceania ligavam-se á Asia Meridional e ao norte da America. Os gregos conservam a memoria de um continente chamado Lettonia, que occupava uma grande parte do mar Egeo. A separação violenta dos montes Calpe e Abyla, que deixou penetrar o Mediterraneo onde verdejavam planicies populosas, é um acontecimento symbolisado na fabula de Hercules. Que razão temos para pensar que a grande ilha Atlantida desapparecida foi apenas um sonho dos sacerdotes egypcios? Que motivo tinham elles para inventar um conto estranho ao culto, ás suas idéas e ao seu interesse? As tradições nos recordam muitos diluvios na Grecia, durante os quaes a Thessalia devia ser um vasto lago, que se escoou pelo Peneo; a Beocia, pelo contrario, deveria ser inundada pelas cheias do lago Copai. (Cantú, *Historia Universal*, trad. de Manuel Bernardes Branco, vol. I, pag. 57 e 58).

Digitized by Google

gundo a tradição, gastaram n'essa viagem tres annos, durante os quaes os navegantes desembarcaram algumas vezes, semeavam trigo e esperavam pela colheita para renovarem as suas provisões. Foi dos sacerdotes egypcios que Herodoto recebeu noticia d'esta viagem, que elle referiu sem lhe dar grande credito. Os escriptores gregos posteriores a Herodoto negaram a possibilidade da viagem, como Ephoro *(Fragm. H. Græc.*, tomo I, pag. 26), ou diziam que não se podia affirmar que a Africa estivesse toda cercada de agua (Polybio, III, 38), ou pensavam que nenhum viajante chegára além de cinco mil stadios para lá do mar Vermelho (Strabão, liv. XVI, III, 10). Demais, essa viagem parece ter feito tão pequena impressão, que os diligentes investigadores Marino de Tyro no II seculo antes de Christo, e Eratosthenes no III, nada poderam encontrar na bibliotheca alexandrina que a ella se referisse [1]. O maior argumento que se apresenta a favor d'esta viagem, é o de terem declarado os marinheiros encarregados de a realisar, que chegaram a um ponto em que viam o sol á sua direita, o que poderia fazer suppôr que elles teriam dobrado o cabo da Boa Esperança, seguindo depois para o norte. Ora o illustre academico Ribeiro dos Santos, na memoria que acima citámos, demonstra perfeitamente que, pelas theorias e conhecimentos astronomicos dos egypcios, estes deviam saber que era possivel presencear

[1] Cf. Maspero, *Histoire ancienne des peuples de l'orient*, pag. 537 e 538; Major, obr. cit., pag. 146.

Digitized by Google

aquelle phenomeno independentemente de ser dobrado o cabo das Tormentas.

A respeito da viagem do carthaginez Hannon, que se dizia ter percorrido pelo occidente a costa africana até ao golfo arabico, está hoje demonstrado que elle não passou além do cabo Bojador, do cabo Não ou de qualquer ponto não muito distante, opinião que é seguida por investigadores tão distinctos como Bougainville, Campomanes, etc.

Uma outra tentativa de circumnavegação da Africa parece ter sido de Sataspes, sobrinho de Dario, a quem fôra commutada uma terrivel sentença n'aquella viagem maritima. Dirigindo-se pelo estreito, dobrou o cabo de Cantim, e regressou desesperado no fim de alguns mezes de viagem, allegando que lhe fôra impossivel ir mais adeante, porque as plantas marinhas lhe retinham o navio.

Seculo e meio antes de Christo, Eudoxio de Cyzico, estando ao serviço de Ptolomeu Evergetes II e de sua mulher Cleopatra, foi encarregado de circumnavegar a Africa e fazer assim a jornada da India. De duas relações que se conservam da sua viagem, uma está recheada de fabulas extravagantes, outra regista apenas uma serie de emprezas mal succedidas. Além d'isso estas duas relações são contradictorias, e por conseguinte só podemos concluir que a tentativa de Eudoxio foi tão infeliz como algumas outras, e nada adeantou no conhecimento da geographia.

Durante a edade média continúa a mesma ignorancia sobre as ilhas do Atlantico e vogam os mes-

Digitized by Google

mos terrores supersticiosos sobre o perigo da sua navegação. O visconde de Santarem demonstra, á vista dos mais celebres historiadores e geographos medievaes, que durante essa época subsiste a ignorancia dos antigos a respeito do Atlantico, das costas da Africa e da fórma d'este continente. No seculo v, Philostorgo, que escreveu uma historia ecclesiastica com muitas descripções geographicas, desconhece a Asia oriental além do Ganges e pouco sabe das costas africanas. Das ilhas do Atlantico só menciona a Inglaterra, *Albionis insula*, que pela sua proximidade do continente fôra mais ou menos conhecida desde a antiguidade. No seculo vi, o bispo Jornandes e outros auctores fallam na Inglaterra, nas Orcades e outras ilhas do oceano, a que alludiram os antigos, mas de que elles nada sabem; diziam que não eram conhecidos os limites do oceano, e que elle era innavegavel por causa da sua pouca profundidade e do lôdo de suas aguas. Um poema geographico latino, anonymo, e um mappa-mundi, ambos dos fins do seculo vii ou principios do viii, não se referem a nenhumas ilhas do Atlantico, a não ser o poema, que falla da Inglaterra e da Irlanda. No seculo ix, o geographo anonymo de Ravenna, e Raban Maur, um dos homens mais sabios do seu tempo, não fazem mais que reproduzir as velhas tradições da antiguidade sobre a existencia de ilhas no oceano, nomeando as Gorgones, as Hesperides e as Afortunadas, das quaes nada conhecem. Alguns livros e mappas que restam dos seculos x e xi attestam a mesma ignorancia e a mesma incerteza a respeito de tudo aquillo que se refere ao

Digitized by Google

oceano. Fallam de algumas ilhas do Atlantico, mas só d'aquellas a que se haviam referido os poetas e geographos antigos, nas suas informações vagas e infundadas.

No seculo XII, Edrisi, o mais notavel geographo da edade média, fallando do Atlantico, diz que «ninguem poude colher nenhumas noticias certas ácerca d'elle, pelas difficuldades que oppõe á navegação a profundidade das trevas, a altura das ondas, a frequencia das tempestades, a multiplicidade de animaes monstruosos e a violencia dos ventos». E accrescenta: «Nenhum piloto o navegará, em qualquer direcção que seja, e unicamente costeará as suas praias, sem se affastar d'ellas». «As aguas d'este mar — diz ainda Edrisi — são espessas e de côr escura; as vagas elevam-se por um modo espantoso; a sua profundidade é consideravel; n'elle reina escuridão continua; a navegação é difficilima; os ventos impetuosos e da banda do occidente; os seus limites são desconhecidos. Existe n'este mar quantidade de ilhas deshabitadas. Poucos navegantes ousam aventurar-se n'elle, e os que o fazem, ainda que sejam dotados dos conhecimentos e audacia necessarios, só navegam terra a terra, sem se affastar da costa...»

Esta citação de Edrisi prova eloquentemente o estado de ignorancia em que os espiritos d'aquelle tempo se achavam a respeito do oceano. Edrisi julga o Atlantico innavegavel, diz que ninguem sabe o que lá existe, nem d'isso foi possivel colhêr noticias, e todavia affirma que lá existem algumas ilhas, supposição que decerto apoiava nas tradições da antiguidade.

Digitized by Google

Depois das cruzadas alargou-se consideravelmente o horisonte das relações commerciaes dos povos europeus para o oriente, e os arabes fizeram viagens maritimas importantes, tendo attingido um certo progresso na arte nautica, como vimos no capitulo antecedente; mas todas essas viagens se dirigiam para o levante, e o oceano continuava envolvido no mysterio em que o deixaram os antigos. Além das Britannicas, já conhecidas da antiguidade, no principio do seculo XIV apenas se tinha uma noticia imperfeita das Canarias, que todavia já n'essa época eram visitadas por navios portuguezes, como vimos. Noticia imperfeita, dissemos nós, e tanto que o arabe Ibn-Khaldun, historiador geographo, escrevendo por 1377, não dá a respeito d'ellas informações exactas, embora se approxime da verdade.

Citam-se geralmente os testemunhos de Bacon, do seculo XIII, e do cardeal Pierre d'Ailly ou Pedro Alliaco, bispo de Cambrai, os quaes fallam da possibilidade de chegar da Hespanha á India pelo oceano em poucos dias. Deve notar-se, porém, que Bacon e Alliaco não fizeram mais que repetir o que os antigos haviam escripto a este respeito, nomeadamente Aristoteles, e com a mesma incerteza em que estes escreveram, não mostrando mesmo conhecimento das viagens que, segundo modernamente parece provar-se, alguns povos do norte da Europa talvez fizessem á America septentrional, seculos antes das viagens de Colombo.

É em presença das cartas geographicas da edade média que deve avaliar-se o conhecimento que havia

Digitized by Google

antes do seculo XV ácerca das ilhas do Atlantico e das costas africanas. Ora o visconde de Santarem, que, com as suas profundas investigações, tão altos serviços prestou ao seu paiz e á historia da geographia em geral, publicou em Paris uma preciosa collecção de mappas dos seculos XI a XVII, quasi todos ineditos, em presença dos quaes fica incontestavelmente demonstrado, que antes do infante D. Henrique não havia noções verdadeiras e seguras ácerca da Africa e do Atlantico.

Em dois mappas do principio do seculo XIV, devidos ao celebre geographo veneziano Marino Sanuto, e dos quaes um foi offerecido pelo auctor ao papa João XXII, em 1321, e o outro existia na bibliotheca real de Paris, junto ao manuscripto *Chronicon ad annum 1320,* n'esses mappas — diziamos nós — não se revela nenhum conhecimento novo ácerca do Atlantico, apesar da grande reputação do auctor, que o visconde de Santarem qualifica como «o mais sabio cosmographo». No primeiro d'esses mappas colloca Sanuto as ilhas Afortunadas ao occidente da Irlanda, e nem falla nas Canarias. Além d'isso escreve: «... *ultra Gades, per regna Yspanio, Portugalio et Galitio, non inveniuntur insulo alicujus valoris*».

Podiamos aqui accumular as citações e referencias a mappas da edade média, em presença dos quaes se prova que não eram conhecidas as ilhas do Atlantico nem as costas occidentaes da Africa antes das viagens maritimas dos portuguezes; mas por agora só nos referiremos ao mappa dos irmãos Pizzigani, de 1367, que em frente do cabo Bojador tem estas

Digitized by Google

palavras realmente significativas: «*Caput finis Africæ et terræ occidentalis*». De novo tocaremos este assumpto, quando adeante fallarmos das expedições dos portuguezes, no seculo XIV, ás Canarias, á Madeira e aos Açores, expedições cuja realidade, affirmada por Major, foi defendida pelo snr. Pinheiro Chagas e impugnada pelo snr. José de Torres.

Mas discutamos agora as razões apresentadas por auctores estrangeiros que teem querido negar a prioridade dos descobrimentos dos portuguezes, pretendendo attribuir essa gloria a francezes, catalães e genovezes. Constitue esta questão um dos pontos que mais interessam para a historia do infante D. Henrique e para a gloria do nosso paiz, tão acostumado a vêr denegridos os seus altos feitos a favor da humanidade e da civilisação.

Na *Geographia* de Ibn-Saïd, do meado do seculo XIII, traduzida e publicada em francez, em 1848, pelo sabio orientalista Reynaud, juntamente com a *Geographia* do arabe Abú-Al-Fidá, refere-se que, estando um dia o mouro Ibn-Fatimah em Noul-Larutha (Wad-Num, ao norte do cabo de Nam), embarcou com alguns companheiros. O navio naufragou em uns baixios, e os tripulantes, não sabendo onde estavam e tendo perdido o rumo, metteram-se n'um batel para irem reconhecer o sitio. Depois de luctarem com difficuldades, porque o batel se embaraçava nas plantas marinhas, chegaram ao meio de um golfo, onde, com grande espanto seu, viram grande quantidade de atuns e alguns passaros brancos. Haviam-se-lhes acabado os mantimentos antes de chegarem á costa. Quando

Digitized by Google

se approximavam do monte Branco (Aldjibel-allamas), assim chamado por ser de um branco brilhante, receberam signal de alguns bereberes da tribu de Godála que não se acercassem do dito monte. Não comprehendendo a razão d'este aviso, navegaram comtudo para passar o cabo e aproaram ao norte, onde foi ter com elles um homem que fallava arabe e berebere, e lhes perguntou como se haviam enganado na viagem. Elles contaram-lhe o que se passára, e o homem explicou-lhes então que todo aquelle monte está coberto de serpentes mortiferas, e os estrangeiros, tomando-o por um rochedo brilhante, approximam-se n'esse engano e são devorados por ellas. Os navegantes cobraram animo, e alguns d'elles compraram camellos, em que foram para Tegazza, capital da tribu de Godála, a 11° de longitude e a 20° de latitude. Ahi ficaram algum tempo com os bereberes d'aquella tribu, alimentando-se com leite de camella e carne secca dos mesmos animaes; depois voltaram para Noul [1].

Das circumstancias e pormenores d'esta narrativa parece não haver duvida em concluir que Ibn-Fatimah chegou ao cabo Branco antes dos portuguezes; mas, ou seja romantica ou tenha um fundo de realidade, esta aventura, como observa Major, nem causou impressão nos geographos e historiadores arabes, nem augmentou a somma dos conhecimentos geographicos. Filha do acaso, pois, e sem a menor consequencia para a exploração da Africa e do oceano, a

[1] Major, *Vida do infante D. Henrique*, pag. 154.

Digitized by Google

viagem de Ibn-Fatimah, embora se lhe concedam os fóros de facto historico, não podia de fórma alguma deslustrar a gloria do infante D. Henrique e dos navegadores portuguezes. «Se se poder saber na presente epoca — diz Major [1] — que, alguns seculos antes do descobrimento das Indias occidentaes por Colombo, um individuo, natural do Haiti, fôra casualmente ter ás praias de Cuba, a gloria do immortal Genovez ficaria porventura deslustrada por tal descobrimento? Certo que não, nem mesmo que o haitiano tivesse descoberto ser Cuba uma ilha, facto este ignorado de Colombo até á hora da sua morte. Alem de que ninguem tem pretendido que Ibn-Fatimah fizesse descobrimento algum, que não fosse effectuado pelos maritimos do infante D. Henrique».

Vejamos agora como os francezes pretendem reivindicar para os habitantes de Dieppe a prioridade dos descobrimentos maritimos, pretensão pela primeira vez apresentada no seculo XVII, n'uma obra intitulada — *Relation des cotes d'Afrique appelées Guinée*, etc., *par Villaut, escuyer, sieur de Bellefond* (Paris, 1669 [2]).

Segundo Villaut de Bellefond, os dieppezes, aproveitando-se da protecção que Carlos V dava ao commercio, prepararam duas embarcações e fizeram-se de

[1] Obr. cit., pag. 155.

[2] As nossas referencias são feitas por um resumo que o padre Labat fez da obra de Villaut, e que se intitula *Nouvelle relation de l'Afrique occidentale* (Paris, 1728). Encontra-se na obra de Major.

Digitized by Google

vela para as Canarias, em novembro de 1364. Pelo natal chegaram a Cabo Verde, e ancoraram defronte do Rio Fresco. Em seguida passaram á Serra Leoa, e fixaram-se n'um sitio ao depois chamado pelos portuguezes rio dos Cestos, sitio a que pozeram o nome de Petit-Dieppe, em razão da similhança que tinha com a sua cidade. Regressaram em 1365, fazendo grandes lucros em oiro, marfim e pimenta que traziam e que tinham adquirido em troca de objectos de pequeno valor. Estes resultados animaram os dieppezes a novas emprezas, e pouco depois, unidos com os habitantes de Ruão, formaram uma companhia que expediu quatro navios, sendo dois destinados a traficar desde Cabo Verde até Petit-Dieppe, e os outros dois á exploração da costa, devendo avançar para o sul. Um dos navios que proseguiu no reconhecimento da costa deteve-se no Grand Sestre, na costa da Malaguetta, onde fez carregamento de pimenta, que alli existia em grande quantidade. O outro navio seguiu até á Costa do Oiro, d'onde trouxe muito marfim e algum oiro; todavia os dieppezes não encontraram aqui a mesma hospitalidade que na Costa da Malaguetta, e por isso a companhia resolveu estabelecer os seus armazens e centro de operações em Petit-Dieppe e no Grand Sestre, a que deram o nome de Petit-Paris em memoria da capital da França.

Continuaram estas expedições durante o reinado de Carlos v, e, graças á affabilidade com que os francezes trataram os indigenas, conquistaram-lhes as sympathias e conseguiram levar esta actividade commercial a um alto grau de prosperidade. Entretanto

Digitized by Google

a abundancia de especiarias diminuiu-lhes o valor, e a companhia, para conseguir novos lucros, expediu em 1380 o navio *Notre Dame de Bon Voyage,* que chegou em dezembro á Costa do Oiro para commerciar e, sendo possivel, fundar alli um estabelecimento. Foi coroada de exito esta empreza, e o *Notre Dame* voltou nove mezes depois para Dieppe, trazendo um carregamento bastante rico. Em 1382 partiram tres embarcações, *la Vierge, le Saint-Nicholas* e *l'Espérance:* a primeira ficou na Costa do Oiro, no sitio denominado La Mine em razão da grande quantidade de oiro que lá havia; a segunda negociou em cabo Corse e em Mouré, abaixo de La Mine; e a ultima chegou até Akara, commerciando em Fantin, Sabou e Cormentin. Dez mezes depois voltou a expedição, trazendo ricos carregamentos e dando as melhores informações das paragens que visitára, de fórma que se resolveu dirigir de futuro todas as attenções para aquelle ponto.

Em 1383 partiram mais tres embarcações, das quaes as duas maiores levavam lastro de material, e a terceira, a mais pequena, devia dirigir-se a Akara a fim de explorar as costas do sul. As duas primeiras, depois de construida uma estação em La Mine, onde ficaram dez ou doze homens, regressaram ao cabo de dez mezes de ausencia; a *Espérance,* que foi pouco bem succedida em sua viagem, voltou tres mezes antes das outras duas, com carregamento incompleto, e partiu depois levar provisões á nova colonia. Esta adquiriu importancia bastante para edificar uma egreja, «da qual — diz Bellefond — os hollandezes se ser-

Digitized by Google

vem agora (1669), e em que se podem vêr ainda as armas de França». Acontecimentos que se deram em França pouco depois de subir ao throno Carlos VI obstaram ao desenvolvimento d'esta actividade commercial, que começou a diminuir de anno para anno, até que se extinguiu. Parece que, desde 1410, anno em que foi abandonada a estação de La Mine, os normandos não tentaram nenhuma outra exploração maritima.

Tal é a fórma extraordinariamente ousada por que Villaut de Bellefond, sem uma sombra de provas, sem documento algum em que baseasse as suas affirmativas, pretendeu no seculo XVII negar-nos a prioridade dos descobrimentos em Africa, gloria que até então ninguem se lembrára de nos contestar.

A primeira observação que acode ao espirito, vendo-se a ousadia de Villaut de Bellefond em phantasiar hypotheses inverosimeis contra os direitos de Portugal, — é perguntar se era possivel extinguir-se de todo um commercio que chegasse a tão alto esplendor, e apagar-se ainda da memoria de todos, até que em 1669 elle se lembrou de o fazer surgir do esquecimento. E depois não se comprehende que ninguem na Europa désse fé de tantas riquezas que os francezes traziam da Africa em fins do seculo XIV; que ninguem procurasse fazer concorrencia aos commerciantes de Ruão e Dieppe; que no seculo XV, quando os descobrimentos dos portuguezes faziam grande sensação em toda a Europa, não houvesse um francez que reivindicasse para o seu paiz o direito de prioridade; que, finalmente, só ao cabo de alguns seculos

Digitized by Google

de descobrimentos maritimos, quando Portugal estava de ha muito na posse incontestada das costas africanas, apparecesse um snr. Villaut, *escuyer* e *sieur de Bellefond,* para nos impugnar direitos que ninguem nos disputára.

Apesar de toda a inanidade das pretensões de Villaut, o erro espalhou-se, principalmente entre os francezes, porque ninguem o corrigiu desde o principio. Em 1728, o padre João Baptista Labat renovou os erros de Bellefond, seguidos ainda por outros auctores francezes mais modernos. Labat apoia tambem a sua pretensão em antigos manuscriptos de Dieppe, que dizia existirem em poder de um «Monsieur», advogado do rei na mesma cidade. Note-se, porém, que nunca ninguem viu os taes manuscriptos nem ninguem conheceu o tal «Monsieur», ao menos de nome.

Parecia que uma terrivel fatalidade pesava sobre todos os documentos que estabeleciam a prioridade das navegações dos dieppezes! Os partidarios da obra de Villaut de Bellefond diziam que elle se baseára em registos do almirantado de Dieppe, posteriormente destruidos pelo bombardeamento de 1694; o padre Labat funda-se em documentos que nunca poderam ser examinados e discutidos, porque existiam em poder de um desconhecido «Monsieur», e nunca ninguem conseguiu vêl-os senão o mesmo Labat!

Mas se um bombardeamento destruiu os archivos de Dieppe em 1694, e se os documentos examinados por Labat não poderam ser vistos por mais ninguem, porque pertenciam a um desconhecido, — como se explica que nos archivos da cidade de Ruão, que tomou

Digitized by Google

parte nas pretendidas emprezas do seculo XIV, não se encontre o menor indicio d'esse facto em qualquer registo? Foi a fatalidade que em Ruão tambem conspirou contra a gloria dos francezes!

Um dos argumentos de Villaut a favor da prioridade dos dieppezes é que os negros não chamavam á pimenta *cestos,* como se diz em portuguez (!), mas *malagueta,* termo derivado do francez *malaguette.* Ora o barão d'Humbold, baseado em boas fontes, diz que a palavra malagueta deriva de uma palavra indiana que significa pimenta, e que é usada na ilha de Sumatra. O visconde de Santarem cita o testemunho de João de Barros, de Antonio de Nolla, companheiro de Cadamosto, e do viajante Samuel Brown, para provar que os negros é que na sua lingua davam esse nome á pimenta. Finalmente, o supremo argumento, que destroe por completo a futilidade de Villaut, é apresentado por Major, dizendo que «no *Della Decima* de Giovanni Balducci Pegolotti, vol. III, pag. 229, que foi escripto proximo do anno de 1340, *um quarto de seculo antes* da data das *pretendidas primeiras relações commerciaes dos dieppezes com a Guiné,* se menciona a malagueta como sendo importada para Nimes e Montpellier».

Afinal, tudo isto prova a leviandade e a ousadia com que Villaut de Bellefond apresentou a sua pretensão, e por conseguinte o nenhum valor que deve attribuir-se á sua narrativa.¶«O credito que Mr. Villaut merece como historiador — diz Major — póde avaliar-se pelo facto de pretender elle que a ilha de S. Thomé, no golfo de Guiné, que só foi descoberta em

Digitized by Google

1471, onze annos depois do fallecimento do infante D. Henrique, o tivesse sido pelos portuguezes a 23 de dezembro de 1405, quando o infante contava onze annos de edade. Um auctor, capaz de assim transtornar e falsificar as circumstancias de um facto, por certo não merece confiança [1]».

«Em 1799 — diz o snr. Pinheiro Chagas — appareceu em Edimburgo uma obra intitulada: *A historical and phiolosophical sketch of the discoveries of the Europeans in the northern and western Africa.* Ahi se refutavam triumphantemente as asserções de Villaut de Bellefond, e dos escriptores francezes posteriores, terminando a refutação com estas palavras: «As viagens dos negociantes de Dieppe á Africa devem ser lançadas ao esquecimento, com as viagens dos Venezianos descobridores da America [2]». Em 1805, Macpherson tambem reconheceu a falsidade das pretensões francezas, e, emfim, tacitamente os geographos europeus reconheceram todos a nossa prioridade, que era apenas contestada por alguns (não todos) escriptores francezes, arrastados por um cego e falso sentimento de nacionalidade [3]».

A verdade é que não foi no seculo XIV, mas em 1626, que se organisou uma companhia de mercadores de Dieppe e de Ruão, para commerciarem com a

---

1 Obra citada, pag. 177.

2 «*The voyages of the merchants of Dieppe to Africa must therefore he consigned to oblivion, with the voyages of the Venetian discoverers of America*».

3 *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 260.

Digitized by Google

costa da Guiné, facto este que Henry Major conseguiu demonstrar brilhantemente. Com effeito, existe uma collecção magnifica de cartas geographicas da primeira metade do seculo XVI, devidas a uma escóla de cartographia fundada no principio d'aquelle seculo por Pierre Descelier, em Arques, proximo de Dieppe; e nenhum dos mappas dieppezes anteriores a 1626 menciona Petit-Dieppe nem Petit-Paris, nomes que em 1631, isto é, cinco annos depois de estabelecidas as relações commerciaes de Ruão e Dieppe com a costa africana, apparecem pela primeira vez no mappa manuscripto de Jean Guérand de Dieppe. Especialisaremos o mappa-mundi das *Chronicas de S. Diniz*, attribuido aos annos de 1364 a 1388, e authenticado com a propria assignatura do rei Carlos V, monarcha muito illustrado que não deixaria omittir descobrimentos importantes feitos por subditos seus durante o seu reinado.

Ora, ao passo que em todos os mappas da edade média, analysados pelo erudito visconde de Santarem na sua magnifica obra, não apparece a costa africana além do cabo Bojador, encontra-se ella descripta em todas as cartas geographicas depois que os portuguezes dobraram o mesmo cabo, e, o que é mais, apparecem n'essas cartas todos os nomes portuguezes. Para prova podem citar-se os mappas seguintes: de Andréa Bianco (1436), dois mappas de Graciozo Benincasa (1468 e 1469), o portulano da bibliotheca Vaticana (1471), o portulano de Cristoforo Seligo (1489), o globo de Martim de Behaim (1492), o de João de la Cosa (1500), o mappa d'Africa do mappa-mundi de

Digitized by Google

Ruych, a *Summa de Geographia* d'Enciso (1519), a edição de Ptolomeu de Strasburgo de 1520, um mappa hespanhol de 1523, que existe na bibliotheca de Weimar, o mappa de Diego Ribero (1529), dois mappas-mundi da bibliotheca Barberini, de Roma, dos quaes um tem a data de 1536, e o outro attribue-se a algum dos annos que decorrem desde 1509 a 1567; um mappa-mundi appenso á edição de Pomponio Mela, que de mais a mais foi feita em Paris, em 1540, e onde, como em todos os outros mappas, apparece exclusivamente a nomenclatura portugueza; um mappa d'Africa da edição de Ptolomeu feita em Veneza em 1548, um mappa de Sevilha feito por Diego Gutierres (1550), o mappa de Paulo Forlani Veronese (1562), o mappa veneziano de Gastaldi (1564), o mappa feito em Messina por Juan Martines (1567), um mappa do *Theatrum orbis terrarum* de Ortelius (1570), os mappas de Livio Sanuto (1588), o mappa hollandez de João Dircher (1599), o mappa de Hondius (1609) e um outro do mesmo auctor (1623), um mappa manuscripto de 1631, um outro que se encontra n'uma edição de Mercator feita em Amsterdam (1641), um mappa anonymo de 1661, os mappas de Guilherme Blaew, de Visscher e de Pieter Goos, todos de 1670, e o mappa de Coronelli, publicado em Veneza em 1689 [1].

Com estes mappas cita o visconde de Santarem alguns outros de origem portugueza, que, por serem

[1] Visconde de Santarem, *Recherches*, etc., pag. 109 a 140.

Digitized by Google

concordes com todos os mappas estrangeiros d'aquelle tempo, não poderiam ser taxados de suspeitos; e em todos, sem uma unica excepção, não só apparecem as costas africanas ao sul do Cabo Bojador, que não se vêem em mappa algum antes de 1434, mas ainda se empregam todas as designações geographicas dos portuguezes. De mais, em um grande numero de mappas publicados mesmo em Dieppe antes de 1626, só apparece a nomenclatura portugueza, e nunca os nomes francezes de Petit-Dieppe e Petit-Paris, de que falla Villaut de Bellefond, e que só se encontram pela primeira vez, como acima dissemos, no mappa de Jean Guérand de Dieppe, de 1631, isto é, cinco annos depois de se ter formado em Ruão e Dieppe uma companhia destinada a explorar o commercio com as costas africanas.

As provas deduzidas do exame das cartas geographicas são corroboradas pelo silencio de todos os chronistas e historiadores francezes anteriores a Bellefond, os quaes foram cuidadosamente examinados pelo visconde de Santarem. Nem Froissart, nem as chronicas de S. Diniz, nem a chronica de Ricardo Macé, nem as chronicas normandas publicadas por Jehan Saint-Dénis dizem uma só palavra sobre os pretendidos descobrimentos dos dieppezes. Escriptores francezes do seculo XVI, como Guilherme Postel e André Thévet, guardam o mesmo silencio. Em Ruão existem manuscriptos do seculo XVI, em que se narram minuciosamente alguns acontecimentos d'aquelle tempo, e nem um só allude ás expedições dos normandos no principio do seculo anterior. Como se comprehende este

Digitized by Google

silencio dos escriptores francezes sobre factos de tanta importancia e de tão vasto alcance, como seriam as taes viagens dos dieppezes, se ellas tivessem realmente existido? Como se comprehende que, ao passo que em Portugal appareceram logo chronistas para narrar as nossas viagens e emprezas maritimas, em França não apparecesse um só historiador do seculo XIV, do seculo XV, do seculo XVI e da primeira metade do seculo XVII, que registasse as pretendidas navegações dos dieppezes ou ao menos lhes consagrasse uma palavra de referencia?

O nosso chronista Azurara e o viajante veneziano Cadamosto declaram, que as costas africanas ao sul do cabo Bojador eram completamente desconhecidas antes do infante D. Henrique, e que os negros d'aquellas paragens, espantados com a chegada dos portuguezes, disseram sempre que eram aquelles navios os primeiros que alli chegavam, e que eram os nossos os primeiros christãos que elles viam. Vitet, um dos partidarios da opinião de Bellefond, confessa «que era costume que em todas as viagens de longo curso emprehendidas por navios dieppezes tomavam estes a bordo um portuguez ou um hespanhol para servir de interprete».

É sabido que os descobrimentos dos portuguezes e o exito das suas viagens e emprezas maritimas despertaram na Europa a rivalidade e um certo despeito. Apesar d'isso, porém, nem a França nem qualquer outro paiz ousou disputar-nos os nossos direitos, tendo para isso numerosos ensejos, se podessem fazêl-o. Em virtude de tratados celebrados com a Hespanha em

Digitized by Google

1479, 1488 e 1493, ficavam pertencendo a Portugal as descobertas e conquistas, realisadas ou que viessem a realisar-se, nas costas africanas. Varios papas, como Nicolau v (8 de janeiro de 1454), Calixto III (13 de maio de 1455) e Xisto IV (21 de julho de 1481), reconheceram e confirmaram a Portugal as costas africanas, fundando-se em que ellas haviam sido descobertas por portuguezes. Em nenhuma d'estas occasiões a França protestou pelos seus direitos, como de certo faria se realmente os tivesse.

Mas não só a França deixou de offerecer qualquer opposição aos nossos direitos, senão por muitas vezes nol-os reconheceu, quando os nossos marinheiros, na primeira metade do seculo XVI, repelliam a concorrencia que pretendiam fazer-lhes alguns navegadores francezes, como prova, por exemplo, um facto citado por Major e succedido com um capitão de Dieppe, em 1539. Em despacho de 18 de agosto de 1531 communicava o nosso embaixador D. Antonio d'Athayde, que o governo francez prohibira aos navios que fizessem viagens para as terras que os portuguezes exploravam. Em 22 de abril de 1522 ordenava o governo de França que aos nossos fossem restituidos alguns navios aprisionados por francezes n'aquellas paragens. Em 1532 preparava-se na Normandia uma expedição á Guiné, e o almirante francez, logo que teve conhecimento do facto, ordenou ao vice-almirante Mallière que embargasse os navios, *por serem destinados ás costas de Malagueta, Guiné e Brazil*, manifestando assim o intuito de não perturbar os portuguezes no gôso de direitos adquiridos. Os armadores

Digitized by Google

allegaram em sua defeza que tinham alcançado licença prévia d'el-rei de Portugal.

Um dos argumentos apresentados por Villaut de Bellefond a favor da sua pretensão, é que ainda no seu tempo existia uma capella, que fôra edificada pelos francezes com destino a um armazem, e que depois fôra transformada em templo pelos portuguezes. Villaut accrescenta que ainda alli se viam no seu tempo as armas de França. O facto era possivel, visto que os francezes começaram de visitar a Guiné na segunda metade do seculo XVI, e desde então até ao tempo do *sieur* de Bellefond, que viveu um seculo depois, tiveram tempo sufficiente para edificar uma capella. Mas hoje está provado que a capella a que se refere Villaut era obra, não de artistas francezes que a construissem em Africa, mas d'um erro typographico commettido em 1625, ao imprimir-se uma relação do medico Samuel Braun, que visitára a costa do Oiro, n'uma embarcação hollandeza, demorando-se no forte Nassau desde 1617 até 1620: vê-se claramente que o typographo pôz *capell* (capella), em vez de *castell* (castello) [1]. De resto, era provavel que no tempo de Villaut existisse uma capella, com vestigios das flôres de liz, não das armas francezas, mas do infante D. Henrique, que tambem as usava no seu brazão, e que, como diz João de Barros, mandára alli construir uma capella em virtude de um voto que fizera.

1 Major, *Vida do infante D. Henrique*, pag. 181.

Digitized by Google

Um medico hollandez, o dr. Olivier Dapper, em uma *Descripção de Africa,* publicada em Amsterdam em 1686, fallando do castello da Mina, diz que n'uma bateria arruinada, que os hollandezes restauraram, «chamada bateria franceza, porque era de construcção franceza, e porque os francezes, segundo dizem os naturaes, se estabeleceram n'este ponto primeiro que os portuguezes», acharam os hollandezes os dois primeiros algarismos da éra 13.., mas não poderam decifrar os numeros que se seguiam. O visconde de Santarem refutou triumphantemente esta pretensão de Dapper. Os algarismos iniciaes da éra de 1300 só podiam ser escriptos em caracteres romanos ou em caracteres arabes: o primeiro caso está prejudicado, porque não ha meio algum de exprimir 13.. com duas lettras, em numeração romana; a segunda hypothese tambem é inadmissivel, porque os algarismos arabes, como se sabe, só foram introduzidos em França em 1574, no reinado de Henrique III. Por outro lado, diz-nos o testemunho de velhos chronistas portuguezes e de viajantes estrangeiros, que os indigenas declararam sempre que ninguem chegára áquellas paragens antes dos nossos navios; e o negro Caramansa disse em 1482 a Diogo de Azambuja, que antes d'elle ninguem tentára fundar alli qualquer estabelecimento. Entre os estrangeiros que attestam semelhante opinião dos indigenas ácerca da prioridade dos portuguezes, podemos citar Fernando Colombo, Juan de la Cosa, Belleforest, Thévet e mesmo Levasseur, que foi natural de Dieppe.

Mas que valor historico nos offerece o testemunho

Digitized by Google

de Dapper? Na *Biographie Universelle* de Michaud, diz a seu respeito o illustre geographo francez Eyries, que, «sendo elle algumas vezes tão pouco escrupuloso na escolha de elementos de informação, fez errar alguns auctores que n'elle confiaram sem sujeitarem a exame critico as suas asserções». E são escriptores como Dapper e como Villaut de Bellefond que se atreveram a contestar a prioridade dos nossos descobrimentos, estabelecida em todos os historiadores e documentos coevos e posteriores! E — diremos ainda — é no testemunho d'esses homens que escriptores de certa erudição, como M. d'Avezac, obcecados por um patriotismo mal entendido, pretendem basear-se para continuar a defender as hypotheses, mentiras e erros grosseiros accumulados por um *escuyer et sieur* do seculo XVII!

Como se vê, os pretendidos descobrimentos dos normandos no seculo XIV não podem acceitar-se como reaes, nem mesmo como possiveis, segundo brilhantemente demonstrou o nosso illustre compatriota visconde de Santarem. As hypotheses architectadas por Villaut em 1669 cahiram por terra á luz da critica historica apoiada nos documentos e nas provas mais incontestaveis. Portugal deve ao sabio visconde de Santarem o grande serviço de ter reivindicado uma das maiores glorias nacionaes contra as pretensões de certos escriptores francezes, que não poderam sacrificar os seus intuitos patrioticos ao espirito de justiça e de verdade historica.

Mas em 1867, isto é, depois de fallecido o visconde de Santarem, M. Pierre Margry sahiu de novo

Digitized by Google

a campo em defeza das mesmas pretensões de Villaut, no seu livro intitulado — *Les navigations françaises et la révolution maritime du* XIV *au* XVI *siècle d'après les documents inédits tirés de France, d'Angleterre, d'Espagne et d'Italie* (Paris, 1867, in-8.°). D'esta vez foram os direitos de Portugal vingados por um notavel eradito inglez, o snr. Richard Henry Major, um dos estrangeiros que, como disse o snr. Pinheiro Chagas, melhor teem tratado assumptos de historia portugueza, e que refutou d'uma fórma irrespondivel as pretensões de Margry.

«Refere o auctor — diz Major — que no anno de 1852 um amigo seu, M. Lucien de Rosny, fôra visitar o museu britannico [1] para algumas investigações philologicas. Durante as visitas, um tal M. William Carter, a quem jocosamente qualifica de «un homme distingué de Oxford Street», *vendo-o procurar textos francezes antigos*, pôz á disposição de M. Lucien de Rosny um volume, que continha uma serie de peças avulsas, copiadas provavelmente no meado do XVII seculo. Vendo M. Lucien de Rosny que havia n'esta collecção algumas coisas muito curiosas e de interesse a seus estudos sobre a lingua franceza, pediu-lhe licença para as copiar, e entre ellas achou um documento, cujo titulo é o seguinte: *Briev estoire del navigaige mounsire Jehan Prunaut Roenois en la tière*

[1] Note-se que Major era conservador da repartição dos mappas e cartas do museu britannico.

Digitized by Google

de noirs homes et iles a nous incogneus avec les estranges façons de vivre des dits noirs et une colloque en lor langage. Diz depois M. Margry, em termos pouco intelligiveis: «Falta esta ultima parte, assim como algumas linhas da narração apagadas pelo tempo ou pela humidade [1]».

Depois de reproduzir e traduzir o documento apresentado por Margry, Major lembra, como o proprio Margry lembrára tambem, o principio enunciado pelo visconde de Santarem, que *não é por documentos que se póde descobrir se a historia positiva* deve ser posta em duvida. Um documento contrario ao testemunho unanime dos contemporaneos, e além d'isso contradicto por um grande numero de provas e factos historicos bem authenticos, como os que já citámos, não póde certamente ficar isento de fundadas suspeitas.

Vejamos, porém, como Henry Major conseguiu desbaratar Pierre Margry nas suas pretensões.

O primeiro cuidado do illustre investigador inglez foi recorrer aos registos da sala de leitura do museu britannico, procurando o nome do individuo que fornecêra o manuscripto a Lucien de Rosny. Encontrou um William George Carter, que habitára no Temple, e não em Oxford Street, e que fallecêra em 1861. Encontrou um outro William Carter, morador em Philpot Lane, e este declarou que nunca vira Lucien

1 Obr. cit., pag. 23.

Digitized by Google

de Rosny nem o manuscripto em questão. Por diligentes informações colhidas de pessoas que haviam tratado com o fallecido William George Carter, Major chegou a concluir que de certo não fôra esse o individuo citado por Lucien de Rosny, como adeante veremos. Finalmente, resolveu-se a escrever a Pierre Margry, pedindo-lhe que, por si ou pelo snr. Lucien de Rosny, lhe indicasse o meio de encontrar o tal William Carter e o manuscripto que se dizia estar em seu poder. Na sua resposta, dizia Margry:

«Sinto profundamente não poder satisfazer aos seus desejos.

«Quando M. Lucien de Rosny copiou esse documento, do livro que M. Carter lhe confiára, não lhe deu, infelizmente, outra importancia, senão a que podia achar n'elle um philologo, que se applica ao estudo da lingua franceza antiga. D'aqui resultou que, não suspeitando ter entre mãos um papel em que estava interessada a honra de uma nação, nunca lhe passou pela ideia nem obter nem dar abonações da sua boa fé contra as impugnações e protestos d'essa nação, ou contra a critica dos eruditos. Quando a instancias suas, interroguei novamente M. de Rosny ácerca da origem do seu documento, disse-me então, como anteriormente me dissera, que M. William Carter em 1853, quando o encontrava, morava em Oxford Street; mas como não ia a casa d'elle, no que commettia uma incivilidade, segundo eu julguei e lh'o disse a elle; como só se encontravam no museu britannico na sala de ethnographia; como, finalmente, M. de Rosny é homem muito reservado, nunca per-

Digitized by Google

guntou a M. Carter o numero da sua morada, nem se era de Londres, ou se alli estava tão sómente de passagem [1]».

A carta de Margry nada adeantou para as investigações de Major, que lhe escreveu de novo a pedir de Rosny a bondade de dizer como e onde restituiu a M. Carter o volume que este lhe emprestára. Dias depois recebia Major uma carta de Margry, incluindo outra de Lucien de Rosny, em que este, entre outras coisas, dizia:

«Perdi de vista M. Carter. Apenas o considerava como homem serviçal e franco, mas entre nós não se estabeleceram relações duradouras ou de amisade. O acaso fez com que nos encontrassemos; separámo'-nos do mesmo modo. M. Margry diz-me que nas buscas feitas nos registos das pessoas auctorisadas a frequentar o museu britannico, não se acha inscripto o nome de M. Carter. Isso não me admira, porque elle não frequentava a sala de leitura, e não é precisa auctorisação para visitar as collecções d'aquelle estabelecimento aberto (sic) ao publico. Não foi tão pouco na sala de leitura, que M. Carter me mostrou o seu manuscripto, senão *quando sahia do museu britannico* (sublinhado por M. de Rosny). Tinha-o na algibeira, e eu acompanhei-o algum tempo, conversando com elle. Separámo'-nos em Oxford Street, onde elle morava. Eram então quatro para cinco horas.

«Restitui-lhe o manuscripto no museu britannico

[1] *Id.*, pag. 35 e 36.

Digitized by Google

na galeria de antiguidades, e elle metteu-o na algibeira, se bem me recordo, pois ha de certo quatorze annos que isto foi. Aqui está quanto sei [1]».

Esta carta mais difficultava as investigações de Major em procurar o manuscripto, se elle não tivesse conseguido desmascarar os intuitos de Margry e reduzir ao seu justo valor as allegações de Lucien de Rosny. Estes a si proprios se desmascaravam, mostrando um visivel interesse em embaraçar a acção do investigador inglez.

«Cumpre agora notar — diz Major — que M. Lucien de Rosny de seu moto proprio declara que não foi na sala de leitura do museu britannico, onde se inscrevem os nomes dos leitores, que encontrou M. William Carter, e que mais adeante especifica não ter aquelle cavalheiro bilhete de admissão na sala de leitura. Este incidente é triste ao ultimo ponto; e se o confrontarmos com o facto notavel do livro ser emprestado a um individuo inteiramente estranho por outro individuo egualmente estranho, sem nenhum d'elles dar ou pedir ao outro a respectiva morada, e isto em uma repartição do museu, onde a probabilidade d'esses dois individuos se tornarem a encontrar, ou mesmo de se acharem um com outro em qualquer tempo depois de feitos os extractos, essa probabilidade se tornava ainda mais duvidosa, em razão dos empregados não tomarem nota dos frequentantes, se todas estas circumstancias se pezarem bem, ficará

[1] *Id.*, pag. 40.

Digitized by Google

reduzida ao minimo a possibilidade de deparar com o documento.

«Mas é ainda mais notavel, que M. Margry diga no seu livro, que o caso se déra em consequencia de M. Carter «ter visto M. de Rosny procurar textos francezes antigos». Ora estas investigações só *poderiam* fazer-se ou na sala de leitura, ou na dos manuscriptos. Sendo na sala dos manuscriptos, necessariamente haveria registo duplicado dos nomes dos leitores, um na sala de leitura, onde se inscrevessem tambem os nomes, e outro na sala dos manuscriptos. Nenhum dos nomes apparece no registo da sala dos manuscriptos, emquanto que na de leitura vejo que M. de Rosny recebêra o seu bilhete de admissão no dia 13 de dezembro de 1852, e que em vez de lá estar, como declara M. de Rosny em resposta á pergunta de M. Margry, não havia n'aquella occasião, além dos dois leitores já mencionados, nenhum outro com o nome de William Carter. M. William George Carter era homem tão extraordinariamente reservado, que os seus testamenteiros, o caixeiro, a creada grave, e o legatario de seus livros, assim como o comprador d'elles, M. Jones, bibliothecario da bibliotheca de Londres, todos emfim, são concordes em me dizer que não havia pessoa menos accessivel a um estranho ou a travar conversação com qualquer pessoa. Nunca em sua vida tomára o mais leve interesse senão pela botanica. Affirma-me M. Jones que entre os seus livros não havia nenhum manuscripto, e ainda que o houvesse, tenho em meu poder uma carta do seu caixeiro, M. Tubb, datada de Bishop's Sutton, de

Digitized by Google

2 de novembro ultimo, justamente em occasião opportuna, porque falleceu no dia seguinte, na qual carta diz: «não me parece provavel que elle emprestasse livro seu a algum francez, pois não creio que fosse admirador dos francezes. Não ha duvida que os polos negativos de um magnete se attrahirão entre si; mas seria realmente estranho que dois homens, tão «pleins de réserve» como M. de Rosny e M. Carter, houvessem de gravitar um para o outro, e que um emprestasse, e outro acceitasse um livro curioso e de valor, sem attender sequer ás regras mais triviaes de precaução [1]».

Tudo é verdadeiramente extraordinario n'esta historia do documento que M. de Rosny diz ter visto e copiado, e com o qual M. Margry quiz resuscitar as velhas pretensões de Villaut de Bellefond. Admira-se primeiramente a ingenuidade e a candura com que o snr. de Rosny teve na sua mão durante alguns annos um documento precioso que estabelecia uma grande gloria para o seu paiz, sem dar pela importancia de tal documento, embora de certo soubesse que elle poderia lançar alguma luz sobre a velha questão levantada por Villaut de Bellefond; e isto, note-se ainda, não muitos annos depois que o visconde de Santarem publicou em Paris a sua notavel obra em que refutava a prioridade dos dieppezes. Nota-se tambem uma contradicção entre Margry, que a principio deixou suppôr um encontro de Rosny com William Car-

[1] *Id.*, pag. 42 e seg.

Digitized by Google

ter na sala de leitura do museu britannico, — e o proprio Rosny, que declara não se ter dado ahi o encontro, só quando Major provou com os registos do museu que tal encontro não se podia ter dado. Finalmente, causa-nos compaixão vêr como pesava uma grande fatalidade sobre todos os documentos que poderiam estabelecer a prioridade dos descobrimentos dos dieppezes: primeiramente é o bombardeamento de Dieppe em 1694, que destroe os archivos da cidade ou pelo menos os documentos que lá existiam do seculo XIV; depois é o desapparecimento da cópia, feita no seculo XVII, d'um documento do seculo XIV, a qual, depois de apparecer momentaneamente e como um meteoro aos olhos de M. de Rosny, perde-se para sempre da vista dos homens!

O que tudo isto prova d'uma fórma incontestavel é que as viagens dos normandos no seculo XIV não teem realidade historica, que ellas foram phantasiadas na segunda metade do seculo XVII, e que foram os portuguezes os primeiros que dobraram o cabo Bojador e se estabeleceram na costa da Guiné. Quem o diz é mesmo um erudito dieppez, M. Bruzen de la Martinière, no seu *Grand Dictionnaire Géographique* (Paris, 1768, in-folio), no artigo *Saint George de la Mine*:

«Comtudo todas as particularidades referidas pelos portuguezes, as quaes se acham circumstanciadas nas *Decadas* de Barros, tendem a mostrar que elles não encontraram vestigio algum de estabelecimento ou feitoria anterior. As difficuldades, que se lhes offereceram ao lançarem os alicerces das fortalezas, são

Digitized by Google

apenas teve em vista expôr esta theoria geographica, — e n'este caso não tem importancia alguma para a questão que vimos tratando — ou teve por base a viagem de algum explorador de quem até o nome se perdeu e de cuja obra se não conservou a historia, o que é de todo incrivel, sobretudo n'uma época em que os mysterios do oceano tanto preoccupavam os espiritos.

O que é mais natural é que o auctor da carta tivesse em vista contrapôr essa theoria da fórma da Africa, á opinião que vogava entre os arabes, de que o termo do continente africano começava no cabo das Correntes, ponto até onde chegaram os navegadores arabes.

Temos assim demonstrado, á face de argumentos e razões historicas indestructiveis, que nenhum povo nos precedeu nos descobrimentos e viagens do oceano Atlantico, e que só ao nosso immortal infante D. Henrique pertence a gloria d'essa heroica iniciativa. Mas teriam outros portuguezes descoberto, embora não colonisassem, algumas ilhas do Atlantico? Logo examinaremos essa questão.

Digitized by Google

Digitized by Google

«Si aucun noble prince du royaume de France ou d'ailleurs voulait entreprendre aucune grande conquête par deçà, qui seroit une chose bien faisable et bien raisonnable le pourrait faire à peu de frais; car Portugal, et Espagne, et Aragon les fourniroient pour leur argent de toutes vitailles, et de navires plus que nul autre pays, *et aussi de pilotes qui savent les ports et les contrées*».

De maneira que, em 1405, isto é, quando ainda deviam florescer as relações commerciaes dos dieppezes, pois, segundo Villaut, ellas só acabaram depois de 1410, — é o normando Jean de Bethencourt que aconselha algum principe de França a tentar conquistas n'aquellas terras; é elle quem reconhece que os portos e terras africanas eram conhecidas dos pilotos portuguezes e hespanhoes. E porque não citou Bethencourt os pilotos de Dieppe e de Ruão, se elles faziam já antes d'isso tantas viagens á costa da Guiné, como pretendeu Villaut, e depois d'elle outros auctores francezes?

O editor da relação da viagem de Bethencourt diz que elle fôra arrojado por uma tempestade para as costas d'Africa, «vers le cap Bojador»; ora a palavra «vers» não póde, por nenhuma força de interpretação, significar «além».

«Mas admitta-se por um instante — diz Major — que os navios tivessem realmente surgido no porto de que se trata; ver-se-ha que nem foi pericia, nem sciencia, nem coragem, mas a acção caprichosa dos ventos, que os impelliu para alli de um sitio no alto mar; accidente que não transmittia a ninguem um

Digitized by Google

jota do perigo especial ou difficuldade, em que se cifrou a gloria de «dobrar» o temeroso cabo. Gil Eannes em 1434, por impulso de pura e exclusiva coragem e perseverança, *dobrou* o cabo Bojador, o que Bethencourt nunca fez. O argumento mal parece merecer o erudito trabalho de um escriptor distincto, porque nem prova merito, nem utilidade na pretendida proeza de Bethencourt [1]».

Desfeitas á luz da critica historica as pretensões dos francezes, analysemos agora as pretensões de genovezes e catalães, que tambem quizeram disputar-nos a prioridade dos descobrimentos além do cabo Bojador.

Foi o dr. Pertz, bibliothecario-mór da bibliotheca real de Berlim, e editor dos *Monumenta Germaniæ Historica*, quem descobriu a relação mais completa que existe de uma expedição genoveza realisada em 1291, entre os annaes da cidade de Genova, que são uma continuação das chronicas de Caffaro [2]. Essa relação, escripta por Jacopo Doria, parente proximo de um dos promotores da expedição, diz o seguinte:

«No anno de 1291, Tedisio Doria e Ugolino de Vivaldo, com seu irmão e alguns outros cidadãos de Genova, começaram uma viagem como nunca egual até agora se emprehendêra. Equipando, o melhor que poderam, duas galés, que proveram de mantimentos, agua e outras cousas necessarias, expediram-n'as no-

[1] Obr. cit., pag. 189.
[2] Vid. Major, pag. 156.

Digitized by Google

mez de maio para o estreito de Ceuta, para que podessem ir por mar aos portos da India, e d'ahi trazerem artigos uteis de mercancia. Iam a bordo os dois ditos irmãos Vivaldo, bem como dois frades menores. Foi uma empreza que espantou não só os que a presencearam, mas ainda os que ouviram fallar d'ella. Desde que passaram um sitio chamado Gozora, não houve mais novas d'elles; mas praza a Deus livral-os de perigo e trazêl-os sãos e salvos a seus lares».

Em 1312, na sua notavel obra *Conciliator Differentiarum,* refere-se Pedro d'Abano a esta viagem nos termos seguintes: «... Os genovezes apparelharam duas galés, providas de tudo o necessario, e sahiram pelas columnas de Hercules situadas no fim da Hespanha. *Porém são passados quasi trinta annos e ignora-se o que lhes aconteceu*».

Não se vê n'esta empreza nem o caracter de um projecto anteriormente formado e corajosamente levado a effeito, como succedeu com a obra do infante D. Henrique; nem se encontra o exito que poderia valer alguns progressos á geographia e ser base de novos emprehendimentos: pelo contrario, a expedição dos irmãos Vivaldo é filha da iniciativa particular, ficou mallograda e ninguem se lembrou de a proseguir. Segundo a relação de Jacopo Doria, foi Gozora o ultimo ponto de que houve noticias ácerca da expedição. Ora o mappa dos irmãos Pizzigani, venezianos, publicado em 1367, colloca este logar no cabo de Não com o nome de *Caput Finis Gozole.* Portanto,

Digitized by Google

a expedição genoveza nada pôde adeantar além d'este ponto.

Cita-se uma carta de Antonio da Nolla, escripta em 12 de dezembro de 1455 e assignada por Antonius Ususmaris, fórma latinisada do pseudonymo *Uso di Mare,* que elle proprio adoptára. N'essa carta, descoberta em Genova por Gräberg de Hemsö, em 1802, entre uma collecção de papeis offerecidos por Frederico Frederici, em 1660, nos archivos d'aquella cidade, — diz o auctor que, achando-se perto do rio Gambia, encontrára um genovez que julga ser o ultimo descendente dos que, segundo a tradição, tinham chegado com Vivaldo á cidade de Menam, na Ethiopia, havia 170 annos. Infere-se d'essa carta que a tal cidade de Menam, habitada por christãos subditos do Preste João, estava situada na costa da Africa oriental, d'onde se concluiria que a expedição de 1291 teria conseguido atravessar quatro mil milhas de perigoso territorio africano, sem que a sua empreza ficasse registada como uma maravilha, o que não é de todo crivel. Diz ainda a carta que a seis dias de viagem estavam cem homens do rei de Uso di Mare, o que deve referir-se ao rei de Portugal, e cinco christãos do Preste João, com os quaes o auctor fallaria, se podésse demorar-se; e logo em seguida, sem o menor intervallo, accrescenta que realmente esteve com elles: *et locutus fui cum illis illius exerciti.* É admiravel como de um momento para outro desappareceram todos os obstaculos que impediam Uso di Mare de fallar com os christãos!

Digitized by Google

A carta é, como diz Major, um acervo de incoherencias, disparates e falsidades. A reputação que tinha Antonio de Nolla como viajante e explorador, a importancia que lhe dava a nobreza da sua linhagem, o grande alcance que tinha a sua revelação para a gloria da cidade de Genova, e finalmente a publicidade que elle quiz dar á sua carta, — são fortissimas razões para não acreditar que em volta d'este documento se fizesse o mais completo silencio. Todavia, declararam os historiadores genovezes, durante mais de 130 annos que se seguiram, que nenhuma relação conheciam da expedição de 1291. Demais, se a carta tivesse realmente sido escripta por Antonio Uso di Mare, não seria natural que elle, viajante experimentado, se apressasse a determinar a situação da cidade de Menam?

Admittindo mesmo a authenticidade da carta de Antonio da Nolla, seria facil demonstrar que ella nada prova de seguro a favor da pretendida expedição de 1291. Com effeito, pelo que respeita á sua passagem mais importante, Uso di Mare diz que julgava — «credo» — mas não affirmava positivamente, que aquelle homem fosse descendente dos da expedição de Vivaldo. Demais, ha uma passagem do nosso chronista Azurara que explica perfeitamente o encontro d'um europeu n'aquellas paragens. Narrando a expedição de Valarte, que veio a ser morto pelos negros, escreve o chronista:

«Empero ao tempo que screvyamos esta estorya vierom ao poder do Iffante alguũns cativos naturaaes daquella parte, que disserom que em huũ castello muy-

Digitized by Google

to afastado pello sertaão, esteverom quatro xpaãos, dosquaaes ja huũ era finado, mas que os tres ficavam ainda vivos; pello qual alguũs teverom, segundo os sinaaes que o Negro dava, que seryam aquelles [1]» (os da expedição de Valarte, que haviam sido aprisionados pelos negros).

O visconde de Santarem, annotando esta passagem de Azurara, explica por ella o referido na carta de Antonio da Nolla, e accrescenta:

«Não sendo pois admissivel que um descendente dos homens da expedição das galeras genovezas de *Thedisio Doria* e *Vivaldi* conservasse a côr branca tendo o seu ascendente ficado entre os negros, nem podesse saber a lingua, *Antoniotto* ou Antonio da *Nole* não podia pois ter visto naquellas paragens outro homem *branco* senão um dos maritimos da caravella portugueza de Fernando Affonso e de Vallarte, de que trata *Azurara* no texto, tanto mais que nem os differentes capitães portuguezes, nem *Cadamosto* não encontraram em parte alguma da costa d'Africa além do *Bojador* vestigios, nem tradições de terem ido áquellas paragens alguns outros Europeus, anteriormente ao descobrimento feito pelos Portuguezes».

Crê o visconde de Santarem que, tendo Uso di Mare noticia da existencia de um individuo christão que tinha ficado n'aquellas paragens, «julgou sem maior discernimento, e de certo ignorando o facto

1 *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. LXXXXIV, pag. 448.

Digitized by Google

referido por *Azurara*, acontecido alguns annos antes, que o dito alli encontrado podia ser talvez um descendente dos da expedição de *Vivaldi*». E, dada uma certa semelhança entre o nome de Valarte e o de Vivaldo, não podia dar-se o caso de haver um *qui-pro-quo*, attribuindo á expedição de Vivaldo o que se referia á de Valarte?

Na margem da carta de Antonio da Nolla apparece uma legenda anonyma que tambem se refere á expedição de 1291; mas essa legenda ainda tem menos importancia, por ser anonyma, do que a carta a que está junta. Que valor, pois, teem estas infundadas pretensões contra a prioridade dos descobrimentos dos portuguezes, que se acha estabelecida em bases historicas inabalaveis?

Analysemos agora as pretensões que se fundamentam na carta catalã de 1375, na qual se encontra para o sul do cabo Bojador, em frente da costa, a representação de uma barcada de exploradores, com a seguinte legenda em catalão: «Partich luxer dñ Jac. Ferer, per anar al riu de l'or, al gorn de Sen Lorens qui es à x de Agost, y fo en l'an MCCCXLVI». Em portuguez: «O navio de Jaime Ferrer partiu para ir ao rio do Oiro no dia de S. Lourenço, a 10 de agosto de 1346». Este facto encontra-se corroborado em uma das legendas descobertas em Genova por Gräberg e que diz assim: «No dia de S. Lourenço, isto é, a 10 de agosto de 1346, uma galé pertencente ao catalão João Ferne, deixou a cidade dos malhorquinos com o fim de ir ao Rojaura (o rio do Oiro); mas não houve mais novas da dita galé. Aquelle rio chama-se Veda-

Digitized by Google

mel, por causa da sua extensão. Tambem se chama Ruiauri, porque n'elle se apanha o oiro de Pajola. Tambem deveis saber que a maioria dos habitantes d'estas regiões se empregam em apanhar oiro n'este rio, que tem uma legua de largura e profundidade bastante para os maiores navios do mundo.

«É este o cabo Finisterre da costa occidental da Africa [1]».

D'estas legendas, que, como se vê, ambas se referem ao mesmo facto, deduziram alguns, e entre outros M. d'Avezac, que a expedição de Jaime Ferrer devia ter sido precedida por algumas outras, visto que ella se dirigia a um ponto determinado cujo conhecimento já se suppunha. Pelo contrario, Major demonstra eloquentemente que o facto de ter sido essa viagem registada n'uma carta em que se revela um esmero e uma perfeição especial, e ainda nos archivos de Genova, — prova que essa viagem tinha uma importancia fóra do commum e que se tratava de um facto singular e sem precedentes.

A tradição de um rio onde se colhia oiro era muito antiga, especialmente entre os arabes, que a communicaram aos povos commerciaes do Mediterraneo. Na carta dos irmãos Pizzigani, de 1367, encontra-se descripto um rio, um pouco ao sul das Canarias, o qual nasce de um grande lago onde se lê esta inscripção em latim: «Este lago vem da Montanha da Lua, e passa por desertos arenosos». A meio do

[1] Major, obr. cit., pag. 167.

Digitized by Google

seu curso bifurca-se o rio, formando uma ilha em que se lêem as palavras seguintes, egualmente em latim: «A ilha Palola; aqui se apanha oiro». Para leste corre o rio Nilo, dirigindo-se depois para o Mediterraneo. A isto accrescente-se que, segundo uma velha tradição que já se encontra em Plinio e que ainda no seculo XII era registada por Edrisi, um dos braços do Nilo desembocava na costa occidental da Africa. Concluimos agora que o rio mencionado na carta catalã de 1375 é o mesmo a que se refere a carta dos irmãos Pizzigani, visto que a descripção de um é perfeitamente identica á descripção do outro, como vamos provar. Falla-nos a carta catalã de um rio notavel pela sua extensão, e o rio da carta dos irmãos Pizzigani é tão extenso que chega do ponto em que o Nilo se encaminha directamente para o Mediterraneo até á costa occidental da Africa; em ambos os rios indicados se apanha o oiro de Palola ou Paiola. Mais: o rio da carta catalã tomou pela sua extensão o nome de Vedamel, corrupção da palavra Vedanill, composta de duas arabes: *Ved* ou *Wadi*, rio, e *Nill*, Nilo; ora o rio da carta dos irmãos Pizzigani não representa mais que um dos pretendidos braços do Nilo: logo, era a este rio que se referia a carta catalã, e não ao rio do Oiro dos portuguezes, que fica muito mais para o sul.

Demais, no § XXI da sua bella obra [1], o visconde de Santarem demonstra que, terminando o mappa catalão, como todos os do seu tempo, no cabo Bojador,

[1] *Recherches sur la priorité*, etc.

Digitized by Google

não era conhecido o rio do Oiro dos portuguezes. A descripção dada pelo manuscripto genovez não póde accommodar-se ao rio do Oiro descoberto pelos portuguezes; com effeito, nem o pretendido rio do Oiro dos portuguezes é rio, mas apenas um braço de mar que se estende seis leguas pela terra dentro, nem é profundo, pois affirma Roussin que n'elle só podem entrar pequenos barcos, e na verdade foi n'um barinel que Affonso Gonçalves Baldaya o explorou [1]; finalmente, no desenho que se encontra na carta catalã, o velame do navio não está em posição de se dirigir ao rio do Oiro dos portuguezes.

Mas não merecem as pretensões deduzidas da carta catalã que lhes consagremos uma refutação muito extensa, pois é certo que a sua importancia, se alguma podessem ter, estava completamente destruida pelo manuscripto genovez, que affirma não ter havido mais noticias da galé de João Ferrer.

Um outro genero de argumentos, com que se tem pretendido impugnar a prioridade dos descobrimentos e viagens maritimas dos portuguezes, é o testemunho de algumas cartas do seculo XIV, em que apparece a Africa cercada de mar pelo sul, o que levaria a crêr que já n'esse tempo fôra dobrado o cabo da Boa Esperança. As mais notaveis d'essas cartas são a de Marino Sanuto, de 1306, e uma outra que vem n'um portulano de 1351, existente na bibliotheca Louren-

[1] Por um engano semelhante foi dado o nome de rio á bahia do Rio de Janeiro.

Digitized by Google

ciana, de Florença. «A geographia da carta de Sanuto, diz Major, é derivada dos antigos cosmographos da edade média, e não se póde dar maior prova, de que elle ignorava positivamente qual era a verdadeira configuração da Africa, do que a seguinte nota por baixo da *Regio 7 montium*: «*Regio inhabitabilis propter calorem*». Em summa, basta passar de relance a vista pela carta para se conhecer que está tão longe quanto é possivel de uma demarcação da Africa baseada nos conhecimentos d'aquella epocha».

É muito mais notavel a carta mediciana, que vem reproduzida em fac-simile na obra de Major. «Ha n'ella — diz este escriptor — não só uma extremidade ao sul da Africa, mas até a linha da costa de Guiné está desenhada de modo que se approxima da correcção muito mais do que era de esperar d'aquella edade, tanto assim que o conde (Baldelli Boni) inferiu d'alli serem ambas estas delineações resultado de descobrimento effectivo. Comtudo esta conclusão vem a ser insustentavel. Examinando mais detidamente a carta, não se encontra um só nome de rio, cabo ou bahia, ou qualquer outra indicação local de descobrimento effectivo em toda a linha da costa, comprehendendo o notavel recorte, que se suppõe representar o golfo de Guiné. Mais para diante, em volta do extremo meridional do continente, tambem não apparece indicio de descoberta... Não encontramos ahi signal algum de conhecimento geographico de sitios e logares, alem dos dois rios, que correspondem ao Wad-om-er-Biyeh das cartas modernas, e ao rio Palolo, ou rio do Oiro, demarcado na carta Pizzigani

Digitized by Google

dezeseis annos depois. E como se para subministrar meio de tornar este argumento mais valioso, o conde Baldelli Boni inseriu no canto da carta um fac-simile da quinta carta do Portulano onde vêm os nomes dos sitios já conhecidos, na parte norte da costa occidental até o cabo Bojador, exactamente de accordo com a informação dada pela ultima carta Pizzigani de 1367. Estas realidades, combinadas com o facto de que a ultima carta Pizzigani de 1367, e a carta catalã de 1375, não têm pretensões a exhibir tão assombrosos descobrimentos, quaes os do golfo de Guiné, e o da passagem do cabo, levam em boa razão a concluir que a carta mediciana não tinha por fim, segundo infere o conde Baldelli Boni, descrever nenhuma d'aquellas explorações como factos reaes; mas apenas expôr uma theoria geographica baseada em tradições e inferencias para que havia fundamento... [1]».

Effectivamente havia desde a antiguidade duas idéas differentes ácerca do oceano Atlantico: uns, como Hipparcho, o bithynio (150 annos A. de C.) suppunham que elle era um grande lago sem communicação com os outros mares; outros, como Herodoto, Strabão, Possidonio, Cleomedes, etc., admittiam a possibilidade de circumnavegar a Africa. Esta opinião foi sustentada no decorrer dos tempos por varios escriptores, entre os quaes Pomponio Mela (seculo I), Julio Sabino (seculo III), Santo Isidoro de Sevilha (seculo VII), etc. Ora, de duas uma: ou a carta mediciana

[1] *Vida do infante D. Henrique*, pag. 163 e 164.

Digitized by Google

factos que não concordam com a narração dos que referem ter alli havido anteriormente uma fortaleza. Não se faz menção nas suas relações de fortaleza nem egreja, senão a que elles construiram. Isto não é facil de conciliar. Ninguem duvida da exactidão de Barros, cujo trabalho se baseou em excellentes memorias. Desejaria que o padre Labat tivesse ao menos apontado a auctoridade em que fundou o que expôz, porque Demarchais, a quem se reporta, não merece mais conceito que elle a respeito de factos antigos como estes, e ambos carecem de abonações para se lhes dar credito em assumpto com muitos seculos de antiguidade [1]».

«Sustento, com toda a candura — accrescenta Major — para corroborar esta tão justa observação do auctor, que é impossivel lêr as *singelas* e simples descripções dos portuguezes, tanto ácerca de seus primeiros descobrimentos d'estas costas, como da construcção do seu forte da mina em 1482 (forte cujas pedras foram de Lisboa já lavradas), e depois d'essa leitura acreditar, que se elles tivessem encontrado vestigios de alli os ter precedido algum povo n'aquellas costas virgens, lhes não escapasse uma só palavra a respeito de similhante phenomeno. Bem ao contrario, n'aquellas descripções tudo é novidade, em tudo resalta um toque de frescura, tudo está confirmado, como mostro no texto, pelo testemunho dos *francezes* durante muitas gerações, antes que da parte d'estes

[1] Cit. por Major, pag. 49.

Digitized by Google

se apresentasse perante o mundo, protesto ou impugnação».

As ultimas pretensões dos normandos referem-se a uma viagem de Jean Bethencourt, que teria dobrado o cabo Bojador em 1405, isto é, muito antes que o nosso Gil Eannes o dobrasse realmente. Foi M. d'Avezac, o defensor das historietas de Villaut de Bellefond, quem se lembrou, quatro seculos depois da morte de Bethencourt, de attribuir a este seu compatriota um titulo de gloria de que, como diz Major, nem o proprio Bethencourt nem os seus companheiros foram nunca sabedores.

Parece que essa viagem se teria realisado, como dissemos, em 1405, quando Bethencourt se dirigia, com tres galés, da ilha de Fuerteventura para a Gran-Canaria, no dia 6 de outubro. Segundo a narrativa dos capellães de Bethencourt, as embarcações desgarraram-se no mar, e foram ter ás terras dos sarracenos «muito proximo do porto de Bugeder *(bien près du port de Bugeder)*», onde Bethencourt e os seus desembarcaram. O visconde de Santarem demonstrou, em face do texto dos capellães, que Bethencourt não dobrou o cabo Bojador; que não chegou mesmo a visitar algumas terras ao norte d'esse cabo, pois os capellães apenas lhe attribuem a intenção de as visitar; que, finalmente, esta narrativa da viagem de Bethencourt só fornece mais uma prova para destruir as pretensões de Villaut de Bellefond ácerca dos descobrimentos maritimos dos dieppezes no seculo XIV. Com effeito, os capellães de Bethencourt attribuem-lhe, em 1405, as seguintes palavras:

Digitized by Google

CAPITULO V

O mar tenebroso e a sua lenda. — Primeiros descobrimentos. — Porto Santo e Madeira. — Viagens maritimas dos portuguezes no seculo XIV.

Um dos maiores obstaculos que se oppunham á navegação do Atlantico no principio do seculo XV, era o supersticioso terror de que a imaginação popular cercára as aguas d'aquelle impenetravel abysmo. Julgava-se que ninguem se aventuraria debalde a sondar os mysterios do Oceano, envolvido em trevas e povoado de monstros, e que a morte ou uma prematura velhice seria o castigo de todos os que pretendessem devassal-o. A respeito de uma d'essas lendas, que, como diz o snr. Pinheiro Chagas, é uma das mais antigas e das mais caracteristicas, escreve Ferdinand Dénis:

«Entre as curiosas narrativas que circulavam no seculo XV, e que versavam sobre os mysterios que a

Digitized by Google

extensão do Oceano escondia, ha uma que foi frequentemente alterada, e que a politica ciosa dos monarchas portuguezes folgava que se narrasse aos estrangeiros, já no tempo em que os navios de Portugal sulcavam os mares d'Africa. Ora, esta lenda tão curiosa foi contada, no proprio seculo XV, a um viajante allemão, que nol-a conservou na sua primitiva ingenuidade. Ao livro das suas viagens é que a iremos procurar:

«N'uma epoca desconhecida, certo rei de Portugal mandou construir tres navios, e ordenou que se munissem de tudo quanto fosse necessario para uma viagem mais longa do que nenhuma das que até alli se tinham emprehendido. A precaução do digno rei não se limitou a isso, e poz doze escribas a bordo de cada navio, para lhe darem conta do que succedesse. Não podia faltar trabalho aos chronistas, porque os navios do rei de Portugal deviam navegar durante quatorze annos. Partiram, e, no fim de dois annos, segundo o que foi narrado ao irmão da rainha de Bohemia [1], chegaram ao meio de certa região tenebrosa *(in tenebras quasdam)*, e, depois de duas semanas de navegação, abordaram a uma ilha desconhecida.

«Depois de terem fundeado, desembarcaram, e em breve descobriram habitações subterraneas cheias d'oiro e de prata. Nenhum ser humano apparecia, e

1 «O barão de Rosmitale e Batna, irmão da rainha Joanna da Bohemia, esposa do rei Jorge II. Começou as suas peregrinações em 1465».

Digitized by Google

todavia não ousaram levar cousa alguma d'esses thesouros. Nos terraços das casas havia jardins e plantações de vinhas; e aqui o digno viajante nota judiciosamente que o mesmo acontece em França. Os portuguezes demoraram-se tres horas na ilha, consultando-se entre si sobre o que convinha fazerem a essas riquezas immensas que parecia não terem donos. Hesitaram em partir com as mãos vasias; emfim venceu um receio salutar. Foi sem duvida isso para elles uma felicidade; porque apenas voltaram a bordo, começou o Oceano a rolar diante d'elles as suas ondas como immensas montanhas, e a arrojal-as aos céos! Um grande terror se apoderou dos nossos viajantes, apesar de se terem mostrado muito discretos. Ora, tendo-se posto á capa os tres navios, reuniram-se os tripulantes em conselho: «Temos, disseram elles, diante de nós, uma prova manifesta do poder divino: que devemos fazer? Arrojar-nos-hemos ao meio d'este vortice, ou affastar-nos-hemos? Que triste será o nosso regresso! disseram alguns d'entre elles. Que milagre contaremos ao nosso soberano, que nos enviou para explorarmos desconhecidas terras? Lancemo-nos antes a estas ondas frementes». Decidiu-se por conseguinte que dois navios tentariam a aventura, e que o terceiro os esperaria. Se os viajantes não tivessem voltado no fim de quatro ou cinco dias, era certa a sua morte; e o navio que estava á espera devia abandonar essas paragens, e voltar a Portugal. Não só os esperaram cinco dias, mas ainda mais onze, sem tomarem uma resolução definitiva. Vencidos pelo terror, tiveram de deixar essas paragens, e de vol-

Digitized by Google

tar a Lisboa. Quando entraram no porto, os habitantes da cidade vieram ao seu encontro, interrogando-os ácerca do paiz d'onde eram originarios; por mais que respondessem que eram os homens que el-rei enviára para explorar os mysterios do mar, ninguem os reconhecia.

«Emfim certos grandes personagens lhes responderam: «Estavamos presentes quando el-rei expediu esses navios; mas elle não enviou pessoas do vosso aspecto. Tendes cabellos brancos, elles pelo contrario estavam na flôr da mocidade». Ora, era incontestavelmente um grande milagre de Deus; porque, apesar de terem muitos parentes na cidade e nos arredores, ninguem os queria reconhecer; e de facto, estavam brancos como as arvores carregadas com os gelos do inverno. O rei reinante de Portugal não se via menos embaraçado do que o seu povo; as narrativas d'esses homens tinham todos os caracteres da verdade, mas temia que fossem piratas manchados com o sangue dos seus subditos, e repetia com uma certeza de juizo, preciosa sem duvida em outras circumstancias: «Se nós enviámos trinta e seis escrivães divididos pelos tres navios, não nos devem voltar menos de doze». O digno rei mandou vir á sua presença os pobres homens, que ninguem queria reconhecer, e á falta do relatorio dos historiographos, teve de se contentar com a sua narrativa. Resumil-a-hemos. No fim de cinco mezes de navegação facil, tinham andado seis mil leguas; fôra-lhes necessario gastar dezoito mezes para chegarem ao mar Tenebroso. A ilha, a que tinham abordado, po-

Digitized by Google

dia ter tres milhas de comprimento sobre uma largura proporcionada. O resto da relação que foi feita ao rei de Portugal já o leitor a conhece. O redactor das viagens de Rosmithal affirma apenas que esta narração dos aventureiros viajantes foi conservada por ordem do principe [1]».

Como esta, muitas outras lendas se haviam formado na edade média ácerca dos mysterios do oceano. Os povos maritimos exerciam a sua phantasia sobre as velhas tradições que tinham a sua origem nos poemas da antiguidade, multiplicando e modificando as narrativas caprichosas que os seculos accumularam sobre as aguas do mar tenebroso. «Na immensa extensão do oceano — diz eloquentemente o snr. Pinheiro Chagas — aninhavam-se todas as lendas aterradoras. O Mar Tenebroso, cujas ondas eram negras como breu, erguia-se para além do horisonte onde se atufava o sol. Essa era a lenda antiga, a lenda pagã transmittida de geração em geração e que cerrára por muito tempo o Atlantico ás investigações mais ousadas. Quem n'elle entrava perdia-se para sempre; quem se lhe approximava, se conseguia fugir, voltava decrepito, tendo partido adolescente, e via com dôr profunda que essa viagem, que suppozera ter durado apenas dias, durára larguissimos annos. A par d'isto surgiam as lendas christãs, as lendas celticas das ilhas mysteriosas, as ilhas dos castigos, verda-

[1] Cit. por Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 311 e 312.

Digitized by Google

deiras succursaes do inferno, onde Judas chorava eternamente a sua traição infame, onde os condemnados, montados em cavallos de fogo, soltavam, n'um galopar incessante, gritos de desespero, onde outros choravam sem interrupção os seus peccados da terra [1]». Não admira, pois, que uma das maiores difficuldades que se oppozeram á realisação do plano do infante D. Henrique, fosse a superstição que dominava os espiritos, o receio de penetrar os mysterios d'aquellas aguas povoadas de monstros e envolvidas em trevas profundas.

Não são concordes os historiadores em determinar a data das primeiras expedições enviadas pelo infante D. Henrique. O chronista Azurara [2], referindo-se ás tentativas que no tempo do infante fizeram os nossos marinheiros para dobrar o cabo Bojador, diz que ellas duraram doze annos, até que em 1434 o cabo foi dobrado por Gil Eannes; o chronista parece assim fixar em 1422 as primeiras expedições, mas omitte as viagens de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que se fizeram antes d'aquelle anno. Azurara indica aquella data, não como principio das expedições maritimas, mas como o anno em que se começaram as tentativas para dobrar o cabo Bojador, o que ainda assim se nos não afigura exacto,

---

1 *Descobrimentos dos portuguezes na Africa*, conferencia realisada na Academia Real das Sciencias.

2 *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. VIII, pag. 53.

Digitized by Google

como veremos adeante. O erudito cardeal Saraiva, no *Indice chronologico* [1], apoia-se na auctoridade de João de Barros e de Faria e Sousa, para sustentar que desde 1412 começou o infante a mandar alguns navios ao descobrimento da costa africana, e accrescenta: «O mesmo seguiram muitos escriptores nossos; e muitos outros o suppõem, quando dizem, que depois da conquista de Ceuta (em 1415), e das informações, que o infante ahi houvera dos mouros, viera muito mais animado a *proseguir* os seus projectos». Julga o mesmo auctor muito provavel que por esse tempo passassem os nossos navegadores o cabo de Não [2], que até então era o termo das navegações europêas, e do qual se dizia:— «Quem passar o cabo de Não ou voltará ou não»,—e que chegassem até ao cabo Bojador. Segundo as relações de Diogo Gomes, impressas em Munich pelo dr. Schmeller, a primeira viagem

1 Pag. 3.

2 Annotando Azurara, escreve o visconde de Santarem: «As tentativas feitas pelos maritimos portuguezes, para passarem além do cabo *(Bojador)*, começaram antes do seculo xv. Já no tempo d'el-rei D. Affonso iv os navegantes portuguezes tinham passado além do cabo de *Não*, isto é antes de 1336. Os documentos publicados pelo professor Ciampi em 1827 e por elle descobertos nos mss. de *Boccaccio* na Bibliotheca Magliabechiana de Florença, e a carta d'el-rei D. Affonso iv ao papa Clemente vi, attestam aquelle facto *(vide* a excellente e erudita Memoria do snr. J. J. da Costa de Macedo, impressa no tomo vi das Mem. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e os additamentos publicados em 1835)». (Chron. cit., nota á pag. 54).

Digitized by Google

ordenada pelo infante foi feita por João de Trasto em 1415, opinião a que Major se mostra inclinado.

Não encontramos motivos que nos demovam de preferir a opinião do auctor do *Indice,* que se fundamenta em boas razões historicas. Na verdade foi n'esse anno que se deu principio aos preparativos para a expedição a Ceuta, que foi o primeiro passo, e realmente importante, para a obra dos descobrimentos, não só pelas informações alli colhidas ácerca das terras e povos africanos, mas ainda porque a posse de Ceuta constituia uma garantia de segurança e abrigo para os nossos navios e como que uma chave dos mares visinhos. Além d'isso, a bulla de Nicolau v, de 1455, diz que o infante se entregára aos descobrimentos desde tenra edade *(ab ejus ineunte ætate),* o que melhor se accommoda ao anno de 1412, em que elle tinha dezoito annos, do que ao de 1415, em que já contava vinte e um, ou a qualquer anno posterior. Entre os escriptores que mostram seguir esta mesma opinião citaremos o snr. Alexandre Magno de Castilho, que, referindo-se á conquista de Ceuta, escreve: «Então se entregou todo (o infante) a adquirir *mais certo e individual* conhecimento do deserto de Sahará, e de muitas circumstancias d'aquellas costas, terras e gentes, *com o que muito mais se animou, e de todo se resolveu* em executar a arrojada empresa que o seu grande espirito lhe inspirára [1]».

1 *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa,* tomo I, pag. XXI.

Digitized by Google

Sabe-se que, por 1416 e 1417, isto é, logo depois da tomada de Ceuta, se fizeram algumas tentativas para dobrar o cabo Bojador, que constituia como que uma barreira invencivel ás navegações maritimas d'aquelle tempo. Essas tentativas, porém, mallograram-se por muitos annos, receando os navegantes ser envolvidos pelas correntes e ficar sepultados no fundo do mar.

Em 1418, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, cavalleiros da casa do infante D. Henrique, vendo o empenho que elle tinha no descobrimento da costa da Guiné, offereceram-se-lhe para fazerem uma viagem n'aquelle sentido e avançarem para o sul tanto quanto lhes fosse possivel [1]. Sobreveio, porém, uma tempestade que os arrojou a uma ilha a que deram o nome de Porto Santo, em razão do abrigo que n'ella encontraram. Voltando a Portugal contaram ao infante D. Henrique o resultado da expedição, e fizeram-lhe da ilha uma descripção encantadora. Foi este descobrimento, como diz Major [2], o primeiro fructo das expedições do infante, e logo outros cavalleiros se offereceram para ir á ilha com Zarco e Tristão Vaz, a fim de cuidarem da sua colonisação.

Em 1419, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz

---

[1] Seguimos n'este ponto o testemunho de Azurara (chron. cit., cap. LXXXIII). O auctor do *Indice chronologico* (pag. 9 e 10) colloca primeiro, em 1418, a viagem de Bartholomeu Perestrello, a quem attribue a descoberta da ilha de Porto Santo, e depois, em 1419, nova viagem de Perestrello, acompanhado por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira.

[2] *Vida do infante D. Henrique*, cap. V, pag. 121.

Digitized by Google

Teixeira voltaram a Porto Santo, sendo agora acompanhados por Bartholomeu Perestrello, cavalleiro da casa do infante D. João. Deu-se então um incidente, referido pelo chronista Azurara, que embaraçou por algum tempo a colonisação da ilha. Foi o caso que durante a viagem teve filhos uma coelha pejada que fôra offerecida a Bartholomeu Perestrello por um seu amigo, e os coelhos, logo que foram soltos na ilha, multiplicaram-se de tal fórma que estragavam todas as sementeiras, apesar da caça que lhes foi dada. Segundo Azurara, por esta simples razão dirigiram-se os descobridores á ilha da Madeira: «por cuja rezom leixaram aquella ilha, e passaronse aa outra da Madeira», etc., palavras em que o chronista parece fallar da Madeira como ilha já conhecida de Zarco e de seus companheiros. João de Barros affirma, e outros escriptores seguem esta opinião, que, estando os tres viajantes na ilha de Porto Santo, preoccupava-os um espesso negrume que se apresentava constantemente no mesmo ponto do horisonte, e que isso os fez suspeitar de que alli existisse alguma terra. Effectivamente para lá se encaminharam e descobriram uma nova ilha, a que deram o nome de Madeira por estar coberta de arvoredo.

Os termos em que Azurara refere o descobrimento das duas ilhas levam a crêr que ellas já eram mais ou menos conhecidas dos navegantes; mas, apesar de contemporaneo e bem informado, não dá esclarecimentos que derramem luz na questão. O snr. Pinheiro Chagas, procurando explicar aquella passagem do chronista, faz uma conjectura que nos parece muito

Digitized by Google

acceitavel e que passamos a expôr. É certo que, como logo veremos, aquellas ilhas eram já conhecidas, embora vagamente, em 1351, pois apparecem descriptas no *Portulano Mediceo,* e já lá estão designadas com nomes identicos aos que depois tiveram. Ora, é natural que, quando João Gonçalves Zarco voltou a Portugal e contou ao infante que descobrira uma ilha em certa altura, o mesmo infante, conferindo os seus mappas, lhe dissesse que aquella era a ilha de Porto Santo e que não estava só no meio do oceano. Zarco voltou á ilha pela segunda vez, e descobriu então a Madeira, guiado por esta indicação. Como se adquiriu conhecimento d'aquellas ilhas para apparecerem no *Portulano* de 1351? Logo examinaremos essa questão; por agora sigamos João Gonçalves Zarco e os seus companheiros na viagem á Madeira.

Preoccupados, pois, com o negrume que apparecia no horisonte, sahiu Gonçalves Zarco e alguns dos seus companheiros, na madrugada do dia 1 de julho de 1419, e dirigiram-se para aquelle lado. Começaram por descobrir uns picos elevados, e logo depois uma ponta de terra a que deram o nome de S. Lourenço, porque assim se chamava o navio em que iam. Reconhecendo terra, ficaram muito satisfeitos, e no dia seguinte foi um cavalleiro chamado Ruy Paes quem primeiro saltou na ilha, n'um sitio que, diz o padre Cordeiro [1], ainda hoje se chama Desembarca-

[1] *Historia insulana,* liv. III, cap. V, § XXVI, pag. 69 (ed. de 1717).

Digitized by Google

douro. Em seguida desembarcou João Gonçalves Zarco, e com elle dois sacerdotes e alguns cavalleiros. No dia seguinte metteram-se n'um batel e começaram a percorrer a costa, observando as pontas, praias, ribeiras e fontes; e porque uma nascia de um seixo, chamaram ao local Porto do Seixo. Depois encontraram uns paus derrubados pelo vento, e d'elles fizeram uma cruz, que alli ficou arvorada, pelo que deram áquelle sitio o nome de Santa Cruz. Para o occidente appareceu-lhes um pequeno promontorio a que chamaram Ponta do Garajão, onde havia numerosas aves que vinham poisar-lhes sobre as cabeças. Logo adeante viram um ribeiro a que deram o nome de Gonçalo Ayres, por se chamar assim um fidalgo que alli desembarcou.

Deparou-se-lhes uma aprazivel bahia, com a praia despida de arvoredo, e apenas coberta d'uma herva chamada funcho, e por isso lhe chamaram Funchal, onde depois veio a levantar-se a cidade do mesmo nome. Passaram alli a noite nos bateis, abrigados por duas ilhotas que ficam á entrada da bahia. Na manhã do dia seguinte passaram á outra ponta de terra que formava a bahia, e chamaram-lhe Ponta da Cruz, por n'ella arvorarem uma cruz. Logo que a dobraram encontraram-se n'um formoso local a que deram o nome de Praia Formosa. Em seguida chegaram á foz d'um rio que dois mancebos quizeram passar a vau, temeridade que pagariam com a vida se lhes não acudissem promptamente. Ficaram-lhe chamando por isso ribeira dos Accorridos. Adeante, entre duas pontas de terra que entravam pelo mar dentro, encontraram

Digitized by Google

uma grande lapa, especie de camara talhada em rocha viva, onde havia grande quantidade de lobos marinhos, que offereceram aos viajantes uma aprazivel caçada. Chamou-se ao local Camara de Lobos, e d'ahi tomou João Gonçalves Zarco o nome de Camara, que se conservou nos seus successores. Chegaram, finalmente, ao sitio d'onde tinham partido, e porque alli completaram o giro á volta da ilha, chamaram-lhe Ponta do Girão.

Desde o principio, como observa Ferdinand Dénis, os navegadores portuguezes deviam confirmar-se no seu projecto de colonisar aquella ilha, cuja fertilidade se evidenciava no frondoso arvoredo que a cobria, e que não apresentava nenhumas difficuldades á colonisação. Apesar das diligencias que fizeram em procurar animaes ferozes, não os encontraram; antes tudo n'aquella ilha era tão ameno, que até as aves se approximavam dos seus hospedes e facilmente se deixavam apanhar por elles, como outr'ora as codornizes no deserto. Tambem é natural que, desde que chegaram ao bello sitio do Funchal, se lembrassem de edificar sobre aquella encantadora bahia a cidade que depois veio a ser capital da ilha.

«Voltados logo em o outro dia para Portugal — escreve o padre Cordeiro — e chegados a Lisboa com taes novas, e signaes da nova ilha, tanto o festejaram os Serenissimos Senhores Rei, e nosso Infante, pae e filho, que mandaram fazer logo procissões publicas de acção de graças a Deus, deram nome á nova terra de ilha da Madeira, pela muita de que estava coberta; e el-rei tomou por fidalgo da sua casa ao desco-

Digitized by Google

bridor João Gonçalves, e lhe confirmou o appellido de João Gonçalves da Camara, e lhe deu por armas um escudo em campo verde, e n'elle uma torre de homenagem, com uma cruz de ouro, e dois lobos marinhos encostados á torre com paquife, e folhagens vermelhas, e verdes, e por timbre outro lobo marinho, assentado em cima do paquife, e demais lhe fez el-rei mercê de capitão donatario da jurisdicção do Funchal, que é jurisdicção de metade da dita ilha, e de juro, e herdade para elle, e seus successores; e assim este ditoso capitão ficou sendo o chefe, e primeiro tronco das illustres familias dos Camaras, tão estendidas, e augmentadas, como adiante veremos [1]».

A ilha de Porto Santo ficou constituindo uma capitania, que foi dada a Bartholomeu Perestrello; a ilha da Madeira foi dividida em duas capitanias, das quaes uma, a do Funchal, foi concedida a João Gonçalves Zarco, e a outra, a de Machico, a Tristão Vaz Teixeira. Ao nome de Machico anda ligada uma tradição, que o nosso D. Francisco Manuel de Mello escolheu para assumpto da terceira das suas *Epanaphoras,* e á qual Henry Major, na *Vida do infante D. Henrique,* pretendeu dar fóros de historia. Logo trataremos esta questão, bem como outra referente á descoberta das ilhas da Madeira e Porto Santo pelos portuguezes no seculo XIV. Acompanhemos agora o progresso da colonisação d'aquellas ilhas.

Fallando de Tristão Vaz Teixeira, primeiro do-

[1] Obr. cit., liv. III, cap. VI, § XXX, pag. 70 e 71.

Digitized by Google

natario de Machico, diz o padre Cordeiro que, «pela singular cavallaria, nobreza, e obras, foi sempre chamado o Tristão, sem usar de outro appellido, e el-rei lhe deu por armas uma ave Fenix, que é singularissima entre as aves; e elle mesmo em seu testamento se nomeia somente Tristão; porém seus descendentes ajunctaram á Fenix no escudo uma cruz e uma flor de liz, armas dos Teixeiras, e assim se vêem hoje esculpidas no arco da capella de S. João Baptista na egreja maior de Machico d'estes capitães. Foi casado com uma fidalga, que devia ter com elle algum parentesco, pois se chamava Branca Teixeira, e procedia da illustrissima casa de Villa Real, e d'este matrimonio nasceram quatro filhos e oito filhas [1]».

Parece que João Gonçalves Zarco, ou algum seu parente que usava o mesmo nome, se encontrou com D. Henrique no cêrco de Tanger, e taes façanhas lá obrou, que foi armado cavalleiro. Refere o padre Cordeiro que entre essas façanhas se conta a prisão de um mouro chamado Zargo, ou Zarco, d'onde veio o nome ao navegador [2]. «O que em todos convêm, diz o auctor citado, é que este grande soldado foi da casa do infante D. Henrique, que d'elle fiou a guarda da sua costa do Algarve, onde andava com algumas caravellas, que eram as guarda-costas do tal tempo; e a elle principalmente commetteu o descobrimento da

[1] Obr. cit., liv. III, cap. IX, § LIV, pag. 79 e 80.
[2] Obr. cit., liv. III, cap. X, § LXX, pag. 84.

Digitized by Google

Madeira; e que voltando com as alegres novas de a ter já toda descoberta, el-rei D. João I o fez então fidalgo de sua casa, lhe confirmou o appellido, e deu as armas dos Camaras e a capitania donataria de meia ilha...; e todos tambem convêm que era este capitão casado já com Constança Rodrigues de Almeida, mulher (diz Fructuoso) muito principal, devota, santa e virtuosa, da qual teve tres filhos e quatro filhas [1]».

Como se vê, não havia que desanimar quanto á colonisação da ilha, desde que ella estava confiada a progenitores como Zarco. El-rei enviou quatro fidalgos para casarem com as filhas do donatario do Funchal, que se mostraram dignas filhas de seus paes no que toca a fecundidade.

Logo se concedeu licença a todas as pessoas que quizessem ir povoar as duas ilhas, e especialmente aos homisiados e condemnados que havia nas cadeias do reino. Mas os capitães é que não quizeram levar comsigo nenhum d'esses condemnados, por julgarem que assim attrahiriam os castigos do céo sobre as suas cabeças, e tambem para evitarem crimes e roubos na colonia. Levaram diversos animaes domesticos e gados, e fizeram-se á vela, indo dar a leste da ilha de Porto Santo, a um porto chamado dos Frades, por

[1] Obr., liv. e cap. cit., § LXXI, pag. 85. O padre Antonio Cordeiro segue na *Historia insulana* a interessante narrativa do padre Gaspar Fructuoso nas *Saudades da terra*.

Digitized by Google

alli arribarem uns religiosos franciscanos que se tinham perdido no mar. Alli escolheu Bartholomeu Perestrello a gente e animaes que quiz, e os seus dois companheiros dirigiram-se á Madeira, indo aportar a Machico, onde foi edificada uma egreja sob a invocação de Christo. Foi o primeiro templo que houve na ilha, e n'elle se celebrou a primeira missa, diz Cordeiro, no dia da Visitação de Santa Isabel.

Dirigiu-se João Gonçalves Zarco ao Funchal, onde edificou uma egreja com o titulo do Nascimento de Nossa Senhora, a qual tomou o nome de Nossa Senhora do Calháo, por estar n'um sitio muito pedregoso. Como n'aquelle ponto, «para dentro da ilha — diz o padre Cordeiro — era tanto e tão alto o arvoredo, que nem podia cortar-se, nem por elle abrir-se caminho, mandou o capitão pôr-lhe o fogo, que achando tanta materia e tão disposta se ateou tão bravamente, que sete annos contínuos ardeu no valle o fogo, e não só pelas arvores de cima, e muito mais por baixo d'ellas, em infinita cahida e secca lenha, mas tambem por baixo da mesma terra andava lavrando cruel fogo pelos subterraneos troncos sem se poder apagar; e tal foi aquelle incendio, que as gentes por lhe escaparem se tornavam da terra para o mar, a salvar-se em os navios; até que amainando o fogo na costa mais junta ao mar, fez segunda morada o capitão em um alto que ficava sobre o Funchal, e para defeza d'esta segunda casa fundou defronte d'ella uma egreja á Conceição da Senhora, que a respeito de outra se chamou Nossa Senhora de Cima; e n'esta fundou depois o segundo capitão João Gonçalves tambem

Digitized by Google

um convento de freiras franciscanas e da observancia, tão magnifico, illustre e observante, como qualquer dos grandes de Portugal [1]».

Azurara não se refere a este incendio devido a uma imprevidencia de João Gonçalves Zarco, o que não deve admirar-nos, sabendo que elle narra muito laconicamente tudo o que respeita ao descobrimento das ilhas. Em todo o caso o incendio é referido por todos os outros historiadores, e tem a seu favor um tal numero de probabilidades, que pelo menos o approximam muito da certeza. Escreve Ferdinand Dénis que o mesmo facto é attestado por um dos antigos viajantes francezes, cujos manuscriptos existem na bibliotheca real de Paris. «André Thévet, accrescenta o escriptor francez, conheceu um velho marinheiro, a quem uma testemunha ocular contára o incendio da Madeira».

Apesar dos estragos de tão terrivel incendio, que só se extinguiu quando faltou o combustivel, ou quando os habitantes conseguiram localisal-o, abrindo grandes brechas no meio das florestas, veio da ilha muita e boa madeira, com que se fizeram, diz Azurara, «as grandes alturas das casas que se vão ao céo [2]». Com

---

[1] *Historia insulana*, liv. III, cap. VI, § XXXIV, pag. 72.

[2] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. II, pag. 14. Annotando esta passagem, escreve o visconde de Santarem: «Esta interessante particularidade indica que a madeira transportada a Portugal das ilhas novamente descobertas pelo infante D. Henrique, principalmente da ilha da Madeira, fôra em tanta quantidade, que a sua abundancia fizera mudar

Digitized by Google

essa madeira, que abundava especialmente ao norte da ilha, tambem «se começaram em Portugal a fazer navios grandes, de gaveas, e castello de avante, não havendo de antes mais que caravelas do Algarve, e barineis em Lisboa [1]», etc.

Mas não era a madeira a unica riqueza da ilha. As sementeiras produziam admiravelmente, de modo que, segundo refere o padre Cordeiro, cada alqueire de trigo semeado produzia pelo menos sessenta. Era tambem importante a producção de mel. O infante D. Henrique, aproveitando as excellentes condições da ilha, para lá transplantou da Sicilia a canna d'assucar, que veio a constituir uma das suas maiores riquezas, depois de se fazerem as primeiras plantações em Machico. A producção do assucar em 1445 era avaliada em 468 quintaes, e segundo João de Barros, só do quinto cobrára o mestrado de Christo, por vezes, mais de sessenta mil arrobas, calculo que o illustre escriptor Rebello da Silva acha exaggerado [2]. Da ilha de Candia mandou ir o infante os ba-

o systema de construcção dos predios urbanos augmentando os andares, elevando assim as casas, substituindo-o por esta sorte ao Romano e Arabe que até então provavelmente se usára. Esta probabilidade adquire maior peso á vista do systema d'illuminação de Lisboa ordenado por El-Rei D. Fernando, como consta de um documento do cartorio da camara de Lisboa.

«Esta particularidade referida pelo A. é pois mui curiosa para a historia da nossa architectura».

1 *Historia insulana*, liv. III, cap. VI, § XXXVI, pag. 73.

2 *Archivo Pittoresco*, vol. IX, pag. 172.

Digitized by Google

cellos que produziam a magnifica uva malvasia, assim chamada por ser originaria de Monemvasia, ou Napoli di Malvasia, na Morêa. Pretende Ferdinand Dénis que tambem da Borgonha mandou ir o infante alguns bacellos para a ilha da Madeira.

A colonisação progrediu admiravelmente, e, sedérmos credito a Cadamosto, já em 1455 a ilha podia apresentar oitocentos homens armados. A excepcional riqueza da Madeira e a fecundidade admiravel das suas terras attrahiam novos habitantes, e por isso toda a ilha tomou grande incremento.

Examinemos agora uma tradição romantica, a que já alludimos, e que Major quiz constituir em argumento, para demonstrar que a Madeira fôra descoberta por inglezes no seculo XIV, isto é, muito antes da descoberta realisada por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz.

Eis como Rebello da Silva, na sua brilhantissima prosa, expõe a legendaria historia dos amores de Roberto Machim e Anna d'Arfet:

«Este jardim *(a Madeira)* escolheu a tradição para theatro de um idylio admiravel, ornando-o com um drama, em que o amor e a saudade lembram os transes dolorosos da antiga fatalidade tragica. A lenda de Roberto Machim e de Anna de Arfet ainda era ignorada no tempo em que escreveu Azurara, que a não refere nem allude? Nos seculos XVI e XVII decerto não, porque havia conquistado foros de popular, enlaçando de ramos phantasticos o tronco historico do descobrimento. D. Francisco Manuel de Mello tomou-a para texto de uma Epanaphora amorosa (a

Digitized by Google

III), e em seu estylo conciso e elegante debuxou em vivas tintas o quadro da paixão no deserto e do desespero inconsolavel sobre um sepulchro.

«Roubada por um casamento forçado á ternura de Roberto, Anna, a mais formosa dama de Londres, ousa quebrar o captiveiro, consentindo que o amante a rapte, e que de Bristol procure com ella em um navio o amparo das praias francezas. A execução, para maior infortunio de ambos, coroou o plano. Rotos os laços conjugaes, Anna achou-se uma noite longe da patria, no meio dos mares, sem outro defensor mais do que Roberto. Mas viu-o a seus pés submisso e respeitoso e animou-se. Olhou para as solidões do Oceano, levemente arrugadas por brandos ventos, e julgou-se livre. As costas de Inglaterra desappareciam-lhe da vista, e com ellas tambem se iam desvanecendo as nuvens dos cuidados que a opprimiam. Navegaram treze dias assim. Os amigos de Roberto, sem piloto e inexperientes, tinham perdido o rumo, e buscavam em vão o porto amigo que lhes fugia.

«De subito, por entre os sorrisos da aurora, vêem surgir do seio das aguas, como um sonho, como uma flor, o vulto vicejante de uma ilha. Cobriam-n'a de toda a parte copados bosques, enleavam-se os arbustos estrellados de flores uns nos outros, saltavam nos ramos, em gorgeios e canticos matutinos, as aves de mil côres, e, seguras de receio pela ignorancia do perigo, vinham poisar-se na enxarcia e na amurada. Saltaram em terra os mareantes cançados da viagem. Acharam-n'a linda e viçosa, mas deserta. Um tronco vasado, que alterosa matta de loureiros rodeava, ser-

Digitized by Google

viu de alcova tapetada de finos e doirados musgos aos dois amantes. A praia estendia-se-lhes diante a beijar as aguas. Uma ribeira, repartindo os braços em meandros graciosos, refrescava o sitio murmurando. Anna e Roberto alli esqueceram por longas horas o passado e o futuro, enlevados nos raptos d'aquelles momentos afortunados. Embebido no amor divino e no affecto humano, desprendia-se o coração aos dois, e voava para se fundir um no outro. Cerrou-se a noite, calou-se o halito da aragem nas ramas, forrou-se o ceo, esmoreceu e apagou-se o brilho dos astros, e soou nas florestas o gemido da grande voz da tormenta, que principiava a empolar as ondas; mas os amantes não despertaram do somno venturoso. Rebentou a tempestade, garrou a nau sem governo, entre montanhas de espuma, enovellada na furia dos furacões, e quando a manhã se levantou descórada do leito de nuvens baças, Roberto, acordando do delirio e correndo á praia, só viu o mar em serras, os horisontes fechados e negros, e a praia nua e erma. A tempestade, engolindo ou arrojando os companheiros, convertêra para elle e para Anna em tumulo o deserto! Fragil e timida, sentiu a dama a mágoa estalar-lhe o coração no peito, e, inclinando-se diante da morte, em tres dias, sem uma queixa, sem um suspiro, trocou o desterro pela immortalidade. O cavalleiro, ao qual, despedindo-se do mundo, levára mais do que a vida, sepultou por suas mãos o corpo gentil, e nunca mais se ergueu do logar aonde depositára as cinzas queridas. Cinco dias depois os amigos, voltando, choravam-n'o tambem morto. A saudade

Digitized by Google

dera-lhe a beber de seu doce veneno, e a dor compadecida contou-lhe as horas por momentos. A mesma terra e o mesmo sepulchro fez inseparaveis na morte os que a desgraça unira por tão pouco tempo.

«Notemos agora como a lenda se liga com a historia, como a invenção muitas vezes dissimula a verdade. Os companheiros de Roberto, reparada a embarcação, largaram da Madeira e foram arribar ás praias de Marrocos. Receberam-n'os as masmorras dos infieis, onde jaziam já outros christãos. Entre estes, um captivo, natural de Sevilha, João de Morales, piloto experimentado, escutou attento a historia dos amores de Anna e as noticias da nova ilha. Indagou dos inglezes a posição, os signaes e as particularidades da terra, e, restituido annos depois á liberdade, e levado por outro lance repentino aos senhorios do infante D. Henrique, como homem prático e sagaz lisongeou-lhe a vontade com a revelação do segredo e com a narração do infortunio dos dois amantes.

«Accendeu-se a curiosidade do principe, avivou-se-lhe a impaciencia, e, elegendo João Gonçalves por capitão, enviou-o á côrte de seu pae, com o piloto Morales, mas o voto dos conselheiros desapprovou a empreza. Avisado do ruim caminho que seguiam as coisas, acudiu D. Henrique em pessoa, desatou as difficuldades, e em julho saía Zarco a barra em um varinel (navio de remo muito ligeiro) para descobrir a Madeira [1]».

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. e log. cit.

Digitized by Google

Quem primeiro fez menção d'esta aventura romantica foi Antonio Galvão no *Tratado dos descobrimentos*, publicado em 1555, isto é, cento e trinta e seis annos depois da descoberta realisada por João Gonçalves Zarco e seus companheiros. No meado do seculo XVII, D. Francisco Manuel de Mello fez d'essa aventura assumpto para a terceira das suas *Epanaphoras*. Nunca ninguem havia ligado áquella tradição o caracter historico, quando, crêmos que pela primeira vez, o inglez Bowdish, nas suas *Excursões á Madeira e Porto Santo*, se lembrou de a constituir em argumento para attribuir a um seu compatriota o primitivo descobrimento da Madeira. Mais modernamente, o erudito escriptor inglez Henry Major, que aliás escreveu a sua obra com um grande espirito de justiça e lealdade, aproveitou o mesmo argumento e procurou reforçal-o com o testemunho de um manuscripto de Valentim Fernandes, um allemão que residiu em Lisboa nos fins do seculo XV e principios do seculo XVI. Crêmos, apesar de tudo, que a aventura de Machim não passou ainda de lenda romantica e não póde com ella diminuir-se a gloria dos navegadores portuguezes.

Antonio Galvão era um homem excessivamente credulo e que está muito longe de merecer uma confiança absoluta nas suas narrativas. Tambem não é o testemunho de Galvão, mas o de D. Francisco Manuel de Mello, o mais invocado por Major. Ora é certo que a narrativa das *Epanaphoras* foi sempre considerada como romance que o auctor teceu a capricho, revestindo a tradição com as galas do seu estylo encanta-

Digitized by Google

dor. D. Francisco Manuel de Mello diz que tirou a sua narrativa de um manuscripto de Francisco Alcoforado, escudeiro do infante D. Henrique e companheiro de Gonçalves Zarco na sua viagem. «Ainda hoje — diz o snr. Pinheiro Chagas — é moda frequente entre escriptores de casos romanticos phantasiarem um manuscripto, que ninguem mais conhece, e que lhes serve de base á narrativa. Esta supposição dá ao romance um ar mais gracioso e mais dramatico [1]».

Major accrescenta que o testemunho de D. Francisco Manuel de Mello tinha grande importancia, porque esse escriptor estava apparentado com os descendentes de Zarco, entre os quaes, segundo a tradição, se conservava um manuscripto com a narração da aventura de Machim; mas é o proprio Major quem suspeita conscienciosamente da narrativa de D. Francisco Manuel. Com effeito, escreve o historiador inglez:

«Apesar da livraria de D. Francisco Manuel de Mello se conservar na bibliotheca nacional de Lisboa, o manuscripto de Alcoforado, cuidadosamente buscado a pedido meu, mediante instancias de um distincto fidalgo portuguez, o conde de Rilvas, nunca se encontrou. A minha suspeita, occasionada d'esta circumstancia, augmentou ao vêr eu que na livraria de Mello havia um exemplar do *Tratado dos descobrimentos*, de Antonio Galvão, escripto pelo anno de 1555, e no qual appareceu, pela primeira vez impressa, a relação d'este

1 *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 238.

Digitized by Google

successo de Machim, posto que contada com muito menos particularidades. Este livro tornou-se tão raro no decurso de meio seculo, que Hakluyt, possuindo uma traducção anonyma d'elle, feita por algum honrado mercador inglez, trabalhou doze annos para alcançar um exemplar do original, mandando-o procurar em Lisboa; mas não o alcançou [1]».

Realmente, que valor póde ter um manuscripto que, apesar da sua importancia, foi apenas citado por um homem e logo desappareceu para ninguem mais o vêr? E que crédito póde merecer uma narrativa que não se encontra em nenhum historiador contemporaneo dos factos que refere, e que só muito depois apparece, exposta differentemente por todos os auctores que a mencionam? Não serão porventura essas variantes o primeiro motivo para duvidar da sua veracidade?

Na verdade, repetimos, nenhum dos chronistas contemporaneos do descobrimento refere a aventura de Machim. Nem o veneziano Cadamosto, que esteve na Madeira e em Porto Santo em 1455 e deixou na sua viagem uma circumstanciada noticia das duas ilhas, —nem esse refere o caso de Machim, e pelo contrario affirma que aquellas ilhas foram descobertas pelas caravelas do infante D. Henrique. Note-se ainda, que não só o hespanhol Juan de Morales, que dizem ter acompanhado João Gonçalves Zarco, não figura como tendo recebido qualquer recompensa do genero-

[1] *Vida do infante D. Henrique*, cap. v, pag. 124.

Digitized by Google

so infante D. Henrique, ao contrario do que succedeu com os outros navegadores, mas até o seu nome ficou esquecido no futuro. Elle é, como diz o snr. Pinheiro Chagas, «um vulto que apparece apenas para representar o seu papel n'este drama ou comedia, e que torna a sumir-se nos abysmos do nada, d'onde o evocou a imaginação dos escriptores». O mesmo deve dizer-se de Francisco Alcoforado, o auctor do pretendido manuscripto em que se baseou D. Francisco Manuel de Mello, e que não apparece em relação alguma dos descobridores e dos seus descendentes.

Mas a pretensão de Major a favor da aventura de Machim não diminue a gloria de João Gonçalves Zarco e dos seus companheiros. O escriptor inglez affirma que a ilha de Porto Santo foi descoberta por Gonçalves Zarco antes de se encontrar com Morales. Ora, chegados os portuguezes áquella ilha, a Madeira seria tambem descoberta, a não ser que de proposito não quizessem descobril-a. Com effeito, da ilha de Porto Santo vê-se um negrume no horisonte, que fez suspeitar os nossos navegantes da existencia de uma nova ilha e lhes despertou a curiosidade e o desejo de a conhecerem. A grande difficuldade estava, portanto, em descobrir a ilha de Porto Santo, e a essa chegou João Gonçalves Zarco sem o auxilio do pretendido Morales, como o proprio Major confessa. De resto, logo demonstraremos, com argumentos d'este mesmo escriptor, que, admittindo mesmo por um momento como facto historico a lenda de Machim e de Anna d'Arfet, resta ainda a marinheiros portuguezes a gloria de terem feito o primitivo descobrimento da Madeira.

Digitized by Google

Porque suspeitasse da narrativa de D. Francisco Manuel, Major proseguiu as suas investigações, e pôde conseguir que de Munich lhe fosse enviada cópia d'um manuscripto de Valentim Fernandes, intitulado *Das ilhas do mar Oceano,* e ahi encontrou, ainda com algumas variantes, a narração da aventura de Machim, com o que julgou «*restabelecer* a veracidade da historia, até hoje muito disputada, do descobrimento casual da Madeira no XIV seculo pelo inglez Machim».

E como chegou Major a esta conclusão? Que novos argumentos encontrou para reivindicar o caracter historico a favor do episodio romantico de Machim? É elle proprio quem nol-o diz: «Como este documento é *mais antigo* do que o *mais antigo* que se tem até agora publicado a respeito da descoberta da ilha da Madeira no XIV seculo, e como é absolutamente independente de qualquer outro documento, constitue por isso prova de que todas as suas noticias e informações derivam de uma fonte mais remota [1]».

Admira-nos, realmente, que o erudito escriptor inglez julgue que o manuscripto de Valentim Fernandes de 1508 leve tal vantagem ao livro de Galvão de 1555, só por ser quarenta e sete annos mais antigo, que venha tirar todas as duvidas e estabelecer definitivamente como facto historico uma aventura que todos consideraram sempre como legendaria.

[1] Obr. cit., pag. 18.

Digitized by Google

Em 1508 já Valentim Fernandes escrevia quasi um seculo depois dos acontecimentos, e tanto era possivel n'esse tempo, como quarenta e sete annos mais tarde, ter-se formado a romantica tradição que offereceu a D. Francisco Manuel de Mello assumpto para a terceira das suas *Epanaphoras*.

Mas, diz Major, a circumstancia de se ter conservado esse manuscripto independente de qualquer outro documento prova que todas as suas noticias e informações derivam de uma fonte mais remota. E qual era essa fonte? Ninguem o sabe, porque Valentim Fernandes não a cita no seu manuscripto.

Repare-se bem que tudo é extraordinario n'este singular caso de Roberto Machim. É uma aventura amorosa, base de todas as narrativas romanticas, que o leva a confiar-se ao oceano com a sua amante; é uma tempestade que o arroja para a Madeira; alli, só elle e o seu querido thesouro desembarcam, ao passo que os companheiros ficam dentro do navio, á espera de outra tempestade que os ha de levar ás costas de Africa, emquanto Roberto dorme em sonhos deliciosos; um acaso faz com que os seus companheiros se encontrem com Juan de Morales, e outro acaso faz com que este marinheiro, que surge como por encanto, revele aos portuguezes a existencia da Madeira. Depois de tudo isto vem a fatalidade a querer deixar no esquecimento a memoria d'este facto: os historiadores contemporaneos não o mencionam, perde-se o manuscripto que existia na familia de Gonçalves Zarco, ninguem vê o outro manuscripto que D. Francisco Manuel attribue a Francisco Alcoforado para dar ani-

Digitized by Google

mação á sua narrativa, e Valentim Fernandes esquece-se de mencionar a fonte onde colheu a sua informação; finalmente, apparece Antonio Galvão, escriptor credulo e amigo de lendas phantasistas, para attestar a historia de Machim!

O argumento que mais se tem adduzido a favor da lenda é que o nome do seu protogonista representa a origem etymologica de Machico, designação que desde o principio se deu a um local da ilha onde veio a edificar-se a villa do mesmo nome. A este respeito observa judiciosamente o snr. Pinheiro Chagas:

«Assim como é possivel que do nome de Machim se derivasse effectivamente o nome de Machico, tambem é possivel que esse nome, e a ignorancia em que se ficou ácerca da sua etymologia, fosse exactamente o que désse origem ao romance. É notavel a parecença, que tem a historia de Machim com todas as fabulas que se contam para justificar o nome d'uma cidade, ou o seu brazão, quando a origem do brazão ou do nome não é geralmente conhecida. Devemos asseverar que os antigos escriptores não são uniformes no modo de escrever o nome. Cadamosto escreve Monchrico, o que já está longe de Machim, e Azurara, o mais antigo de todos, o que merece mais confiança, aquelle cujo testemunho é mais serio, escreve Machito [1]. Esse problema da etymologia da villa continúa, no nosso entender, a ficar insoluvel [2]».

1 «*Chronica do descobrimento de Guiné*, pag. 387».
2 *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 242.

Digitized by Google

Vê-se, portanto, que a poetica aventura de Machim e de Anna d'Arfet continuará a ser considerada uma creação romantica, um bello episodio produzido pela fertil imaginação dos escriptores, ou inventado pelos marinheiros dos fins do seculo XV ou principios do XVI.

Dissemos acima que as ilhas da Madeira e Porto Santo eram já conhecidas, embora vagamente, no meado do seculo XIV, e vamos agora tratar este ponto historico á luz dos argumentos que até hoje tem sido possivel colher para o seu esclarecimento. É o proprio Major quem demonstra brilhantemente que os portuguezes já no seculo XIV visitaram aquellas ilhas, bem como as Canarias e os Açores, e bastaria este facto para provar a prioridade do descobrimento dos portuguezes, ainda que se admittisse como historica a lenda de Roberto Machim. É verdade que essas ilhas só foram colonisadas pelos portuguezes no tempo do infante D. Henrique; mas não o parece menos que ellas já anteriormente haviam sido visitadas pelos nossos navegadores. Pelo que respeita á questão da prioridade, o illustre academico Joaquim José da Costa de Macedo tambem demonstrou que era falsa a tradição que attribuia aos arabes do seculo XII uma viagem ás ilhas do oceano, e portanto o conhecimento que havia das Canarias, antes das viagens dos portuguezes, tinha a sua origem simplesmente nos auctores da antiguidade. Referindo-se a estas ilhas, escreve Major:

«Que as Canarias foram visitadas, mas sómente visitadas pelos portuguezes, ainda antes do anno de

Digitized by Google

1345, prova-o o passo de uma carta, que D. Affonso IV, rei de Portugal, escreveu ao papa Clemente VI pelos motivos seguintes. Quando D. Affonso, filho primogenito do infante D. Fernando, e neto do rei Affonso o Sabio, se viu desherdado da successão ao throno de Castella por seu tio D. Sancho, retirou-se indignado a França para a côrte de seu tio Filippe o Bello. Ali contrahiu nupcias com Marhaut ou Mafalda, filha de Amery VI, visconde de Narbonne, de quem teve Luiz de Hespanha, a quem quasi todos os historiadores hespanhoes chamavam Luiz de la Cerda, conde de Talmond, e almirante de França. Por morte de João III, duque da Bretanha, veio a guerra civil dividir o paiz em dois partidos. Inglaterra favorecia o do conde de Monfort, irmão do duque, emquanto o rei de França sustentava o do conde de Blois, seu sobrinho, chamado á successão pelo duque. N'esta guerra commandou D. Luiz diversas acções contra Inglaterra, até que o papa Clemente VI conseguiu afinal uma tregua, assignada em Malestroit aos 19 de janeiro de 1343, que devia durar tres annos, de sorte que se podessem negociar as condições de paz na presença do papa em Avinhão. Um dos plenipotenciarios foi Luiz de Hespanha, e este, protrahindo-se muito as negociações pelas frequentes delongas que armava o rei de Inglaterra, permaneceu ali até principio do anno de 1345.

«Durante a sua estada em Avinhão, D. Luiz expoz ao papa, que havendo umas ilhas no oceano chamadas Afortunadas, das quaes umas eram deshabitadas e outras não, desejava elle adquiril-as para exaltação da fé e propagação do christianismo, e para isso

Digitized by Google

pedia a Sua Santidade houvesse de conceder-lhe a auctoridade necessaria e o titulo de rei d'estas ilhas. Accedeu o papa á supplica, e por bulla datada de Avinhão, aos 15 de novembro de 1344 [1], deu-lhe o senhorio das ilhas Afortunadas com o titulo de principe da Fortuna, ficando em feudo perpetuo á sé apostolica, a quem o feudatario deveria pagar annualmente 400 florins de bom e puro oiro de cunho florentino, e D. Luiz fez reconhecimento do feudo aos 28 de novembro do mesmo anno. Por esta occasião escreveu o papa cartas aos reis de França, Sicilia, Aragão, Castella e Portugal, ao delfim e ao doge de Genova, para que ajudassem o novo rei em sua empreza. A resposta do rei de Portugal traz o passo já referido. Ao mesmo tempo que se submettia com a costumada reverencia aos desejos de Sua Santidade, lembrava-lhe que já tinha mandado algumas expedições áquellas ilhas, e o que só o impedira de lá ter enviado uma grande armada fôra o andar envolvido em guerras, primeiramente com o rei de Castella, e depois com os sarracenos. Terminava a carta com a escusa de el-rei por se achar exhausto o erario, impossibilitando-o de auxiliar a D. Luiz com navios e soldados, mas que de boa vontade lhe forneceria viveres e outras cousas quanto suas posses o permittissem. Esta carta era datada de Montemor aos 12 de fevereiro de 1345. A guerra com Hespanha, a que

[1] No texto encontra-se a data de 1334, de certo por erro typographico.

Digitized by Google

el-rei se referia, rebentou pelos fins de 1336, d'onde se segue, que a asserção de que fôra este o motivo que o tolhêra de enviar uma grande armada áquellas ilhas, ou significa que já antes d'aquelle anno os portuguezes tinham mandado algumas expedições ás Canarias, ou que as expedições, que el-rei de Portugal enviava durante a guerra teriam, se não fosse ella, sido equipadas em muito maior proporção. Podemos, entretanto, apresentar provas de que já em 1341 se tinha feito uma viagem ás Canarias, sob os auspicios do rei de Portugal. Acham-se estas provas em uma relação devida ao poeta Boccacio, resgatada do esquecimento em 1827 pelo sabio Sebastiano Ciampi, relação que foi colligida de cartas escriptas para Florença por certos mercadores florentinos estabelecidos em Sevilha, e datadas aos 17 das kalendas de dezembro de 1341 [1]».

Em seguida, Major transcreve a parte mais importante da relação de Boccacio, em que se dá circumstanciada noticia da expedição enviada de Lisboa pelo rei de Portugal, a qual era composta de duas embarcações tripuladas por florentinos, genovezes, castelhanos e portuguezes. Vê-se, pois, que muito antes da empreza de Jean de Bettencourt ás Canarias, sessenta annos mais tarde, já estas ilhas tinham sido visitadas por navios portuguezes, embora se não tivesse tentado a sua colonisação [2].

---

1 *Vida do infante D. Henrique*, cap. VIII, pag. 197 e seg.

2 Diremos a proposito, que o infante D. Henrique recla-

Digitized by Google

Averiguado que os portuguezes já no seculo XIV faziam importantes viagens no oceano e visitavam as Canarias, facilmente se julgaria provavel, se outros argumentos não houvesse e de grande importancia, que elles tivessem chegado á Madeira e aos Açores, por uma d'essas circumstancias fortuitas a que se devem tantos descobrimentos. Mas nós podemos passar do campo das supposições para o da discussão historica.

Já tivemos occasião de notar que o chronista Azurara falla da Madeira e de Porto Santo como de ilhas já conhecidas ao tempo das viagens de João Gonçalves Zarco. Com effeito, logo pela epigraphe do capitulo LXXXIII da sua chronica, Azurara indica que vae referir-se á colonisação e não ao descobrimento da Madeira. Essa epigraphe está assim redigida: «Como foe povoada a ilha da Madeira, e assy as outras ilhas que som em aquella parte». Depois começa dizendo: «Porquanto eu disse no quinto capitollo desta obra, onde falley das cousas specyaaes que o Iffante fez por serviço de Deos e honra do regno, antre as outras que elle tiinha feitas, assy era a povoraçom das ilhas, quero aquy fallar brevemente da dicta povoraçom, quanto mais», etc. E adeante, depois de dizer

mou para Portugal a propriedade das Canarias; mas como o rei de Castella allegasse pretendidos direitos, e como, por outro lado, se entendesse que não valia a pena fazer uma guerra por tão pequena extensão de territorio, quando os descobrimentos em Africa offereciam novas e vastissimas regiões, desistiu-se do proseguimento das negociações. Mais tarde, como adeante veremos, alguns navios do infante visitaram aquellas ilhas.

Digitized by Google

que a primeira viagem de Zarco e de Tristão Vaz tinha por fim avançarem para o sul da costa da Guiné, continúa: «E como Deos querya encaminhar tanto bem pera este regno, e ainda pera outras muytas partes, guyouhos assy que com tempo contrairo chegarom aa ilha que se agora chama do Porto Sancto», etc. Vê-se pelo texto que o chronista, longe de apresentar este facto como o descobrimento d'uma ilha desconhecida, parece querer indicar que ella já fôra descoberta, mas não colonisada. O *bem que Deus encaminhava para este reino* não era o descobrimento da ilha, mas occasião para que, estudadas as boas condições d'ella, se procurasse colonisal-a. É isto o que se conclue da leitura dos periodos que se seguem ás palavras que transcrevemos. Depois, referindo-se ao estrago que fizeram os coelhos de Bartholomeu Perestrello na ilha de Porto Santo, accrescenta: «por cuja rezom leixarom aquella ilha, e passaronse aa outra da Madeira», etc.

Quando se refere aos Açores, tambem se exprime como sendo estas ilhas então colonisadas, mas já anteriormente descobertas: «E na era de 1445 annos mandou o Iffante a huũ cavalleiro, que se chama Gonçallo Velho, comendador que era na ordem de Xpõ, que fosse povoar outras duas ilhas, que estam afastadas daquellas CLXX legoas ao noroeste; e hũa daquestas começou o iffante dom Pedro de mandar povorar com prazimento de seu irmaão, e seguyusse sua morte em breve, pello qual ficou despois ao iffante dom Henrique; e a esta posera o iffante dom Pedro nome a ilha de Sam Miguel, pella singullar devaçom que el sempre ouvera em aquelle sancto».

Digitized by Google

Frisemos bem o nosso argumento. Azurara, referindo-se ás emprezas do infante D. Henrique, enumera entre ellas a da colonisação das ilhas, mas não declara que foram então descobertas, o que naturalmente faria se assim fosse, antes falla d'ellas como sendo já conhecidas. Não nos auctorisa este facto a suppôr que as ilhas tinham sido descobertas n'uma época anterior e próspera para a marinha portugueza, isto é, durante a primeira metade do seculo XIV? Ninguem o contestaria.

Vamos agora ás provas directas.

No *Portulano Mediceo* de 1351 vêem consignadas as ilhas Desertas e a de Porto Santo com nomes identicos aos que hoje teem, e a ilha da Madeira apparece com o nome de *Isola dello Legname*, de que o nome actual é simples traducção. Esta carta, que, como provou o conde Baldelli Boni, é de origem genoveza, consigna tambem as Canarias e traz desenhado o escudo de Genova em frente da ilha de Lancerote. Evidentemente houve a intenção de reivindicar para Genova a prioridade do descobrimento d'esta ilha, o que agora se não discute; ora é claro que os genovezes teriam da mesma fórma reivindicado a prioridade a respeito do grupo da Madeira, se o podessem fazer.

Major explica satisfactoriamente a questão, recordando que, segundo o contracto, que os nossos leitores já conhecem, celebrado entre D. Diniz e Emmanuele Pezzagno, era este obrigado a apromptar vinte capitães genovezes experimentados na arte de navegar para commandarem as galés portuguezas, obrigação que passava aos successores de Pezzagno. Em presença d'estes factos, fica provado que o grupo da

Digitized by Google

Madeira foi descoberto por genovezes, não ao serviço da sua patria, mas ao serviço d'um paiz estrangeiro, isto é, de Portugal.

O snr. José de Torres, que de certo não conheceu algumas das razões historicas que acabamos de expôr e que se encontram desenvolvidas na obra de Major, contestou o descobrimento da Madeira e dos Açores no seculo XIV, em uma memoria, aliás muito interessante e cheia de erudição, que publicou no *Panorama* [1]. O illustre escriptor, devemos confessal-o, não apresentou argumentos seguros a favor da opinião que adoptou; e, referindo-se ao apparecimento do archipelago da Madeira na carta catalã de 1375, explica o facto por uma addição posterior, feita depois das nossas descobertas no seculo XV [2]. Esta explicação não tem valor para o caso de que se trata. Nós vimos que no *Portulano Mediceo,* além das ilhas da Madeira e Porto Santo, véem consignadas as ilhas dos Açores. «Ora — argumenta o snr. Pinheiro Chagas — a ilha de Santa Maria descobriu-se em 1432, a de S. Miguel em 1444, a Terceira, entre 1444 e 1450. Mas n'esse tempo já os portuguezes, depois de dobrarem o cabo Bojador em 1434, tinham explorado uma grande extensão da costa africana. Qual é pois o motivo porque as celebradas addições, restringindo-se ás ilhas, não tocaram no continente, e deixaram ficar a sua configuração da mesma fórma vaga e falsa?

---

1 *Originalidade,* etc., vol. X e XI.

2 *Panorama,* vol. X, pag. 256.

Digitized by Google

«E comtudo, segundo o testemunho d'Azurara, em 1446, isto é, pouco mais ou menos quando se descobriu a ilha da Terceira, já os Portuguezes tinham explorado 450 leguas de costa para além do cabo Bojador [1]. Como é que os navegantes, que accrescentaram ao mappa as ilhas dos Açores, deixaram como antes intacta a parte continental do mappa, quando a podiam augmentar com 22 e ½ gráos (de 20 leguas)? [2]».

Os mesmos argumentos provam, pois, que os Açores foram egualmente descobertos na primeira metade do seculo XIV. Na carta de 1351 apparecem as ilhas de S. Miguel e Santa Maria com a designação de *Insule de Cabrera;* as ilhas de S. Jorge, Fayal e Pico chamam-se *Insule de Ventura sive de Colombis,* e a Terceira vem com o nome de *Insule de Brazi.* Não se encontram mencionadas as ilhas Graciosa, Flores e Corvo. Na carta catalã de 1375, posterior ao *Portulano Mediceo,* mas anterior ao descobrimento realisado no tempo do infante D. Henrique, vem a ilha de S. Jorge indicada com o nome actual sob a fórma catalã, *San Zorzo;* a ilha do Fayal chama-se *Insule de la Ventura;* a Terceira tem o nome de *Insule de Bra-*

[1] «*Chronica do descobrimento e conquista de Guiné escripta por mandado d'el-rei D. Affonso* V *sob a direcção scientifica e segundo as informações do illustre infante D. Henrique pelo chronista Gomes Eanes de Azurara* (edição de Paris, 1841, feita pelo visconde da Carreira e annotada pelo visconde de Santarem), pag. 372».

[2] *Historia de Portugal,* vol. II, pag. 223.

Digitized by Google

zil, por n'ella haver grande quantidade do pau de tingir que mais tarde deu o nome ao Brazil; a ilha do Pico chama-se *Li Colombi,* talvez por lá haver pombos bravos; a ilha do Corvo chama-se *Insule de Corvi Marini,* e a das Flores *Li Conigi,* o que faz crêr que n'ella houvesse muitos coelhos.

Referindo-se ao facto de terem sido descobertas as ilhas da Madeira e Porto Santo por navios portuguezes sob o commando de marinheiros genovezes, escreve Major:

«Politicamente a questão não tem importancia, porque se fosse possivel pôr duvida ao direito de Portugal a estas ilhas com o fundamento dos navios portuguezes serem commandados por genovezes n'este descobrimento, realisado em tempos mais remotos, sem embargo d'isso a renovação casual do descobrimento do dito grupo pelos portuguezes em 1418-1420 foi causa da primeira colonisação e fertilisação das ilhas, e tão frivolo seria disputar semelhante direito como negar o dos inglezes á colonisação da Australia, em razão d'aquelles antigos descobrimentos authenticos n'essa vasta ilha serem feitos pelos portuguezes; ponto que já tive a fortuna de demonstrar historicamente. O ajuste de navegantes genovezes, feito pelos reis de Portugal no XIV seculo, em nada diminue a gloria transcendente d'aquella pequena e heroica nação, a quem verdadeiramente devemos o conhecimento de metade do globo, que possuimos [1]».

1 *Vida do infante D. Henrique,* pag. 209 e 210.

Digitized by Google

CAPITULO VI

Descobrimento dos Açores

A mesma obscuridade e as mesmas duvidas que se encontram na historia do descobrimento da Madeira apparecem quando se trata do descobrimento dos Açores. O chronista Azurara, o unico que podia esclarecer satisfactoriamente a historia d'estes descobrimentos, limita-se a dizer, como já vimos, que em 1445 ordenou o infante a um cavalleiro chamado Gonçalo Velho, commendador da ordem de Christo, que fosse povoar duas ilhas que ficam 170 leguas a noroeste da Madeira [1]. E como se este laconismo do chronista não fôra bastante para estabelecer duvidas, achamol-o em contradicção com a narrativa do padre Cordeiro.

---

[1] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. LXXXIII, pag. 389.

Digitized by Google

Segundo o auctor da *Historia insulana* [1], em 1431 expediu o infante um illustre cavalleiro, Gonçalo Velho Cabral [2], com ordem de navegar para o poente, a fim de descobrir algumas ilhas que para lá deviam existir. Depois de alguns dias de próspera viagem avistou Gonçalo Velho uns rochedos a que deu o nome de Formigas, por entre os quaes fervia continuamente o mar, diz o padre Cordeiro. Vendo que aquellas ilhas não se prestavam á colonisação, e que além d'isso o mar era perigoso n'aquelle ponto, voltaram os navegantes a Portugal, tristes e desanimados.

Quem não desanimava era o infante, que persistia na realisação do seu plano, apesar de todas as difficuldades que se lhe offerecessem. No anno seguinte ordenou a Gonçalo Velho Cabral que seguisse a mesma derrota a fim de descobrir outras ilhas que deviam estar perto das Formigas. Effectivamente, depois de alguns dias de viagem descobriu a ilha de Santa Maria, nome que lhe foi dado por ter sido des-

---

1 Liv. IV, cap. I, § III, pag. 98 da ed. cit.

2 «Chamava-se este famoso fidalgo, não só Gonçalo, mas Frei Gonçalo Velho Cabral, porque era commendador do Castello de Almourol, que está sobre o Tejo acima da villa de Tancos... E era o mesmo fidalgo tambem senhor de varios logares, como das Pias no termo de Thomar, e de Bezelga, e Cardiga, e sobre tudo muito privado d'el-rei D. Affonso V e do nosso infante D. Henrique». (*Historia insulana*, liv. IV, cap. II, § VII, pag. 99). Ferdinand Dénis possuiu um antigo manuscripto portuguez em que Gonçalo Velho Cabral é chamado Gonçalo Velho *das Pias*, de certo em razão do senhorio que tinha do logar do mesmo nome.

Digitized by Google

coberta em 15 de agosto, dia da Assumpção de Nossa Senhora. Desembarcou a oeste da ilha, n'um sitio onde se fundou depois a primeira povoação, e tratou logo de a costear toda, parte por mar e parte por terra. Tomadas todas as informações, voltou ao reino trazer a boa nova ao infante, que mandou logo deitar gado na ilha e d'ella fez mercê a Gonçalo Velho como capitão donatario. Ao mesmo tempo deu providencias para que a ilha fosse povoada, permittindo que Gonçalo Velho levasse comsigo não só os seus parentes, amigos e conhecidos, mas todos os mais que quizessem ir, mesmo da casa do proprio infante [1].

Quando já estava povoada a ilha, um negro que fugira ao seu senhor para a serra mais alta do norte de Santa Maria, avistou uma ilha muito maior que aquella, e voltou a participar o facto ao senhor, pensando obter assim o perdão da sua fuga. Foi o caso participado ao infante, «que — diz o padre Cordeiro — achou concordar a nova com a noticia dos mappas, que o infante lá comsigo tinha [2]». Por ordem sua partiu Gonçalo Velho a descobrir a nova ilha, o que da primeira vez não conseguiu. Emprehendeu segunda viagem, e lá chegou effectivamente em 8 de maio de 1444, dia da Apparição de S. Miguel o Anjo, pelo que lhe chamou ilha de S. Miguel.

«Passado um anno — escreve o padre Cordeiro — pouco mais, por mandado do infante foi do Algarve

[1] *Historia insulana*, liv. IV, cap. II, § IX.
[2] Obr. cit., liv. V, cap. I, § II.

Digitized by Google

outra vez o primeiro capitão de S. Miguel, Frei Gonçalo a povoar a dita ilha com muitos e muito nobres povoadores portuguezes (de que trataremos em seu logar), e com gados, aves, trigo, legumes, para povoarem e semearem, e com o mesmo piloto com que a primeira vez viera, que tinha bem observado e demarcado a ilha; chegando porém á sua vista, reparou que a ilha que observára tinha um muito alto pico na ponta do Oriente, e outro na do Occidente; e que a ilha que via não tinha mais que um só pico da banda do Oriente sobredito, e da banda do Occidente era raza; *item* reparou que n'aquelle mar achava grande numero de solta pedra pomes, que encontrava sobre a agua, e da mesma sorte muitas arvores; e que isto denotava não ser aquella a ilha que deixára.

«E não obstante isto, animando-se a entral-a, foi dar no mesmo posto d'onde tinha sahido, na Povoação velha, que foi a primeira que houve n'esta ilha, e alli acabaram de entender, que o pico que faltava da banda do Occidente, tinha em o anno antecedente voado ao ar, e cahira espalhado no mar, com pedras, terra e arvores, pelo repentino e furiosissimo fogo, que do fundo da terra rebentou e causou os terramotos, medos e estrondos, que os que tinham ficado na outra banda da ilha experimentaram; e no posto, aonde o grande pico estivera, ficaram sete profundos e planos valles, a que d'alli por deante chamaram Sete Cidades; e áquella occidental ponta da ilha chamaram a Ponta dos Mosteiros, por o parecerem as formadas sete concavidades: e é esta a unica vez que subterraneos fogos e taes tremores de terra

Digitized by Google

edificaram cidades, costumando destruil-as e arrazal-as [1]».

O terrivel incidente referido pelo padre Cordeiro era resultado da natureza vulcanica da ilha.

Como se vê, a narrativa do auctor da *Historia insulana* diverge muito da noticia dada por Azurara. O primeiro diz que a ilha de S. Miguel recebeu esse nome por ser descoberta no dia de S. Miguel o Anjo; o segundo affirma que tal nome lhe foi dado por causa da devoção que o infante D. Pedro tinha por aquelle santo; Cordeiro põe a colonisação de Santa Maria annos antes do descobrimento e colonisação de S. Miguel, ao passo que Azurara diz que, em 1445, mandou o infante povoar aquellas duas ilhas, que ficam a 170 leguas a noroeste da Madeira.

Na memoria já citada [2], refere-se o snr. José de Torres a uma «carta de D. Affonso v, passada em Lisboa aos 2 de julho de 1439, dando licença ao infante D. Henrique para mandar povoar as *sete ilhas dos Açores,* em que *elle mandára lançar ovelhas*». Esta versão afasta-se da de Azurara, que designa o anno de 1445 como aquelle em que o infante mandou povoar as ilhas, e da de Antonio Cordeiro, que refere a colonisação de Santa Maria ao anno de 1433 e põe a de S. Miguel em 1445. É tambem possivel que D. Henrique tivesse desde 1439 licença para mandar

[1] *Historia insulana,* liv. v, cap. II, §§ VII e VIII.

[2] *Originalidade da navegação,* etc. *Panorama,* vol. x, pag. 412.

Digitized by Google

povoar as ilhas e só o fizesse em 1445. O snr. Pinheiro Chagas julga egualmente «possivel e provavel que o snr. José de Torres lêsse mal a data, que virá a ser, como querem Barros e os escriptores que o seguem, a de 1449 [1]».

Finalmente, uma outra versão do descobrimento d'estas ilhas encontra-se na carta de Gabriel de Valsequa, feita em Malhorca em 1439, na qual se lê a seguinte nota, escripta no meio das ilhas dos Açores: «*A questas illas foran trobadas per Diego de Senill, pelot del Rey de Portogall an l'an* MCCCCXXXII». O mais provavel — diz Major, referindo-se á expedição de Gonçalo Velho Cabral em 1432 — o mais provavel é que Diego de Senill, piloto de el-rei, mencionado na carta de Valsequa, era piloto d'esta expedição [2]».

No meio de versões tão encontradas é impossivel descobrir a verdade historica, e por isso continuaremos a narrar o descobrimento d'aquellas ilhas como nol-o contam os nossos historiadores.

Não se sabe ao certo o anno em que foi descoberta a ilha Terceira, que tirou o nome da ordem do descobrimento em relação ás ilhas de Santa Maria e S. Miguel. Parece, porém, que devia ser encontrada entre 1444, data do descobrimento de S. Miguel, e 1450, anno em que o infante D. Henrique outorgou a capitania da ilha ao fidalgo flamengo Jacome de Bruges, para a povoar. Tambem se ignora o nome do des-

[1] *Historia de Portugal,* vol. II, pag. 250.
[2] *Vida do infante D. Henrique,* pag. 295.

Digitized by Google

cobridor; o padre Cordeiro suppõe que ella seria encontrada por algum navio que voltasse de Cabo Verde para Portugal.

Como era costume fazer donatarios das ilhas os navegadores que as descobriam, quizeram os flamengos attribuir ao seu compatriota Jacome de Bruges a gloria do descobrimento. A pretensão é completamente injustificavel. No documento da doação [1] feita por D. Henrique a Jacome de Bruges, nem o infante se refere a esse facto, nem se vê que o flamengo allegasse tal serviço em seu favor; pelo contrario, apenas representou ao infante que a dita ilha estava ha muito tempo descoberta e ainda se conservava deserta e inhabitada.

Se fôra Jacome de Bruges [2] o descobridor da Terceira, de certo esse facto seria referido pelo celebre Martim Behaim, que foi contemporaneo e viveu por muito tempo no Fayal, além de que a sua qualidade de flamengo naturalmente o levaria a mencionar o honroso feito do seu compatriota. Ora o globo de Martim Behaim, que ainda se conserva na sua casa de Nuremberg, nada diz a tal respeito.

E já que fallamos em Behaim, diremos que foi elle quem deu curso á falsa supposição de que as ilhas dos Açores foram doadas á duqueza de Borgonha, D. Isabel, filha de D. João I, escrevendo no seu globo a seguinte declaração, que transcrevemos da obra de Major:

---

1 Encontra-se na *Historia insulana*, liv. VI, cap. II, § VI.

2 O seu verdadeiro nome era Josué van der Berge. Bruges é o nome da cidade onde nasceu.

Digitized by Google

«As ilhas dos Açores foram colonisadas em 1466, quando, depois de muita solicitação, foram dadas por el-rei de Portugal a sua irmã D. Isabel, duqueza de Borgonha. Lavrando então em Flandres uma grande guerra, acompanhada de fome cruel, mandou a duqueza para estas ilhas grande numero de homens e mulheres de todas as classes, com padres e tudo o mais que requeria a manutenção do culto religioso. Tambem enviou diversas embarcações carregadas de material e instrumentos para a cultura da terra, e edificação de casas, continuando durante dez annos a mandar meios de subsistencia. Em 1490 havia alli alguns milhares de almas, que tinham ido com o nobre cavalleiro, Job de Huerter, senhor de Moerkirchen em Flandres, meu presado sogro, *a quem e a seus descendentes a duqueza de Borgonha deu estas ilhas.* N'ellas se cria o assucar portuguez. Teem duas colheitas no anno, por não haver inverno. Todo o sustento é barato, e haveria alli abundancia de meios de subsistencia para uma grande população. No anno de 1431, sendo regente o infante D. Pedro, equipou o infante D. Henrique duas embarcações, providas do necessario para dois annos, a fim de irem aos paizes além do cabo de Finisterra, e navegando em direitura a oeste umas quinhentas leguas descobriram estas ilhas, que acharam deshabitadas, e como não havia quadrupedes nem homens, as aves eram tão mansas que não se espantavam: d'ahi chamaram a estas ilhas os Açores. No anno seguinte partiram por ordem de el-rei dezeseis embarcações com diversas especies de animaes domesticos, com o fim de fazerem creação em cada uma das ilhas».

Digitized by Google

Seria difficil accumular em tão pouco espaço mais erros do que aquelles que se encontram n'esta legenda do globo de Behaim. A pretendida doação á duqueza de Borgonha não tem o menor fundamento historico, e, pelo contrario, prova-se em face de muitos documentos que as ilhas dos Açores pertenceram sempre ao infante D. Henrique.

A proposito do donatario da Terceira, Jacome de Bruges, referiremos uma tragedia que nos conta o auctor da *Historia insulana*. Entre as pessoas que Jacome de Bruges convidou para a colonisação da Terceira, conta-se um fidalgo chamado Diogo de Teive, que começou a ambicionar a capitania da ilha, e por isso procurou desfazer-se de Jacome. N'esta occasião recebeu o flamengo umas cartas, talvez forjadas por Diogo de Teive, em que lhe era annunciada a morte de um tio, homem de fortuna, que lhe deixava boas rendas. Jacome de Bruges embarcou para a sua terra, mas nunca mais se soube d'elle, suppondo-se que Diogo de Teive o mandára assassinar no caminho. Se assim foi, veio a pagar caro o seu crime, porque, sendo pouco depois preso em Lisboa por outras culpas, el-rei, ouvidas as queixas da viuva de Jacome, fêl-o intimar para que apresentasse o flamengo, vivo ou morto, no praso de dez dias; esta intimação de tal fórma o impressionou, que Diogo de Teive morreu dias depois [1]. O caso parece um pouco romantico, e talvez nenhum outro valor se lhe deva attribuir.

[1] *Historia insulana*, liv. VI, cap. II, §§ X e XI.

Digitized by Google

Continuemos, porém, a acompanhar o descobrimento das ilhas dos Açores, tanto quanto o permittem as trevas que o envolvem.

Presume o padre Cordeiro que a ilha de S. Jorge fosse descoberta em 1450; mas o que elle julga saber ao certo é que foi a 23 de abril, dia de S. Jorge, em razão do nome que foi posto á ilha. Para nós, que já vimos esta mesma designação dada muito antes do descobrimento feito pelos navios do infante D. Henrique, a razão apontada nada colhe. Quanto ao descobridor, julga o padre Cordeiro mais provavel que fosse o primeiro donatario da capitania de Angra, Vasco Eannes Cortereal, porque algumas vezes se denominou tambem donatario de S. Jorge. Se o argumento colhesse n'este caso, tambem favoreceria os que pretendem que foi Jacome de Bruges o descobridor da Terceira, por ter sido o primeiro donatario d'ella, conclusão que o proprio padre Cordeiro rejeitou. Ainda a este respeito se contradiz o auctor da *Historia insulana*, affirmando, logo no capitulo immediato, que o primeiro povoador da ilha de S. Jorge foi um flamengo chamado Guilherme Vandagara [1], o qual passou depois para a ilha do Fayal, tambem já descoberta, porque as aguas que desciam impetuosamente das serras, em S. Jorge, lhe estragavam as sementeiras [2].

Conjectura o mesmo auctor que a ilha Graciosa,

---

[1] O verdadeiro nome era Guilherme van der Haagen, que os nossos traduziram por Guilherme da Silveira.

[2] *Historia insulana*, liv. VII, cap. I e II, pag. 425 e seg.

Digitized by Google

assim chamada em razão da sua aprazivel belleza, seria descoberta por 1450, talvez por algum navio que voltasse de Cabo Verde, da mesma fórma que a Terceira. O primeiro povoador da ilha foi Vasco Gil Sodré, natural de Montemór o Velho e casado com Brites Gonçalves. Diz-se que a Graciosa teve a principio dois donatarios; o primeiro que obteve mercê de toda ella foi Pedro Corrêa da Cunha.

A ilha do Fayal, que assim se chamou por n'ella haver grande numero de fayas, foi descoberta em 1453, pouco mais ou menos, mas não se sabe por quem. O seu primeiro donatario foi o fidalgo flamengo Jobst van Huerter, conhecido entre os portuguezes pelo nome de Joz de Utra.

Ignora-se o anno em que foi descoberta a ilha do Pico; mas parece que foi alguns annos depois do descobrimento do Fayal, apesar de ser pequena a distancia que separa as duas ilhas.

Nada se sabe tambem a respeito do descobrimento das ilhas das Flores e do Corvo. Segundo refere o padre Cordeiro [1], quem primeiro teve a capitania d'estas ilhas foi uma fidalga de Lisboa, D. Maria de Vilhena, que propôz a colonisação d'ellas a Guilherme da Silveira. Esteve alli durante alguns annos este fidalgo flamengo; mas, não colhendo os fructos desejados, passou novamente á ilha de S. Jorge, que fôra a sua primitiva residencia.

Refere uma tradição que appareceu na ilha do Cor-

[1] Obr. cit., liv. IX, cap. VII, § XXXV, pag. 492.

Digitized by Google

vo, no cume de uma serra da parte de noroeste, «uma estatua de pedra posta sobre uma lage. que era um homem em cima de um cavallo em osso — escreve Damião de Goes — e o homem vestido de uma capa como bedem, sem barrete, com uma mão na coma do cavallo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos salvo o dedo segundo, a que os latinos chamam index, com que apontava contra o ponente. Esta imagem, que toda sahia mocissa da mesma lage, mandou el-rei D. Manuel tirar pelo natural por um seu creado debuxador, que se chamava Duarte Darmas, e depois que viu o debuxo, mandou um homem engenhoso, natural da cidade do Porto, que andára muito em França e Italia, que fosse a esta ilha para com apparelhos, que levou, tirar aquella antigualha, o qual quando d'ella tornou, disse a el-rei que a achára desfeita de uma tormenta, que fizera o inverno passado. Mas a verdade foi, que a quebraram por mau azo, e trouxeram pedaços d'ella, a saber, a cabeça de homem e o braço direito com a mão e uma perna, e a cabeça do cavallo, e uma mão, que estava dobrada, e levantada, e um pedaço de uma perna, o que tudo esteve na guarda-roupa de el-rei alguns dias, mas o que se depois fez d'estas cousas, ou onde se pozeram, eu não o pude saber [1]».

Trata-se de uma tradição destituida de qualquer fundamento historico, como o foram outras muitas len-

[1] *Chronica do principe D. João*, cap. IX, pag. 21 (ed. de Coimbra, de MDCCLXXXX).

Digitized by Google

das de estatuas que vogavam n'aquelle tempo. Major suppõe que a configuração phantastica de uma rocha vulcanica désse origem á lenda da estatua. A este respeito diz um escriptor açoriano, o general Antonio Homem da Costa Noronha:

«Os naturaes (da ilha do Corvo) que não excedem mil almas, nenhuma tradição teem d'haver na ilha nem vestigios de tal estatua, sendo que se o achado d'ella fosse historico a memoria de monumento tão notavel não deixaria de perpetuar-se de paes a filhos. O que porém é incontestavel é que já sobre as rochas, já na superficie do terreno se avistam penedos, que em certa distancia, ao olho nú, parecem figuras similhantes a organisadas. Nas immediações do Caldeirão, agradavel cratéra d'um volcão extincto, coberta de lagos e ilhotas, matizadas, como as margens, de bella verdura, ao norte da ilha e já notada nas cartas maritimas do capitão Vidal, abundam os exemplos dos taes penedos estatuas [1]».

Vê-se, pois, que a lenda da estatua da ilha do Corvo é simples producto da imaginação dos credulos marinheiros do tempo em que ella appareceu.

1 *Estatua da ilha do Corvo*, artigo publicado na *Revista dos Açores*, tomo I, 1851, pag. 93. Cit. por Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 256 e 257.

Digitized by Google

Digitized by Google

CAPITULO VII

Morte de D. João I. — Gil Eannes dobra o cabo Bojador. — Expedição a Tanger. — O Infante Santo.

Emquanto o infante D. Henrique apparelhava em Sagres as naus que enviava a devassar os mysterios do oceano, e preparava a grandiosa epopêa maritima que havia de ter em Camões o mais sublime dos cantores, D. João I vergava ao peso dos annos, e sentia-se abatido, cançado de tantas luctas. Em vista do seu melindroso estado, aconselharam-lhe os medicos e os infantes que fosse passar algum tempo em Alcochete, no Ribatejo, por ser logar muito saudavel.

Quando, porém, já alli estava ha dias, «sentindo-se fraco — escreve Ruy de Pina — e apressado de accidentes, e fraquezas, que acerca d'elle, e de todos testimunhavam bem sua morte, disse, e encommendou aos infantes seus filhos, e a outra nobre gente do seu conselho: que por quanto se sentia já no extremo de

Digitized by Google

sua vida, e para tal rei, como elle, não convinha morrer em aldeias, e desertos, mas na principal cidade, e melhor casa de seus reinos, logo o levassem á cidade de Lisboa, e o apozentassem dentro no seu castello, que então mandava muito ennobrecer, e assim se cumpriu. E passados alguns dias, em que sentiu melhoramento, os infantes seus filhos, por seu mandado, e por sua devoção, o levaram com grande acatamento á capella mor da sé, e o pozeram em todo seu estado ante o altar do martyr S. Vicente, onde seu corpo jaz, porque el-rei, por ser d'elle muito devoto, antes de sua morte se quiz d'elle em sua vida despedir, e alli ouviu com muita devoção missa solemne, em que com grande efficacia encommendou a Deus sua alma. E porque a dita capella mor a esse tempo estava por sua ordenança, e despezas começada, e não ainda acabada, por tal que no acabamento d'ella depois de sua morte não houvesse mingua, ou tardança, logo, antes que se d'alli partisse, mandou trazer em ouro amoedado, o que por vista de bons officiaes pareceu que para sua perfeição abastaria, e á offerta da missa mui devotamente a offereceu, e encommendou ao vedor da obra, que d'ella nunca desistisse até se de todo acabar, como se acabou, segundo agora se vê. E d'alli foi visitar a egreja de Santa Maria da Escada, que está apegada com o mosteiro de S. Domingos, que novamente mandou fazer, em que tinha singular devoção. E depois de se despedir da imagem de Nossa Senhora, e com inteiro conhecimento de sua morte encommendou a ella sua alma, foi levado ao castello, d'onde partira, onde poucas horas

Digitized by Google

esteve antes de seu fallecimento, sendo já em poder de religiosos, e outros ministros de sua consciencia; pondo por caso as mãos em sua barba real, porque a achou um pouco crescida, a mandou logo fazer, dizendo que não convinha a rei, que muitos haviam de ver, ficar depois de morto espantoso e disforme. Feito isto, o dito glorioso rei acabou logo sua bemaventurada vida com mui claros signaes da salvação de sua alma, a quatorze dias de agosto, vespera da Assumpção de Nossa Senhora do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos e trinta e tres. E foi cousa assaz maravilhosa, e de singular exemplo de sua devoção, e grande prognostico de sua bemaventurança, que em tal dia tambem nasceu, e n'elle então cumpria edade de setenta e seis annos e em tal dia em batalha campal, em que se cumpriam quarenta e oito annos, venceu n'este reino el-rei D. João de Castella, com que segurou estes reinos, e estado, por cuja memoria mandou novamente edificar o mosteiro de Santa Maria da Victoria, que vulgarmente se diz da Batalha, e em tal dia, em que se cumpriam dezoito annos, partiu de Lisboa, quando em Africa passou, e tomou aos inimigos da fé a mui nomeada cidade de Ceuta».

Mais abaixo continúa o chronista: «Á hora de seu fallecimento eram presentes seus filhos D. Duarte, primogenito, e herdeiro, e o infante D. Henrique, e o infante D. João, e o infante D. Fernando, porque o infante D. Pedro tambem seu filho a esse tempo era em Coimbra. E do pranto e lamentações, que ao tempo de sua morte os infantes seus filhos por mingoa de

Digitized by Google

tal padre, e os vassallos por perda de tal rei, deviam fazer, cesso de as especificar; somente saiba-se que em caso, que em as mortes dos reis e principes geralmente se fazem sempre signaes de grandes sentimentos, na d'este glorioso rei, assim em prantos, como em lagrimas, como na tristeza das vestiduras de todos, se fez por muitos dias, com grande especialidade de dor, que o reino foi todo coberto de vaso de burel, e não era sem causa, porque reinou tanto tempo, e com vida tão prolongada, que a nobre gente e povo do reino era já n'elle, e por elle por creação e bemfeitorias todos reformados [1]».

Vendo-se privado dos seus mais dedicados amigos, d'aquelles que o acompanharam nos momentos mais criticos e decisivos da sua vida e tanto contribuiram para lhe circumdar o nome de uma aureola de gloria, — D. João I sentia-se arrastado para o tumulo. D. Filippa, a boa e santa rainha, a virtuosa esposa, a mãe dedicada e extremosa; Nuno Alvares, o heroico batalhador dos Atoleiros, de Aljubarrota e Valverde; João das Regras, o abalisado jurisconsulto, o sabio defensor dos direitos do mestre de Aviz nas côrtes de Coimbra, — todos eram já fallecidos. D. João I foi o ultimo. Na hora da morte devia ter a consolação suprema de deixar nos filhos dignos representantes das suas altas qualidades.

Entretanto, o infante D. Henrique mal descançava da sua obra para chorar a morte do pae, que tão

[1] *Chronica d'el-rei D. Duarte.*

Digitized by Google

profundo respeito e tão sincera affeição merecêra aos filhos. A cada passo que as suas naus avançavam sentia-se animado de nova coragem para proseguir os descobrimentos.

O cabo Bojador era o termo de todas as navegações, temerosa barreira que ninguem ousava transpôr. Para elle se dirigiam ha muito as attenções do infante, ancioso de conhecer as costas da Guiné, mas todas as tentativas eram baldadas, porque os navegantes não ousavam affrontar o perigo, avolumado pelos preconceitos que vogavam ácerca do cabo. Segundo o auctor do *Indice chronologico* [1], já em 1416 e 1417 o infante D. Henrique enviou alguns navios para transpôrem o cabo Bodajor, onde as vagas espumantes ferviam em redemoinho e onde as correntes eram tão impetuosas que seria impossivel resistir-lhes. Parece que já em 1418 a expedição commandada por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz tinha em vista a realisação da empreza, quando uma tempestade os arrojou á ilha de Porto Santo. Se tomarmos á lettra uma passagem de Azurara, essas tentativas só começaram em 1422, isto é, doze annos antes que Gil Eannes arrostasse o perigo e ultrapassasse o cabo [2]. Os marinheiros julgavam que era uma temeridade tentar semelhante empreza, e perguntavam, queixando-se amargamente, que proveito adviria ao infante de sacrificar suas vi-

[1] Pag. 8.

[2] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. IX, pag. 56 e 57.

Digitized by Google

das e perder suas almas. Aventurar-se ao mar n'aquelle ponto era uma loucura, um suicidio. Em Hespanha houvera muitos principes e senhores, corajosos e amigos de conhecer, e todavia, como o perigo era manifesto, não se abalançaram a elle. Demais, diziam, que attractivos nos podem chamar áquellas paragens, se para além do cabo as terras são arenosas como os desertos da Lybia, e não ha lá agua, nem arvore, nem herva verde? O mar é tão baixo, que a uma legua de terra não tem mais que uma braça de fundo. As correntes são tão impetuosas, que navio que lá passe nunca poderá voltar [1].

Quanto maior era o perigo, tanto maior era tambem o desejo que tinha o infante de o vencer. O seu grande espirito adivinhava o extraordinario alcance de desfazer todos os preconceitos, de quebrar aquelle encanto, como diz um escriptor illustre. Procurava vencer todas as repugnancias, promettendo grandes mercês a quem dobrasse o cabo. Quando os marinheiros voltavam desanimados, incutia-lhes nova coragem e continuava a expedir os navios. Escutava-lhes as narrativas com benignidade, acceitava-lhes as desculpas com paciencia, mas nem por isso recuava.

Em 1433 mandou preparar um barco, do qual deu o commando a Gil Eannes, seu escudeiro, encarregado de ir transpôr o cabo. Gil Eannes seguiu a derrota dos outros navios; tomado, porém, do mesmo receio, não passou das Canarias, d'onde trouxe alguns captivos.

[1] Chron. cit., cap. VIII, pag. 51.

Digitized by Google

No anno seguinte mandou o infante aprestar o mesmo barco, e, chamando Gil Eannes á parte, recommendou-lhe com especial instancia que procurasse a todo o custo passar o cabo, com o que se daria por satisfeito, ainda que elle depois não quizesse fazer novas viagens. «Vós não podeis, disse o infante, achar tamanho perigo que a esperança do galardão não seja muito maior; e em verdade eu me maravilho, que imaginação foi esta que todos tomaes, de uma cousa de tão pequena certidão, que se ainda estas cousas que se dizem tivessem alguma auctoridade, por pouca que fosse, não vos daria tamanha culpa, mas quereis-me dizer que por opinião de quatro mareantes, os quaes como são tirados da carreira de Flandres, ou de alguns outros portos para que commummente navegam, não sabem mais ter agulha nem carta para marear; porém vós ide todavia, e não temaes sua opinião, fazendo vossa viagem, que com a graça de Deus não podeis d'ella trazer senão honra e proveito [1]».

De tal modo estas palavras impressionaram Gil Eannes, que resolveu não voltar mais á presença do infante sem cumprir a missão de que era encarregado. Arrostou o perigo e transpôz finalmente a barreira que todos julgaram invencivel. A gloria de Gil Eannes não está em avançar algumas leguas para o sul da costa africana, mas em vencer a difficuldade que todos temiam, em romper com os preconceitos que

[1] Chron. cit., cap. IX, pag. 57.

Digitized by Google

faziam do cabo Bojador o limite de todas as viagens maritimas. A empreza podia não parecer extremamente difficil, mas só depois que o primeiro a realisou pela sua coragem e abnegação. Se não fôra elle, talvez se atrazasse por muitos annos a exploração da costa africana.

Voltando ao reino, foi muito bem recebido pelo infante, «não sem proveitoso accrescentamento na honra e fazenda» — diz o chronista. Contou-lhe como transpozera o cabo, e que, indo a terra n'um batel, não encontrára gente alguma nem signal de povoação. «E porque, senhor, disse Gil Eannes, me pareceu que devia trazer algum signal de terra, pois que em ella sahia, apanhei estas ervas que aqui apresento a vossa mercê, as quaes nós em este reino chamamos rosas de Santa Maria [1]».

Pouco depois voltava Gil Eannes a explorar a costa para o sul do cabo Bojador, indo agora tambem Affonso Gonçalves Baldaya, copeiro do infante, embarcado n'um barinel [2]. Andaram cincoenta leguas para o sul do cabo, e chegaram a uma bahia a que chamaram Angra dos Ruivos [3], por alli haver grande

---

[1] Idem, pag. 59.

[2] Barinel ou varinel era uma embarcação de remo que então se usava, cujo nome ainda retemos nas Varinas sutis de que hoje nos servimos. (D. Francisco Manuel de Mello, *Epanaph.*, pag. 317 e seg.).

[3] Esta angra, diz o visconde de Santarem, com esta denominação se vê marcada na Carta d'Africa do magnifico Atlas portuguez inedito do meado do seculo XVI da Bibliotheca Real de Paris (R. B. n.º 1, 764). (Nota á pag. 59 da chronica de Azurara).

Digitized by Google

quantidade d'estes peixes. Ahi acharam terra sem casas, diz Azurara, e rasto de homens e camellos, o que referiram ao infante quando regressaram a Portugal. D. Henrique entendeu por estas informações que devia haver alguma povoação proxima, ou que atravessavam por alli viajantes com as suas mercadorias para as levarem a algum porto seguro onde os navios recebessem carga. Por isso logo no anno seguinte expediu Affonso Gonçalves Baldaya no barinel em que fôra da primeira vez, recommendando-lhe que avançasse quanto possivel e se esforçasse por trazer algum captivo que podésse dar informações ácerca d'aquellas terras.

Partiu effectivamente Baldaya, ardendo em desejo de fazer a vontade ao infante, e navegou setenta leguas para baixo da Angra dos Ruivos, isto é, cento e vinte leguas para o sul do cabo Bojador. Ahi encontrou uma bahia que se estendia sete leguas pela terra e que lhe pareceu a foz de um rio, o supposto rio do Oiro. Affonso Gonçalves levava dois cavallos, para mais commodamente explorar a terra; fêl-os desembarcar e n'elles montaram dois corajosos mancebos de dezesete annos, Heitor Homem e Diogo Lopes d'Almeida [1], que tiveram ordem de avançar o mais

1 «Huũ daquestes moços conheci eu despois seendo fidalgo nobre, assaz vallente no officio das armas, e chamavasse Eytor homem o qual na cronica do regno acharees provado em grandes feitos. O outro chamarom Diego Lopez Dalmeida, fidalgo e bõo homem per sua pessoa, segundo aprendy d'alguũs que o conheciam». (Azurara, pag. 63).

Digitized by Google

que podessem, a fim de observarem se por alli havia alguma povoação ou se appareciam alguns viajantes. Por este facto recebeu a bahia o nome de Angra dos Cavallos. Apesar do perigo da viagem, os destemidos mancebos apenas foram armados de lanças e espadas para se defenderem contra qualquer ataque. Ao cabo de sete leguas de caminho encontraram dezenove indigenas armados de azagaias, os quaes tomaram posição n'uns penedos e travaram combate com os intrepidos portuguezes, até que, approximando-se a noite, os nossos voltaram para o navio.

Na manhã do dia seguinte, Affonso Gonçalves Baldaya metteu-se no seu batel com alguns companheiros e seguiu pelo supposto rio, mandando os mancebos a cavallo por terra. Chegaram ao logar onde os indigenas tinham estado na vespera, esperando combater com elles e levar algum captivo, mas não conseguiram o seu intento, porque já os não encontraram, e apenas poderam tomar-lhes alguns objectos que elles tinham deixado. Julgando que não aproveitaria em avançar mais, voltou Baldaya para o navio; e como em uma corôa que estava á entrada da bahia viu muitos lobos marinhos [1], em numero que alguns avaliaram em cinco mil, fez matar aquelles que pôde e carregou a embarcação com as pelles.

[1] «Lobo marinho, diz o visconde de Santarem, é a *Phoca Vitulina* de Linneu. No Roteiro da viagem de Vasco da Gama, pag. 3, dia 27 de dezembro de 1497, se diz: «Achámos muitas baleas, e humas que se chamam *quoquas* e Lobos Marinhos».

Digitized by Google

Mas Affonso Gonçalves não estava satisfeito, por não ter conseguido apresar nenhum indigena para satisfazer os desejos do infante. Por isso avançou mais cincoenta leguas para o sul, até ao sitio a que chamou Porto da Galé [1], por haver alli uma pedra que ao longe apresentava a configuração de uma galé. Desembarcando n'aquelle ponto, encontraram os portuguezes algumas rêdes feitas de entrecasco de arvore [2]. Sem conseguir informação alguma ácerca dos habitantes d'aquellas paragens, voltou Affonso Gonçalves Baldaya para Portugal, de certo pesaroso por não satisfazer todos os desejos do infante.

Diz o chronista Azurara [3] que até 1441 não se realisaram viagens importantes, por andar o infante occupado na expedição a Tanger e em acontecimentos que se deram na côrte depois da morte d'el-rei D. Duarte. Ainda partiram para a Africa dois navios, cada um por sua vez, mas um d'elles teve tempo contrario e voltou ao reino, e o outro apenas foi ao rio do Oiro buscar azeite e pelles dos lobos marinhos

1 «Este porto com este mesmo nome se acha marcado não só no bellissimo Atlas Portuguez do XVI seculo da Bibliotheca Real de Paris R. B. 1764, mas tambem nas cartas venezianas de Gastaldi (1564). Barros, *Decada* 1, cap. v, fol. 11, diz: *Ponto a que ora chamão a pedra da Galé*». (V. de Santarem, nota á pag. 64 da chronica de Azurara).

2 Diz João de Barros: «No qual logar achou humas redes de pescar, que parecia ser feito o fiado dellas, do entrecasco d'algum pao, como ora vemos o fiado da palma que se faz em Guiné». *(Decada* 1, cap. v, fol. 11).

3 Chron. cit., cap. XI.

Digitized by Google

que Baldaya lá tinha encontrado. Ainda em 1440 se armaram duas caravelas para irem á Africa, mas esta expedição ficou mallograda. Em 1440 Diniz Fernandes, escudeiro do infante D. João, chegou a um grande rio que os naturaes da costa chamavam Quedec [1], e a que os nossos deram o nome de Sanagá (Senegal), do nome de um senhor da terra com quem fallaram [2].

Interrompamos agora a narrativa dos descobrimentos, para historiarmos uma deploravel empreza, em que o principal papel coube desgraçadamente ao infante D. Henrique. Referimo-nos á expedição contra Tanger.

As circumstancias do nascimento do infante D. Fernando, o mais novo dos infantes, fizeram d'elle o filho predilecto de D. Filippa e valeram-lhe o especial affecto dos irmãos. «Nasceu em Santarem, diz Fr. Luiz de Sousa, quasi por milagre. Andava a rainha prenhada, adoeceu tão gravemente que foi parecer dos medicos que morreria do mal, se não procurasse abortar a creatura que em suas entranhas trazia. Offereceu-lhe el-rei seu marido de sua mão uma bebida composta para o effeito; mas esteve tão longe de a tomar, que quanto mais certificada foi de sua morte, se tardava em a levar, tanto com maior valor a engeitou. Agradou este animo a el-rei, mandou tra-

[1] Damião de Goes escreveu *Sonedech;* Manoel Corrêa, nos *Commentarios a Camões,* escreve *Quedec;* João de Barros diz *Ouedech.*

[2] *Indice chronologico,* pag. 23.

Digitized by Google

zer reliquias de santos, dar esmolas, fazer orações. E por tal caminho deu vida e bom parto á enferma, apesar da medicina; e com ella um filho que alegrou a côrte e o reino (quasi prognostico do muito que depois havia de fazer pelo mesmo reino). Como filho de dores e perigo assim foi amado da rainha para o crear com dobrado cuidado; e como havido por orações e sacrificios assim sahiu em condições, uma creatura celestial. Desde moço se entregou todo a Deus com exercicios, de sorte que, sendo de quatorze annos, resava o officio divino como um sacerdote. E, para se desviar do trato ordinario da côrte, e conservar a preciosa joia de castidade e pureza que toda a vida amou e guardou, sahia raramente de casa, occupando todo o tempo, sem dar hora á ociosidade, em ler e estudar; e d'ahi veio que foi bom latino, e na sagrada escriptura tão versado, que parecia mais graça do ceo que força do estudo [1]».

Apesar de todas as predilecções de que o cercavam, D. Fernando quiz illustrar-se por feitos militares. Estuava-lhe nas veias o sangue guerreiro que herdára do pae, incendiava-lhe o espirito a atmosphera militar que se respirava na côrte. Os irmãos tinham merecido as honras de cavalleiros pelejando heroicamente contra os mouros de Ceuta, e elle sentia-se como que deprimido por não mostrar o seu valor nos campos de batalha. Dirigiu-se, pois, a el-rei seu irmão, que estava em Almeirim, pedindo-lhe licença

[1] *Historia de S. Domingos*, tomo II, pag. 312.

Digitized by Google

para ir ao estrangeiro tomar parte nos torneios que lá se faziam, para o que escolhia de preferencia a Inglaterra, por causa dos laços de parentesco que uniam a côrte ingleza á familia real portugueza. D. Duarte, coração bondoso e caracter indeciso, ponderou a D. Fernando que a sua partida para o estrangeiro podia ser mal interpretada, accusando-se o infante de immoderada ambição de riquezas, e o rei de pouca generosidade para com seu irmão.

Como o infante não desistisse, el-rei dirigiu-se a D. Henrique pedindo-lhe que dissuadisse o irmão. Mas o pedido foi contraproducente. D. Henrique, ancioso por obter noticias d'Africa, louvou o irmão pelo desejo de se illustrar com feitos d'armas, e aconselhou que, em vez de D. Fernando partir para o estrangeiro, se tentasse uma expedição contra os mouros de Tanger, onde o infante encontraria farta messe de glorias com grande proveito do paiz. D. Duarte pôz novas difficuldades, e D. Henrique atalhou-as com as razões que seu pae allegára para a conquista de Ceuta. Como el-rei persistia em não conceder a licença pedida, D. Henrique empregou um estratagema que produziu o effeito desejado. D. Duarte deixava-se dominar pelos conselhos da esposa, e entre esta e os infantes tinham-se levantado alguns attritos, que deram em resultado ficar a rainha malquista com D. Pedro. O infante D. Henrique observou que, se os portuguezes fossem conquistando Tanger e outras cidades africanas, elle e seus irmãos passariam para lá a governar o novo imperio, e D. Duarte ficaria reinando em Portugal sem receio de rivalidades e discordias. A rainha

Digitized by Google

approvou e abençoou logo uma empreza que lhe proporcionava um meio de se desembaraçar airosamente dos infantes, e tratou de persuadir D. Duarte da conveniencia de consentir na expedição. A esse tempo recebia D. Duarte uma bulla de cruzada, que pedira ao papa Eugenio IV, para fazer guerra aos mouros logo que se offerecesse ensejo, e accedeu finalmente ao pedido da esposa e dos irmãos.

Segundo o plano formado, devia organisar-se um exercito de quatorze mil homens, sendo tres mil e quinhentos homens d'armas, quinhentos bésteiros a cavallo, dois mil e quinhentos bésteiros a pé, sete mil peões e quinhentos serviçaes ou creados do exercito. Mas escasseavam os meios e foi preciso exigir impostos, que o povo pagava com repugnancia. Em agosto de 1436 reuniu D. Henrique em Leiria o conselho, composto de seus parentes mais proximos, de seus irmãos e sobrinhos, e ahi se pronunciaram alguns votos contra a empreza, produzindo especial impressão no animo do rei os argumentos com que D. Pedro a combateu.

Irresoluto, D. Duarte mandou perguntar ao papa se era licito fazer aos mouros guerra de aggressão, e para esse fim lançar tributos ao povo. A resposta de Eugenio IV não bastou para que o monarcha se decidisse a uma negativa formal, e cedeu, emfim, aos conselhos da rainha e aos rogos dos infantes. Parecia que uma fatalidade irresistivel chamava os portuguezes ao desastre e cegava os infantes, especialmente o esclarecido espirito de D. Henrique.

No dia 22 de agosto de 1437 sahiam os infantes

Digitized by Google

do Restello, com a parte da esquadra organisada em Lisboa, dirigindo-se a Ceuta, onde já foram encontrar a parte restante, que fôra organisada no Porto e era commandada pelo conde d'Arrayolos. Depois de ouvirem missa em Santa Catharina de Ribamar, os infantes despediram-se d'el-rei seu irmão, que, banhado em lagrimas, deu ao infante D. Henrique as ultimas instrucções e conselhos. O exercito devia pôr cerco a Tanger, dar-lhe tres assaltos, e, se não conseguisse tomal-o, iria para Ceuta, até que D. Duarte levasse todas as forças que podésse reunir. O acampamento devia ficar perto do mar, para não haver o perigo de serem cortadas as communicações com a esquadra.

Chegando a Ceuta em 27 do mesmo mez, o infante D. Henrique passou revista ao exercito, e encontrou apenas seis mil homens, em vez dos quatorze mil que se resolvêra enviar. Não fôra possivel reunir mais, porque todos adivinhavam o deploravel desfecho da expedição. Muitos preferiram pagar as grandes multas que lhes eram impostas; outros desertaram; todos, emfim, procuraram livrar-se de tão fatal empreza; os proprios que estavam em Ceuta mostravam-se descontentes. Não obstante, o infante D. Henrique não desistia do seu projecto, nem mesmo se resolvia a escrever a seu irmão pedindo-lhe reforços.

Com forças tão diminutas nada se poderia esperar a não ser que houvesse toda a prudencia no ataque. Ora, em vez de atacar Tanger de surpreza, como se fizera em Ceuta, D. Henrique foi por esta cidade e demorou-se alli alguns dias, dando tempo aos

Digitized by Google

mouros para se prevenirem e reforçarem. Era grande o prestigio das armas portuguezas em Africa, e por isso muitos mouros mandaram pedir paz aos infantes e pagaram importantes tributos. Mas por outro lado havia um grande odio contra os christãos, e os mouros procuravam tirar uma desforra, tanto mais que agora estava encarregado da defeza de Tanger o mesmo Salat-ben-Salat que fôra expulso de Ceuta.

A 8 de setembro partiu o exercito portuguez para Tanger, aonde chegou no dia 13, depois de tomar Tetuão, que os habitantes haviam abandonado. O infante D. Fernando, que adoecêra, foi por mar, embarcado na esquadra. Chegando defronte da cidade trataram de assentar o arraial um pouco distante do mar, imprudencia contraria aos conselhos expressos de D. Duarte e que depois havia de custar sérias difficuldades. Observa o snr. Pinheiro Chagas que o infante D. Henrique, se era um soldado valente e corajoso até á temeridade, não era um bom general. Provára-o em Ceuta e agora tambem o mostrava em Tanger. Se elle tivesse o acampamento perto do mar não podiam ser-lhe cortadas as communicações com a frota, como realmente o foram, e ser-lhe-hia possivel effectuar uma retirada no caso de ser obrigado a esse expediente por circumstancias perigosas.

Espalhando-se o boato de que estavam abertas as portas da cidade, deram os portuguezes um assalto em que perderam algumas vidas sem resultado algum. O primeiro assalto em fórma foi dado no dia 20 de setembro, dividindo-se o commando das forças entre D. Fernando, o conde d'Arrayolos, o bispo de

Digitized by Google

Evora D. Alvaro d'Abreu e o marechal Vasco Fernandes Coutinho. D. Henrique encarregava-se de atacar a fortaleza. Ainda d'esta vez a imprevidencia prejudicou o valoroso esforço dos portuguezes, que combateram com a bravura que os distinguira sempre. Não estava preparado o caminho que conduzia á fortaleza, de fórma que os engenhos de guerra não poderam ser levados ao ponto em que deviam servir. Por outro lado as escadas eram curtas e não prestaram os serviços desejados. O emprego das armas de fogo foi de grande vantagem, mas tambem os mouros as tinham e não as usavam com menos destreza que os portuguezes. As tentativas para arrombar as portas foram baldadas, porque os mouros tinham-n'as tapado com pedra e cal. Por fim o infante D. Henrique deu ordem de retirada, tendo vinte mortos e quinhentos feridos, perda importantissima para tão diminuto exercito.

Entretanto os mouros iam concentrando as suas forças e chegaram a reunir dez mil homens de cavallo e noventa mil de pé. Davam-se frequentes escaramuças, em que os nossos pelejavam com todo o heroismo, mas sem resultados decisivos. Parecia até consistir a tactica dos inimigos em travar pequenas pelejas, em que as forças portuguezas não podiam effectuar uma acção definitiva, mas iam em todo o caso perdendo alguns dos mais temerarios combatentes.

No dia 3 de outubro appareceu um grande numero de mouros, que os infantes atacaram em fórma. Os inimigos começaram a fugir, mas parecia que era isto novo estratagema, porque, emquanto o nosso exer-

Digitized by Google

cito os perseguia durante mais de legua e meia, os sitiados fizeram uma sortida e cahiram sobre o acampamento, guarnecido apenas por um punhado de valentes que fizeram uma resistencia heroica.

Em vez de retirar prudentemente, o infante D. Henrique ordenou outro assalto, para o qual estava prevenido com escadas maiores e outros engenhos que recebêra de Ceuta. As forças estavam reduzidas, e ainda assim era forçoso dividil-as para assaltar a praça e ao mesmo tempo defender o acampamento, que estava cercado de inimigos. Vendo-se com pouca gente, concentrou D. Henrique as suas forças no ponto em que as bombardas mais tinham damnificado as muralhas, mas tambem foi ahi que os mouros accumularam os elementos de defeza. Para mais, um castello de madeira, que devia prestar grandes serviços, não pôde ser levado até ás muralhas, por causa das difficuldades do caminho. O assalto não sortiu effeito.

N'esta occasião, quando o infante se preparava para terceiro ataque, soube por dois mouros captivos, que lhe trouxeram dois escudeiros do conde d'Arrayolos, que se approximavam numerosissimas forças capitaneadas pelos emires do Al-Magreb, e pelos reis de Fez, Marrocos, Tafilet, etc. Ruy de Pina calcula essas forças em sessenta mil homens de cavallo e setecentos mil de pé. Admittindo mesmo que haja exaggero n'este calculo, é certo que o exercito inimigo tinha sobre o nosso uma immensa superioridade numerica. D. Henrique mandou recolher os marinheiros á esquadra, confiou a guarda do acampamento a um

Digitized by Google

certo numero de valentes soldados, e elle partiu com alguns cavalleiros a fazer um reconhecimento. Logo cahiu sobre os nossos engenhos de guerra uma nuvem de mouros a que era impossivel resistir. Os nossos, commandados pelo marechal Vasco Fernandes Martins e por Alvaro Vaz d'Almada, tiveram de fugir para o arraial, cobrindo-lhes a retirada o infante D. Henrique, sempre heroico e incançavel no combate. Mas as forças inimigas cercaram logo o arraial portuguez, cortaram-lhe as communicações com o mar, e, de sitiantes que eram os nossos, ficaram sitiados. Ao primeiro impulso quizeram os mouros entrar no acampamento de envolta com os portuguezes, mas encontraram uma resistencia tanto mais notavel quanto as nossas forças estavam sensivelmente reduzidas, não só pela falta que deixavam muitos mortos e feridos, mas porque uns mil cavalleiros e peões se tinham recolhido aos navios, quando viram approximar-se tão grande quantidade de mouros. Em compensação muitos outros portuguezes fizeram prodigios de valor; D. Pedro de Castro e mais alguns que guardavam a frota, vendo as difficuldades e o perigo em que os portuguezes se achavam no arraial, partiram a soccorrêl-os com grande denodo.

Estava, pois, o acampamento cercado pelos mouros, sem poder communicar com a frota nem effectuar uma retirada. Para cumulo de infelicidade faltavam as provisões, e a fome, com todo o seu horror sinistro, ameaçava ainda mais que os mouros, porque não podia repellir-se a fio de espada! Conheciam-se agora as consequencias dos erros praticados, dando tempo

Digitized by Google

aos mouros de reunirem forças e assentando o arraial a distancia do mar.

No dia 10 de outubro deram os mouros um ataque geral ao acampamento, dispondo as suas forças de modo que entravam em combate soldados sempre novos, ainda não extenuados pela fadiga da peleja. Os portuguezes combateram como desesperados, como homens perdidos, durante quatro horas, até que as trombetas agarenas deram o signal de retirada. Imagine-se que louco heroismo deviam ter os nossos para sustentar uma lucta demorada com forças cincoenta vezes superiores ás suas!

Depois que os mouros retiraram, D. Henrique tratou de reunir o seu conselho, para se accordar no que convinha fazer em tão apertadas circumstancias. «Na verdade — escreve o snr. Vilhena Barbosa — em tamanho extremo não podiam lembrar outros meios que não fossem os da salvação; todos, pois, concordaram no unico que pareceu exequivel, e consistia em reunirem-se todas as tropas n'um só corpo, e durante a noite romperem a linha inimiga para o lado do mar até chegarem á praia, e ahi, n'um ponto circumscripto, defenderem-se obstinadamente até que, auxiliados pela armada, se fossem acolhendo ás náos os que se podessem salvar.

«Infelizmente este plano foi malogrado pela traição d'uma alma vil, pela traição d'um indigno clerigo, que por covardia vendeu seus irmãos e renegou a religião de Christo. Esse infame, chamado Martim Vieira, que era capellão do infante D. Henrique, não crendo n'aquelle meio de salvação, e aterrado com o as-

Digitized by Google

pecto da fome, e com a ameaça da morte ou do captiveiro, fugiu para os inimigos, onde comprou a liberdade a troco da denuncia que fez e da abjuração da fé christã [1]».

No dia 11 de outubro já a fome fazia os seus estragos no arraial christão, e ao mesmo tempo as forças sarracenas accumulavam-se do lado da praia, frustrando assim o plano que se tinha formado. No dia seguinte apresentaram-se em volta do acampamento os exercitos sarracenos. Os nossos dispozeram-se para o combate, e esperavam-n'o resolutamente, quando viram alguns mouros adeantarem-se com signaes de paz. Effectivamente vinham propôr uma capitulação. Conheciam os apuros em que estavam os portuguezes, tinham a consciencia da grande superioridade numerica das suas forças e sabiam que podiam esmagar o exercito christão; mas isso era o que menos lhes importava, porque todos os seus sonhos dourados consistiam em que Ceuta lhes fosse restituida. As condições da capitulação eram as seguintes: Os portuguezes entregariam a cidade de Ceuta, com todos os captivos que estivessem n'ella ou em Portugal, e tambem a artilheria, armas, cavallos, bagagens e tendas do acampamento; em troca de tudo isto podiam sahir livremente e embarcar para Portugal. Ouvido o conselho do infante D. Henrique, resolveu-se enviar um emissario aos reis de Fez e Marrocos para tratar d'este assumpto.

---

1 *Archivo Pittoresco*, vol. VIII, pag. 80.

Digitized by Google

Tardava a resposta das negociações, e as indisciplinadas hostes sarracenas, tomando a demora por covardia dos chefes, deram novo ataque ao arraial christão, e d'esta vez com mais violencia que nunca. O combate durou sete horas, e os portuguezes resistiram sempre com a maior coragem. Desesperados por não conseguirem derrotar os nossos, os mouros lançaram fogo ás estacadas do acampamento, servindo-se para isso de alcatrão e outros combustiveis.

«O valor e coragem dos portuguezes passaram por mais esta tão dura prova, — escreve o snr. Vilhena Barbosa, a quem seguimos de perto n'esta narrativa. Aprouve, porém, a Deus conceder-lhes animo e força para resistir a tão poderoso inimigo. Concorreu bastante para este resultado o bispo de Ceuta, que, durante toda a acção, ou combatia nas trincheiras coberto d'armas como um soldado, ou, envolto em suas vestes pontificaes, animava uns fallando-lhes na patria e no rei, nas honras e na gloria, e exaltava outros com o nome sagrado de Jesu-Christo, e com a promessa da bemaventurança.

«Em vez do descanso, depois das grandes fadigas d'este dia, passaram toda a noite os portuguezes a trabalhar com a maior actividade para abrir novos fossos e plantar novas estacadas com que encurtassem mais o arraial do lado da cidade, que já lhes falleciam os braços para guarnecer e defender tão largo cêrco de trincheiras. Ninguem se escusou ao trabalho. O infante D. Henrique dava o exemplo, cavando com uma enxada ou tirando terra dos fossos com uma pá. Ao amanhecer estava a obra concluida.

Digitized by Google

«Era um domingo, 13 d'outubro; os moiros deixaram n'este dia em repoiso os christãos; mas outros inimigos, peiores ainda que os moiros, os vieram combater e atormentar. Tinham-se acabado na vespera os mantimentos, e o inimigo, no continuo apertar do cêrco, apossára-se d'algumas fontes e poços, e lançára animaes mortos nos que havia juntos ás estacadas, d'onde os portuguezes já mal se abasteciam. Assim se levantaram no arraial a fome e a sêde com todo o horror do seu vulto sinistro e ameaçador.

«Os miseros estavam reduzidos a comer a carne dos cavallos que iam matando para se alimentarem. Porém, nem tinham lenhas para a assar. Com as sellas e albardas que queimavam mal aqueciam aquella triste comida, e mais triste ainda pela diminuta ração que a cada um se repartia, e pelo pouco que promettia durar.

«A sêde, essa então era abrasadora. Viam-se muitos soldados deitados sobre a terra onde havia alguma humidade, para a sugarem com seus labios sequiosos. Outros nem já tinham forças para tanto, prostrados e vencidos por aquella dura necessidade. Acudiu-lhes porém Deus em tão afflictivo transe, enviando-lhes algumas gotas d'agua em chuva pouco copiosa, que, pouca como foi, a todos deu alento, e a muitos salvou a vida, ficando ainda alguma provisão d'ella.

«N'esta horrivel situação, resolveu-se em conselho que se empregassem todos os esforços para se ir pouco a pouco estendendo o entrincheiramento para o lado do mar, até se conseguir chegal-o, pelo menos aproximal-o, da praia, de modo que fosse possivel,

Digitized by Google

com o auxilio da armada, salvarem-se a bordo dos navios.

«Por conseguinte, apenas anoiteceu, todos se deitaram a esse trabalho com a diligencia e boa vontade que bem se póde imaginar. Mas pouco se pôde fazer, porque ao amanhecer, foi mister largar, a fim d'occultar o intento ao inimigo emquanto podésse ser [1]».

No dia 16 de outubro chegou-se, finalmente, ao accordo seguinte: Os portuguezes retirariam simplesmente com o que tinham vestido, desamparando o acampamento com todos os seus pertences, depondo as armas, deixando os cavallos, abandonando a artilheria. Compromettia-se o infante D. Henrique a fazer com que seu irmão el-rei D. Duarte entregasse aos mouros Ceuta, e todos os prisioneiros que tivesse ou n'essa cidade ou em Portugal; compromettia-se tambem a fazer com que o rei de Portugal firmasse com os Estados da Barbaria uma tregua de cem annos; devia ficar em refens do cumprimento d'essa promessa o infante D. Fernando. Em troca obrigavam-se os mouros a deixar embarcar a são e salvo os portuguezes, entregando em refens o filho de Salat-ben-Salat, e como fiadores da vida d'este moço ficavam provisoriamente em poder de Salat-ben-Salat Pedro d'Athayde, João Gomes d'Avellar, Ayres da Cunha e Gomes da Cunha [2].

---

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. citado.

[2] Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 177.

Digitized by Google

Como seria grande a dôr do infante D. Henrique, vendo-se obrigado a acceitar esta humilhante capitulação, elle que tão nobremente honrára sempre a sua qualidade de cavalleiro nos campos de batalha! A clausula que mais lhe revoltava o animo era a do captiveiro de seu irmão. Conhecia as suas responsabilidades, sabia que todo o desastre era devido ás suas imprudencias e temeridades, e queria elle proprio offerecer-se ao holocausto, ficando captivo em logar de D. Fernando. É nobilissimo este procedimento do infante D. Henrique, mas não o foi menos o do infante D. Fernando, que não consentiu na troca de modo algum, e n'aquelle mesmo dia marchou para o arraial sarraceno, depois de se despedir do irmão n'uma scena commovente de lagrimas.

As forças portuguezas deviam embarcar no dia 17, mas não o consentiram os insoffridos soldados sarracenos, que, violando as clausulas estipuladas sem attenderem as advertencias dos seus chefes, atacavam os nossos furiosamente. Debalde se queixou o infante D. Henrique d'esta flagrante violação; Salat-ben-Salat respondeu, e era essa a verdade, que não podia conter as hostes sarracenas. Ha males que vêem para bem: os nossos tiveram de fazer a sua retirada combatendo sempre e perdendo bastantes vidas, mas em compensação poderam assim eximir-se á humilhante clausula de depôrem as armas. No dia 20 embarcaram os ultimos portuguezes. «Alvaro Vaz d'Almada — escreve o snr. Pinheiro Chagas — o amigo do infante D. Pedro e que era capitão da frota, sustentou, juntamente com o marechal Vasco Fer-

Digitized by Google

nandes Coutinho, todo o peso da retirada, e foram os dois heroes recuando vagarosamente até á praia, onde estava um batel para os receber. Então, em presença do inimigo, com tanta tranquillidade como se estivessem conversando n'algum salão pomposo, discutiram entre si sobre primores de cortezia, disputando um com o outro qual havia d'entrar em ultimo logar, embarcando afinal no meio do espanto dos mouros, que não podiam comprehender aquelle sangue-frio e aquella como que elegancia da bravura [1]».

A armada dirigiu-se a Portugal, sendo commandada pelo conde de Arrayolos e por D. Fernando de Castro, pois o infante D. Henrique, não querendo entrar humilhado em Lisboa e a titulo de apressar o resgate de seu irmão, deixou-se ficar em Ceuta.

Depois dos louros de Aljubarrota e das esplendidas glorias de Ceuta, as armas portuguezas soffriam em Tanger um terrivel desastre. É certo que as imprudencias do infante D. Henrique produziram aquelle lamentavel desfecho, coroado pelo doloroso martyrio que D. Fernando soffreu na masmorra com a mais santa resignação christã; mas deve attender-se a que, pelo seu heroismo, pelas suas memoraveis façanhas, pela sua dedicação e pelo desprendimento com que se offereceu para substituir o irmão no captiveiro, o infante resgatou as faltas commettidas e as responsabilidades que lhe pertenciam. A nobreza dos seus sentimentos affirmou-se até ao ultimo extremo, não

[1] Obr. e vol. cit., pag. 178.

Digitized by Google

se poupando fadigas e perigos sempre que podia tornar menos dura a sorte do seu exercito. Se é nobre e altamente sympathico o vulto de D. Fernando, sacrificado ás vidas dos combatentes de Tanger, soffrendo com resignação evangelica todas as humilhações e todos os opprobrios do captiveiro, inspira-nos tambem um profundo sentimento de veneração a figura heroica de D. Henrique, humilhado pelo desastre, submettendo-se a todos os perigos, offerecendo-se obstinadamente para comprar a liberdade do irmão á custa da sua propria.

Foi uma fatalidade a expedição a Tanger; mas que elogios não mereceriam os seus promotores se o exito viesse coroar a empreza? Soldado arrojado e valente, animado pelos triumphos que colhêra em Ceuta, D. Henrique persuadiu-se que bastaria o heroismo d'um punhado de bravos para ganhar uma nova praça para Portugal. Procedeu sempre com um alto espirito patriotico, e com elle partilhou as responsabilidades quem lhe enviou apenas seis mil homens, em vez dos quatorze mil que lhe tinham promettido.

De Ceuta escreveu o infante a el-rei D. Duarte, pedindo-lhe que reunisse todas as forças do reino para vingar o desastre e resgatar D. Fernando sem entregar aquella praça. Imagine-se a afflicção do pobre monarcha ao receber as primeiras noticias de Tanger, e como se exacerbaria a sua dôr sabendo do captiveiro do irmão! Que havia elle de fazer, se lhe faltavam todos os recursos para tentar uma grande expedição á Africa, se, demais a mais, a peste, que

Digitized by Google

fazia numerosas victimas em Lisboa, lançava a consternação na capital e em todo o reino? As primeiras medidas que tomou foi ordenar ao infante D. Henrique o seu regresso ao reino, recommendar ao governador de Ceuta que por emquanto de fórma nenhuma fizesse guerra aos mouros para não aggravar a sorte de D. Fernando, e convocar as côrtes para Leiria.

D. Duarte pediu aos representantes em côrtes que cada um désse o seu voto por escripto sobre o que convinha fazer n'aquellas circumstancias. As opiniões dividiram-se: uns queriam que se entregasse Ceuta para redimir o infante, que se entregára ao captiveiro a fim de servir o paiz; outros pretendiam que se seguisse o systema das dilações, até vêr se era possivel obter por outra fórma o resgate; finalmente, houve quem sustentasse que de fórma nenhuma se deveria entregar Ceuta, allegando aquillo que hoje chamariamos a razão d'Estado.

D. Duarte, cruciado por terriveis duvidas, seguiu a opinião média, escrevendo ao papa e aos reis christãos para que o auxiliassem n'uma grande expedição contra os sarracenos; mas semelhante pedido só teve em resposta phrases delicadas de condolencia e conforto. O infante D. Henrique, que já estava no Algarve, sendo convidado a ir a Lisboa conferenciar com el-rei, pediu a D. Duarte que o dispensasse de ir á capital sem levar na sua companhia o irmão que ficára prisioneiro. Afinal tiveram os dois uma conferencia em Portel, onde o infante de novo instou por uma expedição á Africa, affirmando que bastariam vinte e quatro mil homens para derrotar todos os reis

Digitized by Google

mouros; el-rei, por seu lado, respondeu que a isso se oppunham difficuldades insuperaveis.

Prolongava-se entretanto o captiveiro de D. Fernando, que no dia 22 de outubro fôra enviado com os seus companheiros de Tanger para Arzilla. Exposto aos motejos e insultos da canalha mourisca, o pobre infante sentia cada vez mais duro o seu captiveiro, ao passo que os mouros viam a repugnancia dos portuguezes em entregar a praça de Ceuta. Esteve sete mezes em Arzilla, soffrendo todas as provações com a mais sublime resignação, consolando os seus companheiros, privando-se de tudo para lhes alliviar a sorte, mandando resgatar secretamente alguns prisioneiros christãos. Depois foi transferido para Fez, onde o esperavam novos e crudelissimos soffrimentos, que começaram logo no caminho com os ferozes insultos que lhe eram dirigidos. Lazuraque, um mouro de brutaes instinctos que usurpára o governo ao joven rei de Fez, mandou encerrar o infante e os seus companheiros em uma masmorra onde nem sequer entrava um raio de luz, prohibindo-lhes expressamente qualquer communicação com o exterior. Assim estiveram tres mezes até que, depois de lhes roubarem tudo o que possuiam, expulsaram-n'os da prisão e enviaram-n'os para o jardim do palacio de Fez, onde todos, incluindo o infante, eram obrigados a trabalhar com uma enxada, desde o nascer ao pôr do sol.

Como o governo de Lisboa não se apressava a entregar Ceuta, foi o infante conduzido á presença de Lazuraque, no meio de soldados que brutalmente o

Digitized by Google

insultavam e picavam com lanças. D. Fernando soffria tudo sem um murmurio, e resignadamente offerecia a Deus todo aquelle martyrio. Sublime espirito que só na sua fé christã procurava conforto para tantas e tão acerbas dôres! D'alli em deante foi o infante considerado o infimo dos escravos de Lazuraque, e encarregado de tratar dos seus cavallos, varrer e limpar as cavallariças. Entretanto o governo portuguez obstinava-se em não entregar Ceuta, esquecendo, com deslealdade e ingratidão, que, se não fôra o infante, não escaparia um só portuguez em Tanger!

Após todos os soffrimentos e torturas, veio tambem a fome flagellar o pobre D. Fernando. Os captivos portuguezes passaram a ser tratados a pão e agua, e isso mesmo em pequenas rações. Lazuraque, para torturar o infante, communicou-lhe um dia a noticia da morte d'el-rei D. Duarte. Desde então, o infeliz captivo perdeu toda a esperança de recuperar a liberdade. D. Pedro, encarregado da regencia, por vezes offereceu a entrega de Ceuta a troco da liberdade do infante; mas Lazuraque era extremamente ambicioso, e á entrega da cidade preferia uma grande somma que Portugal não podia pagar, por ter o seu thesouro exhausto.

Augmentavam as torturas cada vez mais; os prisioneiros foram despidos, e em troca de suas roupas receberam fatos grosseiros; deitaram-lhes grilhões aos pulsos e diminuiram-lhes as rações de pão e agua. Os companheiros do infante eram obrigados a quebrar pedra, guardados á vista para que a gentalha não lhes abreviasse o supplicio, matando-os. Voltando á pri-

Digitized by Google

são, D. Fernando consolava-os e lastimava-se de não poder participar de todos aquelles soffrimentos. Reprehendia-os docemente quando elles davam largas ao seu desespero, e aconselhava-lhes a resignação evangelica de que estava tão possuido.

Em março de 1442 Lazuraque chamou o infante á sua presença, e perguntou-lhe quanto offerecia pelo seu resgate e pelo dos seus companheiros. D. Fernando prometteu cincoenta mil dobrões e a liberdade de cincoenta captivos mouros. Lazuraque escarneceu da offerta; mandou apertar o martyrio e continuou as negociações com o infante, até que este offereceu cento e cincoenta mil dobrões e o resgate de cento e cincoenta captivos mouros. Parecia que esta somma satisfizera os calculos ambiciosos de Lazuraque, mas continuou os supplicios, esperando que a prolongação d'elles fizesse augmentar o preço do resgate.

Os irmãos de D. Fernando continuavam fazendo esforços para o restituirem á liberdade, mas sempre debalde. D'uma vez comprou D. Pedro alguns mouros para offerecerem ao infante occasião de fuga; mas a vigilancia e a crueldade de Lazuraque frustravam todas as tentativas; os mouros que mostrassem alguma compaixão pelos nossos, ou que de qualquer modo pretendessem favorecêl-os, eram cruelmente azorragados, em presença do infante e de seus companheiros. Para mais amargurar o pobre D. Fernando, Lazuraque interceptava-lhe as cartas dos infantes seus irmãos.

Transportado para uma nova prisão, onde o martyrio se exacerbava com a ausencia dos companhei-

Digitized by Google

ros, que só por meios industriosos podiam communicar com elle, D. Fernando esperou ahi resignadamente, durante quinze mezes, que a morte viesse resgatal-o dos supplicios que lhe infligiam. Era uma agonia lenta que parecia auxiliar Lazuraque na obra do martyrio, que fazia passar por todas as provações a victima illustre até se esgotar o calix da amargura. E D. Fernando, resignado e sereno, animado dos mais santos pensamentos christãos, esperava tranquillamente o desfecho de todos os soffrimentos, chorando mais a sorte dos outros que a sua propria, como se o seu espirito fosse insensivel á dôr.

Em principios de junho de 1448 começou o infante a soffrer de dysenteria. Os padecimentos aggravavam-se cada vez mais, e os outros captivos pediram e instaram, sempre debalde, que ao menos mudassem o enfermo para outra prisão; apenas conseguiram que fosse tratado pelo seu medico, e que lhes fosse concedido o prazer de enfermeiros. Era o dia 5 de junho. Os soffrimentos aggravaram-se mais que nunca, e o espirito do infante como que se sentia arrebatado para o céo. Fr. Pedro Vaz foi ministrar-lhe os sacramentos, e, em vez de prodigalisar consolações, recebeu-as do infante, que perante a morte se mostrava perfeitamente resignado, vendo proxima a justiça de Deus para lhe recompensar o martyrio. Á hora do crepusculo falleceu.

Os companheiros do infante começaram a sentir cada vez mais duro o seu captiveiro. Uns succumbiram pouco depois, outros foram resgatados depois da morte de Lazuraque e voltaram ao reino. Entre

Digitized by Google

estes veio Fr. João Alvares, que conseguiu trazer o coração do infante e escreveu a historia do captiveiro.

O cadaver de D. Fernando foi collocado nas ameias das muralhas, enforcado pelos pés, e assim ficou durante quatro dias exposto aos insultos do mourismo. Depois foi encerrado n'um caixão de madeira, que engastaram na muralha. Vinte e sete annos depois era o cadaver conduzido a Portugal por D. Affonso v, que voltava victorioso das suas conquistas em Africa.

Digitized by Google

CAPITULO VIII

Morte de D. Duarte. — Acontecimentos na côrte. — Continuação dos descobrimentos. — As expedições á Africa. — Antão Gonçalves e Nuno Tristão. — Os azenegues. — Os primeiros captivos. — A Senegambia.

Amargurado pelo desastre de Tanger e pelo captiveiro de seu irmão D. Fernando, falleceu el-rei D. Duarte em Thomar, victima da peste, no dia 9 de setembro de 1438, tendo nomeado em testamento sua esposa tutora e curadora de seus filhos e regente do reino na menoridade de D. Affonso v. Tambem se não esqueceu do infeliz captivo que definhava em Africa, sacrificado aos interesses da patria, e dispôz que, a troco de dinheiro ou de captivos, ou finalmente pela entrega de Ceuta, se resgatasse o infante D. Fernando do poder dos mouros.

Dictando as suas ultimas vontades, ainda o infeliz monarcha se deixou dominar pela influencia da

Digitized by Google

esposa. D. Duarte queria talvez imitar todas as complacencias que seu pae tivera sempre com a rainha D. Filippa; mas evidentemente D. Leonor não tinha as superiores qualidades da esposa de D. João I. A leitura do testamento não produziu boa impressão. Houve logo quem observasse que D. Duarte não podia nomear ninguem para a regencia, porque só as côrtes tinham competencia para tanto; que não parecia bem que o reino fosse governado por uma mulher, e demais a mais estrangeira; que a rainha, para evitar conflictos, devia partilhar o governo com os infantes seus cunhados. Algumas das pessoas que estavam presentes á leitura do testamento logo alli fizeram á rainha estas considerações, com todo o desassombro. A opinião publica era muito favoravel ao infante D. Pedro, que tinha tambem grandes sympathias no conselho da corôa. Alguns conselheiros e o infante D. Henrique sustentaram até que as cartas convocatorias para as côrtes e para as exequias do fallecido monarcha deviam ser assignadas por D. Pedro, o que afinal não succedeu.

D. Pedro alvitrou que, achando-se a vida do herdeiro da corôa sujeita ás contingencias da sua tenra edade, fosse jurado e acclamado seu successor o infante D. Fernando, tambem filho de D. Duarte. A rainha lisonjeou-se com o alvitre, grato ao seu coração de mãe, e declarou que desejava cumprir uma das ultimas vontades de seu marido, a qual era que o joven rei desposasse sua prima D. Isabel, filha do infante D. Pedro. Caracter franco e leal animado d'aquella nobreza de sentimentos que foi o timbre de

Digitized by Google

toda a familia de D. João I, o infante ponderou que seria conveniente esperar melhor occasião, por estar ainda recente o fallecimento d'el-rei e serem os noivos de tenra edade.

Apenas constou a noticia do projecto do casamento, urdiu-se logo na côrte uma vasta rêde de intrigas, porque o conde de Barcellos ambicionava para uma sua neta a mão do novo rei. Tratou-se de influir n'este sentido no animo da rainha, mas esta certificou D. Pedro, por um documento que assignou, que perseverava em cumprir a sua primeira promessa. Os intrigantes redobraram de esforços, incendiou-se a discordia e travou-se a lucta, que devia ter as mais deploraveis consequencias. Prevendo as complicações que podiam dar-se, o infante D. Henrique tomou sobre si o cargo de medianeiro, e chegou a organisar as condições d'um accordo entre seu irmão e a regente. Excitada, porém, pelos inimigos de D. Pedro, a rainha reclamou a regencia só para si, e rejeitou o accordo, que só veio a assignar quando viu que o descontentamento geral ameaçava conflictos que não podiam ser-lhe favoraveis.

Na primavera de 1439, estando a rainha em Sacavem, D. Pedro declarou ao seu amigo Alvaro Vaz d'Almada que estava resolvido a renunciar á parte insignificante que tinha no governo. A este respeito foram ouvidos outros amigos do infante, mas as opiniões dividiram-se quanto á resolução a tomar. Quem não teve hesitações foi o infante D. João, que, consultado por seu irmão D. Pedro, animou-o energicamente a continuar no governo, chegando a dizer-lhe

Digitized by Google

que elle proprio tomaria conta da regencia, se não fôra a circumstancia de ter dois irmãos mais velhos.

Entretanto o povo de Lisboa amotinava-se contra D. Leonor, que tambem incorria cada vez mais no desagrado da côrte. Sabendo de graves desordens que se davam na capital, partiu logo para alli, a fim de serenar os animos, o infante D. Pedro, que estava em Sacavem. Recommendou a todos que tivessem prudencia, que apresentassem as suas reclamações ás côrtes, mas tudo foi baldado: as imprudencias da rainha excitavam cada vez mais o espirito popular, a ponto de que, n'uma reunião dos officiaes mecanicos, feita na egreja de S. Domingos, foi tomada a seguinte resolução: «Que o infante D. Pedro fosse unico regedor e defensor do reino, e que assim promettiam de o requerer em côrtes, e que com a propria vida pugnariam, se fosse preciso, pela realisação d'este accordo».

Finalmente, depois de uma conferencia publica, feita na casa da camara pelo dr. Diogo Affonso Mangancha, o povo resolveu proclamar D. Pedro regente *in-solido*, o que foi calorosamente approvado pelo infante D. João e por Alvaro Vaz d'Almada. D. Pedro acceitou, mostrando-se reconhecido, e pouco depois reuniam as côrtes no paço das Alcaçovas, onde, por proposta do dr. Mangancha, o infante foi solemnemente confirmado na regencia.

«É de advertir — escreve o visconde de Santarem — que o infante D. Henrique desapprovou constantemente tudo quanto na camara de Lisboa, e em ou-

Digitized by Google

tros ajuntamentos se tinha deliberado, declarando formalmente que taes assembleias procediam illegalmente arrogando-se o direito que só ás côrtes pertencia. Este sabio principe, procedendo n'estas difficeis conjuncturas com experimentada prudencia e illustrada politica, manifestou egualmente a sua indignação logo que soube que a rainha se tinha fortificado em Alemquer, e que lhe constou que ella invocava o auxilio dos infantes d'Aragão. Todavia isso o não embargou de ir a Alemquer reduzir a rainha a regressar a Lisboa, a fim de vir apresentar ás côrtes o rei menor (1439); e tal era o respeito que este principe inspirava, que a rainha, que aliaz tinha resistido ás persuasões das pessoas de maior auctoridade, cedeu ás do infante».

Finalmente, depois de tantas repugnancias da rainha e de tantas intrigas contra D. Pedro, D. Leonor fez com o cunhado uma paz que devia ser pouco duradoura. Passava-se isto em maio de 1440. Reservando-nos para continuar n'outro capitulo a narração d'estes acontecimentos, que terão um lugubre desfecho em Alfarrobeira, voltemos agora ás emprezas maritimas do infante D. Henrique, momentaneamente desembaraçado dos acontecimentos da côrte.

Em 1441 mandou o infante armar um navio pequeno, em que mandou por capitão o seu guarda-roupa Antão Gonçalves, que em razão de sua pouca edade apenas foi encarregado de ir ao rio do Oiro fazer carregamento de azeite e pelles de lobos marinhos. Mas o arrojado mancebo quiz mostrar que o verdor dos annos não o embaraçava de realisar mais difficeis

Digitized by Google

emprezas. Apenas se desempenhou do principal mandado que levava, chamou Affonso Guterres, outro moço da camara que ia em sua companhia, e os outros tripulantes do navio, que ao todo eram vinte e um, e disse-lhes que, tendo-se desempenhado da missão que lhes fôra dada, lhe parecia bem que tentassem alguma nova empreza, pela qual mostrassem ao infante a boa vontade que tinham de o servir. Ponderou a grande honra que seria para todos, se trouxessem a Portugal os primeiros captivos; e como havia todos os indicios de que aquella terra era habitada por gente que se entregava ao commercio, propôz-lhes que elle e mais nove que quizessem acompanhal-o iriam ao longo do rio procurando indigenas, e que, se tanto fosse preciso, travariam combate para fazerem algum captivo.

A proposta foi acceita, concordando todos em manifestar os seus bons desejos de servir o infante, mesmo a preço de suas vidas. Finalmente, partiu Antão Gonçalves com nove dos seus companheiros que lhe pareceram mais aptos para a empreza. Depois de andarem algumas leguas e quando já estavam extenuados, encontraram um homem nú, que seguia um camello e levava duas azagaias na mão. Os nossos apresaram-n'o, depois que o indigena debalde tentou defender-se. Viram logo n'um outeiro [1] um magote de

[1] Este outeiro, diz o visconde de Santarem, acha-se marcado nas cartas portuguezas ineditas da Bibliotheca Real de Paris, situado ao sul do rio do Oiro.

Digitized by Google

indigenas, cujo rasto já haviam notado, mas não se dirigiram a elles, porque já estavam muito fatigados e approximava-se a noite. Entretanto viram uma negra, que era escrava dos que estavam no outeiro, e aprisionaram-n'a tambem. Os outros quizeram acudir, mas desistiram de o fazer, quando viram os nossos corajosamente preparados para a defeza. Depois d'isto voltaram os portuguezes para o navio a fim de tomarem algum descanço, muito satisfeitos por terem realisado uma empreza que tanto agradaria ao infante [1].

A este tempo fundeava no mesmo porto uma caravela commandada por Nuno Tristão, que o infante encarregára de avançar quanto possivel para além da Ponta da Galé e empregar todos os esforços para apresar algum indigena. Então Gonçalves contou a Nuno Tristão como apresára os dois captivos, que não poderam ser entendidos, nem mesmo por um interprete allárabe que Nuno levava comsigo. A nobre emulação que tinham os marinheiros em servir o infante despertou logo em Nuno Tristão o desejo de ir tambem fazer alguns captivos, com o que D. Henrique devia ficar mais satisfeito. Apresentou a proposta aos seus companheiros e communicou-a tambem a Antão Gonçalves. Este observou que não lhe parecia certo o exito da empreza, porque ignorava onde era a povoação dos mouros, e não podiam os portuguezes, sem gravissimo perigo, internar-se muito no ser-

1 *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. XII.

Digitized by Google

tão a procural-os. Nuno Tristão estava quasi resolvido a condescender com esta advertencia, mas não lh'o consentiu o ardor de dois dos seus companheiros, Gonçalo de Cintra e Diogo Annes de Valladares, homens valentes e dedicados. De noite partiram, pois, alguns portuguezes de cada navio, e effectivamente encontraram perto de uma povoação um magote de indigenas, dos quaes aprisionaram dez e mataram quatro na escaramuça.

Depois d'este feito voltaram os portuguezes para os navios. Todos instavam com Nuno Tristão que recompensasse o valor de Antão Gonçalves, fazendo-o logo cavalleiro. Mas o joven heroe não se julgava com direito a tamanhas honras, nem as ambicionava, e foi preciso instar muito para vencer a sua delicada modestia. Afinal foi armado cavalleiro, e por isso se chamou áquelle logar Porto do Cavalleiro [1].

Entre os captivos ia um que parecia ter alguma superioridade aos outros, e chamava-se Adahu; só este é que foi entendido pelo allárabe que ia com Nuno Tristão, por ter aprendido a lingua mourisca talvez em alguma viagem. D'elle souberam os portuguezes que aquelles povos eram azenegues e habita-

[1] «Este porto do Cavalleiro se vê marcado na carta d'Africa do atlas portuguez da Biblioth. R. de Paris já citado, e em outra magnifica carta portugueza em pergaminho da mesma Bibliotheca, egualmente do seculo XVI; n'aquellas cartas se lê aquelle nome áquem do cabo Branco, o qual fica situado a 20 gr. 46m,55 lat. Nort.». (Visconde de Santarem, nota á pag. 83 da *Chron. do descobr. e conquista de Guiné).*

Digitized by Google

vam a costa do Saharâ [1]. Procurando haver mais algum conhecimento da terra, os nossos mandaram dizer aos azenegues pelo interprete allárabe e por uma das mulheres que tinham presas a bordo, que podiam vir, se quizessem, tratar do resgate de alguns capti-

[1] A respeito da lingua d'estes povos, e da terra de Saharâ, escreve o visconde de Santarem, annotando Azurara:

«*Vid.* Ritter: *Géogr. comparée*, t. III, 366 — *Azenagha*. Este A. diz que fallão *Berbere*. Sobre esta lingua vide o curioso artigo *Berber* de M. d'Avezac, na *Encyclopédie des gens du monde*.

«Quanto aos Azenegues, Barros diz (*Decad.* I, liv. I, cap. 2): «Os paizes que habitão os povos Azenegues que confi-«nam com os negros de Jalof, onde se começa a região da «Guiné».

«*Saharâ*. Denominação que significa deserto. Os geographos têm usado dos seguintes nomes: Zaharâ, SSahharâ, Sarra e Sahar. Os habitantes d'este mar d'areia chamam-lhe *Saharacin* (Sarracenos), *filhos do deserto* (*vid.* Ritter, III, 360); todavia esta denominação de Sarracenos foi applicada em grande generalidade pelos AA. da edade media, principalmente pelos chronistas christãos. Plano Carpino, por exemplo, julga que na India existiam Sarracenos negros.

«Sobre as questões etymologicas ácerca d'este nome, *Vid.* a excellente obra de M. Renaud, intitulada: «*Invasions des Sarrasins en France*, IVe partie, pag. 227 e seg.

«*A lingoagem daquelles não he Mourisca*».

«Entre as differentes tribus africanas que invadiram a França, havia diversas que fallavam differentes linguas. M. Renaud, na obra citada, diz:

«Une partie seulement parlait la langue arabe; le reste «faisait usage du *berber*, ou de tout autre idiome». Este sabio orientalista cita o A. arabe Ibn-Alcouthya (vid. *Invasions des Sarrasins*, pag. 242)». (Log. cit.).

Digitized by Google

vos. Elles vieram, effectivamente, mas apenas trataram de armar aos portuguezes uma cilada em que estes não cahiram. Então os nossos dividiram entre si os captivos e seguiram o seu destino. Antão Gonçalves voltou a Portugal com o carregamento que o infante lhe encommendára e com os captivos que lhe pertenciam. Nuno Tristão, depois de corajosamente reparar a sua caravela, com a mesma tranquillidade como se estivera no porto de Lisboa, seguiu a sua viagem, passou a Ponta da Galé e chegou a um cabo a que deu o nome de Cabo Branco [1]. Viram ahi rasto de homens e encontraram algumas rêdes; mas vendo que d'esta vez não podiam avançar mais no conhecimento da terra, voltaram para o reino [2].

Foi com grande prazer que o infante recebeu os primeiros captivos, e por isso remunerou generosamente os trabalhos de Antão Gonçalves e Nuno Tristão. Em seguida enviou uma embaixada ao papa Eugenio IV, solicitando indulgencias para os que se empregavam na obra dos descobrimentos, e tratando outros assumptos de que nos occuparemos adeante.

Apesar de ser muito bem tratado, como todos os outros captivos, Adahu não cessava de pedir a Antão Gonçalves que o levasse de novo para a sua terra, affirmando-lhe que por si daria cinco ou seis mouros, e que tambem obteria bom resgate por dois mancebos que egualmente se achavam captivos. Antão Gon-

---

1 É o nome que ainda hoje conserva.

2 *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. XIII.

Digitized by Google

çalves representou ao infante quanto seria conveniente attender o pedido de Adahu, porquanto não só d'aquella fórma se ganhariam mais almas para o céo, mas tambem seria possivel obter melhor conhecimento da terra. Estas considerações foram bem recebidas do infante, que encarregou Antão Gonçalves de ir effectuar o resgate e de procurar algumas informações não só d'aquella terra, mas tambem das Indias e do Prestes João [1].

---

1 «É antiquissima esta tradição do Prestes João, mas o seu reino occupou differentes posições nos mappas, passando da India para a Africa, até que afinal se fixou na Abyssinia, onde existe effectivamente o Christianismo desde épocas remotas.

«N'um documento encontrado por Mr. Thomassy na bibliotheca de Nancy, documento do seculo XII, conta-se que veio a Roma em 1123 o patriarcha das Indias. Era pontifice Calixto II, e a chegada d'esse personagem vindo da India produziu em toda a Italia geral espanto. Eis o texto: Sane Patriarcha Indorum Romam adveniens, illius scilicet Indiæ, quæ ultima mundi finem facit, adventu suo Romanis et universæ fere Italiæ stupendum miraculum fecit; cum per innumerorum curricula annorum de partibus Indiæ et tam de longinquis regionibus et barbaris per totam pené Italiam visus, nunquanque fuisset præter istum et supradictum beatæ memoriæ *patriarcham Johannem*.

«Aqui temos o patriarcha João ou o Prestes João na India. No seculo XV já o Prestes João passou para a Africa, chamando-se agora Presbytero João, como se vê d'uma nota escripta pelo cardeal Guilherme de Fillastre no verso dos mappas da Cosmographia de Ptolomeu:

«Quarta Africe tabula, tota pené ad austrum et ultra Egi-

Digitized by Google

Preparou-se Antão Gonçalves para a viagem, e

ptum continet Getuliam, Libiam interiorem, Ethiopiam junctam Egipto, Nubiam, Indiam inferioremque ad Ethiopiam vergit et ipsam Ethiopiam... Et in istis India et Ethiopia est terra *presbyteris Johannis christianni*, qui dicitur regnare super 72 reges, quorum 12 sunt infideles, reliqui christiani, sed diversorum rituum et sectarum.

«Istius presbyteri Johannis duo ambassiatores, unus christianus et alter infidelis, hoc anno Domini millesimo quadringentesimo vicesimo septimo quo hœ tabulæ descriptæ fuerunt, venerunt ad regem Aragonum Alfonsum».

«Isto quadra bem com o imperador d'Abyssinia, cujo titulo foi sempre *négus* ou rei dos reis, o que parece tambem ser designado pelo «*dicitur regnare super 72 reges*». A noticia vaga que havia d'este monarcha foi o que incitou muitos commettimentos atrevidos dos nossos, que tentavam ligar-se com elle, e o procuravam até na India, onde antigamente se suppunha que estava o seu reino collocado. Devia ser grande o desapontamento dos enviados de D. João II, quando se viram face a face com o celebre Prestes João, cuja dynastia findou n'este anno de 1868, em presença das tropas de sir Robert Napier, com o tiro de pistola que fez saltar os miolos de Theodoro, ultimo *négus* da Abyssinia, da descendencia de Salomão, como elles pretendiam.

«Mas d'onde vinha este nome de Prestes João? Guilherme Lejean, que foi muito tempo consul na Abyssinia, attribue ou na sua *Voyage en Abyssinie* publicada no jornal *Tour du monde*, ou n'um artigo intitulado *Théodore II et l'Abyssinie* publicado na *Revista dos dois mundos* do anno de 1864, a origem d'este nome ás palavras *Rete djan oi*, com que os subditos abyssinios dirigem aos seus soberanos qualquer supplica, mas o facto d'elle ser primeiro chamado *Patriarcha João*, depois *Presbytero João*, e finalmente *Prestes João*, nos documentos da edade média, parece destruir a hypothese do escriptor francez, tor-

Digitized by Google

com elle embarcou tambem um fidalgo allemão [1] que estava em Lisboa e ardia em desejos de tomar parte n'alguma empreza maritima. Logo no principio da viagem sobreveio tão grande tempestade, que obrigou os navegantes a voltar ao porto de Lisboa, d'onde tinham partido [2]. Embarcando novamente, chegou Antão Gonçalves ás terras onde devia fazer-se o resgate, e ahi pôz em liberdade o captivo Adahu, vestido com boas roupas que lhe déra o infante D. Henrique. Mas apesar de ter promettido voltar com o preço do seu resgate, Adahu não permittiu que os nossos lhe pozessem mais a vista em cima. O engano serviu a Antão Gonçalves de escarmento e «avisamento, diz Azurara, de nom fyar de nhuũ sem mais certa segurança». Antão Gonçalves avançou quatro leguas pelo rio do Oiro, e demorou-se lá alguns dias sem vêr nenhum morador da terra; só no oitavo dia apparece-

nando mais verosimil a conversão de *Presbytero* em *Prestes*. Decidam os eruditos». (Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, nota á pag. 283).

[1] «Barros diz que «*era gentil homem da casa do empera-«dor Frederico* III, o qual, com desejo de ganhar honra, viera «dirigido pelo mesmo emperador». (*Decad.* I, cap. 7). Este imperador desposou a infanta D. Leonor de Portugal». (Visconde de Santarem, nota á pag. 95 da chronica de Azurara).

[2] De certo por equivoco, o snr. Pinheiro Chagas dá esta expedição partida de Lagos (*Hist. de Port.*, vol. II, pag. 284); Azurara diz muito claramente: «e começando fazer sua vyagem, sobreveo tam grande tormenta, que lhe foe necessaryo tornar outra vez a Lixboa, donde partira». (Chronica citada, cap. XVI, pag. 95).

Digitized by Google

ram dois azenegues, um dos quaes vinha montado n'um camello branco, a pedirem que esperassem por outros que deviam chegar no dia seguinte, a fim de se negociar o resgate dos dois mancebos que estavam a bordo. Effectivamente vieram no dia seguinte muitos azenegues, que a troco dos dois captivos deram dez negros de ambos os sexos, algum oiro em pó [1],

[1] Referindo-se a este oiro, diz Azurara (pag. 97): «o qual parece que se acha entre elles». Annotando esta passagem, escreve o visconde de Santarem:

«O A. parece ignorar que o oiro era alli trazido do interior pelas caravanas que desde a antiguidade faziam este commercio atravez do grande deserto, principalmente depois da invasão dos arabes. Sob o imperio dos kalifas este commercio do interior d'Africa se estendia não só até á extremidade occidental d'este continente, mas até mesmo á Hespanha. As caravanas atravessavam os vales e planicies de Suz, de Darah e de Tafilet ao sul de Marrocos. (Vid. *Geographia Nubiensis,* edit. de 1619, pag. 7, 11, 12 e 14. Hartmann's Edrisi, pag. 26, 49, 133, 134).

«Este oiro de que trata o A. vinha do paiz dos negros, chamado Onangara, como se vê em Edrisi, e em Ibn-el-Onardi nas *Notices et extraits des manuscrits de la Bibliothèque du Roi,* fol. 11, pag. 33 e 37.

«Marmol y Carvajal, e Leão Africano fallam varias vezes do oiro de Tiber trazido de Onangara.

«A denominação de Tiber é derivada da palavra arabe Thibr, que significa oiro. *(Vid.* Walckenaer, *Recherches géographiques sur l'intérieur de l'Afrique,* pag. 14).

«Cadamosto, tratando do commercio d'Arguim, diz, cap. x, que alli traziam *oiro Tiber.*

«Barros *(Decad.* I, cap. 7) diz: «É huma quantidade de «ouro em pó, que foi o primeiro que n'estas partes se resgatou,

Digitized by Google

uma darga [1] e muitos ovos de avestruz. D'esta negociação foi encarregado um Martim Fernandes, creado do infante, que pelos modos comprehendia bem a lingua dos azenegues. Quem não voltava era o chefe Adahu, e por isso Antão Gonçalves regressou a Portugal, jurando lá para os seus botões que nunca mais se fiaria em palavra de mouro.

Em 1443 emprehendeu Nuno Tristão outra viagem a fim de descobrir terras para além do Cabo Branco; avançou umas vinte e cinco leguas para o sul e encontrou uma ilha chamada ilha de Gete [2], onde fez alguns captivos. Perto d'esta ilha havia uma outra a que chamaram ilha das Garças, por n'ella haver grande quantidade d'estas aves [3]. Em seguida voltou a Portugal.

«d'onde ficou a este lugar por nome Rio do Ouro, sendo somente hum esteiro d'agoa salgada que entra pela terra dentro «obra de seis legoas».

[1] «Darga, adarga, escudo oblongo de coiro». (J. I. Roquete, *Glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas que se encontram na* Chronica da conquista de Guiné, *de Azurara*).

[2] Os naturaes chamavam-lhe Ghir, e os nossos deram-lhe depois o nome de Arguim, que ainda hoje conserva. «Em Arguim, diz o snr. Pinheiro Chagas, mandou o infante em 1448 construir um forte, que nos foi tomado pelos hollandezes em 1638, tomaram-n'o os inglezes em 1675, os francezes em 1678, os hollandezes de novo em 1685, outra vez os francezes em 1721, os hollandezes pela terceira vez em 1722. A fortaleza construida pelo infante foi pelos francezes arrazada». (*Hist. de Port.*, vol. II, nota á pag. 285).

[3] A ilha a que deram o nome da Ilha das Garças. (Bar-

Digitized by Google

Ao passo que avançavam os descobrimentos e se reconheciam as suas vantagens, tambem os marinheiros se iam inflammando no desejo de ganhar honras e riquezas aventurando-se ao mar. Um dos que se offereceram para a obra dos descobrimentos foi Lançarote, escudeiro do infante e almoxarife d'el-rei na villa de Lagos. A proposta foi logo acceita, como é natural, e Lançarote preparou seis caravelas, das quaes elle era o primeiro capitão. Em sua companhia foram tambem: Gil Eannes, que dobrára o cabo Bojador; Estevam Affonso, Rodrigo Alvares, João Dias e João Bernardes. Visitaram as ilhas das Garças, de Naar e de Tider, e foram tambem ao cabo Branco, trazendo depois para o reino duzentos e trinta e cinco captivos, que lhes custaram algumas luctas com os naturaes d'aquellas terras.

Em 1445 foi Gonçalo de Cintra encarregado pelo infante de proseguir no descobrimento da costa da Guiné. Partiu Gonçalo de Cintra, mas, cego pela ambição, deteve-se em Arguim para capturar alguns naturaes. Debalde se oppozeram os seus companheiros, ponderando que aquella digressão era contraria ás ordens do infante e não offerecia vantagens sérias. Chegaram de noite á ilha, mas foram presentidos pelos habitantes, que se retiraram, de fórma que de manhã

---

ros, *Decada* 1, cap. 7). Esta ilha, escreve o visconde de Santarem, é uma das d'Arguim. Vê-se marcada com este nome nas antigas cartas. Na carta de Gastaldi, publicada em Veneza em 1564, para a qual serviram de elementos geographicos as antigas cartas portuguezas, lê-se *Ilha ou Banco das Garças*.

Digitized by Google

só poderam os nossos capturar uma mulher. D'alli passaram a outra ilha que ficava proxima, e tambem agora nada mais poderam que capturar uma mulher, pois os naturaes tinham-se retirado, avisados por um azenegue que Gonçalo de Cintra levava como lingua e que lhe fugira de noite. Tambem alli foram enganados por um indigena, que se apresentára como desejoso de vir para Portugal a matar saudades dos parentes e amigos que já cá tinha; era um simples espião, que á segunda noite que passava na caravela, teve mais cuidado em fugir que os nossos tiveram em guardal-o. Em tudo isto viam maus presagios os companheiros de Gonçalo de Cintra, que persistia na sua primeira resolução. Dirigiu-se á ilha de Naar, cujos naturaes já estavam avisados, por ficarem as ilhas proximas umas das outras. Gonçalo de Cintra internou-se na ilha com doze homens; mas talvez quando menos o esperava cahiram-lhe em cima uns duzentos indigenas. Os nossos combateram valorosamente; porém, a desproporção era tão grande, que se tornava impossivel toda a defeza. Morreu Gonçalo de Cintra, victima da sua imprudencia, e sete dos seus companheiros [1].

1 *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, c. XXVII. «Ou erra gravemente Azurara, escreve o snr. Pinheiro Chagas, dizendo que Gonçalo de Cintra «*fez guiar a caravella contra a ilha de Naar*» (pag. 143), que é um dos ilhéus d'Arguim, ou se enganou Bartholomeu Dias, quando pôz ao sitio onde imaginou que Gonçalo de Cintra fôra morto esse nome. Esta ultima supposição é mais provavel, porque em Arguim é que os nossos

Digitized by Google

Ainda n'este anno de 1445 passaram á Africa tres caravelas, commandadas respectivamente por Antão Gonçalves, Gomes Pires e Diogo Affonso, para vêr se podiam travar relações commerciaes com os mouros. Nada conseguiram, porém, senão capturar um indigena. Trouxeram comsigo um mouro velho que espontaneamente mostrou desejos de vir vêr o infante, e que voltou para a sua terra depois de receber muitas mercês em Portugal. É notavel a coragem de um escudeiro que ia com Antão Gonçalves e que se deixou ficar sósinho n'aquella terra para melhor a vir a conhecer e dar informações ao infante. Chamava-se João Fernandes [1].

No mesmo anno de 1445 voltou á Africa Nuno Tristão, que se dirigiu ás ilhas de Arguim. Como as encontrasse deshabitadas, por terem os naturaes fugido para se livrarem das incómmodas visitas dos portuguezes, avançou Nuno Tristão no reconhecimento da costa. E tanto andaram, diz o chronista, que encontraram uma differente da primeira. Esta era arenosa e esteril, e a que agora viam estava coberta de palmeiras e outras arvores [2]: era a Senegambia. Nuno

esperavam encontrar grande quantidade de captivos; ora, a angra conhecida nos mappas pelo nome d'angra de Gonçalo de Cintra, bahia de Cintra ou Ira-Barra, fica apenas 14 leguas ao sul do Rio do Oiro e proximamente dois gráos e meio ao norte d'Arguim». *(Hist. de Port.,* vol. II, nota á pag. 287).

[1] *Idem,* cap. XXIX.

[2] Diz o visconde de Santarem, annotando Azurara: «Comparando-se esta relação do A. com as cartas ineditas já cita-

Digitized by Google

Tristão quiz saltar em terra, onde avistou homens, mas não lh'o consentiu a braveza do mar. Retrocedeu, pois, dirigindo-se ás ilhas de Arguim, e ahi desembarcou, não nas ilhas, mas em terra firme, e tomou uns vinte e um mouros. Azurara não nos dá pormenores d'este facto, «porque, diz elle, Nuno Tristam era ja finado ao tempo que elRey dom Affonso mandou screver esta estorya [1]».

Estamos no periodo em que maior actividade se desenvolveu no descobrimento da costa africana. Desde que Nuno Tristão chegou á Senegambia e ahi deparou com regiões cobertas de verdura, desde que aos portuguezes se apresentava na Africa um novo mundo sorridente de esperanças para os seus ambiciosos sonhos, a marcha para o sul devia adeantar-se rapidamente, a emulação dos marinheiros do infante devia apressar o reconhecimento da costa.

---

das, vê-se que Nuno Tristão depois de reconhecer de novo as ilhas d'Arguim, corrêra ao longo da costa para o sul, os seguintes logares: Ilha Branca, Rio de S. João, Golpho de Santa Anna, Moutas, Praias, Furna, Cabo d'Arca, Resgate e Palmar. Este ultimo logar é sem duvida o que o A. diz *que viram acompanhado de muitas palmeiras*».

[1] «Recommendamos á attenção do leitor — commenta o visconde de Santarem — esta importante passagem, pela qual se mostra quanto esta Chronica é preciosa pela sua authenticidade, visto que a dita passagem nos revela que Azurara não só consultára os documentos escriptos, mas até os mesmos descobridores testemunhas oculares d'estes factos, visto que elle confessa não poder fallar da particularidade de que trata *por Nuno Tristão ser já finado*».

Digitized by Google

N'esse mesmo anno de 1445, Diniz Dias [1], um nobre escudeiro que fôra creado d'el-rei D. João, sentiu despertar-se-lhe o genio aventureiro, ouvindo contar maravilhas das terras africanas, e pediu ao infante que o empregasse n'alguma expedição para não cahir na ociosidade. Propostas d'esta natureza eram sempre bem recebidas pelo infante, que logo fez armar uma caravela em que embarcou Diniz Dias, muito resolvido a avançar para além do ponto que até então fôra attingido. Pela primeira vez passou a foz do Senegal, e chegou, diz o chronista, á terra dos negros chamados guineus [2]. Velejando ao longo da costa, foi o navio avistado pelos naturaes da terra, que ficaram muito maravilhados, pensando que era algum peixe, ou phantasma, ou alguma ave que cor-

[1] João de Barros chama-lhe Diniz Fernandes, mas é preferivel o testemunho de Azurara, que talvez o conhecesse pessoalmente.

[2] «Os portuguezes — diz Major — deram o nome de Guiné á terra situada a noroeste do Senegal ou Senegambia, emquanto que ella se restringe presentemente á costa meridional. Primitivamente suppunha-se que a Guiné de facto começava no cabo de Não. Ainda em periodo tão tarde como os principios do XVI seculo, em um tratado entre Hespanha e Portugal sobre os limites das suas respectivas conquistas em Africa, perseverava a opinião de que os limites da Guiné começavam entre os cabos de Não e Bojador. Azurara foi o primeiro que considerou o Senegal como limite norte de Guiné. Diz elle que os negros se chamavam guineus, fazendo ver que se algumas vezes chamava á terra dos azenegues Guiné, era em observancia do uso, e não porque deixasse de reconhecer a differença que havia entre as duas terras». (*Vida do infante D. Henrique*, pag. 251).

Digitized by Google

ria pelo mar. Para se certificarem metteram-se quatro n'um batel e dirigiram-se á caravela [1]. Como os nossos apparecessem sobre o navio, os negros fugiram a toda a pressa, de fórma que não poderam ser capturados. Pouco depois encontraram outros bateis, cujos tripulantes fugiram egualmente; mas d'esta

[1] Em Azurara (pag. 158 e 159) encontra-se a seguinte passagem:

«E razoandosse assy sobre esta novidade, filharom quatro daquelles atrevimento de se certificar de tamanha duvida, e meteronse em huũ pequeno batel, feito todo de huũ paao cavado, sem outra nhuũa adyçom».

A esta passagem pôz o erudito visconde de Santarem a seguinte nota:

«Assim se acha no Codice, como verificámos ao corregir esta folha; mas parece-nos que houve aqui alguma omissão do copista, e que o texto se deve restabelecer da maneira seguinte: Filharom quatro daquelles *que tiveram* o atrevimento, etc.».

Não nos parece a nós que houvesse omissão alguma; pelo contrario, o texto está completo. *Filhar* ou *fylhar*, além da significação de tomar por força, guerreando, tambem se encontra algumas vezes na significação moral de tomar: *v. g.: filhar ousyo* (pag. 63), *filhar* conselho (pag. 149), *filhar* trabalho (pag. 207), etc. (J. I. Roquete, *Glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas que se encontram na* Chronica da conquista de Guiné *de Azurara*. D'esta fórma, a phrase quer dizer que os naturaes tomaram a ousadia de se metterem n'um batel para se certificarem da verdade, etc. O sentido que lhe attribue o visconde de Santarem, de que os nossos tomaram quatro dos naturaes, não só transtorna o periodo pelo accrescentamento das palavras «*que tiveram*», mas é opposto ao que poucas linhas abaixo diz Azurara, que os nossos não tomaram nenhum d'aquelles naturaes.

Digitized by Google

vez poderam os nossos capturar quatro, que foram os primeiros prisioneiros d'aquella terra. Continuou Diniz Dias a sua derrota, e chegou a um cabo a que pôz o nome de Cabo Verde, pelo aspecto que offerecia. D'ahi voltou com os seus companheiros para o reino, onde o infante os recebeu com grande contentamento [1].

Em 1446, tendo decorrido sete mezes depois que João Fernandes ficára no rio do Oiro para colhêr informações da terra e dos seus habitantes, foi Antão Gonçalves ter com o infante, a pedir-lhe alguns navios para ir buscar o escudeiro que a tanto se arriscára. Apromptaram-se logo tres embarcações, cujo principal commando foi dado a Antão Gonçalves, levando em sua companhia Garcia Homem e Diogo Affonso, creados do infante. Estes navios foram fazer provisões á ilha da Madeira, «porque — diz Azurara — avya hy ja grande abastança de mantimentos». Ahi combinaram dirigir-se ao cabo Branco, para onde cada um devia seguir com a sua caravela, no caso de serem separados por alguma tempestade. Sahiu certa a previsão; sobreveio um grande temporal, que desgarrou os navios e pôz em grave perigo as vidas dos navegantes. Quem primeiro chegou ao cabo Branco foi Diogo Affonso, que pôz em terra uma grande cruz de madeira, para que os seus companheiros, vindo depois, conhecessem que elle seguia adeante.

---

1 *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. XXXI.

Digitized by Google

Aquella cruz conservou-se alli por muitos annos, e parece que ainda lá estava quando Azurara escrevia a sua chronica [1]. Reuniram-se os navios, sendo o de Antão Gonçalves o ultimo a chegar. Disseram-lhe os seus companheiros que já por algumas vezes tinham ido a terra, mas que os naturaes tinham fugido antes de capturarem algum [2]. Antão Gonçalves propôz logo uma excursão á ilha de Arguim, a vêr se lá conseguiam fazer alguma preza. Partiram effectivamente, deixando os navios entregues aos subalternos, e chegaram á ilha cêrca da meia noite. Só encontraram um negro e uma filha, que capturaram, e por elle souberam que, se fossem a terra firme, á beira do mar achariam uma povoação dos mouros. Passaram o dia

[1] O chronista faz a seguinte consideração: «Bem se devya maravylhar alguũ doutro regno que per acertamento passasse por aquella costa, e visse antre os Mouros semelhante sinal, e nom soubesse algũa cousa dos nossos navyos que navegavam per aquella parte» (pag. 165).

«Este periodo de Azurara, diz Major, é citado por Mr. d'Avezac, para provar que os navios das outras nações tinham por costume passar n'aquelle rumo. Parece-me que demonstra exactamente o contrario. Se os navios de qualquer outra nação christã tivessem por costume passar n'aquella costa, o facto de haver alli uma cruz arvorada era cousa corrente, e tão facil de succeder, que estava muito longe de ser motivo de extrema admiração, segundo a descreve Azurara. Nem esses frequentadores da costa poderiam por fórma alguma ignorar, como phantasiou Azurara, as navegações dos portuguezes». (*Vida do infante D. Henrique*, nota á pag. 252).

[2] Chron. cit., cap. XXXII.

Digitized by Google

na ilha, e foram á noite com aquelle captivo em demanda da povoação; mas como se demorassem na viagem, só de manhã chegaram ao seu termo, quando os naturaes, presentindo-os, fugiam a toda a pressa. Ainda assim tomaram vinte e cinco, e com elles voltaram para os navios [1]. Na occasião do regresso encontraram João Fernandes, o dedicado escudeiro que havia mezes espreitava continuamente o horisonte, a vêr se descobria algum navio portuguez que de novo o conduzisse á patria [2].

«Parece que Fernandes — escreve Major — captivára a affeição dos naturaes durante sua estada entre elles. Disse a Gonçalves que havia um chefe, chamado Ahude Meymon, que queria entrar com elle em permutação de alguns negros, que trazia captivos. Gonçalves acolheu com muito contentamento a proposta, trocando alguns artigos de insignificante valor por negros e oiro. Ao logar ficou-se chamando o *cabo do Resgate*. Foi aqui armado cavalleiro por Gonçalves um ancião de nobre linhagem, da ilha da Madeira, chamado Fernão Tavares, que teve por honra especial ser-lhe conferida esta dignidade na terra recentemente descoberta. As caravelas seguiram depois para a ilha de Tider, onde tiveram um recontro com os naturaes, e por mui pouco escaparam do grande perigo de uma cilada. De passagem para o reino, Gonçalves entrou em Cabo Branco, onde fez preza de

1 Idem, cap. XXXIII.

2 Idem, cap. XXXIV.

Digitized by Google

quasi sessenta naturaes, com os quaes se tornou para Portugal, chegando a Lisboa a salvamento.

«O infante estava então no seu ducado de Vizeu, d'onde mandou arrecadar o quinto, e dos escravos, que restaram, fizeram os capitães venda na cidade, de que todos os interessados geralmente houveram grande proveito.

«Por agradado que o infante estivesse do bom exito de toda esta viagem, foi sua maior satisfação ver João Fernandes de volta, são e salvo, e apto a dar-lhe informações da terra e da gente. Contou Fernandes que a primeira cousa que os naturaes fizeram, foi despir-lhe o fato e dar-lhe uma manta como elles usavam. A gente com quem viveu eram pastores que vagavam com o gado por onde encontravam pasto. A herva era escassa, a terra deserta e arenosa, não havia arvores, senão pequenas, taes como figueiras do inferno (Palma Christi), espinheiros e algumas palmeiras. Flores muito poucas. Toda a agua era de poços, exceptuando a de pouquissimos riachos.

«A gente chamava-se alarves, azenegues e bereberes. Era mahometana. A linguagem d'elles, ou escripta ou fallada, differia da dos outros mouros [1]. Não tinham lei nem senhorio, e guerreavam com os negros, que tinham maior poder do que elles, por astucia mais que por força. Vendiam alguns d'estes negros aos mouros, que vinham á terra d'elles para esse fim.

[1] «Isto parece indicar que os bereberes ainda não tinham adoptado os caracteres arabicos».

Digitized by Google

Outros conduziam-n'os a Barca, que é alem de Tunis, e vendiam-n'os aos mercadores christãos, que alli iam, recebendo em troca pão e outras mercadorias, como faziam no Rio do Oiro. Aquella gente tinha em seu poder prisioneiros negros, quando Fernandes alli esteve, e algum oiro, que era trazido da terra dos negros. Possuiam grande numero de camellos, que podiam andar 50 leguas por dia; creavam abundancia de gado, apesar dos pastos serem poucos. Havia lá muitas emas, antas, gazellas, perdizes e lebres. As andorinhas partem de lá na primavera e voltam a invernar nas areias; as cegonhas passam á terra dos negros, onde permanecem durante o inverno.

«Estende-se esta região desde Tagaoz ou Tagazza até á terra dos negros, em um rumo; e até o Mediterraneo no fim do reino de Tunis, na Barca, no outro.

«Fernandes contou mais que vieram um dia ter com elle dois cavalleiros, que iam juntar-se com o chefe, que já mencionei, Ahude Meymon, os quaes lhe perguntaram se queria acompanhal-os. Acceitou-lhes com prazer o convite, e elles, montando-o em um camello, se pozeram todos a caminho. Durante este veio a faltar-lhes a agua que levavam, e estiveram tres dias sem ter que beber. Guiavam-se pelos signaes do céo e o vôo das aves, porque não havia outro caminho conhecido senão á beiramar. Por fim, a poder de supportarem a sêde, chegaram aonde estava Ahude Meymon com sua familia, e outros que o acompanhavam, que seriam ao todo perto de cento e cincoenta. Ao chefe fez Fernandes sua saudação, sendo mui bem

Digitized by Google

acolhido pelo mouro, que lhe mandou dar leite, e o tratou tão bem, que quando foi recebido pelas caravelas havia recuperado a boa côr e saude, que d'antes gosava, posto houvesse soffrido muito do calor da terra e da areia do deserto.

«Azurara cita mais particularidades a respeito dos azenegues, com quem Fernandes conviveu. O sustento d'elles era principalmente leite, e alguma vez carne com sementes de hervas bravas, que colhiam pelos montes. O trigo consideravam-n'o iguaria de luxo. Por muitos mezes elles e os cavallos e cães não se alimentaram senão de leite. Os que viviam na beiramar não comiam senão pescado, as mais das vezes cru ou secco. Trajavam vestes e bragas de coiro; e os mais abastados usavam de mantas. Tinham alguns cavallos bons, com sellas e estribos, e havia chefes que possuiam eguas de cria. As mulheres usavam de mantos com que cobriam os rostos, mas o resto do corpo traziam nú. As mulheres dos chefes usavam argolas de oiro nos artelhos, e outras joias. As mercadorias consistiam, alem de escravos e oiro que obtinham ou subtrahiam da terra dos negros, em lã, manteiga, queijos, tamaras, que importavam, ambar, algalia, anime, oleo e pelles de lobos marinhos, que abundavam no Rio do Oiro [1]».

Estimulado pelas riquezas que os navegantes encontravam na Africa, Gonçalo Pacheco, que era na-

[1] *Vida do infante D. Henrique*, pag. 253 e seg.

Digitized by Google

tural de Lisboa e fôra escudeiro do infante D. Henrique, pediu auctorisação para equipar uma caravela que tinha para seu serviço, e passar com ella ás terras ultimamente descobertas, e bem assim mais duas caravelas que queriam acompanhar a sua e pertenciam a Alvaro Gil, ensaiador da moeda, e Mafaldo, morador em Setubal. Tendo nomeado capitão da sua caravela Diniz Eannes da Grã, sobrinho de sua mulher e escudeiro do infante D. Pedro, partiu Gonçalo Pacheco em direcção ao cabo Branco. Ahi encontraram os navegantes um escripto de Antão Gonçalves, em que eram avisados os que por alli passassem de que não perdessem tempo em ir a uma povoação que ficava proxima, porquanto elle fôra visital-a e encontrára-a deshabitada. Dirigiram-se a outra aldeia que ficava a uma distancia de duas leguas, mas tambem lá não encontraram ninguem. Por conselho do piloto João Gonçalves Galego, que já fôra na expedição de Antão Gonçalves, seguiram alguns dos nossos, commandados por Mafaldo, para a ilha de Arguim; ahi e no continente proximo aprisionaram cincoenta e tres naturaes [1]. Avançando ao longo da costa até trinta e seis leguas ao sul de Tider, Alvaro Vasques tomou ahi sete naturaes, e Luiz Affonso Cayado tomou dez no dia seguinte. Continuaram velejando ao longo da costa, e chegaram a um cabo a que deram o nome de Cabo de Santa Anna, onde foram apresados trinta

[1] *Chronica*, etc., de Azurara, cap. XXXVII e XXXVIII.

Digitized by Google

e cinco naturaes por Alvaro Vasques e Diogo Gil. Como os habitantes fugiam ás visitas dos nossos, entenderam estes que não podiam alli demorar-se com grande proveito, e avançaram mais oitenta leguas para o sul. Quizeram desembarcar, mas sobreveio uma tempestade que os fez recuar até ao ponto em que Alvaro Vasques aprisionára sete captivos. Ahi saltaram em terra e fizeram mais doze prisioneiros. Entre o cabo Branco e o cabo de Tira [1] viram uma

[1] «Nas antigas cartas, escreve o visconde de Santarem annotando Azurara (pag. 220), não encontrámos cabo algum com este nome, mas combinando esta passagem com o que diz o A. no capitulo XXX, pag. 153 (como Nuno Tristão foi a *Tira*), e com a distancia de 80 legoas que elles navegaram depois de largarem da ilha das Garças, ou d'Arguim, parece que o cabo a que Azurara dá este nome, ou ao qual os nossos primeiros navegantes deram o nome de Tira, é ponta ou *tira* de terra da embocadura do Senegal, no logar marcado nas antigas cartas um pouco alem da Palma Seca, que se lê em muitas d'ellas, entre outras na de João Freire de 1546, e na de Vaz Dourado de 1571, posto que n'esta ultima se vê marcado um ponto alli proximo com o nome de *Tarem*, que aliaz se não encontra nas precedentes. Como quer que seja, pelas distancias latitudinaes entre Arguim, e aquella ponta da embocadura do Senegal, parece que o cabo de Tira de que falla o A. é o logar que indicamos. Apesar do lastimoso laconismo d'Azurara ácerca de um facto tão interessante para a historia da geographia, vemos todavia por esta passagem que as explorações, e reconhecimentos das bahias, enseadas e pontos d'aquella parte da costa d'Africa iam sendo progressivamente examinados pelos nossos maritimos, e que aos mesmos deram os nomes que serviram para a nomenclatura hydro-geographica adoptada por todas as nações desde os fins do seculo XV, até quasi aos fins do XVII.

Digitized by Google

ilha, pequena e arenosa, onde encontraram algumas rêdes e mais petrechos de pesca e grande numero de tartarugas. No dia seguinte voltaram á ilha, e já não encontraram as rêdes, mas algumas tartarugas presas com cordas, exactamente como tinham sido colhidas. Passaram a outra ilha que ficava proxima, onde os naturaes lhes tinham preparado uma emboscada. Atacados por um grande numero de indigenas, os nossos tiveram de retirar, perdendo sete homens que ficaram mortos no campo do combate. Perderam tambem um batel, que os inimigos levaram para a ilha de Tider, onde o desmancharam, diz Azurara, por lhe tirarem as tábuas com a pregadura. Um dos captivos contou depois aos portuguezes que os naturaes comeram os christãos que ficaram mortos, facto negado por outros prisioneiros. É certo, diz Azurara, que elles costumavam comer uns aos outros os figados e beber o sangue áquelles que lhes matavam seus paes, filhos ou irmãos, e tomavam isto por uma grande vingança [1].

Preparava-se agora uma expedição com forças bastantes para castigar a morte de Gonçalo de Cintra e outros maus tratos que os naturaes da ilha de Tider e suas visinhanças tinham infligido aos portuguezes. A expedição constava de vinte e seis caravelas e uma fusta, partindo de Lisboa, da Madeira e de La-

---

(*Vid.* sobre este objecto a nossa *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portuguezes na costa d'Africa occidental*, § IX)».

[1] Chronica citada, cap. XLVIII, pag. 227.

Digitized by Google

gos. D'este ultimo porto sahiram em 1447 [1] quatorze caravelas, cujo principal commando foi dado a Lançarote, que já anteriormente se distinguira em terras d'Africa. Era tanto maior esta honra concedida a Lançarote, quanto eram respeitaveis os outros capitães da frota, entre os quaes se contavam Soeiro da Costa, Alvaro de Freitas, Gomes Pires, Pallenço, Gil Eannes e outros, todos homens assignalados pelos seus importantes serviços. Sahiram as quatorze caravelas de Lagos, e, como a viagem corresse prospera, começaram a experimentar a velocidade de cada uma, depois de combinarem que, no caso de se desgarrarem, todos se encontrariam no cabo Branco. Quem mais se adeantou foi Lourenço Dias, de fórma que chegou primeiro á ilha de Arguim, onde encontrou as tres caravelas de Gonçalo Pacheco, promptas a voltar a Lisboa depois do desastre succedido aos tripulantes. Sabendo da nova expedição e do fim que levava, os companheiros de Pacheco desistiram do seu regresso ao reino, apesar de terem falta de mantimentos. Preferiram reduzir as rações para acompanharem Lourenço Dias, e na verdade seguiram com elle para a ilha das Garças, onde esperaram pelas outras caravelas.

«Acharam alli, diz Major, grandes bandos de aves, com que refrescaram as provisões; e havia especialmente n'aquellas paragens umas aves chamadas cróes,

[1] Por equivoco ou por erro typographico, Major dá esta frota partida em 1445 (obr. cit., pag. 258). Vej. Azurara, chron. cit., cap. LI, pag. 237.

Digitized by Google

que são todas brancas e maiores que cisnes. Tinham os bicos de comprimento maior de covado, com tres dedos de largo, e pareciam tão bem polidos como a bainha de uma cimitarra de pachá. A bôca e o papo eram tão grandes que a perna de um homem, por maior que fosse, lhe cabia por elles até ao joelho. Ha evidente exagero na descripção; mas a ave parece ser uma especie de marabú jabiru [1].

«Quando chegaram alguns navios, entre elles os

1 «Esta ave, diz o visconde de Santarem, é o *Buceros Nasutus* de Linneu, e a que os francezes chamam Calao-Tock. Apesar d'alguma exageração que se nota na descripção do A., é indubitavel que a ave de que se tracta é a que os negros do Senegal chamam Tock, e que os portuguezes chamaram cróes. Latham lhe chama *Buceros Africanus*.

«Brisson formou duas especies, Linneu e Latham duas variedades; mas Buffon as considerou como individuos da mesma especie, facto que é aliaz attestado por Sonini. Buffon diz que o bico separado do corpo tem um pé de longo, e é de desmesurada grossura. (*Vid.* Buffon, plan. 933). O lavor de que falla Azurara procede não só dos poros do bico, mas principalmente por uma especie de cortaduras em forma de meias luas que a dita ave tem no bico.

«Se o celebre naturalista Aldrovandi foi o primeiro que deu o desenho do enorme bico d'este passaro, a mais antiga descripção d'elle é certamente esta que nos dá Azurara. Não foi pois o padre Labat o primeiro viajante que viu e observou este passaro notavel, como diz Buffon, mas sim Lourenço Dias e outros portuguezes seus companheiros em 1447, isto é, quasi 300 annos antes de Labat.

«Sobre esta ave veja-se a Memoria de Geoffroi de Villeneuve (*Actes de la Société d'histoire naturelle de Paris*)». (Nota á pag. 242 da *Chronica* de Azurara).

Digitized by Google

de Lançarote, de Soeiro da Costa, de Alvaro de Freitas, de Gil Eannes e de Gomes Pires, foram escolhidos duzentos e setenta e oito homens para o ataque, e mandados a terra em tres bateis [1], governados por pilotos que já alli tinham estado e conheciam o sitio. Tinham intento de tomar os naturaes por surpreza; mas tudo lhes foi contrario. Os pilotos mostraram-se inferiores á empreza que lhes fôra confiada; a noite era escura, a agua baixa. Encalhados os bateis, viram-se forçados a esperar pela maré, e ainda não tinham chegado á ilha, já era alto dia. Indo espaço de tres leguas pela praia, chegaram a Tider, onde viram proximo grande numero de naturaes, que se mostraram promptos a pelejar. Seguiu-se um conflicto em que foram mortos oito indigenas e quatro ficaram prisioneiros. Pozeram-se então em fugida, saltando para a agua, e nadando em direitura a um estreito, para onde já tinham passado as mulheres e filhos. Antes de voltarem aos navios, os portuguezes foram á povoação abandonada pelos naturaes, e acharam agua, com o que tiveram grande prazer, pois estavam quasi morrendo á sêde. Entre os productos da terra acharam tambem alguns algodoeiros.

---

1 Salta aos olhos a impossibilidade de se metterem 278 homens dentro de tres bateis. Major interpretou mal Azurara, cujas palavras são as seguintes: «determinando que sua ida fosse muyto cedo, de guisa que ante manhaã fossem dar na povoraçom da ilha de Tider; que fossem ante das caravellas tres batees, nos quaaes saissem pillotos, que ja fossem em aquella terra, e que soubessem o caminho». (Cap. LIV, pag. 251).

Digitized by Google

«Aqui foram Soeiro da Costa e Diniz Eannes da Grã armados cavalleiros por mão de Alvaro de Freitas, voltando depois para Lisboa Eannes da Grã com as tres caravelas da expedição de Pacheco.

«No dia seguinte, voltando os naturaes quasi a tiro de pedra das caravelas, pozeram-se a bailar na praia em tom de desafio. Alguns portuguezes, á testa dos quaes se pôz um ardido moço da casa do infante, chamado Diogo Gonçalves, e Pero Allemão, natural de Lagos, passaram a nado para terra, e dentro em pouco os obrigaram a fugir, ficando cincoenta e sete captivos. Perseguiram os fugitivos até uma povoação chamada Tira, á beira-mar, quasi a oito leguas de distancia; mas acharam-n'a deserta, e mais outras duas.

«No dia seguinte, estando reunidos todos os capitães da frota, declarou-lhes Lançarote que, visto achar-se já conseguido o fim para que alli tinham ido, pois que a ilha de Tider fôra conquistada, e dispersados os habitantes, cessavam suas funcções de capitão-mór; porque as ordens do infante eram, que depois de tomada a ilha, cada um dos capitães podia fazer de si o que lhe aprouvesse, seguindo a derrota que lhe parecesse prometter mais vantagem. Então, depois de fazerem boa partilha dos captivos, perguntou aos differentes capitães o que intentavam fazer. Soeiro da Costa, Vicente Dias (armador), Gil Eannes, Martim Vicente e João Dias, decidiram tornar para Portugal, porque as caravelas eram pequenas, e o inverno estava proximo.

«Na volta resolveram explorar até á sua extremidade aquelle braço de mar que é formado pelo cabo

Digitized by Google

Branco. Fundeados á entrada d'este esteiro, seguiram quatro leguas nos bateis, e, chegando ao cabo d'elle, desembarcaram. Ahi toparam com algumas choças, onde tomaram oito naturaes, que lhes disseram não haver outros habitantes nas visinhanças. Soeiro da Costa mudou então de parecer, e retrocedeu a Tider para obter resgate por uma mulher e o filho de um chefe d'aquelle sitio. Bem arrependido ficou do expediente que tomára, porque, depois de entregar um mouro e um judeu como em penhor de sua boa fé, a mulher, lançando-se á agua, nadou para terra, e os naturaes só quizeram entregar os tres com a condição de se lhes darem outros tres em troca. Era grave a alternativa; mas Costa viu-se obrigado a soffrer a perda, e a voltar para Portugal [1]».

Na occasião em que Lançarote consultou os capitães da frota sobre o que tencionavam fazer, Gomes Pires, capitão da caravela d'el-rei, ao contrario d'aquelles que resolveram voltar ao reino, declarou que, sendo vontade do infante receber informações da terra dos negros, especialmente do rio Nilo [2], es-

[1] *Vida do infante D. Henrique*, pag. 258 e seg.

[2] O rio de que aqui se trata é o Nilo dos Negros, ou o Senegal, que conservou o nome de Niger até fins do seculo passado. Suppunha-se na edade média que o Senegal era um dos braços do Nilo, que nascendo no Atlas, se dividia depois em differentes braços, dos quaes um corria para o Egypto e outro para o occidente, dando-se a este o nome de Nilo dos Negros. Já anteriormente tivemos occasião de expôr estas idéas geographicas em voga na edade média.

Digitized by Google

tava decidido a navegar para aquellas partes, a fim de colhêr todas as informações que lhe fosse possivel. Lançarote concordou plenamente com esta resolução, e logo tambem Alvaro de Freitas declarou que do melhor grado os acompanharia até onde quizessem, mesmo ao Paraiso Terreal, se fosse necessario [1]. A

[1] «Chamamos a attenção do leitor sobre esta passagem, aliás muito interessante, visto que o dito de Alvaro de Freitas indica indubitavelmente uma ideia geographica ácerca da situação do Paraiso Terrestre, conforme os conhecimentos cosmographicos da edade média, e da distancia em que elles se acharam d'aquellas deliciosas paragens.

«Os maritimos que o infante empregava n'estas navegações e descobrimentos eram homens instruidos nas sciencias nauticas; partiam de Portugal munidos de cartas nauticas, nas quaes os cosmographos de então desenhavam não só a configuração hydrographica das costas dos diversos paizes então conhecidos, mas, o que é mais curioso, nas quaes representavam no interior dos continentes por uma multidão de figuras os diversos soberanos, os animaes, as aves, os arvoredos e outras particularidades reaes, outras phantasticas e hypotheticas, como o leitor curioso poderá vêr no planispherio de Andrea Bianco de 1436, publicado na obra de Formaleone, intitulada *Saggio sulla nautica antica de Veneziani*, e no outro planispherio do celebre Fra Mauro, publicado pelo cardeal Zurla na sua obra *Sulle Antiche Mappe lavorate in Venezia* (1818).

«A ideia pois que tinha Alvaro de Freitas da longitude em que se achava do Paraiso Terrestre, pelo seu dito mostra que o considerava na extremidade da terra; aquella ideia, dizemos, prova a influencia que sobre os nossos maritimos exercia a geographia da edade média. Com effeito, aquella ideia da localidade do Paraiso Terrestre data do tempo da *Topographia christã* de Cosmas Indico-pleustes *(Christianorum opinio de*

Digitized by Google

estes adheriram Rodrigo Eannes de Travassos, Lourenço Dias e Vicente Dias, e logo começaram as seis caravelas a seguir viagem no proposito em que se assentára. Foram depois d'estas mais duas caravelas, uma de Tavira e outra de um homem de Lagos chamado Picanço; mas a estas nos referiremos logo, pois que, tendo perdido a conserva das seis primeiras, não chegaram á terra dos negros.

Velejando ao longo da costa, chegaram as seis caravelas abaixo do Saharâ, a um sitio onde Diniz Dias encontrára duas palmeiras, que ainda lá estavam. Vinha da terra um suavissimo aroma que muito deleitou os navegantes, imaginando-se n'algum aprazivel pomar disposto para seu recreio. Quizeram desembarcar, mas não lh'o consentiu a braveza das aguas.

Dissera-lhes o infante que, segundo as informações colhidas dos captivos azenegues, o rio Nilo, a que os naturaes chamavam Çanaga, devia ter a sua foz vinte leguas para além das palmeiras. Indo, pois, ao

---

mundo, apud Montfaucon, Call. nov. Patr. et Script. Græc., t. II), ideia que as viagens effectuadas por terra durante a edade média fortificaram reduzindo-a a opinião systematica.

«Na carta d'Andrea Bianco, o Paraiso Terrestre se acha marcado na parte mais oriental da Asia.

«Ou Alvaro de Freitas alludia, como julgamos mais provavel, á localidade em que se achava collocado o Paraiso nas antigas cartas, ou á cosmologia do Dante, segundo o qual o Paraiso estava collocado no meio dos mares do hemispherio austral. (Dante, *Purgatorio*, cant. XXVI, v. 100, e 127, *Divina Commedia*)». — Visconde de Santarem, nota á pag. 272 da *Chronica* de Azurara.

Digitized by Google

longo da costa em demanda do rio, avistaram a duas leguas de terra uma porção de agua de côr barrenta, pelo que julgaram haver alli cachopos que deviam evitar. Lançando um d'elles a sonda, levou a mão á bocca e conheceu que a agua era doce. Logo todos provaram a agua, e, achando-a egualmente doce, convenceram-se de que tinham chegado ao famoso Nilo dos Negros, que entrava com a sua corrente pelo mar dentro. Remaram para terra oito homens da caravela de Vicente Dias, entre os quaes ia Estevam Affonso. Junto á foz do rio, viram uma choça, e um d'elles propôz que se tomassem de surpreza os moradores. Desembarcou Estevam Affonso com cinco de seus companheiros e esconderam-se perto da choça; d'ahi a pouco viram sahir d'ella um rapaz todo nú, que capturaram. Teve a mesma sorte uma sua irmã, rapariga de oito annos, que foi encontrada na choça. O infante mandou depois educar este rapaz, destinando-o, segundo parece, á vida do sacerdocio, a fim de ir prégar a fé christã a seus irmãos; mas o rapaz morreu antes de ordenado.

Dirigiram-se depois as caravelas para Cabo Verde, aonde chegaram todas, excepto a de Rodrigo Eannes de Travassos. A pouca distancia do cabo encontraram as ilhas da Magdalena, onde havia muitas cabras e signaes de já terem sido visitadas. Confirmou-os n'esta idéa o facto de vêrem entalhadas nas arvores as armas do infante D. Henrique e as palavras da sua divisa *Talent de bien faire*. Souberam depois que quem os precedêra fôra uma caravela de João Gonçalves Zarco, capitão donatario da ilha da

Digitized by Google

Madeira. Quizeram desembarcar, mas não poderam, em razão da resistencia que offereceram os muitos naturaes da ilha, os quaes combatiam com frechas hervadas.

Na ilha onde viram as armas e a divisa do infante havia muitas arvores gigantescas, uma das quaes tinha um tronco de 108 palmos de circumferencia. O tronco d'esta arvore não é mais alto que o da nogueira; da entrecasca fazem fiado para coser, semelhante ao linho. O seu fructo era como as cabaças, e tinha numerosos caroços como avelãs, que os naturaes seccavam e depois tomavam como alimento, passada a estação da fructa verde. Esta arvore era o baobah, a que em botanica se dá o nome de *Adamsonia*, por ter sido Adamson quem primeiro a descreveu scientificamente.

Fazendo-se depois á vela para Portugal, afastou-se Gomes Pires do resto da frota; foi tomar agua em Arguim, e dirigiu-se ao rio do Oiro, onde foi bem recebido dos naturaes, que lhe venderam um negro por cinco dobras. Tambem tomaram agua, na bahia de Arguim, Lançarote, Alvaro de Freitas e Vicente Dias, que aproveitaram a occasião para capturarem mais de sessenta naturaes, com que voltaram a Portugal.

Pallenço e Diniz Dias, indo pela ilha de Arguim, passaram a ponta de Santa Anna em direcção á terra dos negros. Doze homens que se lançaram a nado foram a terra e apresaram seis naturaes. Rodrigo Eannes de Travassos, que se afastára das outras caravelas quando demandavam Cabo Verde, juntou-se a Di-

Digitized by Google

niz Dias, e foram tomar agua ás ilhas da Magdalena, onde encontraram vestigios de lá terem estado navios portuguezes, como referimos. Tambem travaram combate com os naturaes da ilha, que ficaram derrotados. Em seguida pozeram-se a caminho de Portugal, mas estiveram ainda em Tira, onde capturaram um homem.

De todas as caravelas d'esta numerosa expedição, a que avançou mais para o sul foi uma que João Gonçalves Zarco mandou preparar. Confiou o commando d'ella a seu sobrinho Alvaro Fernandes, e recommendou-lhe que pozesse de parte toda a idéa de lucro, e navegasse o mais ávante que lhe fosse possivel, na direcção da terra dos negros, a vêr se conseguia trazer alguma boa nova ao infante. Chegaram os navegantes ao Senegal, onde encheram duas pipas d'agua, uma das quaes ainda trouxeram para Portugal. Passaram depois á ilha que mais tarde foi visitada por Lançarote, como já vimos [1]. A pequena distancia de Cabo Verde apresou dois naturaes, e continuou a viagem para o sul até ao cabo a que chamou cabo dos Mastros, por haver alli muitas palmeiras seccas e sem rama alguma, as quaes pareciam mastros arvorados. Partiram alli sete homens n'um batel ao longo da costa e viram quatro negros que andavam á caça e estavam assentados á beira-mar. Os negros fugiram, e os nossos só poderam apanhar-lhes alguns arcos e frechas e alguns porcos montezes que elles tinham

1 É a Gorêa dos mappas modernos.

Digitized by Google

caçado. Voltaram para o navio e velejaram para Portugal, passando pela Madeira.

Em 1446 foram os descobrimentos dos portuguezes assignalados por um desastre que ao infante causou o mais profundo desgosto. Nuno Tristão, que já se distinguira por seus feitos em Africa, tendo conhecimento do progresso que faziam os navegantes para o sul, quiz novamente pôr-se ao serviço do infante na obra por que tanto se interessava. Partiu n'uma caravela, e, passando sessenta leguas além de Cabo Verde, encontrou um rio, perto do qual julgou que devia haver algumas povoações. Metteu pelo rio, levando em dois bateis vinte e dois dos seus companheiros, em direcção a umas casas que avistaram para a direita. Antes de poderem saltar em terra foram os nossos surprehendidos por doze barcos que levavam setenta a oitenta naturaes, que despediam sobre elles uma chuva de frechas hervadas. O veneno era tal, que produzia a morte com o mais leve ferimento. Retrocederam os bateis para a caravela, mas sempre perseguidos por aquelle tiroteio de frechas, de maneira que, para maior brevidade, cortaram as amarras e deixaram ficar os bateis por não os poderem guindar. Dos vinte e dois que tinham sahido nos bateis só escaparam André Dias e Alvaro da Costa, ambos escudeiros do infante e naturaes de Evora. Nuno Tristão veio a morrer dos ferimentos, pouco depois, e com elle os outros feridos. O peor era que, entre os que escaparam, nenhum sabia governar a embarcação. «Um pobre grumete, diz o snr. Pinheiro Chagas, com quem contavam para o commando, de-

Digitized by Google

clarou-se inhabil a exercel-o; quem os salvou foi um moço d'Olivença chamado Ayres Tinoco. Esse resolveu-se a tomar o leme, e, navegando a Deus e á ventura, sem nunca se approximar de terra, governou ao norte, e depois de longa viagem encontrou um corsario gallego, que lhe disse que estava na altura de Sines. Aproou então a Portugal, e foi de Sines a Lagos levar a triste noticia ao infante, que ficou por ella muito pesaroso. O rio em que tal desastre succedera recebeu, para memoria d'elle, o nome de rio Nuno, que as cartas subsequentes pouco alteraram, pois que ainda hoje figura nos mappas com o nome de rio de Nunes, que fica a pouco mais de dez gráos de latitude norte [1]».

Pouco satisfeito com a primeira viagem de seu sobrinho Alvaro Fernandes, João Gonçalves Zarco enviou-o de novo ao descobrimento da costa africana. Passou Alvaro Fernandes cem leguas para além de Cabo Verde, e encontrou um rio [2], onde teve um recontro com algumas canôas que lhe appareceram. Sendo ahi ferido com uma frecha envenenada, arrancou-a logo e curou a ferida com acido e oleo, untando-a depois com theriaga, o que lhe serviu de efficaz antidoto. A cento e dez leguas de Cabo Verde encontraram uma bahia, aonde foi um batel em explora-

1 *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 298.

2 No tempo de João de Barros tinha este rio o nome de Tabite. O visconde de Santarem julga que é o mesmo que se encontra marcado nas cartas de Juan de la Cosa e de João Freire com o nome de rio de Lagos.

Digitized by Google

ção. Na praia havia uns cento e vinte negros armados de escudos e azagaias. Os nossos não travaram combate; voltaram para o navio e pozeram alli termo á sua viagem, por causa do ferimento de Alvaro Fernandes [1].

«No seu regresso vieram a Arguim, e d'alli ao cabo do Resgate, onde se encontraram com aquelle mesmo Ahude Meimon que tão bem tratára João Fernandes. Infelizmente, não tinham interprete, mas por signaes negociaram com elle a troca de uma negra por alguns pannos, e se mais porção tivessem, maior trafico do mesmo genero fariam com elles os mouros, segundo os desejos que estes mostravam. Esta caravela avançou mais para o sul do que nenhuma das que a precederam, pelo que recebeu em recompensa 200 dobras, 100 do regente D. Pedro e outras 100 do infante D. Henrique.

«Estas recompensas incitavam a muitos, que de

1 «A grande enseada a que chegaram, e que fica situada a 110 leguas ao sul de Cabo Verde, fica situada alem da Serra Leoa, e se acha marcada nas cartas de Juan de la Cosa de 1500, de Freire de 1546 e na de Vaz Dourado, tendo ao sul o cabo de Santa Anna.

«Passaram pois estes maritimos n'esta viagem, a partir do rio de Lagos, pelos seguintes logares marcados nas cartas antigas citadas: R. Gambia, R. de Santa Clara, R. das Ostras, R. de S. Pedro, Casamansa, Cabo Roxo, R. de S. Domingos, R. Grande, Biguba, Besegi, Amallo, R. de Nuno, Palmar, Cabo da Verga, R. de Pichel, R. de Marvam, R. do Hospital, R. da Tamara, R. de Caza, Serra Leôa». (Visconde de Santarem, nota á pag. 410 da *Chronica* de Azurara).

Digitized by Google

outro modo se teriam arredado de taes explorações, lembrando-se do tragico fim de Nuno Tristão; e assim n'este mesmo anno se armaram nove caravelas, cujos capitães foram Gil Eannes, o primeiro que passou o cabo Bojador; Fernão Valarinho, que se havia distinguido em Ceuta; Estevão Affonso, Lourenço Dias, Lourenço d'Elvas e João Bernardes, escudeiro do bispo do Algarve, que commandava uma caravela pertencente a este, e mais tres residentes em Lagos. Foram primeiramente receber viveres á ilha da Madeira, onde se lhes juntaram duas caravelas, uma pertencente a Tristão Vaz, capitão de Machico, e outra a Garcia Homem, genro de João Gonçalves Zarco, capitão do Funchal. D'alli navegaram para Gomera, onde desembarcaram os Canarios que João de Castilha á falsa fé transportára para Portugal, e que voltavam muito satisfeitos do tratamento e presentes que tinham recebido do infante. Mas primeiramente propozeram a estes Canarios, que os ajudassem a fazer alguma preza na ilha de Palma; e de bom grado o teriam elles feito por servir o infante, se este plano se não mallográra com estarem álerta os moradores da ilha, por terem visto a caravela de Lourenço Dias alli chegar uns dias antes. Por conseguinte as embarcações da ilha da Madeira tornaram a voltar, assim como Gil Eannes; e as outras seguiram viagem para a costa de Guiné, passando sessenta leguas além do cabo Verde. Ahi foram ter a um rio muito espaçoso (o rio Grande), onde entraram com as caravelas; mas a do bispo, dando em um banco de areia, perdeu-se, posto se salvassem os tripulantes e a car-

Digitized by Google

ga. Emquanto alguns se occupavam com os salvados, Estevam Affonso e seu irmão, seguindo umas pégadas que viram, acharam plantações de algodoeiros e arroz, assim como outras arvores de diversas especies. A terra era toda accidentada e montuosa em fórma de pães. D'alli a pouco entraram por um espesso arvoredo, d'onde vinham sahindo alguns naturaes armados de azagaias e arcos. Os sete da frente, que foram ao encontro d'estes ultimos, ficaram feridos, dos quaes cahiram mortos cinco, dois portuguezes e tres estrangeiros. Quando Estevam Affonso e os outros viram o perigo em que estavam, retiraram, escapando com grande difficuldade, porque os naturaes eram muitos. Tanto que chegaram aos navios, resolveram voltar. Foram, pois, á ilha de Arguim provêr-se de agua, e d'alli ao cabo do Resgate, onde acharam pisadas de naturaes; e não querendo tornar sem preza, seguiram esses rastos conseguindo tomar quarenta e oito indigenas, com os quaes fizeram viagem para Portugal.

«Só Estevam Affonso foi á ilha de Palma, onde tomou duas mulheres; o que houvera de custar a vida de quantos sahiram em terra, se não fôra Diogo Gonçalves ter o arrojo de tirar uma bésta das mãos a um dos canarios, e matar logo sete. Um dos mortos era um chefe, como se conheceu por trazer uma folha de palma na mão. Os mais, ao ver cahido seu capitão, cessaram na lucta, e os portuguezes voltaram depois para o reino a salvamento.

«N'este anno (1446) lembrou-se Gomes Pires da promessa que fizera aos mouros no anno antecedente,

Digitized by Google

de que voltaria ao rio do Oiro; e, pedindo licença ao infante, este lhe deu duas caravelas, com vinte homens, entre elles um mancebo da casa do infante, chamado João Gorizo, que tinha a seu cargo as contas de receita e despeza no trafico com os mouros. Era já costume de todas as embarcações ordenadas á costa occidental de Africa irem primeiramente á Madeira receber viveres. Assim que chegaram, quiz Gomes Pires que ficasse Gorizo para metter os mantimentos, emquanto elle seguia na embarcação mais pequena em direitura ao rio do Oiro. Não apparecendo os mouros á entrada do rio, seguiram por elle acima, e fundearam em um porto chamado o porto da Caldeira, nome que se não encontra nem ainda nas cartas mais antigas [1]; mas parece fôra posto por outros portuguezes, que já tinham visitado aquella embocadura. Posto mandasse accender fogueiras de noite e de dia em um outeiro, que estava junto ao porto, foi só passados tres dias que os mouros começaram a apparecer. Chegados estes, propôz-lhes, pelos interpretes, a troca de panno por escravos guinéos. A isto responderam que nem elles eram mercadores, nem por alli se encontravam nenhuns, ainda que para o interior os havia, que commerciavam em mercadorias, e tinham abundancia de oiro e escravos guinéos; mas para chegar ao sitio, em que esses es-

[1] Encontra-se nas cartas que acompanham a *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa*, do snr. Alexandre Magno de Castilho.

Digitized by Google

tavam, seria preciso fazer uma jornada muito trabalhosa. Gomes Pires pediu aos mouros fossem buscar esses mercadores, dando-lhes pelo trabalho uma remuneração adiantada. Fingiram que iam, e, com quanto elle os esperasse por um espaço de vinte e um dias, nunca voltaram. Entretanto chegou Gorizo com a outra embarcação, e fazendo-se ambos de vela, desembarcaram em differentes pontos na extensão sómente de onze leguas da costa, conseguindo, com excessivo trabalho e fadiga, tomar setenta e nove mouros. Como trouxessem grande quantidade de sal para salgar as pelles de phocas no caso de não fazer melhor preza, foram forçados a alijal-o, a fim de deixarem espaço para os captivos; e assim tornaram para Lagos [1]».

Até 1446, diz Azurara, «foram em aquellas partes cinquoenta e hũa caravellas... E forom estas caravellas a allem do Cabo iiijcL. legoas. E achasse que toda aquella costa vay ao sul, com muytas pontas, segundo que este nosso principe mandou acrecentar na carta do marear. E he de saber que o que se sabya em certo da costa do mar grande, eram vj. legoas [2], e som acrecentadas sobre ellas estas iiijcL.; e o que se mostrava no mapa-mundy, quanto ao desta

[1] Major, *Vida do infante D. Henrique*, pag. 277 e seg.

[2] Julgamos que se deve lêr 200, visto que devia ser escripto ijc. e não vjc., 600 leguas, o que nos parece um erro, pois a parte conhecida da costa occidental d'Africa até ao Cabo Bojador offerece uma distancia que se não conforma com as lettras numeraes do texto. (Nota do visconde de Santarem).

Digitized by Google

costa, nom era verdade, ca o nom pintavam senom a aventura; mas esto que agora he posto nas cartas, foe cousa vista por olho, segundo ja teendes ouvido [1]».

Em 1447 enviou o infante uma caravela sob o commando de Diogo Gil, a vêr se era possivel estabelecer relações commerciaes com a cidade de Messa, na provincia de Sus, do imperio de Marrocos. No mesmo anno foram duas expedições ao rio do Oiro, das quaes uma commandada por Antão Gonçalves, e outra por Jorge Gonçalves. Esta ultima trouxe carregamento de oleo e pelles de phocas. O resultado da expedição a Messa tambem foi satisfactorio, porquanto João Fernandes, que d'ella fazia parte, foi bem recebido dos mouros e conseguiu fazer bom negocio de escravos. De lá veio um leão para o infante, que depois o enviou de presente para Gallway, na Irlanda, a um inglez que já estivera ao seu serviço.

Estendeu-se ao longe a fama das viagens e descobrimentos dos portuguezes, e não faltaram aventureiros que de paizes diversos vinham a este extremo occidental da Europa, em demanda de emprezas pelas quaes ganhassem honras e riquezas. Em janeiro de

---

1 Chron. cit., cap. LXXVIII, pag. 372. Esta passagem de Azurara constitue um bello argumento a favor da originalidade dos nossos descobrimentos e contra as pretensões deduzidas de certos mappas, a que já nos referimos no capitulo IV d'este livro. As descripções feitas em mappas anteriores aos descobrimentos dos portuguezes não tinham por base conhecimentos e informações positivas, mas simples supposições que casualmente se approximavam mais ou menos da verdade.

Digitized by Google

1448 veio a Portugal um fidalgo da côrte do rei da Dinamarca [1], chamado Valarte, que pediu ao infante uma caravela para ir á terra dos negros. A caravela foi logo concedida, e Valarte dirigiu-se a Cabo Verde, levando em sua companhia Fernando Affonso, não só para o auxiliar na viagem, mas para tratar, como embaixador, com o chefe d'aquella terra. Tambem foram, como interpretes, dois naturaes d'alli. Correu-lhes a viagem tormentosa, de fórma que só ao cabo de alguns mezes ancoraram n'um logar a que os naturaes chamavam Abram. Valarte foi a terra com alguns dos seus companheiros, e, encontrando muitos naturaes juntos, propôz-lhes que em penhor de amisade trocassem entre si dois homens, o que se realisou com auctorisação de Guitanye, governador da terra. A um d'aquelles negros que foi a bordo da caravela, disse Fernando Affonso que elle e os seus companheiros iam alli, por mandado d'um grande e poderoso principe de oeste da Hespanha, do qual eram vassallos, para tratar com o grande rei d'aquella terra. Respondeu-lhes o negro que a residencia do rei Boar ficava a seis ou sete dias de jornada, e que o rei estava então muito longe, occupado em submetter um rebelde. Em certa occasião, na ausencia do

1 «O rei de que se tracta, diz Major, chama-lhe Azurara rei de Dinamarca, de Suecia e Noruega, e como por fallecimento do rei Christovam, a 6 de janeiro de 1448, estas tres corôas se separaram, temos prova tanto do nome do soberano a que elle se refere, como da data do acontecimento».

Digitized by Google

governador Guitanye, Valarte foi a terra com alguns dos seus companheiros; os naturaes armaram-lhe uma cilada, de maneira que só um conseguiu voltar a nado ao navio. Dos outros não houve noticia; refere, porém, Azurara, que ao tempo em que escrevia a sua chronica (1448), chegaram ao poder do infante alguns captivos d'aquellas terras, os quaes lhe disseram que n'um castello situado no interior do sertão tinham estado quatro christãos, dos quaes um tinha fallecido e os outros ainda ficavam vivos.

É esta a ultima expedição de que falla a chronica de Azurara.

Digitized by Google

CAPITULO IX

O trafico dos escravos. — Portugal e a civilisação em Africa. — Negociações com a Santa Sé.

Contrista-se o coração ao lêr a historia dos descobrimentos ordenados pelo infante D. Henrique, vendo que os nossos navegantes exerciam em larga escala o trafico dos escravos. Condemnada desde os primeiros tempos do christianismo, combatida em todos os tempos segundo o permittiam as circumstancias, abolida, finalmente, pela civilisação da Europa e da America sob o influxo da fraternidade christã, a escravatura revolta-nos do fundo d'alma, a nós que felizmente vivemos afastados dos tempos em que ella se exercia.

Não tem faltado quem accuse o infante D. Henrique de haver permittido esse trafico detestavel aos seus marinheiros, mas é forçoso confessar que a ac-

Digitized by Google

cusação está muito longe de ser grave. Para avaliarmos os costumes e as idéas de um homem, devemos transportar-nos á época em que esse homem viveu e ás circumstancias em que se achou. Accusar o infante de permittir o trafico dos escravos, só porque esse abominavel costume foi extincto pela civilisação do nosso tempo, não é nem póde ser um bom processo de critica historica.

Na occasião em que da Africa vieram para Portugal os primeiros captivos, não só se conservava na Europa, desde a antiguidade pagã, o uso da escravatura, mas já não era novo o trafico dos escravos, como se vê de algumas passagens da chronica de Azurara [1]. O infante D. Henrique não podia extinguir um cos-

[1] Foi no tempo das cruzadas que o uso dos escravos negros se propagou na Europa. O normando Gandri, que foi referendario de Henrique I de Inglaterra e depois veio a ser bispo de Laon, tinha ao seu serviço *«um d'estes escravos negros, que os grandes senhores, á volta da primeira cruzada (1106) começaram a pôr em moda»*. (A. Thierry, *Lettres sur l'Histoire de France*, let. XVI, pag. 246 da 5.ª edição).

«Accrescentemos ainda, escreve o erudito cardeal Saraiva, que muito antes dos descobrimentos dos Portuguezes, era a *malagueta* conhecida na Italia, e por consequencia levada de Guiné pelos Mouros, que atravessavam o reino de Mandinga, e os desertos da Libya, até o porto de Barkah, sobre o Mediterraneo, o que prova que este caminho lhes não era desconhecido, e que por elle traziam á costa septentrional os generos do interior, e entre elles os escravos negros, que depois eram transportados e vendidos na Grecia, na Asia-menor, na Syria, etc». *(Nota sobre a origem da escravidão e trafico dos negros*, pag. 337 do tomo V das *Obras completas do cardeal Saraiva*,—Lisboa, 1875).

Digitized by Google

tume que se achava tão profundamente radicado na sociedade do seu tempo. Não se opéra bruscamente, na vida de um homem, uma transformação social que demais a mais affecta os interesses economicos.

Ora, longe de merecer uma accusação ao caracter do infante, o trafico dos escravos proporcionou-lhe ensejo a conquistar os mais rasgados elogios, pela generosidade e espirito caritativo que mostrou sempre a respeito dos pobres negros. O infante D. Henrique tinha principalmente em vista, pela captura dos indigenas africanos, obter d'elles informações que podessem guial-o nas suas emprezas, e trazer ao convivio da fé e da civilisação aquelles infelizes que viviam na barbarie. Por conseguinte, o seu fim era nobilissimo e digno dos maiores louvores. Por outro lado, em differentes occasiões manifestou o seu desinteresse, recommendando que os captivos fossem tratados caridosamente e cedendo d'aquelles que lhe pertenciam.

É sobre tudo notavel a humanidade com que os captivos eram tratados em Portugal, a caridade que a todos inspiravam, do que encontramos uma prova eloquente no chronista Azurara, ao referir como foram divididos os prisioneiros capturados pela expedição de Lançarote.

«Oh! tu celeste padre, exclama o chronista, que com tua poderosa mão, sem movimento de tua divinal essencia, governas toda a infinda companhia da tua santa cidade, e que trazes apertados todos os eixos dos orbes superiores, distinguidos em nove espheras, mudando os tempos das edades breves e lon-

Digitized by Google

gas, como te apraz! Eu te rogo que as minhas lagrimas não sejam damno da minha consciencia, porque não por sua lei d'estes, mas a sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E, se os brutos animaes, com seu bestial sentir, por um natural instincto conhecem os damnos dos seus similhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, vendo assim ante os meus olhos esta miseravel companhia, lembrando-me que são da geração dos filhos d'Adão! No outro dia, que eram oito dias do mez de agosto, muito cêdo pela manhã, em razão da calma, começaram os mareantes de correger seus bateis, e tirar aquelles captivos para os levarem, segundo lhes fôra mandado; os quaes, postos juntamente n'aquelle campo, era uma maravilhosa coisa de vêr, porque entre elles havia alguns arrasoados brancos, formosos e airosos; outros menos brancos, que queriam similhar pardos, outros tão negros como Ethiopios, não desaffeiçoados, assim nas caras como nos corpos, que quasi parecia aos homens que os esguardavam, que viam a imagem do hemispherio mais baixo. Mas qual seria o coração, por duro que ser podésse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquella companhia; porque uns tinham as caras baixas, e os rostos lavados com lagrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos céos, fitando os olhos em elles, bradando altamente, como se pedissem soccorro ao padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se estendidos no meio do chão; outros faziam

Digitized by Google

suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume da sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem dos nossos não podésse ser entendida, bem correspondia ao grau da sua tristeza. Mas, para seu dó ser mais accrescentado, sobrevieram aquelles que tinham carrego da partilha, e começaram de os apartar uns dos outros, a fim de pôrem seus quinhões em egualdade; onde convinha de necessidade de se apartarem os filhos dos paes e as mulheres dos maridos, e uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei, sómente cada um cahia onde a sorte o levava! Ó poderosa fortuna, que andas e desandas com tuas rodas, compassando as coisas do mundo como te apraz! E sequer põe ante os olhos d'esta gente miseravel algum conhecimento das coisas ultimas, por que possam receber alguma consolação em meio de sua grande tristeza! E vós outros, que vos trabalhaes d'esta partida, esguardae com piedade sobre tanta miseria, e vêde como se apertam uns com os outros, que apenas os podeis desligar! Quem poderia acabar aquella repartição, sem mui grande trabalho; porque tanto que os tinham postos em uma parte, os filhos, que viam os paes na outra, levantavam-se rijamente, e iam-se para elles; as mães apertavam os outros filhos nos braços, e lançavam-se com elles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhes não serem tirados! E assim trabalhosamente os acabaram de repartir, porque, além do trabalho que tinham com os captivos, o campo era todo cheio de gente, assim do logar, como das aldeias e comarcas

Digitized by Google

d'arredor, os quaes deixavam em aquelle dia folgar suas mãos, em que estava a força de seu ganho, sómente por vêr aquella novidade. E com estas coisas que viam, uns chorando, outros repartindo, faziam tamanho alvoroço que punham em turvação os governadores d'aquella partilha. O Infante era alli em cima de um poderoso cavallo, acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercês, como homem, que de sua parte queria fazer pequeno thesoiro, porque de 46 almas que aconteceram no seu quinto, mui breve fez d'ellas sua partilha, porque toda a sua principal riqueza estava em sua vontade, considerando com grande prazer na salvação d'aquellas almas que antes eram perdidas. E certamente que seu pensamento não era vão, porque, tanto que estes haviam conhecimento da linguagem, com pequeno movimento se tornavam christãos, e eu que esta historia ajuntei n'este volume vi na villa de Lagos moços e moças filhos e netos d'estes, nados n'esta terra, tão bons e tão verdadeiros christãos, como se descenderam do começo da lei de Christo, por geração, d'aquelles que primeiro foram baptisados [1]».

Uma das causas por que aquelles captivos eram bem tratados pelos portuguezes era não serem tão pertinazes na sua crença como os outros mouros, de fórma que facilmente se convertiam ao christianismo. Por isso os tratavam como se fossem servidores livres

[1] *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. XXV.

Digitized by Google

e naturaes de Portugal. Aos de tenra edade mandavam ensinar officios mechanicos, e aquelles que mostravam aptidão para administrar fazenda casavam-n'os com mulheres naturaes da terra, depois de os fazerem livres, e repartiam com elles a sua fortuna, como se fossem paes que dotavam seus filhos. Algumas senhoras viuvas que compravam captivas consideravam-n'as como filhas, e deixavam-lhes em testamento bens com que depois podessem fazer bons casamentos e ser consideradas livres. Azurara diz que nunca viu nenhum d'aquelles captivos postos a ferros, como aliás era costume, e que quasi todos se convertiam ao christianismo e eram muito bem tratados. O mesmo chronista diz que os senhores d'aquelles captivos o convidaram algumas vezes para os baptismos e casamentos dos servos, e que n'estes actos não empregavam elles menos solemnidade que se fossem seus filhos ou parentes. «E assim — continúa o chronista — que onde antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrario; das almas, emquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume da santa fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de creaturas racionaes, porque elles não sabiam o que era pão nem vinho, nem cobertura de panno, nem alojamento de casa, e o que peor era, a grande ignorancia que em elles havia, pela qual não haviam algum conhecimento de bem, sómente viver em uma ociosidade bestial. E logo como começavam de vir a esta terra, e lhes davam os mantimentos artificiaes, e as coberturas para os corpos, começavam de lhes crescer os ventres, e por tempo eram

Digitized by Google

enfermos, até que se reformavam com a natureza da terra, onde alguns d'elles eram assim confrangidos, que o não podiam supportar, e morriam, mas christãos [1]».

Vê-se, pois, que era suave quanto possivel o trafico dos escravos exercido pelos portuguezes no tempo do infante D. Henrique. Se a escravatura existia, porque estava nos costumes d'aquelle tempo, ao menos teem os portuguezes a attenuante de nunca esquecerem os deveres de humanidade para com os pobres captivos, e cabe-lhes ainda o louvor de os tratarem muitas vezes como irmãos. O infante era o primeiro a dar o exemplo da mais nobre caridade christã para com os prisioneiros africanos, como se vê da seguinte passagem de Cadamosto, referindo-se aos azenegues: «A estes é que os portuguezes aprisionavam e vendiam, e eram os melhores escravos de todos os negros: mas qualquer que fosse o motivo, de um certo tempo para cá tudo se reduziu a paz, e trato de mercancia; e não consente o Senhor Infante que se faça damno a nenhum d'elles; porque espera, que tractando com os christãos, levemente se possam reduzir á nossa crença, não estando ainda bem firmes na fé mahometana, senão pelo que d'ella têm ouvido dizer [2]».

Ao passo que os descobrimentos progrediam, eram expedidos numerosos missionarios para a Africa a im-

---

1 *Idem*, cap. XXVI.

2 *Primeira navegação*, cap. X.

Digitized by Google

plantar a fé christã e a civilisação europêa no meio dos povos selvagens. Aproveitamos a occasião para reivindicar solemnemente, a favor do nosso paiz, a gloria de se ter empenhado constantemente em civilisar todos os povos descobertos pelos nossos audaciosos navegantes.

Um dos principaes motivos que impelliram o infante D. Henrique a iniciar e proseguir a obra dos descobrimentos era o desejo de trazer os povos barbaros ao convivio da fé christã, principio de toda a civilisação [1]. Affirmam-n'o todos os historiadores, desde o chronista Azurara, que foi contemporaneo do infante, e provam-n'o todos os documentos d'aquella época. Em consequencia d'este generoso proposito do infante, eram enviados muitos missionarios aos selvagens africanos a fim de os converterem e educarem, e n'esta santa cruzada civilisadora frequentes vezes foram chamados a cooperar os Pontifices com a sua auctoridade de supremos pastores da Egreja.

O infante D. Henrique por vezes recorreu á auctoridade dos Papas, não só para impetrar a concessão de graças espirituaes a todos os que se occupassem nos descobrimentos, mas tambem para firmar e garantir os direitos de Portugal sobre as terras des-

[1] «O Infante, como seu principal intento em descobrir estas terras, era attrahir as barbaras nações ao jugo de Christo, e de si a gloria e louvor d'estes reinos, com accrescentamento do patrimonio real», etc. (*Decada* I, liv. I, cap. VII). Cf. Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, cap. VII, pag. 47.

Digitized by Google

cobertas. Entre os numerosos documentos pontificios expedidos n'este sentido, podemos citar: a bulla de Eugenio IV, *Cum dudum,* de 4 de janeiro de 1443, e, do mesmo pontifice, as bullas *Rex Regum,* de 5 de janeiro do mesmo anno, e *Exigunt nobilitatis,* da mesma data. Um documento muito notavel é a bulla de Nicolau V, que começa pelas palavras *Romanus Pontifex* e tem a data de 8 de janeiro de 1455. Para se avaliar do teor d'estes documentos, apresentamos em seguida um extracto d'esta bulla, tal como o expõe o auctor do *Quadro elementar:*

Declara o pontifice que lhe constára, que o infante D. Henrique sempre havia combatido os infieis, e na conquista de Ceuta por D. João I, seu pae, se expozera aos perigos da guerra; que não satisfeito com serviços tão relevantes prestados á religião, e creando forças nas proprias fadigas, povoára de fieis algumas ilhas do mar oceano, e em muitas convertêra os habitantes ao baptismo, mandando construir egrejas e casas religiosas. Que depois, julgando continuar no maior serviço a Deus se navegasse o oceano para o sul e oriente, *o que ainda nenhuma das nações da Europa havia feito,* e se lograsse chegar á India poderia encontrar os povos que se dizia adorarem o nome de Christo, e ajudar-se do auxilio d'elles em favor dos christãos contra os sarracenos e outros inimigos da fé, alcançando os portuguezes prégar a lei de Deus nas mais remotas regiões.

Por estas razões accrescenta, que havia vinte e cinco annos que á custa de grandes trabalhos, perigos e despezas, mandava annualmente correr o ocea-

Digitized by Google

no por suas caravelas bem tripuladas, navegando para as partes meridionaes, e para o polo antartico, de modo que descobriram muitas ilhas, portos e mares, e occuparam certos logares de Guiné, cujos povos os portuguezes guerreavam durante annos; que muitos negros prisioneiros haviam sido transportados a Portugal, trocados por coisas não prohibidas, ou por outro genero de compra, e tinham em grande numero recebido o baptismo, sendo de esperar, se isto continuasse, que aquelles povos fossem de todo convertidos á fé de Christo, ou pelo menos na maior parte.

Prosegue o pontifice dizendo, que soubera que D. Affonso v e o infante, que, a preço de tantos trabalhos, despezas e morte de seus naturaes, haviam arrostado as furias dos mares e descoberto muitas terras, como verdadeiros senhores d'ellas, temiam agora que outros navegassem para ellas, e lhes usurpassem o fructo e o louvor alcançados com taes sacrificios, ou ao menos, quer por malicia, quer por esperanças de lucro, vendessem aos infieis ferro, armas e outros artigos prohibidos, ou lhes ensinassem a navegação, com o que se tornariam mais fortes e temiveis inimigos, e ficariam interrompidas, e talvez de todo acabadas suas emprezas navaes, não sem grave offensa de Deus e opprobrio de toda a christandade.

Accrescenta, que para prevenir estes males, e conservarem os seus direitos, sob gravissimas penas determinaram geralmente prohibir, que ninguem navegasse para as provincias descobertas, commerciasse em seus portos, ou pescasse em seus mares, sem ser em navios portuguezes e com marinheiros seus, ob-

Digitized by Google

tendo licença para isso do rei e do infante, e pagando tributo certo. Que apesar d'isto receavam que pelo tempo adeante pessoas de outros reinos, levadas de malicia, inveja, ou cobiça, violassem a prohibição, não pedissem a licença, e não pagassem o tributo, rebentando odios, dissensões, e guerras entre esses reinos, o rei, e o infante, que nunca o soffreriam.

Nicolau v conclue, que attendendo aos motivos expostos, e a ter já concedido ao monarcha portuguez o direito de invadir e conquistar quaesquer terras de sarracenos e pagãos, apropriando-se d'ellas, para si e seus successores, e applicando-as em utilidade propria, podendo reduzir os infieis a perpetua servidão, adquirindo em virtude d'essa faculdade o rei, ou com licença d'elle, o infante D. Henrique legitimamente, as ilhas, terras, portos e mares, que de direito ficam pertencendo a D. Affonso v e a seus successores, sem que a ninguem, mesmo christão, seja licito intrometter-se sem vénia do rei de Portugal, em seus descobrimentos e conquistas, para que elle e o infante possam proseguir com mais fervor em tão pia e illustre empreza, intentada com tanto proveito de toda a republica christã, dava por inserta n'esta a bulla de licença, e declarava pertencerem para sempre ao rei e seus successores, e ao infante, só a elles e a ninguem mais, a conquista das terras desde os cabos Bojador e de Não por toda a Guiné, e além até á extremidade meridional d'aquella plaga, podendo estabelecer alli as prohibições, estatutos, ordens, penas e tributos, que lhes aprouvesse, concedendo para maior cautela, e apropriando pela presente bulla ao

Digitized by Google

rei, e seus successores, e ao infante todas as provincias, ilhas, portos, logares e mares adquiridos e por adquirir, e a conquista desde os cabos Bojador e de Não, e auctorisando os monarchas portuguezes a poderem fundar, nas partes conquistadas, egrejas, mosteiros e outras casas religiosas, e negociar com os infieis, a não ser em ferros, navios e armamentos.

Por ultimo dirige-se a todos os christãos ecclesiasticos, ou seculares, poderosos ou não poderosos, e prohibe-lhes o levarem aos infieis das terras adquiridas pelos portuguezes, armas, ferro e outras coisas defezas, o navegarem nos seus mares, e o negociarem com os seus habitantes sem licença dos reis de Portugal, para que estes possuam pacificamente suas conquistas e possam continuar na empreza, ficando sujeitos os que negociarem em ferro e armas ás penas estabelecidas, e se forem pessoas particulares á sentença de excommunhão, e se forem communidades, cidades, villas, logares, a interdicto, não podendo os infractores ser absolvidos pela Santa Sé, ou por outra qualquer auctoridade, sem primeiro haverem dado reparação plena a D. Affonso v, ou a seus successores e ao infante, ou sem se terem composto com elles amigavelmente. Manda finalmente aos bispos de Ceuta e de Silves, e ao arcebispo de Lisboa, que todas as vezes que forem requeridos imponham estas penas [1].

1 *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo*, vol. x, pag. 53 e seg.

Digitized by Google

Em presença d'este extracto da notavel bulla de Nicolau v, occorre-nos observar que esse documento é de um grande valor historico para demonstrar a prioridade dos nossos descobrimentos. Com effeito, o rei de Portugal e o infante D. Henrique procuravam na auctoridade do Pontifice, segundo o direito d'aquelle tempo, a confirmação e garantia dos seus direitos sobre as terras descobertas; o Pontifice satisfazia esse pedido solemnemente, e ninguem se lembrou de protestar contra os direitos de Portugal, como fez o nosso D. Affonso iv, em identicas circumstancias, protestando pelos seus direitos sobre as Canarias.

Digitized by Google

CAPITULO X

Acontecimentos na côrte. — Intrigas contra D. Pedro. — A batalha de Alfarrobeira.

Voltemos agora aos acontecimentos que se davam na côrte, á rêde de intrigas que os partidarios da rainha e principalmente os invejosos e inimigos do regente D. Pedro urdiam contra elle. Não seguiremos todos os pormenores d'essa intriga ignobil, todos os incidentes d'essa guerra sem treguas, movida a um dos mais bellos typos da honra portugueza, porque não se contém nos limites e no programma d'este livro a narração circumstanciada de taes acontecimentos; fallaremos só do que mais importa ao nosso proposito e dos factos que mais se relacionam com a vida do infante D. Henrique.

As pazes da rainha com o infante D. Pedro em 1440 foram só apparentes, e logo depois continua-

Digitized by Google

ram a mover-se contra o regente as insidias com que os seus inimigos queriam perdêl-o, até que em 1446 foram entregues a D. Affonso v as rédeas do governo.

Em volta do joven rei começaram logo a tramar contra D. Pedro o conde de Barcellos, que em 1442 recebêra o titulo de duque de Bragança, e o conde de Ourem. Aconselharam a D. Affonso v que despedisse da côrte o infante seu tio, porque elle ambicionava o throno e só desejava o engrandecimento de seus filhos. Tendo conhecimento da intriga, D. Pedro foi encontrar-se com o sobrinho em Santarem, e respeitosamente lhe pediu licença para se ausentar da côrte, a pretexto de que necessitava tratar dos negocios da sua casa, que abandonára emquanto regente. Obtida a licença, D. Pedro sahiu em direcção a Coimbra, fazendo-se acompanhar por alguma gente armada, porque receava alguma traição do duque de Bragança.

«Partiu-se el-rei de Santarem para Lisboa, diz Ruy de Pina, onde o infante D. Henrique, que era no Algarve, lhe veio fallar, e porque sentiu que a vida e honra do infante seu irmão com maneiras falsas de seus inimigos era maltratada, e se dispunha a destruição e perigo, atalhou a isso algum tanto, mas não com aquella fortaleza e escarmento, que elle a seu irmão devia e o mundo esperava, o que lhe fôra bem possivel se quizera; porque achou contra o infante artigos formados em que se affirmava que, com cobiça de reinar, matára el-rei D. Duarte seu irmão, e em Castella déra ordem á morte da rainha D. Leonor, e assim á do infante D. João. Com outras mui-

Digitized by Google

tas abominações de que se tiravam inquirições, em que por seu subornamento lhe não falleciam testemunhas falsas, com que parecia que o provavam. Mas o arcebispo, e o conde de Ourem, com outros de sua parcialidade, receosos se o infante D. Henrique, segundo era no reino poderoso e de grande auctoridade, pendesse á banda do infante D. Pedro, que suas imaginações ficariam, com damno d'elles, muito áquem de seu proposito, trabalhavam de fazer a el-rei suspeitosas suas virtudes e segura lealdade, affirmando-lhe que nas desculpas do infante D. Pedro o não devia crêr. Porque na culpa do engano e desterro da rainha sua mãe, e em outros desmandos que por morte d'el-rei D. Duarte no reino se fizeram, foram ambos causadores e participantes, mas como isto era falso, não damnava na limpeza do infante D. Henrique».

A frouxa intervenção do heroico iniciador dos descobrimentos maritimos nas intrigas contra seu irmão constitue uma nodoa para a sua memoria, e só póde explicar-se pelos manejos de álguns fidalgos, que por vezes tentaram semear a discordia entre os dois irmãos. Não foi só d'esta vez, mas, força é confessal-o, ainda n'outras occasiões mostrou o infante D. Henrique um procedimento pouco louvavel na guerra movida a seu irmão D. Pedro.

Sabendo do que se passava na côrte, o conde de Abranches, Alvaro Vaz d'Almada, typo de cavalleiro medieval pela sua honra e pelas suas façanhas, e amigo dedicadissimo do infante D. Pedro, resolveu sahir de Ceuta, onde se achava, para vir á côrte defender o infante. Temiam-n'o os inimigos de D. Pe-

Digitized by Google

dro, e aconselharam ao rei que não deixasse entrar na côrte o conde de Abranches. Não vendo por esta fórma coroados os seus desejos, porque o espirito juvenil do monarcha sentia uma grande veneração por Alvaro Vaz d'Almada, mandaram-lhe dizer que se fosse á côrte seria preso por connivente com o infante D. Pedro. O corajoso guerreiro não se intimidou com a ameaça; foi á côrte, accusou desassombradamente os inimigos do infante, lançando-lhes em rosto as suas perfidias, lembrou os serviços que D. Pedro tinha prestado ao reino, e desafiou tres d'elles, á escolha, para combaterem contra elle só.

Os conselheiros d'el-rei retiraram-n'o logo para Cintra, a fim de o livrarem da influencia do conde de Abranches, e ahi incitaram-n'o a publicar diversas ordens que lançaram um desgosto amargo no espirito de D. Pedro. Foi expedido um aviso prohibindo todos os fidalgos de irem visitar o infante, e um outro declarando que seriam concedidas reparações a todos os que se julgassem aggravados pelo governo do regente. A esse tempo estava o infante D. Henrique e o conde de Abranches em Coimbra, de visita a D. Pedro; os infantes mandaram pedir a el-rei que revogasse aquellas ordens insensatas, mas debalde. Continuaram as intrigas e as armadilhas, a ponto que os intriguistas fizeram com que D. Affonso v mandasse reprehender seu tio por fazer preparativos de guerra nos seus castellos de Montemór e Coimbra. Era mais uma calumnia, que o infante desmascarou mostrando os seus castellos ao emissario d'el-rei.

Tentando todos os meios de perder D. Pedro, os

Digitized by Google

seus inimigos aconselharam D. Affonso v que exigisse de D. Pedro as armas que tinha no castello de Coimbra. Era uma insidia. «Se obedecendo, entregasse as armas, escreve Ruy de Pina, ficava de todo com suas mãos e forças atadas sem alguma sua defensa, e se denegasse a entrega, cahiria em caso de rebellião e desobediencia, contra quem a indignação d'el-rei em tal caso pareceria justa, e de mais razão». D. Pedro desculpou-se respeitosamente, e como seu sobrinho insistisse no pedido, respondeu que el-rei não precisava d'aquellas armas; e como elle infante não podia defender-se com a arma da innocencia, ao menos que lhe deixassem aquellas para sua defeza.

O duque de Bragança e o conde de Ourem persistiam na sua conspiração, e tratavam de frustrar todas as tentativas de reconciliação entre el-rei e seu tio. Foi assim que afastaram da côrte o conde de Arrayollos, que projectára fazer as pazes, e que elles trataram de enviar para Ceuta. D. Pedro escrevia repetidas cartas a seu sobrinho, protestando-lhe a sua lealdade e recordando-lhe todos os actos da sua dedicação. Mas a intriga tudo prejudicava, azedando cada vez mais o animo inexperiente do monarcha contra seu tio.

Em fins de 1447 era o duque de Bragança chamado á côrte, por conselho do conde de Ourem, e tendo de passar pelas terras do infante D. Pedro, preparou-se para marchar em som de guerra. O infante declarou que não consentiria que o duque atravessasse as suas terras com tanta gente armada sem licença prévia, mas que o receberia como amigo se

Digitized by Google

como tal se apresentasse. Communicou a seu irmão D. Henrique o proposito em que estava de offerecer resistencia ao duque, e ambos combinaram de se avistar em Penella para se tomar alguma resolução. Entretanto continuavam as intrigas contra D. Pedro, apontando-o alguns como rebelde, o que D. Affonso v facilmente acreditou; e o infante D. Henrique, em vez de ir a Penella, como combinára, foi encontrar-se com el-rei a Santarem!

«O procedimento do infante D. Henrique, diz o snr. Pinheiro Chagas, tem sido sempre objecto d'espanto para todos os historiadores. Já Ruy de Pina dizia: «E não sei como esta virtude de piedade falleceu n'este principe para seu irmão, pois em seu coração todas as outras parecia que sobejavam». O snr. Rebello da Silva, biographando-o no *Archivo Pittoresco*, nota, com tristeza, que é essa a macula da sua vida, e o snr. Alexandre Herculano, fallando da rainha D. Philippa, diz que aos seus cuidados maternaes «deveu talvez Portugal os tres mais bellos caracteres da sua historia, os tres irmãos Duarte, Pedro e Fernando». D. Henrique foi excluido, como se vê, pelo nosso grande historiador [1]».

É realmente com pesar que somos obrigados a registar este procedimento do infante D. Henrique, censurado por todos os historiadores. Parece-nos entretanto que talvez possa defender-se até certo ponto esse procedimento. Quem sabe se elle iria para San-

1 Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. II, pag. 328.

Digitized by Google

tarem com o proposito de acalmar a colera de seu sobrinho e procurar uma solução por meios pacificos? Esta conjectura não é infundada, e tanto que muito depois d'isto, quando os conselheiros d'el-rei procuravam persuadil-o de que o procedimento de D. Pedro era uma offensa feita a elle e não ao duque, D. Henrique protestou energicamente, affirmando que não consentia que se dissesse que algum filho de D. João I fazia injuria a seu rei e senhor. Parece-nos, pois, que D. Henrique mais póde ser accusado de fraqueza que de deslealdade.

Em principios de 1449, depois de longas hesitações, resolveu o duque seguir a sua viagem, confiado na protecção d'el-rei. D. Pedro dirigiu-se logo de Penella para Villarinho, a fim de defender as suas terras, e ahi aguardou o ataque, ao contrario dos desejos do fogoso Alvaro Vaz d'Almada, que queria que se accommettessem as forças do duque de Bragança. Mas este, vendo na sua gente pouca vontade de combater contra o infante D. Pedro, fugiu secretamente pela serra de Estrella em direcção a Santarem, abandonando as suas forças, que se retiraram desordenadamente para a Covilhã.

Continuou a trama contra o infante, que pela rainha sua filha foi avisado de que D. Affonso ia marchar contra elle, e que, no caso de ser vencido, ou soffreria morte affrontosa, ou carcere perpetuo, ou desterro para sempre fóra do reino. Consultando o seu conselho, dividiram-se as opiniões sobre a resolução a tomar. Queriam uns que D. Pedro não fosse

Digitized by Google

expôr-se á morte, e que, fortificando-se em Coimbra, aguardasse os acontecimentos; optavam outros por que o infante passasse ás terras do condestavel seu filho, onde el-rei de certo não iria perseguil-o. Por seu lado, o conde de Abranches respondeu: «Antes morrer grande e honrado, que viver pequeno e deshonrado, e que para isso vestissem todos, os corpos de suas armas, e os corações armassem principalmente de muita fortaleza, e que se fossem caminho de Santarem, não como gente sem regra, desesperada, nem desleal, mas como homens d'accordo e que iam sobre a governança e mando de um tal principe e de um tal capitão, que a el-rei sobre todos era mais leal e servidor mais verdadeiro, e que mandasse a el-rei pedir e requerer que com justiça o ouvisse com seus inimigos, que lhe tão sem causa tanto mal ordenavam, ou lhe désse com elles campo em que de suas falsidades e enganos, elle por sua limpeza e lealdade faria que se conhecessem e desdissessem. E que quando el-rei algumas d'estas coisas não houvesse por bem, e todavia quizesse vir sobre elle, que então defendendo-se morressem no campo como bons homens e leaes cavalleiros [1]».

Foi este o parecer que seguiu o infante. Alguns de seus amigos aconselhavam-lhe que não sahisse armado, e até um religioso, Frei Antão, partiu para a

1 Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. Affonso* v, cap. xi, pag. 402.

Digitized by Google

côrte a fim de negociar a concordia. A tentativa foi baldada, porque, como já dissemos, os conselheiros do joven monarcha, querendo a todo o custo perder D. Pedro, frustravam todas as tentativas de reconciliação, de fórma que nem consentiram que o bom religioso fallasse a D. Affonso v. A rainha, collocada entre o amor de filha e de esposa, pedia ao marido piedade para com seu pae. Mas tambem os seus esforços foram prejudicados pelos intrigantes, que, para a desacreditarem perante D. Affonso, não hesitaram em lançar mão da calumnia, accusando-a de acceitar os galanteios de D. Alvaro de Castro, camareiro-mór d'el-rei.

Finalmente, no dia 5 de maio de 1449 sahia de Coimbra o infante D. Pedro, com mil homens de cavallo e cinco mil de pé, a fim de pedir lealmente justiça a el-rei e tirar vingança dos inimigos que juravam perdêl-o. Entrou no mosteiro da Batalha, onde ouviu missa, e ahí esteve contemplando tristemente o tumulo que — mal diria elle! — havia de recebêl-o tão breve. Em Rio Maior, a cinco leguas de Santarem, consultou o seu conselho sobre se deveria ir pessoalmente á côrte, a pedir justiça, ou se seria preferivel enviar emissarios n'esse sentido. Aconselharam-lhe que voltasse para Coimbra, pois bem lhe bastava a gloria de provocar de tão perto os seus inimigos sem que elles acceitassem o repto, e se avançasse mais podia ser envolvido pelas forças de seu sobrinho. O infante respondeu que não era seu proposito approximar-se tanto d'el-rei que parecesse que ia combatêl-o, mas que tambem não queria recuar, e

Digitized by Google

que entretanto talvez a rainha e o infante D. Henrique conseguissem esclarecer o espirito de D. Affonso.

Tendo chegado a Alcoentre no dia 16 de maio, foi informado de que Ayres Gomes da Silva, encarregado de guardar o arraial, fôra cercado por alguma gente d'el-rei. D. Pedro partiu a toda a pressa com alguns cavalleiros; os sitiantes fugiram em debandada, muitos cahiram n'uma lagôa, e os que ficaram vivos foram levados á presença do infante. Entre elles ia um tal Pero de Castro, creado do infante D. Henrique. D. Pedro censurou-o asperamente, lançou-lhe em rosto as calumnias e os insultos de que era victima; a sua raiva cresceu, enfureceu-se, e, n'um momento de justificado desespero, bateu-lhe na cabeça com um pau que tinha na mão. Logo todos o imitaram, e Pero de Castro ficou alli morto.

Este acto de crueldade, muito para estranhar, como observa o snr. Pinheiro Chagas, no espirito illustrado e brando do infante D. Pedro, foi aproveitado pelos conselheiros d'el-rei para o acirrarem contra seu tio. O monarcha sahiu de Santarem com um exercito de trinta mil homens de cavallaria e infanteria, o mais numeroso que até então se levantára em Portugal. Sabendo d'esta marcha de seu sobrinho, D. Pedro dispôz o seu arraial em Alverca, junto ao ribeiro de Alfarrobeira.

O combate começou sem ordem expressa de parte a parte, quando el-rei chegou com suas forças no dia 20 de maio. Alguns bésteiros do exercito real começaram a despedir tiros contra o acampamento do in-

Digitized by Google

fante, depois de se embrenharem n'um arvoredo. Os espingardeiros d'el-rei começaram tambem a fazer fogo de cima de um outeiro, causando algum damno á gente do infante. D. Pedro mandou despedir alguns tiros de bombarda contra os do outeiro; succedeu, porém, que a pedra de uma bombarda foi cahir proximo da tenda real. O exercito de D. Affonso cahiu então com medonha furia sobre as forças do infante. Travando-se o combate, D. Pedro acudia sempre onde elle era mais vivo, não attendendo os que lhe aconselhavam que se retirasse.

«... Andando o infante assim revolto n'esta peleja, diz o chronista, foi nos peitos ferido de uma setta que lhe atravessou o coração, de que a poucos passos e menos horas cahiu logo morto, sem antes nem depois receber outra ferida, e o bésteiro que o feriu, bem foi conhecido e havido por assaz dextro em seu officio, o qual com outros de seu mister, segundo fama, foram em especial pelos inimigos do infante escolhidos e ordenados contra elle, para mais cedo abreviarem sua morte, a qual elle recebeu com signaes de verdadeira contricção e grande arrependimento de seus peccados, que deu piedosa esperança de salvação de sua alma, pelos quaes signaes o bispo de Coimbra, que sobre elle logo acudiu, o absolveu em lhe a alma sahindo da carne; porque não houve tempo de confissão, que elle nas derradeiras palavras de sua vida affincada e devotamente pediu; e porém elle no mesmo dia fôra confessado e absolto, e fizera em seu testamento que deixou algumas addições, porque claro pareceu, que acabou como sempre viveu,

Digitized by Google

catholico e bom christão, e leal vassallo, e servidor d'el-rei, em edade de cincoenta e sete annos».

Não podia Ruy de Pina tecer melhor epitaphio ao infante D. Pedro, caracter nobre e delicado que trilhou sempre o caminho da honra e da dignidade. Vejamos agora como o chronista descreve a morte do amigo dedicadissimo do infante, Alvaro Vaz d'Almada, o ultimo cavalleiro portuguez:

«O conde d'Abranches andando a cavallo em outra parte do arraial, provendo e resistindo em sua estancia, como bom e ardido cavalleiro, a muitas affrontas que o perseguiam, um moço chegou a elle e chorando lhe disse: — *Senhor conde que fazeis? porque o infante D. Pedro é morto.* — E o conde com quanto esta embaixada era de morte, que sem escusa nem dilação desafiou logo sua vida, elle com a cara segura e o coração esforçado disse ao moço: — *Calate e aqui o não digas a ninguem.* — E com isto feriu rijamente o cavallo das esporas, e foi-se descer em seu alojamento, onde sem alguma turvação pediu pão e vinho, de que por esforçar mais seu esforço comeu e bebeu alguns bocados, e tomou suas armas para com ellas honrar sua sepultura, que era a terra em que havia de cahir, e sahiu a pé pelo arraial, que de todas as partes era já entrado e vencido, e como foi conhecido, logo os d'el-rei uns sobre os outros carregaram sobre elle acommettendo de todas as partes para o matar, mas elle logo com uma lança que cortaram, e depois com sua espada os feria, e escarmentava de maneira, que os que a primeira vez o acommettiam, de mortos ou feridos não volviam a elle a

Digitized by Google

segunda, e assim pelejou um grande pedaço como mui valente e accordado cavalleiro, não sem grande espanto dos que o viam trazendo ás mãos, e todas suas armas cheias não de seu sangue, mas de muito alheio que espargiu; porque emquanto andou em pé e se poude revolver, nunca sua carne recebeu golpe que a cortasse. E emfim vencido já de muito trabalho, e longo cansaço, disse em altas vozes: *Ó corpo, já sinto que não pódes mais, e tu minha alma já tardas.* E com isto se deixou cahir estendido no chão, e uns dizem que disse, *ora fartar, rapazes,* e outros, *ora vingar, villanagem.* Cujo corpo que já não resistia, foi logo de tantos golpes ferido, que em breve despediu a alma de si para ir acompanhar a do infante como lhe tinha promettido, e alli um seu amigo, que não usou do que devia, lhe cortou e levou a cabeça com que a el-rei foi pedir acrescentamento e honra de cavallaria, e o tronco ficou no chão feito em pedaços, até que por requerimento de João Vaz d'Almada seu irmão bastardo, que era védor d'el-rei, houve logo enterramento no campo, e depois sepultura honrada. E os outros fidalgos e nobre gente que eram com o infante, vendo tão caro seu destroço, cada um desamparou a defeza das estancias, que lhe foram encommendadas, e como desesperados das vidas não lhes fallecendo o coração e accordo para vingarem suas mortes, se soltaram pelo arraial á aventura que se lhes offerecesse, e emfim de mortos, feridos, ou presos não escapou algum».

Os inimigos de D. Pedro quizeram ultrajal-o ainda depois de morto, de fórma que o seu corpo esteve

Digitized by Google

tres dias insepulto no campo da batalha, até que d'allí foi levado n'uma escada para a egreja de Alverca, onde foi sepultado sem pompa alguma.

A duqueza de Borgonha, D. Isabel, irmã de D. Pedro e casada com Filippe o Bom, recebeu com grande pesar a noticia da sorte de seu irmão, e mais a amargurou o facto de não lhe terem dado honrada sepultura. Parece que a principio ignorava até o local onde jazia o irmão, do que se queixou ao papa Nicolau v. Em 21 de maio de 1450 expedia o pontifice uma bulla ordenando aos prelados que admoestassem sob pena de excommunhão todas as pessoas de qualquer classe e dignidade, que se achassem culpadas no transporte e na occultação do corpo do infante, ou que soubessem alguma coisa a esse respeito, para que dentro de trinta dias entregassem ás pessoas para esse fim mandadas pela duqueza o corpo do duque de Coimbra, ou denunciassem os culpados. Os que permanecessem contumazes por um mez, contado dos trinta dias em deante, seriam privados, sendo ecclesiasticos, de todas as prebendas, dignidades, administrações, officios, e beneficios ecclesiasticos, seculares e regulares, *cum cura et sine cura*, e, sendo seculares, de todas as honras, feudos, dignidades e dominios, declarando-os inhabeis para de futuro adquirirem honras e dignidades, etc. [1]

Instigado por sua esposa, Filippe o Bom enviou a Portugal o deão de Vergy, que expôz a D. Affonso v

[1] *Quadro elementar*, tomo x, pag. 36.

Digitized by Google

a reprovação de seu amo pelos actos praticados, e reclamou que o duque de Coimbra fosse sepultado com todas as honras na sua capella da Batalha, ou lhe fosse concedida licença de o transportar para a Borgonha. D. Affonso v optou pela primeira solução.

Digitized by Google

Digitized by Google

CAPITULO XI

Viagens de Cadamosto e de Diogo Gomes. — Descobrimento das ilhas de Cabo Verde.

Resta-nos ainda fallar de duas importantes viagens, emprehendidas pelo fidalgo veneziano Luiz de Cadamosto, sob os auspicios do infante D. Henrique, em 1455 e 1457. O proprio Cadamosto escreveu uma relação das suas viagens, que pela primeira vez foi publicada em 1507, em Vicenza, com o titulo — *Aloysio de Cadamosto libro della prima navigatione per Oceano alla terra dé Negri et delle bassa Ethiopia, per commandamento del Infante D. Henrico di Portogallo* [1].

---

[1] A relação de Cadamosto está traduzida em portuguez com o titulo seguinte: *Navegações de Luiz de Cadamosto a que se ajuntou a viagem de Pedro de Cintra, capitão portuguez, traduzida do italiano.* A traducção é do erudito escriptor Sebas-

Digitized by Google

Não são poucas as duvidas que apparecem na historia d'estas viagens, porque Cadamosto não se mostra excessivamente escrupuloso na sua narrativa. Felizmente alguns dos pontos obscuros e duvidosos da relação d'este viajante acham-se esclarecidos, desde que o erudito escriptor inglez Major encontrou no manuscripto de Valentim Fernandes uma narração authentica, feita por Diogo Gomes, das suas proprias viagens. D'esta fórma chegou o sabio inglez a corrigir os erros e incoherencias da relação de Cadamosto, que já fôra intelligentemente analysada pelo illustre escriptor portuguez snr. Lopes de Lima [1].

A primeira duvida que surgia n'essa relação era sobre a data das suas viagens. O illustre socio da Academia Real das Sciencias, Mendo Trigoso, traduzindo em 1812 a relação das viagens de Cadamosto, assignou-lhes a data de 1444. O celebre viajante não deixou esclarecido este ponto; pelo contrario, se tentassemos estabelecer a data por algumas passagens da sua narrativa, chegariamos a resultados contradictorios. Assim, no capitulo I diz que a ilha de Porto Santo «foi descoberta haverá vinte e sete annos pelas caravelas do senhor infante», o que nos levaria a adoptar o anno de 1445, visto que a ilha de Porto Santo foi descoberta em 1418. No capitulo XI

tião Francisco Mendo Trigoso, e encontra-se no vol. II da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas.*

[1] *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas* (Lisboa, 1844).

Digitized by Google

diz que os portuguezes fizeram guerra aos azenegues durante «treze ou quatorze annos», que, contados desde 1434, em que foi dobrado o cabo Bojador, nos levariam a fixar a viagem em 1447 ou 1448. No capitulo xv diz que o Senegal foi descoberto «cinco annos antes que eu fizesse esta viagem», e então seria feita a viagem em 1450. No capitulo xxx diz que o Cabo Verde foi descoberto «um anno antes que eu fosse a estas partes», e n'este caso teriamos a viagem em 1446. Como estas ha muitas outras contradicções na relação de Cadamosto, de fórma que é necessario toda a cautela e prevenção em o seguir. Mendo Trigoso, não podendo consultar documentos hoje conhecidos, preferiu o anno de 1444, rejeitando assim a data de 1454 que apparecia na edição de Cadamosto, feita em Vicenza, e apoiando-se no testemunho de Damião de Goes, que aliás cahiu em alguns erros na *Chronica do principe D. João,* quando se referiu aos descobrimentos.

Desde que appareceu a *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné,* de Azurara, a opinião de Trigoso ficou destruida, porquanto, referindo-se o chronista ás expedições realisadas até 1448, não diz uma palavra ácerca das viagens de Cadamosto, que por isso devem ser collocadas em anno posterior áquelle. Major, indicando a data de 1454, escreve em nota: «Varios auctores teem assignado diversos periodos a esta viagem; mas não só a data acima é a que Ramusio estabelece, senão que a exactidão d'ella é confirmada por decreto do senado de Veneza, da mesma data, para os effeitos seguintes: «Tendo na ulti-

Digitized by Google

ma viagem ido todas as tres galés ao porto de Ecluse, para onde foram carregadas todas as mercadorias, a fim de as subtrahirem ao direito de 2 por cento sobre as fazendas, que passam entre Veneza e Inglaterra, ordena-se ao capitão das galés de Flandres, o cavalleiro Ser' Marco Zeno, que averigue se as fazendas pertencentes aos subditos venezianos descarregaram em Inglaterra, e exigia os 2 por cento [1]». Logo veremos a relação que tem este decreto com a primeira viagem de Cadamosto.

O visconde de Santarem, argumentando contra a data de 1444, escreve:

«Fixámos a data da primeira viagem de Cadamosto no anno de 1455, como sendo a mais exacta, ainda que o auctor do prefacio da traducção portugueza das relações d'esse viajante, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, fixasse essa data no anno de 1444. Eis as nossas razões. O academico, auctor do prefacio de que se trata, não conheceu a chronica da conquista de Guiné por Gomes Eannes d'Azurara; não pôde tambem consultar a dissertação de Zurla ácerca de Cadamosto [2], que não appareceu senão tres annos depois da publicação feita pela academia, da collecção pre-citada; teve por conseguinte de seguir Damião de Goes, o qual, não conhecendo Azurara, se determina pelo anno de 1444,

---

1 *Vida do infante D. Henrique*, pag. 304.

2 «Dei viaggi e delle scoperte Africane d'Aloise de Cadamosto, patricio Veneto. *Dissertazione*. Venezia, 1815».

Digitized by Google

apesar de ter encontrado em Ramusio a de 1454, adoptada tambem por Tiraboschi. Apesar dos argumentos de Goes e do traductor portuguez das obras de Cadamosto, parece-nos que a verdadeira data da primeira viagem d'esse navegador é a de 1455, em razão do silencio que Azurara guarda ácerca da viagem de Cadamosto, ao passo que faz menção dos outros exploradores estrangeiros que acompanharam os nossos exploradores no tempo do infante. Azurara terminou a sua chronica em 1448, isto é, sete annos antes da viagem de Cadamosto, que não se effectuou senão em 1455. Além d'isso, sendo constante que Cadamosto fez essa viagem em companhia de Antonio da Nolla, o Antoniotto Usodimare do manuscripto de Genova [1], e, sendo a carta d'este ácerca d'essa viagem datada de 12 de dezembro de 1455, e a partida de Cadamosto de 22 de março do mesmo anno, segue-se que tal é a verdadeira data da primeira viagem d'esse explorador veneziano em companhia de Vicente Dias, natural de Lagos, como elle mesmo diz no capitulo segundo da sua relação. Mas, se tomando nota d'esta particularidade, reflectirmos no silencio de Azurara ácerca do navegador veneziano, somos levados a acreditar que a sua viagem em companhia de Vicente Dias só se effectuou posteriormente a 1445, tanto mais que n'essa época esse viajante portuguez achava-se no Senegal e commandava uma caravela,

[1] «Veja-se Annali di geographia e di statistica di Giacomo Graberg, tomo 1.°, pag. 289».

Digitized by Google

como se vê em Azurara, pag. 280, 287. Demais basta comparar a relação de Azurara com a de Cadamosto, cap. xv, para vêr que a viagem do Senegal feita por Vicente Dias em 1445 não é a que elle fez em companhia de Cadamosto, porque este diz expressamente que o Senegal fôra descoberto por tres caravelas do infante, que ahi tinham entrado cinco annos antes que elle fizesse essa viagem.

«Fixando, segundo quer Azurara, a viagem de Vicente Dias no anno de 1445, se suppozermos que a de Cadamosto foi cinco annos depois, teremos a data de 1450, data que poderiamos ainda recuar, se nos fosse permittido entregarmo'-nos aqui a mais longa discussão. Cadamosto foi o primeiro veneziano que navegou para além de Gibraltar para o sul, como o attesta Marco Barbaro; e, quando entrou ao serviço de Portugal, já os portuguezes tinham explorado toda a costa d'Africa para além do cabo Bojador, até para além da Serra Leôa: cincoenta e uma caravelas tinham visitado essa costa até ao anno de 1446 [1]».

Major, seguido pelo snr. Pinheiro Chagas, adopta o anno de 1454, como sendo aquelle em que Luiz Cadamosto sahiu de Veneza, no dia 8 de agosto. O viajante veneziano tinha então vinte e dois annos, e parece que só fizera uma viagem a Flandres com fins commerciaes; mas no seu espirito despertava um vehemente desejo de viajar para conhecer o mundo, e

1 *Recherches*, etc. *Additions*, xii, pag. 270. Cit. por Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. ii, pag. 302.

Digitized by Google

adquirir cabedaes e gloria. Por isso na data citada embarcou n'uma das galés da esquadra pertencente á republica e commandada por Marco Zeno, que estava encarregado da missão a que acima nos referimos.

Nas alturas do cabo de S. Vicente foi a esquadra retida por uma tempestade, exactamente na occasião em que o infante estava na Raposeira [1], proximo d'alli. Informado da chegada dos estrangeiros, D. Henrique enviou logo o seu secretario Antonio Gonçalves [2], em companhia do consul veneziano Patricio de Conti, a levar-lhes amostras de assucar da Madeira, sangue de drago de Porto Santo e outros productos das terras ultimamente descobertas. Encantado com as maravilhas que via e ouvia, Cadamosto perguntou quaes as condições em que se obteria licença do infante para visitar aquellas terras. As condições que lhe expozeram foram as seguintes: se elle armasse e carregasse a caravela á sua custa, entregaria ao infante a quarta parte do producto da viagem e ficaria com o resto; se o infante désse a caravela e a car-

1 «A habitação do infante D. Henrique no Algarve é muito conhecida: todos sabem que para isso edificou a villa chamada Terça-nabal ou Tercena-naval, ao depois Villa do Infante, e ultimamente Sagres. A assistencia da Raposeira seria alguma casa de campo, onde o infante se retirasse, junto áquella povoação». (Sebastião Trigoso, nota ás *Navegações de Luiz de Cadamosto).*

2 Era talvez Antão Gonçalves, o mesmo que trouxera do rio do Oiro os primeiros captivos, e que pelo infante foi nomeado seu *escrivão de puridade,* como diz o chronista. Esse cargo equivalia ao de secretario.

Digitized by Google

regação, o navegador ficava apenas com metade; se a viagem não désse resultado, corria toda a despeza por conta do infante, mas esta hypothese não era provavel. Cadamosto foi logo procurar o infante, que o recebeu muito bem, confirmou as condições expostas e acabou de o resolver á empreza. Foi logo preparada uma das caravelas do infante, e n'ella embarcou o aventureiro veneziano, levando na sua companhia o portuguez Vicente Dias, de Lagos. A missão de que D. Henrique o incumbiu foi negociar e proseguir a obra dos descobrimentos, que estavam paralysados desde que Alvaro Fernandes chegára ao cabo de Sant'Anna.

Partiu de Lagos a caravela no dia 22 de março de 1455, e no dia 25 do mesmo mez chegou á ilha de Porto Santo. Como já notámos, Cadamosto diz que esta ilha fôra descoberta, haveria vinte e sete annos, pelas caravelas do infante, quando devia dizer trinta e sete. Major julga provavel que houvesse erro de cópia no primeiro algarismo, o que daria origem ao erro de attribuir a viagem ao anno de 1445.

Sahindo de Porto Santo em 28 de março, foram n'esse dia desembarcar ao porto de Machico, na ilha da Madeira. Cadamosto faz uma interessante descripção do estado d'esta ilha e dos progressos que realisára desde que o infante a mandou colonisar. Havia diversas povoações, mas as principaes eram: Machico, Santa Cruz, Funchal e Camara de Lobos. A fertilidade da terra era admiravel, produzindo annualmente trinta mil stares venezianos de trigo. Havia lá muita madeira, sendo a mais estimada a do cedro odorifero,

Digitized by Google

similhante ao cypreste, e a do teixo. Diversos engenhos de serragem movidos a agua occupavam-se constantemente no córte d'esta madeira. As cannas de assucar, que o infante mandára ir da Sicilia, produziam admiravelmente. Os bacellos de Malvazia davam vinho excellente e em grande abundancia. Havia na ilha muitos pavões selvagens, pombos e grande quantidade de gado.

Da Madeira passou Cadamosto ás Canarias. Quatro d'estas ilhas, Lançarote, Fuerteventura, Gomera e Ferro, eram habitadas por christãos, e tres, a Gran-Canaria, Teneriffe e Palma, por pagãos. O viajante faz uma descripção minuciosa dos costumes dos habitantes, com o que não podemos demorar-nos.

Continuando a sua viagem, chegou no fim de alguns dias ao cabo Branco, que fica a quinhentas e setenta milhas das Canarias, e d'alli passou á ilha de Arguim, onde viu a fortaleza mandada construir pelo infante D. Henrique [1]. Fallando do commercio da ilha, diz que o infante o arrendára por dez annos, com a seguinte condição: ninguem poderia entrar na bahia para traficar com os arabes, salvo aquelles que entrassem no contracto. O commercio fazia-se dando aos arabes tecidos, prata, tapetes e alquizeis, que eram

1 «Se não fossem tão abundantes as provas que temos de que as viagens de Cadamosto não foram em 1445, aqui vinha um novo argumento a nosso favor. Até 1448, termo da chronica d'Azurara, ainda o infante D. Henrique não mandára construir fortaleza em Arguim». (Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, nota á pag. 304 do vol. II).

Digitized by Google

uma especie de tunicas, e sobre tudo trigo, sempre muito procurado, em troca de escravos, provenientes da terra dos negros, e oiro. Os arabes tinham excellentes cavallos da Berberia, a troco dos quaes recebiam escravos negros, sendo um bom cavallo avaliado em doze ou quinze escravos! Cadamosto faz uma descripção minuciosa dos costumes dos habitantes do interior do continente e do modo como elles faziam o seu commercio, pormenores que por brevidade somos agora obrigados a omittir.

Navegou até ao Senegal, que fica a trezentas e oitenta milhas do cabo Branco. O rio é fundo, e na foz tem mais de uma milha de largura. A costa é arenosa; o fluxo e refluxo da maré chega a sessenta milhas pelo rio acima; á entrada da foz ha bancos de areia que se prolongam até quasi uma milha da terra. Suppozeram alguns que aquelle rio era um braço do Gihoh, que nasce no Paraiso Terrestre. Os antigos chamavam-lhe Niger, e diziam que elle era um braço do Nilo e que, banhando a Ethiopia, se encaminhava para oeste e ia desaguar ao oceano depois de se dividir em varios braços. Os negros d'aquelle sitio formam o reino do Senegal e são conhecidos pelo nome de jalofos. Na occasião da visita de Cadamosto o rei do Senegal chamava-se Zucholin, e teria vinte e dois annos de edade. Os nobres elegiam o rei, e depunham-n'o quando estavam descontentes com elle. A religião d'aquelle povo era o mahometismo. Nadavam admiravelmente, mas nada sabiam de navegação, e declararam que nunca tinham visto navio algum antes de lá irem os portuguezes, o que constitue um argumento pre-

Digitized by Google

cioso a favor da prioridade dos nossos descobrimentos. Para a pesca e outros usos, tinham os que habitavam á beira-mar, ou nas margens do rio, umas canôas inteiriças, feitas de um só pau, e que levariam, quando muito, tres ou quatro homens.

Do Senegal passou Cadamosto a um paiz que ficava d'alli umas cincoenta milhas, e que tinha o mesmo nome do seu rei, Budomel. É o moderno porto de Yof. Sabendo que o principe era hospitaleiro, mandou-lhe annunciar a sua chegada e fez-lhe propostas de commercio. Veio Budomel acompanhado de alguma gente, e tratou muito bem Cadamosto, que lhe offereceu sete cavallos e outros presentes. O principe convidou o viajante a ir passar alguns dias em sua casa, e offereceu-lhe todas as commodidades, que Cadamosto acceitou. Passava-se isto no mez de novembro, e Cadamosto demorou-se alli durante vinte e oito dias. Quando quiz voltar ao navio não o pôde fazer, por se ter levantado uma furiosa procella; por meio de um negro que venceu a nado a distancia de tres milhas, enviou aos tripulantes uma carta em que lhes ordenava que fossem recebêl-o no Senegal, para onde elle marchou a cavallo. Não passaremos adeante sem expôr um curioso pormenor, que Major, seguindo a relação de Cadamosto, conta nos termos seguintes:

«Budomel foi tão civil e condescendente com Cadamosto, que até o deixou entrar na mesquita, quando se fazia oração. Os azenegues e os arabes, que eram seus padres, foram avisados para assistir, e Budomel orava da seguinte fórma: De pé, levantava os olhos para o céo; depois dava dois passos para dean-

Digitized by Google

te, dizia algumas palavras em voz baixa, e em seguida prostrava-se por terra, e beijava-a com respeito. O mesmo faziam os azenegues e todos os do sequito do rei. Continuou em oração quasi meia hora, repetindo as mesmas ceremonias dez ou doze vezes. Quando acabou, virou-se para Cadamosto, perguntou-lhe que ideia fazia d'aquillo, e quiz lhe désse alguma informação da religião christã. Cadamosto teve a coragem de lhe dizer, na presença dos padres, que a religião mahometana era falsa, e que a catholica era a unica e verdadeira fé. Isto exasperou os padres, mas Budomel riu-se, dizendo que a fé christã devia de ser boa, porque só Deus nos poderia dar tantas riquezas e conhecimentos como nós os christãos possuimos. Accrescentou lhe parecia ser a religião mahometana tambem boa, e que os negros deveriam ter mais probabilidades de se salvarem do que os christãos; porque, sendo Deus um senhor justo, e tendo dado aos ultimos tantos bens n'este mundo, que tinham cá um paraiso, grande compensação aguardava os negros no outro mundo, e podiam esperar lá o paraiso. Budomel mostrava ter muito bom sizo e reflexão nas suas observações, e gostava de fallar a respeito da religião. Cadamosto estava convencido de que este principe facilmente se poderia converter ao christianismo, se não receasse offender o povo. Seu sobrinho disse a Cadamosto isto, e tinha elle proprio grande prazer em conversar n'esta materia [1]».

[1] *Vida do infante D. Henrique*, pag. 322 e 323.

Digitized by Google

«Cadamosto — escreve ainda Major — refere uma anecdota, que ouviu contar a um genovez, homem digno de credito, o qual lhe disse tinha estado o anno anterior no paiz de Budomel, alojado em casa do sobrinho d'este, Bisboror. Uma vez, sendo meia noite, fôra despertado pelos silvos que ouviu em roda da casa, e viu seu hospedador levantar-se e dar ordem a dois negros para lhe trazerem o camello. Perguntando-lhe o genovez onde ia tão tarde, respondeu-lhe laconicamente, que a um negocio, e brevemente seria de volta. Vindo pela manhã cedo, o genovez, desejoso de saber onde elle tinha ido, voltou a fazer-lhe as mesmas perguntas. «Não ouvistes á meia noite», lhe tornou Bisboror, «silvos á roda da casa? Estava rodeada de serpentes, e se eu não tivesse usado de feitiços para as fazer voltar aos seus covis, ter-me-iam matado muito gado». O genovez ficou muito surprehendido, mas Bisboror disse-lhe que seu tio fazia coisas muito mais maravilhosas. Quando precisava obter veneno para hervar as frechas, traçava um grande circulo, no qual obrigava a entrar por encantamentos todas as serpentes dos contornos, e depois de ter apartado as mais venenosas, matava-as com suas proprias mãos, e deixava sahir as outras do circulo. Depois misturava a peçonha d'ellas com a semente de uma certa planta, o que compunha um veneno tão violento, que a ferida de um dardo embebido n'elle matava em um quarto de hora. O genovez accrescentou que Bisboror se lhe offerecêra para fazer alguns feitiços na sua presença, mas por elle não gostar de semelhantes diabruras, se escusou de assis-

Digitized by Google

tir ou tomar parte n'ellas. Diz Cadamosto, que acreditava no poder que os negros tinham de enfeitiçar de prompto as serpentes, porque em Italia havia christãos que faziam feitiços e encantamentos [1]».

Depois d'esta demora no paiz de Budomel, Cadamosto comprou alguns escravos e fez-se á vela em demanda do rio Gambia, que, segundo lhe dissera o infante D. Henrique, existia para além do Senegal, n'um sitio onde havia oiro em abundancia. Certa manhã encontrou dois navios portuguezes, em um dos quaes ia o genovez Antonio de Nolla, conhecido pelo appellido Uso di Mare, e tambem por Antoniotto Uso di Mare. Dirigiam-se as duas embarcações para o cabo Verde, no intuito de proseguirem os descobrimentos. Como era esse mesmo o fim da viagem de Cadamosto, juntaram-se os tres navios, que, dobrando o cabo, encontraram tres ilhas onde havia grandes arvores [2]. Approximaram-se da maior, para fazer aguada, mas como não encontraram nascente alguma, entretiveram-se na caça e na pesca, e seguiram viagem no dia seguinte.

Velejando ao longo da costa, encontraram a sessenta milhas de Cabo Verde um rio pouco fundo a que chamaram Barbacim [3]. Continuando a viagem

---

1 Obr. cit., pag. 325.

2 Eram as ilhas da Magdalena, aonde chegára o navio de Lançarote e primeiramente o do sobrinho de João Gonçalves Zarco.

3 Major (pag. 330) suppõe que fosse o Joala. O snr. Alexandre Magno de Castilho diz que era o Salum. *(Descripção e roteiro da costa occidental de Africa,* pag. 123).

Digitized by Google

com todas as precauções, por causa das rochas e bancos de areia que por alli havia, chegaram á foz de outro rio, o Joombas ou Gusomboss. Como aquella terra, coberta de frondoso arvoredo, offerecia um bello aspecto, enviaram um barco á praia, com recommendação de que os tripulantes não desembarcassem, emquanto um dos interpretes negros que levavam não trouxesse boas informações ácerca dos habitantes. Appareceram muitos negros, que mataram o interprete antes que os outros o podessem soccorrer.

Finalmente, chegaram ao suspirado rio Gambia. Entraram por elle acima, e entretanto appareceu-lhes um grande numero de almadias com negros, que travaram combate, disparando uma verdadeira chuva de frechas. As caravelas responderam-lhes vigorosamente, e os negros fugiram espantados ao estrondo dos tiros de bombarda. Cadamosto empregou todos os esforços para entrar com elles em relações commerciaes, mas foi debalde. Depois d'isto, como a tripulação, anciosa de voltar para o reino, não queria avançar mais pelo rio, as caravelas voltaram para Portugal.

Cadamosto não adiantára o descobrimento da costa, mas deve-se-lhe entretanto a exploração de paizes anteriormente descobertos, e determinou a posição dos rios Barbacim Joombas e Gambia.

O navegador veneziano emprehendeu em 1457 uma segunda viagem, mas não seguiremos a sua narrativa, que está cheia de erros e contradicções. Major, depois de apresentar a relação de Cadamosto, escreve:

Digitized by Google

«Diz Cadamosto, que partiu de Lagos no principio do mez de maio, depois foi ás ilhas Canarias, d'ahi seguiu para cabo Branco, e estando ao mar n'essa noite, assaltou-o um temporal furioso de sudoeste. Foi este sempre crescendo, aguentando-se o navio duas noites na volta de oesnoroeste, até que no terceiro dia deram vista de duas ilhas grandes, e desembarcaram em uma, a que pozeram nome de *Boa Vista*. Do alto de uma montanha d'esta ilha avistaram os exploradores mais tres, uma ao norte e duas ao sul, e pareceu-lhes vêr outras para oeste. No dia seguinte, diz Cadamosto, chegou á vista das duas do sul, e foi a uma d'ellas, a qual denominou *S. Thiago*, porque lançou ancora alli no dia de S. Filippe e S. Thiago. Achou n'essa ilha um rio de agua doce, tão grande que á vontade podia entrar dentro um navio de setenta e cinco toneladas; e ao longo d'este rio encontrou a sua gente pequenas lagôas de sal branquissimo e bello, de que trouxeram grande quantidade. Tambem acharam muitas tartarugas, de que fizeram diversos guisados, que elle provou [1]».

Como se vê, Cadamosto arroga-se a gloria do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, gloria que realmente lhe não pertence. Mas a sua narrativa está cheia de erros e contradicções, como dissemos, de fórma que em caso algum nos podia merecer credito, ao que accresce a circumstancia de termos hoje, na relação de Diogo Gomes que appareceu no manuscripto

1 *Vida do infante D. Henrique*, pag. 344.

Digitized by Google

de Valentim de Moravia, a relação authentica do descobrimento d'essas ilhas. Logo referiremos a viagem de Diogo Gomes, segundo o manuscripto habilmente aproveitado por Major; agora vejamos como o erudito escriptor inglez, depois de referir a viagem de Cadamosto, segundo a conta o proprio navegador, lhe desmascara todas as falsidades e contradicções.

«Ora tudo isto é simplesmente impossivel, diz Major. 1.º Quem partisse de Lagos no principio de maio, não podia, depois de alguns dias de viagem, ancorar em uma das ilhas de Cabo Verde no dia de S. Filippe e S. Thiago, festa que a christandade celebrou sempre no primeiro dia de maio. 2.º Desgarrando tres dias com um temporal furioso para o oesnoroeste, ao mar de cabo Branco, não era possivel que um navio fosse trazido á ilha da Boa Vista, que demora cem leguas ao sudoeste. 3.º Da ilha da Boa Vista póde avistar-se em tempo claro a ilha do Sal, que lhe fica a oito leguas; mas desde Cadamosto até os nossos tempos, ainda não houve quem podésse vêr d'aquella ilha a de S. Thiago, a qual está a mais de vinte e cinco leguas ao sudoeste. A oeste jaz S. Nicolau, quasi tão longe como S. Thiago, de sorte que os exploradores nunca da Boa Vista podiam avistar mais que uma ilha ao norte. 4.º Nem em S. Thiago, nem em alguma das ilhas de Cabo Verde ha um unico rio de agua doce, nem ribeira de volume bastante para fluctuar n'ella uma canôa; e os habitantes de S. Thiago estimariam muito realisar o agradavel sonho de Cadamosto, especialmente se o seu rio de agua doce, em que podésse entrar á vontade um navio de seten-

Digitized by Google

ta e cinco toneladas, fosse franjado de lagôas de sal branquissimo e bello, producção que nunca houve na ilha, nem tartarugas, que o italiano tambem lhe liberalisou.

«Por outro escripto de Cadamosto sabemos que elle se deteve em Lisboa até 1463; e é soffrivelmente claro que fez cabedal proprio dos descobrimentos, que n'esse intervallo se realisaram, e se apropriou d'elles, alterando-lhes a data. A sua primeira viagem, para a qual partiu a 22 de março de 1455, parece ter durado até 1456, porque n'ella a menção que se faz de um mez de novembro é seguida por um mez de junho; e sendo a sua segunda viagem no «anno seguinte», havia de ser em 1457. Mas ha provas por onde se mostra que o descobrimento de S. Thiago se não fizera antes de 1460, e tambem parece, segundo o manuscripto recentemente descoberto, de que vou dar a traducção [1], que a gloria d'aquelle descobrimento pertence, não, como até agora teem supposto os criticos mais rigorosos, ao genovez Antonio de Nolli, mas com mais razão ao portuguez Diogo Gomes, que a reivindica para si, e mostra como o genovez se aproveitou de ter chegado primeiro a Portugal para requerer a el-rei as honras e proventos do descobrimento [2]».

A relação de Diogo Gomes, encontrada, como dissemos, no manuscripto de Valentim de Moravia, dá conta de duas viagens que elle emprehendeu, uma

[1] É a relação de Diogo Gomes.
[2] Obr. cit., pag. 344 e 345.

Digitized by Google

em 1458, outra em 1460. Em seguida á narrativa da sua primeira viagem, escreve Diogo Gomes:

«Dois annos depois (isto é, em 1460) el-rei D. Affonso equipou uma grande caravela, em que me mandou por capitão; levei commigo dez cavallos, e fui á terra dos barbacinos, que é entre Serreos e o rei Nomemans *(sic)*. Aquelles barbacinos tinham dois reis, a saber: Barbacin Dun e Barbacin Negor. E el-rei deu-me poderes sobre as praias d'aquelle mar, de sorte que todas as caravelas, que eu encontrasse ao mar da terra de Guiné, ficassem debaixo do meu commando; pois el-rei sabia que as havia alli, que levavam armas e espadas aos mouros. Essas ordenou-me que as apresasse, e lh'as trouxesse para Portugal. E com a ajuda de Deus cheguei em doze dias a Barbacin, onde achei duas caravelas; uma, em que estava Gonçalo Ferreira, da casa do infante D. Henrique, natural do Porto, que andava transportando cavallos para alli; a outra, levava por capitão Antonio de Nolli, genovez, que tambem era mercador, e conduzia cavallos. Foi isto no porto de Zaza. Tambem lá achei Borgebil, que tinha sido rei de Geloffa, e fugido para alli com temor do rei Burbuck, que lhe havia usurpado o reino. Os ditos mercadores com as suas caravelas prejudicavam muito o trafico n'aquellas paragens, porque os mouros, que costumavam dar doze negros por um cavallo, agora já lhes não davam mais que seis. Então eu chamei á minha presença aquelles capitães, e da parte de el-rei dei-lhes sete negros por um cavallo; mas eu pela minha parte troquei cada cavallo por quatorze e quinze negros. Emquanto alli

Digitized by Google

estivemos, chegou de Gambia uma caravela, que nos trouxe noticia de ter vindo um certo homem chamado Prado com uma caravela carregada de muitas riquezas, pelo que despachei immediatamente a caravela de Gonçalo Ferreira, com ordem, em nome de el-rei, sob pena de morte e confisco de todos seus bens, de ir a Cabo Verde dar caça áquella caravela, o que elle fez, tomando-a; e n'ella achámos grande preza. Enviei em continente o capitão mais Gonçalo Ferreira a el-rei, a quem escrevi, dando conta de todos estes acontecimentos.

«Eu e Antonio de Nolli deixámos depois aquelle porto de Zaza, e velejando dois dias e uma noite em direitura a Portugal, vimos algumas ilhas no mar; e como a minha caravela era mais ligeira que a outra, *cheguei primeiro a uma d'aquellas ilhas.* Vi areia branca, e pareceu-me um bom porto, onde lancei ferro, e o mesmo fez tambem Antonio. *Disse-lhes que queria ser o primeiro a ir a terra, e assim fiz.* Não vimos lá signal algum de homens, *e chamámos á ilha S. Thiago: assim se chama até hoje.* Havia alli abundancia de peixe para pescar. Achámos em terra muitas aves raras, e regatos de agua doce. As aves eram tão mansas que as matavamos a pau; havia muitos gansos. Tambem havia grande quantidade de figos; mas não nascem nas arvores do mesmo modo que nas nossas terras, pois os nossos figos crescem junto á folha, e estes por toda a casca da arvore, desde o pé até o cimo. Nasce esta casta de figueiras em abundancia. Havia alli tambem muita quantidade de feno. E eu tinha um quadrante, quando fui a estas paragens, e

Digitized by Google

escrevi-lhe na tábua a altitude do polo Arctico e achei-o melhor do que a carta. Verdade é que n'esta se vê o rumo da navegação; mas quando uma vez se erra, não se torna a atinar com a verdadeira arrumação. Vimos em seguida uma das ilhas Canarias, chamada Palma, e depois d'esta fomos á ilha da Madeira. Bem que eu estava impaciente de ir caminho de Portugal, levou-me um vento contrario para os Açores. Antonio de Nolli, porém, deixou-se ficar na Madeira; *e aproveitando-se do vento mais favoravel, chegou a Portugal antes de mim. E pediu a el-rei a capitania da ilha de S. Thiago, que eu tinha descoberto, e el-rei lh'a deu, e elle conservou-a até morrer.* E eu a muito custo segui caminho para Lisboa; e, passado tempo, foi el-rei ao Porto, onde jazia em ferros aquelle Prado, que tinha levado armas aos mouros, e a quem Gonçalo Ferreira aprisionára, e lá ordenou el-rei que elle fosse torturado em um carro, e que accendessem uma fornalha, onde o lançassem com sua espada e seu oiro [1]».

A corroborar esta singela narrativa de Diogo Gomes, temos o facto de não apparecerem mencionadas estas ilhas em documento algum anterior a 1460, ao passo que já n'este se faz referencia a ellas. Demais, sendo certo que a colonisação das ilhas começou em 1461, não é nada provavel que o infante as tivesse deixado alguns annos sem habitantes, o que succederia se fosse verdadeira a narração de Cadamosto. Fa-

[1] Seguimos a traducção que se encontra na obra de Major.

Digitized by Google

ria e Sousa, finalmente, assigna o anno de 1460 ao descobrimento d'estas ilhas.

«A 3 de dezembro de 1460, diz Major, estando el-rei D. Affonso v em Evora, fez doação a seu irmão D. Fernando, filho adoptivo e herdeiro do infante D. Henrique, das ilhas até áquelle tempo descobertas, para as possuir do mesmo modo que elle as tinha recebido do infante D. Henrique. Estas ilhas, em que se contam algumas de nomes hoje desconhecidos, vêm apontadas na ordem dos grupos, sendo as ultimas as do grupo de Cabo Verde, do qual se mencionam as seguintes: S. Jacobe (S. Thiago), S. Filippe (Fogo), De las Moyaes (Maio), S. Christovam, que se suppõe ser a Boa Vista, nome que, segundo parece, lhe fôra falsamente dado por Cadamosto annos depois; ilha Lana, muito provavelmente a ilha do Sal, que, por estar proxima da Boa Vista, não podia deixar de ser, como aqui, mencionada em seguida a ella. As restantes ilhas de Cabo Verde foram pouco depois descobertas por alguns mareantes ao serviço do infante D. Fernando, quando receberam o seu nome collectivo do cabo ao qual ficam fronteiras. El-rei cedeu-as áquelle infante em 19 de setembro de 1462. A primeira colonisada foi S. Thiago [1]».

A viagem de Diogo Gomes foi a ultima que se fez no tempo do infante, que falleceu n'esse mesmo anno de 1460, como veremos no capitulo seguinte.

---

[1] Obr. cit., pag. 356 e 357.

Digitized by Google

CAPITULO XII

Expedição a Alcacer Ceguer. — A morte do infante D. Henrique. — O seu monumento em Sagres.

Em 1457 recommendava o papa Calixto III a D. Affonso V, por intermedio do bispo de Silves, que o mais breve possivel fizesse guerra aos turcos, para os distrahir das ameaças que dirigiam contra a Hungria. O monarcha portuguez, tendo-se preparado para uma expedição, enviou embaixadores a diversas côrtes da Europa a fim de se organisar convenientemente a guerra contra os turcos, segundo os desejos do papa; as negociações, porém, não produziram effeito, e D. Affonso V dirigiu para outro ponto as suas attenções [1].

---

[1] Foi n'esta occasião que D. Affonso V mandou cunhar «aquella moeda a que a cruz e a bulla deram o nome de cruzado». *Evora gloriosa*, pag. 85.

Digitized by Google

O joven monarcha herdára do avô o amor das aventuras em Africa; desejoso de alargar alli os seus dominios e tirar a vindicta do desastre de Tanger, resolveu, d'accordo com o seu conselho, ir atacar aquella cidade com um exercito de vinte e cinco mil homens. Suspendeu-se por algum tempo a realisação da empreza, por ter sido Lisboa atacada do terrivel flagello da peste; mas como entretanto chegaram noticias de que o rei de Fez pozera cêrco á cidade de Ceuta, do que ao depois desistiu, resolveu-se a partida immediata das forças portuguezas para a Africa. A esquadra partiu em tres divisões: uma de Setubal, commandada por el-rei; outra do Porto, ás ordens do marquez de Valença; a terceira, finalmente, de Sagres, sob o commando do infante D. Henrique. Reuniram-se as tres divisões em Lagos, e d'ahi partiu a frota, composta de duzentas e vinte velas, a 17 de outubro de 1458. A esquadra dirigiu-se a Tanger, mas quando já estavam na bahia, decidiu el-rei, por conselho do condo de Odemira, marchar de preferencia contra Alcacer Ceguer [1].

No dia 21 de outubro fundeavam os navios portuguezes defronte de Alcacer, e, logo que chegaram os navios dos infantes D. Henrique e D. Fernando, tio e irmão d'el-rei, fez-se o desembarque no meio do maior enthusiasmo. Estavam na praia muitos mouros, cavalleiros e peões, que foram logo atacados e repel-

1 *Alcacer-Ceguer* ou Alcacer pequeno, em contraposição a *Alcacer-quivir* ou Alcacer grande.

Digitized by Google

lidos, refugiando-se uns nas montanhas e outros no interior da praça. Para reconhecer as forças de Alcacer, mandou el-rei fazer um ataque simulado; mas a defeza offerecia forte resistencia, e então os soldados portuguezes atacaram a valer. D. Henrique, sempre valente e arrojado até á temeridade, animava os seus soldados e combatia com valor extremo, apesar de já estar em edade adeantada. O ataque prolongou-se pela noite, fazendo consideravel estrago nas muralhas da praça os tiros de uma bombarda que o infante collocára em ponto favoravel. Vendo-se irremediavelmente perdidos, os mouros fizeram propostas de capitulação. O infante D. Henrique respondeu-lhes que «el-rei não fôra alli senão por serviço de Deus, e não para se apoderar de seus haveres ou forçal-os a resgates. O que elle queria era que evacuassem a villa com suas mulheres, filhos e bens; mas que deixassem todos os prisioneiros christãos que lá estivessem». Os sitiados ainda pediram tempo para reflectir, o que prudentemente lhes foi recusado, por se recear que outros viessem soccorrêl-os. Tiveram, pois, de retirar-se e entregar a praça, cuja guarda ficou confiada a D. Duarte de Menezes, filho natural de D. Pedro de Menezes, primeiro capitão de Ceuta. A mesquita foi transformada em egreja christã sob a invocação de Santa Maria da Misericordia.

Pouco depois juntava o rei de Fez consideraveis forças, com as quaes vinha pôr cêrco a Alcacer, e D. Duarte de Menezes, um dos mais famosos heroes das nossas conquistas africanas, pedia reforços a

Digitized by Google

D. Affonso v. Emquanto el-rei preparava algumas forças para passar á Africa, enviou a Alcacer Luiz Alvares de Sousa, a fim de animar os sitiados annunciando-lhes a noticia dos soccorros. O navio de Luiz Alvares arremessava para dentro da praça cartas cravadas em settas, e pela mesma fórma recebia a resposta. Uma d'essas cartas, escripta em francez, cahiu no acampamento mouro, e por ella soube o rei de Fez que dentro da praça havia falta de mantimentos. Animou-se por isso a continuar o cêrco, esperando render os nossos pela fome, e offereceu a D. Duarte de Menezes uma capitulação em condições favoraveis. A proposta foi nobremente rejeitada, e o governador respondeu que el-rei lhe confiára a praça para a defender, e não para a entregar, e que offerecia as suas escadas aos mouros se quizessem continuar o ataque. No arraial inimigo começou a lavrar o desanimo, e o cêrco foi levantado. Pouco depois voltava o rei de Fez com mais forças, e sitiava de novo a praça, mas outra vez teve de desistir. Unindo a ironia ao valor do combate, D. Duarte de Menezes mandou dizer aos mouros que experimentassem por mais alguns dias a vêr se conseguiam o seu intento.

A conquista de Alcacer Ceguer foi a ultima empreza em que tomou parte o infante D. Henrique. Dois annos depois, em uma quinta-feira, 13 de novembro de 1460, entregava a alma a Deus o mais glorioso dos filhos de D. João I, depois de ter prestado os mais assignalados serviços á civilisação e á

Digitized by Google

patria [1]. Major transcreve da relação de Diogo Gomes, que parece ter assistido aos ultimos momentos do infante, os seguintes periodos:

«No anno de Nosso Senhor de 1460, o infante D. Henrique foi atacado na sua villa, no cabo de S. Vicente, de doença, de que morreu em quinta-feira 13 de novembro do mesmo anno. E na mesma noite, em que falleceu, levaram-n'o para a egreja de Santa Maria de Lagos, onde foi sepultado com todas as honras. Estava então em Evora el-rei D. Affonso, e elle mais todo o seu povo, muito sentiram a morte de tão grande principe, considerando em todas as expedições por elle organisadas, e em todos os resultados que obtivera da terra de Guiné, assim como quanto havia consumido em contínuos armamentos de guerra no mar contra os sarracenos pela causa da fé christã.

«No fim do anno el-rei D. Affonso mandou-me chamar, porque, por mandado do mesmo senhor, me conservára constantemente em Lagos junto do corpo do infante, prestando tudo quanto era necessario aos padres, a cargo dos quaes estavam as constantes vigilias e o serviço divino da egreja. E el-rei deu-me ordem de vêr e examinar se o corpo do infante estava decomposto, porque desejava trasladar os seus restos para o bellissimo mosteiro chamado Santa Maria da Batalha, que seu pae, el-rei D. João I, man-

[1] O testamento do infante D. Henrique foi publicado pelo marquez de Sousa Holstein em nota final á conferencia intitulada *A Escola de Sagres e as tradições do infante D. Henrique*.

Digitized by Google

dára edificar para a ordem dos frades prégadores. Quando me cheguei ao corpo do defuncto, achei-o secco e são, excepto a ponta do nariz, e vi-o vestido com uma camisa grosseira de clina de cavallo. Bem celebra a egreja: «Tu não permittirás que nenhum dos teus justos soffra corrupção». Que meu senhor o infante ficára virgem até á sua morte, e quaes e quantas coisas boas fizera durante a sua vida, seria para mim longo de relatar.

«El-rei publicou depois um mandado para que seu irmão D. Fernando, duque de Beja, assim como os bispos e fidalgos fossem conduzir o corpo ao supradito mosteiro da Batalha, onde el-rei aguardaria a chegada d'elle.

«E o corpo do infante foi collocado em uma grande e bellissima capella, que el-rei D. João, seu pae, mandára construir e onde jazem os corpos de el-rei e da rainha D. Filippa sua mulher, mãe do infante, mais seus cinco irmãos, cuja memoria de todos é digna de louvor para todo o sempre. Possam elles descançar em santa paz. Amen».

Na face do tumulo onde jazem os restos mortaes do infante D. Henrique ha tres escudos. «No primeiro, diz Major, estão esculpidas as armas do infante, no segundo a cruz, a divisa e o moto da ordem da Jarreteira, cuja banda lhe fôra conferida pelo rei Henrique VI, em 1422-1423 [1]; e no ultimo a cruz

[1] Ha annos estava o collar do infante D. Henrique em poder do duque de Clarendon, cavalleiro da ordem da Jarreteira.

Digitized by Google

da ordem militar de Christo. Por cima do tumulo se vê deitada a estatua do infante, completamente armado, com uma especie de fota, que lhe cinge a cabeça, a qual está guardada por uma sorte de docel esculpturado em ponto pequeno. Na orla do tumulo, e por entre os ramos de carrasco, vê-se o bem conhecido moto do infante «Talent de bien faire», e por baixo d'esta orla, em uma só linha, a seguinte inscripção: «Aqui jaz o muito alto e muito honrado senhor o Ifante dom anrique, governador da ordem da cavallaria de no.....om Joham e rainha philipa, que aqui jazem n'esta capella cuias almas deos por sua merce aja o qual se finou em ..... na era de mil e.....». O primeiro claro, que aqui se nota, provém de falha na pedra. Os outros dois, que deviam contêr a data, parece denotarem que o jazigo fôra preparado em vida do infante, e que, depois da sua morte, se esqueceram de inserir o dia, mez e anno d'ella [1]».

Referindo-se ainda ao infante D. Henrique, escreve Major [2]: «Seu illustre sobrinho, el-rei D. Manuel, mandou collocar a estatua d'elle por cima da columna do centro da porta lateral da egreja de Belem, em memoria de ter sido o fundador da ermida do Restello para uso dos marinheiros do Porto, a qual estava no sitio, onde está aquella magnifica egreja. A 24 de julho de 1840, no reinado de D. Ma-

1 *Vida do infante D. Henrique*, pag. 363 e 364.
2 Obr. cit., pag. 371.

Digitized by Google

ria II, a instancias de s. ex.ª o visconde, hoje marquez, de Sá da Bandeira, então secretario de estado dos negocios da marinha e do ultramar, foi finalmente erigido em Sagres ao infante um monumento feito em 1839, o qual se acha aqui representado, conforme o desenho que s. ex.ª teve a extrema bondade de mandar ao auctor.

«O monumento consiste em uma lapide de marmore, de doze palmos e meio de alto, embebida na parede por cima da porta interior da entrada principal do forte de Sagres. Na parte superior do monumento está esculpido, como se vê no desenho, em meio-relêvo, o brazão do infante, com uma esphera armillar á direita, e um navio com o panno largo á esquerda.

A parte inferior do monumento contém duas laminas com uma inscripção em cada uma d'ellas; em latim, na que está por baixo da esphera; e em portuguez na outra por baixo do navio.

As duas inscripções são as seguintes:

Digitized by Google

Ætern. Sacrum
Hoc. Loco
Magnus. Henricus. Joan. I. Portugal. Reg. Filius
Ut. Transmarinas. Occidental. Africæ. Regiones
Antea. Hominibus. Impervias. Patefaceret
Indeque. Ad. Remotissimas. Orientis. Plagas
Africa. Circumnavigata
Tandem. Perveniri. Posset
Regiam. Suæ. Habitationis. Domum
Cosmographiæ. Scholam. Celebratissimam
Astronomicam. Sepeculam. Amplissimaque. Navalia
Propriis. Sumptibus. Construi. Fecit
Maximoque. Reipublicæ. Litterarum. Religionis
Totiusque. Humani. Generis. Bono
Ad. Extremum. Vitæ. Spiritum
Incredibili. Plane. Virtute. Et. Constantia
Conservavit. Fovit. Et. Auxit
Obiit. Maximus. Princeps
Postquam. Suis. Navigationibus. Ab. Æquinoctial. Ad. VIII
Versus. Septemtrionem. Gradum
Pervenit
Quampluresque. Atlantici. Maris. Insulas. Detexit
Et. Colonis. Ab. Lusitania. Deductis
Frequentavit
XIII. Die. Novembr. An. Dom. MCDLX
Maria. II. Portugal. Et. Algarb. Regina
Ejus. Consanguinea
Post. CCCLXXIX. Annos
H. M. P. J.
Curante. Rei. Navalis. Administro
Vice. Comite. De. Sa. Da. Bandeira
MDCCCXXXIX

Digitized by Google

Monum. Consagrado. A'. Eternidade. O. Grande
Infante. D. Henrique. Filho. De. El-Rei. De. Portugal
D. João. I. Tendo. Emprehendido. Descobrir. As. Regiões
Até. Então. Desconhecidas. De. Africa. Occidental
E. Abrir. Assim. Caminho. Para. Se. Chegar. Por. Meio
Da. Circumnavegação. Africana. Até. As. Partes. Mais
Remotas. Do. Oriente. Fundou. Nestes. Lugares. A'. Sua
Custa. O. Palacio. Da. Sua. Habitação. A. Famosa
Escola. De. Cosmografia. O. Observatorio
Astronomico. E. As. Officinas. De. Construcção
Naval. Conservando. Promovendo. E. Augmentando
Tudo. Isto. Até. Ao. Termo. Da. Sua. Vida. Com
Grandissima. Utilidade. Do. Reino. Das. Letras
Da. Religião. E. De. Todo. O. Genero. Humano. Falleceu
Este. Grande. Principe. Depois. De. Ter. Chegado
Com. Suas. Navegações. Até. O. 8.º. Gr. De. Latitude
Septemtr. E. De. Ter. Descoberto. E. Povoado. De
Gente. Portugueza. Muitas. Ilhas. Do. Atlantico
Aos. XIII. Dias. De. Novembro. De. 1460. D. Maria. II
Rainha. De. Portugal. E. Dos. Algarves. Mandou
Levantar. Este. Monumento. A'. Memoria. Do
Illustre. Principe. Seu. Consanguineo. Aos. 379
Annos. Depois. Do. Seu. Fallecimento. Sendo
Ministro. Dos. Negocios. Da. Marinha. E
Ultramar. O. Visconde. De. Sá. Da. Bandeira
1839.

Digitized by Google

CAPITULO XIII

Resultados da obra do infante D. Henrique. — A descoberta da America

A obra do infante D. Henrique não desceu com elle ao tumulo da Batalha. O estado em que elle deixou os descobrimentos era demasiadamente auspicioso e brilhante, para que outros proseguissem as navegações e explorassem novas terras, tanto mais quanto elle educára marinheiros valentes e experimentados, e desfizera pela sua persistente iniciativa o impenetravel véo em que a superstição medieval envolvêra as aguas do Mar Tenebroso. Onde os espiritos vulgares tinham sonhado trevas e abysmos sem fim, D. Henrique fez surgir uma luz esplendorosa e regiões opulentas de maravilhas.

A morte não lhe deixou saciar o espirito com o conhecimento de novos horisontes para o exercicio da actividade portugueza; mas teve a suprema consolação de deixar aberto o caminho á realisação de

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

O illustre escriptor snr. Luciano Cordeiro pretendeu, n'um livro que agora não temos á mão [1], que a America foi descoberta em 1486 pelo portuguez Affonso Sanches, e que este pagára a hospitalidade que recebeu de Colombo na ilha da Madeira, confiando-lhe o seu roteiro e as suas cartas [2]. N'aquella ilha

---

1 *De la découverte de l'Amerique.*

2 Como se sabe, Christovam Colombo residiu por algum tempo na ilha da Madeira, e ahi casou com Filippa Mouiz, filha de Bartholomeu Perestrello e de sua segunda mulher Isabel Moniz.

«Ainda em 1877, diz o snr. Agostinho de Ornellas, elevava-se entre as ruas do Esmeraldo e do Sabão, na cidade do Funchal, um grande edificio cuja antiguidade se revelava no seu aspecto ennegrecido e vetusto, na sua architectura entre gothica e manuelina e na data gravada no capitel da columna da sua janella principal.

«Construcção do seculo XV, transição do estylo gothico ainda conservado na ogiva perfeita da porta que dava para a rua do Sabão, e o estylo da renascença já dominante na sua janella central, pertencêra a Jean d'Esmenaut, oriundo da Picardia e segundo Henrique Henriques de Noronha, abalisado escriptor de historia madeirense, estabelecido na ilha pelos annos de 1480, transformando a pronuncia portugueza o seu nome em Esmeraldo.

«A tradição antiquissima e constante affirma que n'esta casa residiu Christovam Colombo e todos os escriptores que têm mencionado a estada do grande descobridor na Madeira, repetem sem hesitação nem duvida o que na ilha era por todos tido em conta de verdade incontestavel». *(Memoria sobre a residencia de Christovam Colombo na ilha da Madeira,* pag. 6. Encontra-se no volume das *Memorias da Commissão Portugueza na Exposição Colombina.* Lisboa, 1892).

Digitized by Google

teve Colombo occasião de tratar com alguns arrojados viajantes portuguezes que haviam concebido a idéa de procurar novas terras no occidente. «Era madeirense João Affonso do Estreito, o socio de Fernão d'Ulmo, capitão da Terceira, que com elle contracta o armamento de uma expedição a que se referem as *Historie* e que devia aportar ás costas da America do Norte, na direcção que seguiram depois Gaspar e Miguel Corte-real e que talvez já antes intentasse o pae de ambos, João Vaz, depois capitão de Angra [1].

Tanto houvera entre os portuguezes o pensamento de descobrir terras para o occidente, que el-rei D. Affonso v, por intermedio do conego Fernando Martins, mandou consultar o sabio florentino Paulo Toscanelli sobre a possibilidade d'essa empreza, e existe a resposta que obteve. Que a empreza chegou a realisar-se, embora sem os fructos que resultaram depois da obra de Colombo, é pelo menos muito provavel, não só pelo que respeita ao portuguez Affonso Sanches, a que já nos referimos, mas algumas razões historicas induzem a crêr que João Vaz Côrte Real e Alvaro Martins tivessem descoberto a terra nova ou a ilha dos Bacalhaus, annos antes de Colombo ter aportado á ilha Guanahani. Agora mesmo noticiam os jornaes que o snr. Ernesto do Canto encontrou e acaba de publicar documentos até agora desconhecidos, por onde se demonstrará que Barcellos Valladão e João Fernandes Labrador partiram da ilha

[1] Agostinho de Ornellas, Mem. cit., pag. 7.

Digitized by Google

Terceira por ordem de João Segurado, em 1492, e aportaram á Terra Nova em abril do mesmo anno, antes, por conseguinte, da partida de Colombo do porto de Palos.

Nós não queremos de fórma alguma diminuir a grande gloria de Colombo, mas apenas dar a cada um o que lhe pertence. Parece-nos que não tem grande valor o argumento de que Colombo não teve predecessores, porque, se os tivesse, tal facto devia produzir a mesma sensação que ao depois produziu a descoberta realisada pelo illustre navegador genovez. Ora hoje admitte-se como certo que as ilhas da Madeira e dos Açores foram descobertas por navios portuguezes no seculo XIV, e tambem esse facto não produziu então a mesma sensação que fez depois o descobrimente d'aquellas ilhas no tempo do infante D. Henrique.

Deixemos por agora esta questão, que futuras investigações talvez esclareçam um dia; mas note-se que é a coisa mais verosimil d'este mundo, que, n'um tempo em que os navios portuguezes cruzavam o oceano, ambicionando descobrir novas terras, algum ou alguns d'elles chegassem ás ilhas ou mesmo ao continente da America. O que é certo é que foi entre os marinheiros portuguezes que Christovam Colombo formou o seu plano, e foi d'elles que recebeu as mais preciosas informações. «Martim Vicente, piloto de el-rei de Portugal, disse-lhe que, achando-se a quatrocentas e cincoenta leguas de distancia do cabo de S. Vicente, tirára da agua um pedaço de madeira lavrado com muita arte, mas sem ser com instrumento de ferro. Este pau viera arrojado pelo vento oeste, o que fazia crêr

Digitized by Google

aos navegantes, que infallivelmente havia d'esse lado algumas ilhas ainda por descobrir. Pedro Corrêa, cunhado do almirante *(Colombo)*, assegurou-lhe que, proximo da ilha da Madeira, vira outro fragmento de madeira lavrado e similhante áquelle, e vindo da mesma banda do poente. Disse, tambem, que el-rei de Portugal tinha sido informado que n'estas paragens se haviam apanhado na agua grandes cannas, que de nó a nó podiam conter nove garrafas de vinho; e Herrera *(Dec.* I, liv. I, cap. II) declara, que el-rei conservára estas cannas, e as mandára mostrar a Colombo. Contavam os colonos dos Açores que, quando o vento soprava do oeste, trazia o mar, especialmente á ilha Graciosa e á do Fayal, algumas pinhas de especie desconhecida. Outros referiam, que na ilha das Flores se acharam um dia na praia dois cadaveres de homens, cuja physionomia e feições differiam inteiramente dos homens das nossas costas. Herrera, talvez fundando-se nos manuscriptos de Las Casas, diz que os cadaveres tinham o rosto largo, differente do dos christãos. Attribuiu-se o transporte d'estes objectos á acção dos ventos de oeste. Comtudo, a causa verdadeira era a grande corrente do golfo do Mexico, ou corrente da Florida [1]».

Preparado com estas informações e com as noticias vagas de alguns auctores antigos, Colombo decidiu-se finalmente á realisação do seu projecto, que tinha principalmente em vista chegar ás Indias pelo oc-

[1] Major, *Vida do infante D. Henrique*, pag. 405 e 406.

Digitized by Google

cidente. Tratou de procurar quem lhe patrocinasse a empreza e lhe désse para ella os meios necessarios, e parece que n'esse sentido se dirigiu, mas sem resultado, ao senado de Genova. Apresentando depois a sua proposta á republica de Veneza, obteve egual recusa [1].

Foi pouco depois de 1480 que Christovam Colombo se dirigiu a D. João II, offerecendo-lhe a realisação do seu projecto. «El-rei, diz João de Barros, porque via ser este Christovão Colom homem fallador e glorioso em mostrar suas habilidades e mais phantastico e de imaginações cõ sua ilha de Cypango, que certo no que dizia: dava-lhe pouco credito. Comtudo, á força de suas importunações, mandou que estivesse com D. Diogo Ortiz, bispo de Cepta, e com mestre Rodrigo e mestre Joseph, a quem elle cometia estas cousas de cosmographia e seus descobrimentos, e todos houveram por vaidade as palavras de Christovão Colom por tudo ser fundado em imaginações e cousas da ilha Cypango, de Marco Paulo».

Como se vê, tanto D. João II não descurou o negocio, que confiou a resolução d'elle aos homens de mais reputação scientifica no reino. E depois, não satisfeito com esta primeira resposta, nomeou segunda commissão, mas obteve egual resposta. Estes factos

1 «Não ha dados para crer que Colombo offerecesse os seus serviços ás republicas de Genova e de Veneza; têm-se discutido muito estas suppostas negociações». (Nota á *Historia do descobrimento e conquista da America*, por Campe, tomo I, pag. 19).

Digitized by Google

não eram de molde a animar o monarcha a aventurar, n'uma empreza que era duvidosa, homens e dinheiro de que tanto carecia para proseguir os descobrimentos em Africa. De resto, segundo conta Ruy de Pina, Christovam Colombo apresentou-se inconvenientemente na côrte de D. João II, fazendo exigencias successivas e pedindo recompensas extraordinarias.

Em fins de 1484 dirigiu-se Colombo á Hespanha, a fim de pedir o auxilio dos reis catholicos para a realisação da empreza. Esperavam-n'o ahi grandes dissabores, no meio dos quaes era consolado por dois bons religiosos do mosteiro de Santa Maria de la Rabida, Fr. Juan Perez e Fr. Antonio de Marcheña, que lhe dispensaram toda a protecção. Como em Portugal, o seu projecto foi julgado absurdo e impossivel; depois allegou-se que os reis catholicos não podiam occupar-se do assumpto nem dispender cabedaes e forças, por andarem empenhados na guerra contra os mouros.

Finalmente, depois da conquista de Granada e ao cabo de longas negociações, no dia 3 de agosto de 1492 sahiu do porto de Palos, sob o commando de Christovam Colombo, uma expedição composta das tres caravelas *Santa Maria, Pinta* e *Niña*. Não se coaduna ao fim d'esta obra uma descripção minuciosa de todos os incidentes da viagem, pois que é nosso unico intento dar uma rapida noticia dos principaes resultados da obra grandiosa e fecunda do infante D. Henrique. Todos os dissabores de Colombo, desde a furia das procellas até á insubordinação dos tripulantes, todos aquelles momentos de anciedade,

Digitized by Google

em que o seu espirito luctava, receando que a immensidade do mar fosse um obstaculo invencivel á realisação do seu plano, todas aquellas amarguras eram o prologo de maiores desgostos que o esperavam.

Na madrugada do dia 12 de outubro soltou um marinheiro da *Pinta* a voz de — *terra!* — que todos repetiram n'um estremecimento de alegria. Era a ilha de Guanahani, a que Christovam Colombo deu o nome de S. Salvador [1]. Pouco depois eram descobertas as ilhas de Santa Maria da Conceição, Fernandina, Isabela, Cuba, Santa Catharina, Hispaniola e outras. Na Hispaniola fundou uma fortaleza, onde ficaram alguns dos marinheiros para a defenderem. No dia 16 de janeiro de 1493 fez-se Colombo de vela para a Europa, e, depois de passar pelos Açores e por Lisboa, chegou ao porto de Palos, d'onde sahira, no dia 15 de março do mesmo anno.

O exito da viagem de Colombo produziu em toda a parte uma grande sensação. Na Hespanha, o arrojado viajante foi recebido com as mais festivas demonstrações de regosijo, tanto na côrte como em todas as terras por onde passou. Mal diria o almirante que pouco tempo depois seriam pagos os seus trabalhos com a mais vil ingratidão.

O espirito de Christovam Colombo preoccupava-se menos com as festas de que era alvo que com o proseguimento da sua obra. Tratou de pedir aos reis catholicos uma nova frota com que podésse des-

[1] Parece que é a actual ilha de Wathing.

Digitized by Google

cobrir novas ilhas e assegurar n'ellas o dominio hespanhol, e effectivamente partiu de Cadiz no dia 25 de setembro de 1493, com tres navios de alto bordo e quatorze caravelas. Em 2 de novembro chegava á ilha de Dominica, e logo depois se descobriam as Caraíbas, a Jamaica, a ilha Evangelista ou dos Pinos, a ilha de Mona, etc. Colombo não encontrou um só dos trinta e oito marinheiros que deixára no forte de Navidad, os quaes pereceram todos, victimas da sua imprudencia, ás mãos dos indigenas.

Alguns descontentes retiraram-se das ilhas e dirigiram-se á Europa, onde fizeram aos reis catholicos as mais negras queixas do almirante. Foi enviado ás ilhas, para colhêr informações, um emissario real, que, exorbitando da sua missão, tantos desgostos causou a Colombo e tantas desconsiderações lhe infligiu, que o almirante fez-se de vela a 20 de abril, em direcção á Hespanha, chegando a Cadiz no dia 11 de junho, depois de uma viagem cheia de trabalhos e fadigas.

Convidado a ir á côrte, foi bem recebido pelos soberanos, apesar de todas as intrigas que se moviam contra o descobridor do novo mundo. Prometteram-lhe até uma nova frota para ir ás ilhas descobertas, mas prolongaram-se muito os preparativos, de fórma que o almirante só no dia 30 de maio de 1498 partiu de S. Lucar com seis navios, tendo sido pouco antes expedidos dois, com viveres destinados á ilha Hispaniola. A viagem de Colombo foi muito demorada, e só no dia 31 de julho descobriu a ilha da Trindade, quando já faltavam as provisões a bordo.

Digitized by Google

Depois de descobrir outras ilhas chegou a Hispaniola, onde á custa de muitos esforços e de uma energia inquebrantavel conseguiu dominar uma revolta fortemente organisada. Mas ferveram logo novas intrigas, os seus inimigos aproveitaram o clamor dos descontentes, e os reis, cançados de ouvirem tantas accusações contra Colombo, encarregaram Francisco de Bobadilla de ir syndicar dos acontecimentos, e deram-lhe poder de tirar ao almirante a auctoridade de que se achava revestido, caso fossem verdadeiras as queixas que d'elle se faziam. O procedimento de Bobadilla não podia ser mais revoltante. Ao chegar á ilha, aproveitou-se da ausencia de Colombo, que estava no forte da Conceição, para usurpar toda a auctoridade. Formou um grande libello contra o almirante, apoderou-se de tudo quanto lhe pertencia, pôz a ferros seu irmão Diogo Colombo, e o mesmo fez a Christovam logo que elle chegou. E tudo isto sem fórma alguma de processo, sem ouvir a defeza do almirante, e obedecendo apenas ao espirito ambicioso que o dominava! Finalmente, depois de tantos vexames e perseguições, Colombo e seu irmão Diogo foram enviados para Hespanha, carregados de ferros e sujeitos ás humilhações mais degradantes.

Quando o almirante chegou assim á Hespanha, levantou-se em toda a parte um brado de indignação, por se opprimir de fórma tão aviltante e dolorosa um homem que prestára os mais assignalados serviços. A rainha Isabel ficou sobresaltada com as noticias que a tal respeito lhe foram communicadas, não só porque a dominou um movimento de indignação,

Digitized by Google

mas porque receava o escandalo que se faria em toda a Europa, ao saber-se que a Hespanha pagava tão mal os serviços que lhe prestavam. Mandou logo pôr Colombo em liberdade e abonou-lhe dinheiro para se apresentar na côrte com a distincção que á sua pessoa convinha. Foi-lhe promettida uma indemnisação completa de todos os damnos que soffrêra; Bobadilla foi demittido, e para o logar de governador foi nomeado Nicolau de Ovando, até que o almirante Christovam Colombo voltasse ao Novo Mundo, restituido nas suas honras e dignidades.

As promessas feitas a Colombo talvez nunca fossem cumpridas, se os descobrimentos dos portuguezes, que agora chegavam ao seu maior esplendor, não despertassem no animo dos reis catholicos a emulação e o desejo de alargarem os seus dominios com o descobrimento de novas terras. A 9 de maio de 1502 partia o almirante para a sua quarta viagem, levando uma pequena frota de quatro caravelas. Depois de uma viagem cheia de perigos e dissabores, em que Colombo viu conspirados contra si os desdens de Ovando e a furia das tempestades, fez-se de vela para Hespanha no dia 12 de setembro de 1504. A viagem do regresso não foi menos tormentosa e ameaçada de perigos, até que o almirante chegou ao porto de S. Lucar, a 7 de novembro, com o seu navio desarvorado e á mercê das ondas.

Dois annos depois, em 20 de maio de 1506, fallecia Christovam Colombo ao desamparo, tendo por unica recompensa de seus trabalhos a mais vil ingratidão e os desgostos mais acerbos, soffrendo tudo com

Digitized by Google

a magnanimidade que é propria dos grandes heroes.

A obra de Christovam Colombo, consequencia da perseverança com que o infante D. Henrique devassára os mysterios do oceano e desfizera os terrores supersticiosos da edade média, abria um novo campo á exploração dos navegantes, que continuaram no decorrer dos annos a obra tão auspiciosamente começada.

Digitized by Google

CAPITULO XIV

Resultados da obra do infante D. Henrique. — Novos descobrimentos em Africa. — O cabo das Tormentas. — A viagem da India. — Descobrimento do Brazil.

Com a morte do infante D. Henrique afrouxára um pouco o enthusiasmo pelos descobrimentos em Africa, tanto mais quanto D. Affonso v se preoccupava especialmente com as conquistas na Mauritania. Em 1461 ou 1462, el-rei encarregou Pedro de Cintra de percorrer a costa dos negros e proseguir os descobrimentos. Descobriu o rio Bessegue, o cabo das Vergas, o cabo de Sagres de Guiné, duas ilhas deshabitadas, o rio de S. Vicente e o rio Verde, a Serra Leôa, assim chamada pelo grande rugido que continuamente fazem as trovoadas de que está cercado o seu cume; defronte d'esta serra estavam as ilhas Selvagens. Continuou a viagem e encontrou um rio

Digitized by Google

a que chamou rio Vermelho, porque as suas aguas, atravessando terrenos avermelhados, apresentavam a mesma côr. Descobriu tambem o cabo Vermelho, a ilha do mesmo nome, a ilha de Santa Maria das Neves e a dos Bancos, o cabo de Santa Anna, o rio das Palmas e o dos Fumos, o cabo do Monte e o cabo Mesurado, e chegou a um ponto da costa a que chamou Bosque de Santa Maria, por haver alli um grande arvoredo que chegava até ao mar. D'alli voltou Pedro de Cintra ao reino, depois de ter explorado mais de seiscentas e vinte e nove milhas de costa para o sul [1].

Em 1469, diz o illustre cardeal Saraiva, «mandou el-rei arrendar o commercio da costa d'Africa a Fernam Gomes por cinco annos, e por 500 cruzados em cada anno, ficando reservado para a corôa o marfim, e impondo-se ao arrendatario a obrigação de descobrir cada anno *cem leguas de costa.*

«Fernam Gomes encarregou o descobrimento a João de Santarem, e Pedro de Escobar, creado de el-rei, os quaes partiram em dois navios, levando um d'elles por piloto Martim Fernandes, de Lisboa, e o outro Alvaro Esteves, de Lagos, *um dos homens mais entendidos e acreditados em sua arte por aquelles tempos.*

«Estes navegantes descobriram o resgate do ouro, a que chamaram a Mina, e dizem alguns escriptores que chegaram ao cabo de Santa Catharina, que os

[1] *Indice chronologico*, pag. 50 e seg.

Digitized by Google

nossos antigos punham a 2º de lat. austr. Outros porém dizem que o cabo fôra descoberto por um N. Sequeira, um pouco mais tarde em 1471.

«Fernam Gomes, por conta do qual se faziam estes descobrimentos, teve depois o appellido *da Mina*, e por armas *um escudo em campo de prata, com tres meios corpos de ethiopes, ornados de collares de ouro ao pescoço, e arrecadas nas orelhas e narizes* [1]».

Em 1469 ou 1471 foi descoberto o cabo de Lopo Gonçalves, que assim se chamou do nome do seu descobridor. Em algum d'estes annos descobriu-se tambem a ilha Formosa, chamada depois ilha de Fernando Pó, por ser este o nome do navegante que a descobriu. Por essa mesma occasião descobriram-se as ilhas do Corisco, Anno Bom, S. Thomé, e Principe [2].

Em 1481 fallecia el-rei D. Affonso, e seu filho e successor D. João II enviava n'esse mesmo anno á Africa Diogo de Azambuja, commendador de Castello de Vide na ordem de Aviz. Sahindo de Portugal em 12 de dezembro, Diogo de Azambuja aportou á Guiné a 19 de janeiro de 1482, e fundou ahi o castello de S. Jorge da Mina com materiaes que iam apparelhados de Portugal. Travaram-se relações com o rei indigena d'aquelle sitio, e em volta do castello formou-se logo uma povoação a que D. João II deu os fóros de cidade.

---

[1] Obr. cit., pag. 54.

[2] As ilhas de Fernando Pó e Anno Bom foram cedidas a Castella pelo art. 13.º do tratado de 11 de março de 1778.

Digitized by Google

Em 1484, ou pouco antes, segundo o auctor do *Indice*, cuja exposição seguimos de perto n'esta resenha, foi Diogo Cão mandado com uma expedição á Africa; chegou até 13° de latitude austral, descobriu o rio Zaire e o reino do Congo, onde collocou um dos padrões que para esse fim levava preparados [1]. «Os padrões eram delineados por el-rei. Constava cada um de uma columna de pedra com 14 ou 15 palmos de altura, e em cima d'ella uma cruz: tinha esculpidas as armas de Portugal, e dois letreiros, um em lingua portugueza, e outro em latim, nos quaes se declarava o nome de el-rei, a data do descobrimento, e o capitão que o fizera, e ali collocára aquelle padrão.

«Diogo Cam e os portuguezes que o acompanhavam, e com elle sahiram em terra no Congo, houveram-se de tal modo com o rei que governava aquel-

---

[1] Diz João de Barros: «Mas ordenou (D. João II) que leuassem hũ padram de pedra daltura de dous estados de homem com o escudo das armas reaes deste reyno *e nas costas delle hũ letreiro em latim e outro em portuguez*: os quaes disiam que rey mandára descobrir aquella terra e em que tempo e per que capitam fora aquelle padram aly posto: e em cima no topo hũa cruz de pedra embutida com chumbo».

No *Esmeraldo de Situ Orbis* lê-se, a respeito do padrão do Zaire: — «um longo padrão de pedra *com tres letreiros: um em lingua latina, outro em portuguez e outro em lingua arabica*».

E a respeito do padrão do cabo Negro, diz: — «o qual tem um padrão de pedra *com tres letreiros, um em lingua latina, outro em arabigo e outro em nossa lingua*».

Vid. Luciano Cordeiro, *Descobertas e descobridores*, — *Diogo Cão*, pag. 9 e seg.

Digitized by Google

las terras, que elle não só ficou inclinado a favorecer a religião christã, mas tambem quiz que logo viessem a Portugal alguns dos seus para se instruirem, e doutrinarem na lingua, nos costumes, e nas artes dos portuguezes: e pedia a el-rei, que lhe mandasse ministros da religião, officiaes de algumas artes mecanicas, lavradores que lá ensinassem a amansar os bois, e a cultivar e aproveitar as terras, mulheres que ensinassem a arte de amassar e fabricar o pão, etc. [1]».

Effectivamente vieram do Congo alguns mancebos, que, depois de aprenderem em Portugal as primeiras lettras, voltaram á sua patria em 1490, indo na companhia de alguns religiosos, officiaes para construirem uma egreja e exercerem as suas artes, ornamentos, vasos sagrados, livros, etc. Chegou esta missão ao Congo no dia 29 de março de 1491, e logo o rei, a rainha, muitos grandes do reino e numerosas pessoas do povo receberam o baptismo; um dos naturaes que viera a Portugal começou a ensinar a lêr e a escrever; e no dia 6 de maio do mesmo anno lançaram-se os fundamentos de uma egreja. Em 1492 voltou a frota ao reino, deixando lá muitos portuguezes, tanto para defenderem a fortaleza que se levantára, como para instruir os naturaes e fazer explorações no interior.

Em 1486 descobriu João Affonso de Aveiro as terras de Benim e subiu pelo rio Formoso. Foi d'ahi que veio para Portugal a primeira pimenta da Guiné. No

[1] *Indice chronologico*, pag. 62 e 63.

Digitized by Google

mesmo anno partiu Bartholomeu Dias com uma expedição, encarregado de dobrar o cabo que termina a Africa pelo sul.

A expedição compunha-se de tres navios, respectivamente commandados por Bartholomeu Dias, seu irmão Pedro Dias e Lopo Infante, a que outros chamam João Infante. Depois de implantarem o padrão de S. Thiago no sitio a que chamaram Serra Parda, descobriram a Angra das Voltas, a 29° de latitude austral, e continuaram a viagem para o sul durante treze dias. Como se sentisse um frio bastante intenso, Bartholomeu Dias mandou navegar para leste em direcção a terra, julgando que ainda n'aquelle ponto a costa seguia a direcção norte-sul; mas a verdade era que os navios tinham ultrapassado a latitude do cabo, e, navegando agora para leste, rodearam-n'o de longe sem o avistarem. Não encontrando costa n'aquella direcção, Bartholomeu Dias mandou velejar para o norte e foi ter á Angra dos Vaqueiros, assim chamada por alli perto andarem alguns homens pastoreando os seus gados. Avançou depois até ao ilheu da Cruz, que tirou o seu nome do padrão que lá foi collocado, e chegou ainda ao rio do Infante, assim chamado do nome de um dos navegadores. N'este ponto foi Bartholomeu Dias obrigado a retroceder, em obediencia aos vivos clamores da tripulação. No regresso avistou o cabo a que chamou das Tormentas, em razão da braveza do mar n'aquelle sitio. Collocou ahi o padrão S. Filippe, e voltou para Portugal, onde chegou em dezembro de 1487, depois de uma viagem de 16 mezes e 17 dias. D. João II deu ao cabo das Tor-

Digitized by Google

mentas o nome de cabo da Boa Esperança, que ainda conserva.

«Em 1490 chegou João Peres da Covilhã á côrte da Abyssinia, sendo imperador Escander (Alexandre), a quem entregou as cartas de el-rei de Portugal.

«El-rei, logo que teve noticias certas d'aquellas partes, começou a preparar uma armada para ir ao descobrimento da India; ordenou o Regimento por que ella havia de governar-se; e designou para capitão-mór da expedição o grande Vasco da Gama, como refere o seu chronista Garcia de Rezende. A morte preveniu este principe no meio de seus gloriosos trabalhos, e o descobrimento ficou reservado para o seu successor [1]».

Somos agora chegados á narração da primeira viagem á India pelo cabo da Boa Esperança, que constituia o grande ideal sonhado pelo infante D. Henrique: foi como que a corôa de todas as viagens e descobrimentos até então realisados, e é inquestionavelmente um dos acontecimentos mais fecundos de toda a historia moderna.

Quando subiu ao throno, D. Manuel encontrou feitos quasi todos os preparativos d'essa viagem temerosa, e não fez mais do que concluil-os. No dia 8 de julho de 1497, sahia de Belem a esquadra de que era almirante Vasco da Gama, e que se compunha de tres naus: *S. Gabriel* (capitão Vasco da Gama e piloto Pero de Alemquer, o mesmo que tinha ido com Bar-

[1] Obr. cit., pag. 73.

Digitized by Google

tholomeu Dias ao descobrimento do cabo da Boa Esperança; *S. Raphael* (capitão Paulo da Gama, irmão de Vasco da Gama, e piloto João de Coimbra); *Berrio*, capitão Nicolau Coelho, e piloto Pedro de Escobar. Ia tambem uma barca com mantimentos, da qual era capitão Gonçalo Nunes. A tripulação compunha-se de 160 ou 170 homens, entre os quaes se contam Fernam Martins e Martim Affonso, linguas e tambem pilotos.

Não podendo seguir a viagem em todos os seus pormenores, porque não nos sobra o tempo nem o exige o fim da nossa narrativa, daremos d'ella uma succinta noticia, preferindo os pontos mais notaveis [1].

No dia 4 de novembro chegaram a uma bahia a que deram o nome de Angra de Santa Helena, e que fica ainda na costa occidental, pouco antes de chegar ao cabo da Boa Esperança. Demoraram-se ahi doze dias, durante os quaes fizeram algumas trocas de objectos com os naturaes da terra. Um dos navegantes, Fernam Velloso, quiz ir estudar de perto os costumes dos negros, mas voltou perseguido por elles, sendo necessario que os companheiros o soccorressem, e em tão má hora que o proprio Vasco da Gama recebeu um ferimento.

Foi d'ahi que Camões pôz na bocca dos marinheiros o seguinte gracejo:

---

1 O *Roteiro* da viagem de Vasco da Gama, attribuido a um dos marinheiros, Alvaro Velho, foi publicado por Alexandre Herculano e pelo barão de Castello de Paiva.

Digitized by Google

Olá, Velloso amigo, aquelle outeiro
É melhor de descer que de subir.

Em 16 de novembro fizeram-se de novo á vela, e no dia 22 dobraram o cabo da Boa Esperança. A 25 de dezembro descobriram a terra de Natal, e a 10 de janeiro de 1498 chegaram ao rio dos Reis, depois chamado rio do Cobre, e que Major suppõe ser o Inhambane. Á terra deu-se o nome de *terra da boa gente,* e ficaram lá dois dos degredados que Vasco da Gama levava para a exploração das terras.

Partindo d'alli no dia 15 de janeiro, descobriram pouco depois a Agoada da boa paz, e no dia 25 o rio dos Bons Signaes, assim chamado, diz o auctor do *Indice,* pelos bons auspicios que o Gama tirou de algumas circumstancias favoraveis á sua empreza. Demoraram-se alli para concertar os navios, e assentaram o padrão *S. Raphael.* Como o escorbuto começava de fazer estragos, matando alguns tripulantes, Vasco da Gama, tendo deixado em terra mais dois degredados, levantou ferro no dia 4 de fevereiro.

No dia 1.º de março descobriram quatro ilhas, entre as quaes a de Moçambique. O scheick de Moçambique foi a bordo cumprimentar Vasco da Gama, sendo muito bem recebido. Contractaram os nossos dois pilotos; mas logo que os negros souberam que não tratavam com mouros, mas com christãos, começaram a hostilisal-os. Travou-se combate, e por fim os nossos retiraram-se, levando captivo a bordo um dos pilotos, que decidiu levar os portuguezes a Quiloa para os entregar aos mouros. O vento frustrou o plano, e

Digitized by Google

chegaram as naus a Mombaça no dia 7 de abril, sahindo depois no dia 13. O scheick de Mombaça, avisado pelo de Moçambique, tinha preparado uma emboscada aos portuguezes; mas os negros fugiram espavoridos quando encontraram uma resistencia em fórma.

No dia 15 de abril, guiado por um mouro que ia de Moçambique para Meca, foi Vasco da Gama lançar ferro em Melinde, onde ficou o padrão *Santo Espirito*. Depois de tomar ahi um piloto, seguiu no dia 24 o rumo de nordeste e chegou no dia 20 de maio á vista de Calicut. Alli tratou com o Samorim, que não teve em grande conta os presentes d'el-rei de Portugal e mostrou-se um pouco refractario ao cumprimento de suas promessas.

Voltando de Calicut, descobriu Vasco da Gama a ilha de Anchediva e os ilheus de Santa Maria. A 29 de março de 1499 dobrou a frota o cabo da Boa Esperança, e no dia 10 de julho entrava no Tejo Nicolau Coelho, trazendo as noticias da viagem. Vasco da Gama demorou-se na ilha Terceira, onde seu irmão Paulo falleceu e foi sepultado. Só entrou no Tejo no dia 29 de agosto, depois de tão longa viagem, da qual chegaram vivos apenas 55 homens.

«O grandioso templo e mosteiro de Belem, erigido por el-rei D. Manuel em acção de graças ao céo pela felicidade do descobrimento da India, é um monumento immortal da piedade do monarcha e da gloria da nação portugueza. Foi levantado no proprio logar, em que o inclito infante D. Henrique havia fundado uma ermida para d'ahi se administrarem os sa-

Digitized by Google

cramentos aos mareantes, e um hospital para tratamento dos enfermos. Ainda hoje se vê a estatua do illustre infante sobre a porta principal, e as de el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria em logares mais secundarios.

«El-rei, logo que o Gama entrou em Lisboa, accrescentou o seu dictado, e denominou-se «*Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'além mar, em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India, etc.*». *Titulo tão honroso* (diz Dam. de Goes) *quanto o é a mesma conquista!* Com elle se acham lavrados documentos posteriores a agosto de 1499. E n'esse mesmo anno mandou el-rei lavrar os portuguezes de ouro com a legenda: *Emanuel Rex Portugaliæ, Algarbiorum citra et ultra in Africa, et Dominus Guinæ.* E ao redor das armas: *Conquista, Navegaçam, Commercio, Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæ* [1]».

Estava finalmente aberto o caminho por onde o nome portuguez devia ser levado ao extremo oriente; chegára-se ás legendarias terras da India, onde as armas portuguezas se deviam cobrir de gloria pelas façanhas dos nossos famosos capitães, homens como D. João de Castro, Affonso d'Albuquerque e D. Francisco d'Almeida. Dado o primeiro passo, os portuguezes avançaram sempre, estendendo o seu dominio pelas mais apartadas regiões, como se achassem a terra pequena para contêl-os. Manifestava-se em toda a sua

[1] *Indice chronologico*, pag. 85 e 86.

Digitized by Google

grandeza a importancia do pensamento do infante D. Henrique, as consequencias da obra que iniciára em Sagres e proseguira com toda a energia do seu espirito.

Depois da primeira viagem de Vasco da Gama repetiram-se as expedições e multiplicaram-se as conquistas que deram a Portugal o seu grande imperio do oriente. O proprio Gama voltou novamente á India em 1502, levando vinte naus para castigar o Samorim que o offendêra, e lá operou todos os grandes feitos de que era capaz o seu provado heroismo. Não podendo historiar miudamente essas gloriosas emprezas, que constituem o objecto da grande epopêa dos *Lusiadas,* vamos referir-nos á viagem de Pedro Alvares Cabral, que adiantou a obra dos descobrimentos por outro lado.

Para castigar a audacia do Samorim, que offendêra Vasco da Gama, expediu D. Manuel uma armada de treze naus, que, sob o commando de Pedro Alvares Cabral, sahiu de Lisboa no dia 9 de março de 1500. Por motivos de que logo nos occuparemos, Cabral afastou-se tanto para oeste, que no dia 22 de abril avistou para aquelle lado uma terra desconhecida. A armada, que agora constava só de doze naus, porque a outra se tinha desgarrado, foi-se approximando até que se avistou um monte, que foi chamado *Paschoal,* por ser descoberto na occasião em que a bordo se celebrava a festa da paschoa. No dia seguinte approximaram-se os navios da costa, e foi um batel a terra, onde havia alguns indigenas que nenhum interprete pôde comprehender. No dia 24 percorre-

Digitized by Google

ram a costa para o norte, procurando uma enseada em que a frota podésse surgir. Encontraram-n'a, effectivamente, e tão boa, que lhe deram o nome de Porto Seguro. Conservou-se alli a frota durante alguns dias, fazendo algumas provisões, até que Pedro Alvares Cabral se decidiu a partir para o seu destino, depois de expedir para Lisboa uma das suas naus, a communicar a boa nova a el-rei. Estava descoberto o Brazil, a que primeiramente se deu o nome de Vera Cruz.

Teem-se discutido muito os motivos que levaram Pedro Alvares Cabral a desviar-se para oeste; mas parece-nos que hoje não resta duvida alguma a tal respeito. A hypothese, de que os navios fossem arrastados por alguma tempestade ou pelas correntes maritimas, é inadmissivel. Primeiramente, não só não se encontra noticia alguma de tempestade, depois da passagem do Cabo, na relação de Pero Vaz Caminha, que ia na frota, nem em duas cartas de bordo que existem no archivo nacional da Torre do Tombo; mas até as condições meteorologicas d'aquella região se oppõem á veracidade do facto. Em segundo logar, as correntes do oceano Atlantico do sul não teem a direcção que os navios tomaram, e a corrente da costa do Brazil, que corre parallela á terra, não tem força para arrastar os navios de uma fórma irresistivel.

A hypothese, de que a esquadra foi ter ao Brazil por um erro de navegação, é tambem inadmissivel, por varias razões, entre as quaes a de irem a bordo marinheiros experimentados, que conheciam bem aquelles mares, como eram Bartholomeu Dias, Pero Escobar, Nicolau Coelho e muitos outros.

Digitized by Google

A verdadeira solução é que Pedro Alvares Cabral se dirigiu propositadamente para oeste. Nas instrucções escriptas que levava, recommendava-se-lhe que evitasse as calmarias e trovoadas da costa d'Africa, desviando-se para oeste, como fizera Vasco da Gama, e que procurasse fugir das tempestades do cabo da Boa Esperança, fazendo a viagem ao largo. Mas havia outra ordem de razões, que porventura eram as principaes, a saber, o proposito de descobrir terras para o occidente. Já em 1498 D. Manuel encarregára Duarte Pacheco de descobrir terras para o occidente da costa africana. O mesmo Duarte Pacheco, auctor do *Esmeraldo de Situ Orbis,* fallando da Europa, Asia e Africa, as tres partes em que os antigos dividiam o mundo, refere-se tambem á quarta parte, que el-rei D. Manuel «mandou descobrir aleem do oceano». Pero Vaz de Caminha, que ia na frota, refere que ella seguiu o caminho que el-rei ordenára.

Vê-se, pois, que o descobrimento do Brazil, longe de ser fortuito, comprehendia-se n'um plano anteriormente formado [1]. Era mais um notavel resultado da fecunda obra do infante de Sagres.

[1] Vid. Baldaque da Silva, *O descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral,* no volume das *Memorias da Commissão Portugueza da Exposição Colombina.*

Digitized by Google

CAPITULO XV

Resultados da obra do infante D. Henrique. — A viagem de Fernão de Magalhães. —A circumnavegação da terra. — Conclusão.

No dia 25 de março de 1505 sahia do Tejo para a India uma esquadra de vinte e dois navios, sob o commando de D. Francisco d'Almeida, e entre os expedicionarios contava-se um illustre marinheiro que depois devia fazer a admiração do mundo pelo arrojo de suas emprezas. Era Fernão de Magalhães, que novamente foi ao oriente em 1508, em uma esquadra sob o commando de Diogo Lopes de Sequeira, e regressou ao reino em 1512, depois de aureolar o seu nome com a gloria de arriscadas façanhas.

Em 1513 e 1514 encontramos Fernão de Magalhães pelejando denodadamente em Africa contra os exercitos barbarescos, em defeza da praça de Azamor. No seu regresso pediu a el-rei D. Manuel o augmento

Digitized by Google

da pensão que recebia, como justa remuneração dos seus serviços; mas o monarcha desattendeu o pedido, ainda depois que Fernão de Magalhães se justificou de umas accusações que lhe haviam feito.

Desde então, Magalhães entregou-se com especial cuidado aos estudos de cosmographia e nautica, procurando todas as informações que podiam esclarecêl-o, e foi n'essa occasião que escreveu um livro ácerca de todos os paizes e costas que visitára [1]. Entre os homens com quem se relacionou conta-se Ruy ou Rodrigo Faleiro, da Covilhã, «grande homem na cosmographia e astrologia e outras sciencias humanas [2]», o qual se associou ao projecto de Fernão de Magalhães, tambem auxiliado pelo seu amigo Francisco Serrão.

Desesperando de conseguir de D. Manuel os meios necessarios para a realisação de uma empreza que projectára, resolveu Magalhães retirar-se para a Hespanha com os seus amigos, depois de abdicar solemnemente da qualidade de cidadão portuguez. Dirigindo-se a Sevilha, casou ahi com uma filha do portuguez Duarte Barbosa, com quem travára intimas relações de amisade.

---

[1] Intitula-se: *Discripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hai en el mar de la India oriental i costumbres de sus naturales, su gobierno, religion, comercio i navegacion, i de los frutos i efectos que producen aquellas vastas regiones, con otras noticias mui curiosas; compuesto por Fernando de Magalhanes, piloto portugues que lo vio i auduvo todo.*

[2] Oviedo, *Historia jeneral de las Indias*, liv. xx, cap. i.

Digitized by Google

O projecto de Magalhães era chegar á India pelo occidente; e «não só promettia descobrir a tão procurada passagem d'um para o outro mar, e levar os hespanhoes ás ilhas da especiaria por um caminho que ninguem conhecia, e que ninguem lhes podia disputar, mas tambem se propunha provar que aquellas ilhas estavam dentro dos limites fixados pelo papa ás possessões do rei de Hespanha [1]».

Depois de luctar com difficuldades de toda a ordem, e principalmente com as que lhe eram movidas pelos seus inimigos, Fernão de Magalhães conseguiu que Carlos v lhe confiasse uma frota de cinco navios, a saber: o *Trinidad* (capitão Fernão de Magalhães e piloto o portuguez Estevam Gomes); o *San Antonio* (capitão Juan de Cartagena e pilotos o portuguez João Rodrigues Mafra e o hespanhol André de San Martin); o *Concepcion* (capitão Gaspar de Quezada e piloto o portuguez João Lopes de Carvalho); o *Victoria* (capitão Luiz de Mendoza e piloto o portuguez Vasco Gallego); e o *Santiago,* commandado pelo piloto portuguez João Serrão. A tripulação constava de duzentas e sessenta e cinco pessoas.

No dia 21 de setembro de 1519 sahiu a frota de S. Lucar de Barrameda, e no dia 13 de dezembro entrava na bahia do Rio de Janeiro. Depois de perde-

1 Vid. *Vida e viagens de Fernão de Magalhães,* por Diego de Barros Arana, traducção do hespanhol de Fernando de Magalhães Villas-Boas. Lisboa, 1881. É publicação da Academia Real das Sciencias.

Digitized by Google

rem um dos navios na bahia que denominaram dos Trabalhos, chegaram ao porto de S. Julião, onde se demoraram cinco mezes. O espirito de revolta, que já anteriormente se manifestára, accentuou-se aqui d'um modo assustador. Magalhães precisou de ser energico até á crueldade para manter a disciplina, o que realmente conseguiu.

Restabelecida a ordem na frota, Magalhães resolveu fazer um reconhecimento para o sul da bahia de S. Julião. D'essa empreza foi encarregada a embarcação *S. Thiago,* ás ordens de Serrão, que devia procurar ao sul o desejado estreito que conduzisse ao Pacifico. Serrão descobriu um rio a que deu o nome de Santa Cruz, em commemoração da festa que a Egreja celebrava n'esse dia. Pouco depois o navio era despedaçado por uma grande tempestade, e a tripulação salvou-se a custo. Vendo-se privados de alimentos, trataram de obter por todos os meios communicação com o resto da frota; apanhando as pranchas do navio, construiram uma jangada em que alguns atravessaram o rio de Santa Cruz, e depois dirigiram-se por terra á bahia de S. Julião, d'onde foram logo enviados soccorros.

Havia dois mezes que Fernão de Magalhães e os seus companheiros estavam n'aquelle ponto, quando appareceram os primeiros naturaes da terra, com quem a principio travaram relações amigaveis; mas depois a amisade converteu-se em guerra, quando os marinheiros trataram de apresar alguns a fim de os trazerem para a Europa. Tomaram posse da terra em nome d'el-rei de Hespanha, arvorando uma cruz em um

Digitized by Google

monte a que chamaram Monte Christo, e, deixando em terra dois dos tripulantes, providos de pão e vinho, fizeram-se á vela no dia 24 de agosto.

Dias depois chegavam ao rio de Santa Cruz e ao cabo das Virgens, e d'ahi enviou Magalhães dois navios a explorar um braço de mar que lhes appareceu á vista. As informações recebidas foram auspiciosas, e toda a frota avançou pelo estreito. Á terra que ficava ao sul chamaram Terra do Fogo, por n'ella avistarem muitos fogos. Avançando para oeste appareceu-lhes a sueste um outro braço de mar. Partiu a explora-lo um dos navios da frota, mas d'elle nunca mais tiveram noticia, vindo a saber-se depois que elle voltára para a Europa. No dia 27 de novembro de 1520 chegou Fernão de Magalhães ao fim do estreito que depois recebeu o seu nome, e que terminava por um cabo que denominaram Cabo Desejado.

Começaram de navegar um pouco para norte a fim de chegarem a climas temperados, e descobriram a ilha de S. Paulo no dia 24 de janeiro de 1521, chegando dez dias depois á ilha dos Tubarões. A estas duas ilhas deram depois o nome de Desventuradas.

A 6 de março descobriram a ilha dos Ladrões, e a 16 chegaram ao archipelago de S. Lazaro ou ilhas Filippinas. Magalhães travou relações amigaveis com alguns indigenas da ilha de Zuluan, e no dia 28 fundeou defronte da ilha de Mazaguá, onde tratou cordialmente com o chefe da terra. Na ilha de Zebú tambem os expedicionarios foram muito bem recebidos; construiu-se alli uma capella e foram baptisados o rei e o chefe de Mazaguá. Envolvendo-se temerariamente

Digitized by Google

n'um combate com o chefe da ilha de Matan, com quarenta e oito homens dos seus, Magalhães foi cercado, e succumbiu, com mais sete companheiros, depois d'um violento combate. O heroico navegador, um dos mais illustres que o mundo tem visto, não pôde vêr coroada a obra grandiosa que já lhe custára tantos trabalhos e dissabores.

Pouco depois soffria a frota um novo desastre. Vinte e seis hespanhoes, que haviam sido convidados pelo rei de Zebú para um banquete, foram victimas de uma traição, sendo assassinados vinte e quatro. Os dois restantes ficaram na ilha, abandonados pelos seus companheiros.

Restavam apenas cento e quinze homens, e, não podendo manobrar com os tres navios, incendiaram o *Concepcion* na ilha de Bohol, a sueste de Zebú. Partiram depois e chegaram a Bornéo no dia 8 de julho de 1521.

Abstendo-nos de narrar todos os pormenores d'esta viagem celebre, visto que o nosso intuito não é mais que assignalar uma das mais memoraveis consequencias da obra iniciada pelo infante D. Henrique, concluiremos dizendo que no dia 6 de setembro de 1522 chegou a San Lucar o *Vitoria*, o unico navio que escapára das vicissitudes da viagem, tripulado por dezoito homens.

Estava feita a primeira viagem á volta da terra.

A estes resultados da fecunda obra do infante D. Henrique, podiamos accrescentar todas as grandes

Digitized by Google

viagens maritimas dos seculos XV e XVI, pelas quaes se patentearam ao mundo outros mundos novos e até então desconhecidos. A descoberta da America, a viagem da India e o conhecimento de todo o oriente, a viagem de Magalhães, e, mais tarde, a descoberta da Australia, são acontecimentos que se não teriam realisado, ao menos tão cêdo, se não fôra a rasgada iniciativa do illustre filho de D. João I.

Por isso a civilisação deve os mais assignalados serviços ao glorioso infante, que, honrando para sempre a sua memoria, honrou egualmente a patria, que agora lhe presta uma homenagem de gratidão, como a um de seus filhos mais illustres.

Digitized by Google

Digitized by Google

INDICE

Introducção

Portugal nos fins do seculo XIV. — O mestre de Aviz. — Acontecimentos que precederam a acclamação de D. João I. — A sua popularidade e a sua politica. — Portugal e Inglaterra. — Casamento de D. João I. — A sua familia V

Capitulo I

O infante D. Henrique. — O seu caracter e o seu espirito cavalleiroso. — A sua educação. — A idéa predominante do seu espirito 1

Capitulo II

A expedição a Ceuta. — Importancia d'este acontecimento 17

Capitulo III

A escóla de Sagres. — A marinha portugueza antes do infante D. Henrique. — Progressos da arte nautica. — As cartas hydrographicas planas 49

Digitized by Google

Capitulo IV

Originalidade das navegações e descobertas realisadas pelos portuguezes no seculo XV 79

Capitulo V

O mar tenebroso e a sua lenda. — Primeiros descobrimentos. — Porto Santo e Madeira. — Viagens maritimas dos portuguezes no seculo XIV 133

Capitulo VI

Descobrimento dos Açores 173

Capitulo VII

Morte de D. João I. — Gil Eannes dobra o cabo Bojador. — Expedição a Tanger. — O Infante Santo . . 187

Capitulo VIII

Morte de D. Duarte. — Acontecimentos na côrte. — Continuação dos descobrimentos. — As expedições á Africa. — Antão Gonçalves e Nuno Tristão. — Os azenegues. — Os primeiros captivos. — A Senegambia . . 221

Capitulo IX

O trafico dos escravos. — Portugal e a civilisação em Africa. — Negociações com a Santa Sé 271

Capitulo X

Acontecimentos na côrte. — Intrigas contra D. Pedro. — A batalha de Alfarrobeira 285

Digitized by Google

Capitulo XI

Viagens de Cadamosto e de Diogo Gomes. — Descobrimento das ilhas de Cabo Verde 301

Capitulo XII

Expedição a Alcaçer Ceguer. — A morte do infante D. Henrique. — O seu monumento em Sagres 323

Capitulo XIII

Resultados da obra do infante D. Henrique. — A descoberta da America 333

Capitulo XIV

Resultados da obra do infante D. Henrique. — Novos descobrimentos em Africa. — O cabo das Tormentas. — A viagem da India. — Descobrimento do Brazil . 347

Capitulo XV

Resultados da obra do infante D. Henrique. — A viagem de Fernão de Magalhães. — A circumnavegação da terra. — Conclusão 361

Digitized by Google

ERRATA

No summario da introducção, onde se lê — «Portugal nos fins do seculo XVI» — deve lêr-se — «Portugal nos fins do seculo XIV». Outros erros escaparam ainda á revisão, mas abstemo'-nos de os mencionar, por serem faceis de corrigir.

0-8
B-1833
Digitized by Google

Digitized by Google

B3071

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

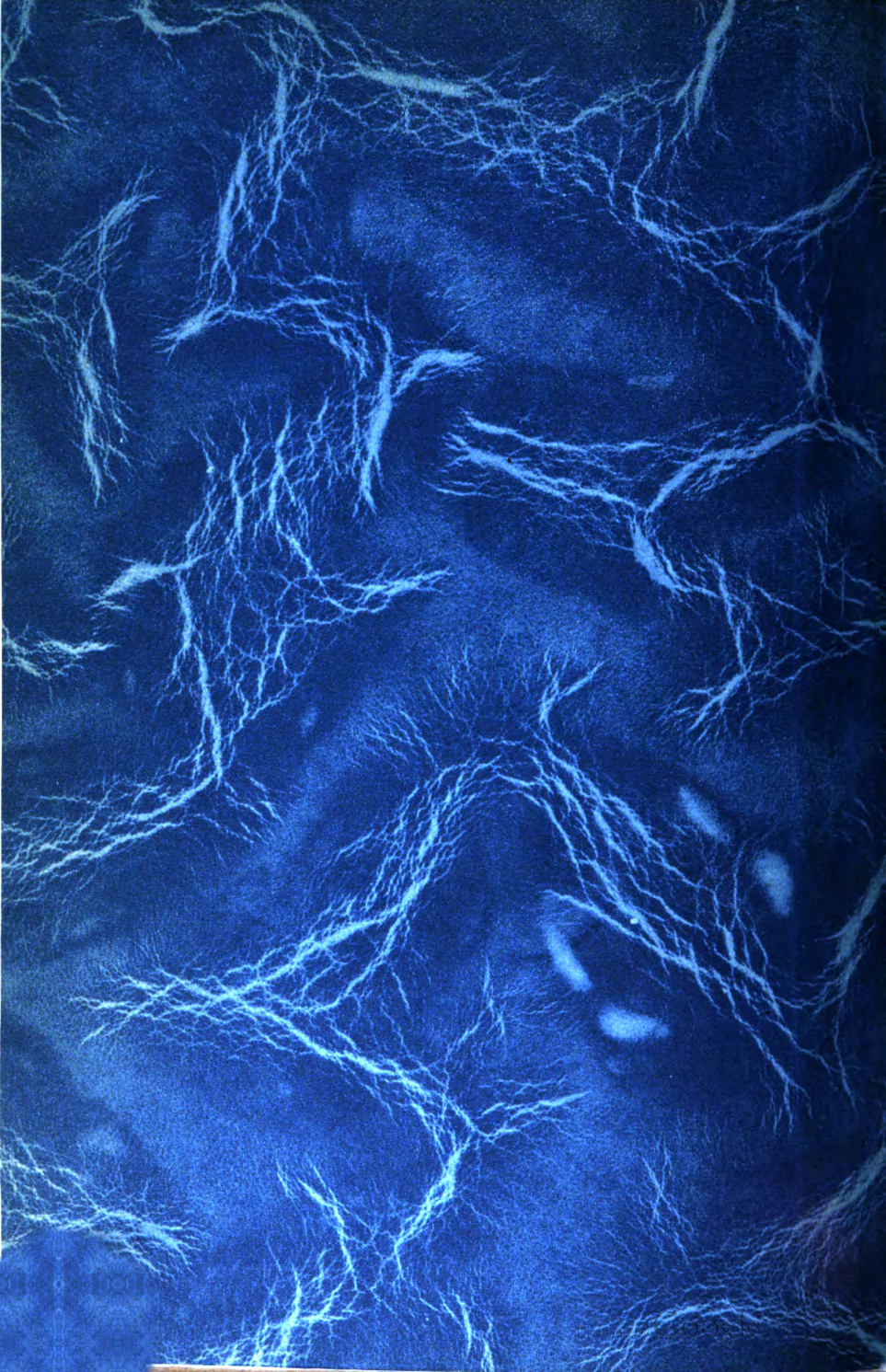
Date Due

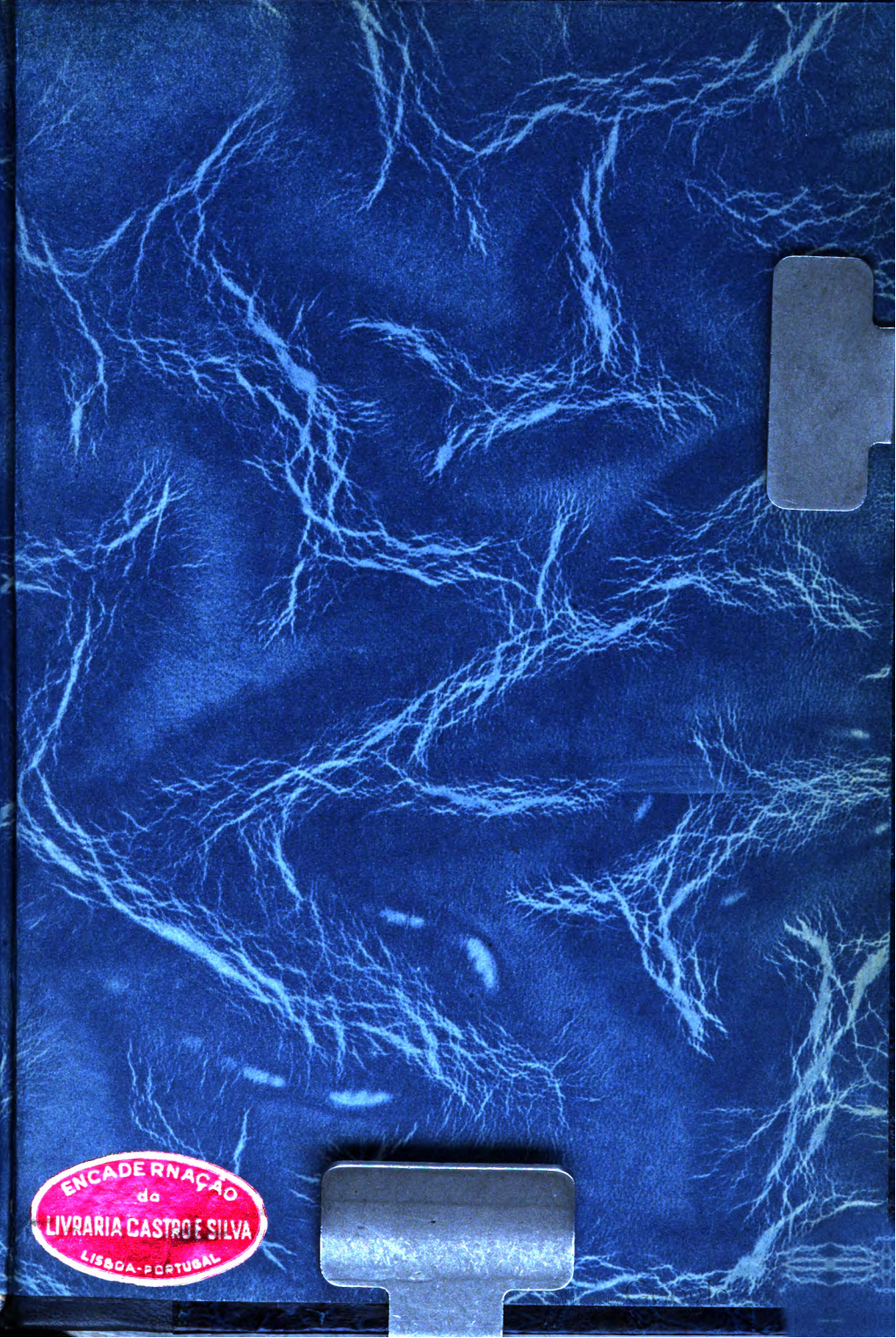
DE29			

Demco 38-297

Digitized by Google

Digitized by Google




ENCADERNAÇÃO
do
LIVRARIA CASTRO E SILVA
LISBOA-PORTUGAL

89119118537

b89119118537a

Digitized by Google